

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEANDRO HENRIQUE LARANJEIRAS

Moscou, Washington, Nova Delhi e os legados da colonialidade na Astropolítica: uma análise da geopolítica do espaço sideral a partir da segunda metade do século XX

São Paulo
2024

LEANDRO HENRIQUE LARANJEIRAS

Moscú, Washington, Nova Delhi e os legados da colonialidade na Astropolítica: uma análise da geopolítica do espaço sideral a partir da segunda metade do século XX

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Roberto Capella Giannattasio

São Paulo
2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Laranjeiras, Leandro Henrique

Moscou, Washington, Nova Delhi e os legados da colonialidade na Astropolítica: uma análise da geopolítica do espaço sideral a partir da segunda metade do século XX / Leandro Henrique Laranjeiras ; orientador: Arthur Roberto Capella Giannattasio. -- São Paulo, 2024.

216 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

1. Astropolítica 2. Espaço exterior 3. Direito espacial 4. Pós-colonialismo
5. Decolonialidade I. Giannattasio, Arthur Roberto Capella, orient. II. Título.

Nome: LARANJEIRAS, Leandro Henrique

Título: Moscou, Washington, Nova Delhi e os legados da colonialidade na Astropolítica: uma análise da geopolítica do espaço sideral a partir da segunda metade do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 26/02/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Arthur Roberto Capella Giannattasio

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Guilherme Assis de Almeida

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Pablo Victor Fontes Santos

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: Aprovado

A ti, terra-floresta

AGRADECIMENTOS

Olho para esta página ainda em branco e sou tomado por algo que não sei nomear, mas permeia entre a realização, o esgotamento depois da dor daquela compreensão sangrada de tudo, da qual fala Caio Fernando Abreu, e a estranheza do desprendimento. Me despertam sentimentos ambíguos essa sensação de dar asas a um trabalho que, nos últimos anos, me acompanhou intimamente. Talvez, na melhor das hipóteses, ele alcance alguém que não sei quem, em algum lugar que ainda não conheço, que o lerá a partir de mundos que são só seus e tecerá críticas que transpassam os limites do que pude vislumbrar. Mais estranho é pensar que, o que imaginava ser meu, poderá encontrar único aconchego na companhia de ideias outras encadernadas em uma biblioteca escura para servir de banquete às traças. Ao menos há continuidade de vida neste processo. Espero somente que este trabalho não seja condenado ao esquecimento na vastidão fúnebre das linhas de códigos digitais. O que me conforta, no entanto, é a consciência de que esta dissertação não é minha, embora sejam meus todos os erros que encontrem nela contidos. Se as palavras aqui dispostas possuem algum mérito - *como gostam de dizer por aí* -, elas são o produto - *e aqui me rendo ao pecado do capital* - das muitas pessoas que me permitiram circundar suas órbitas.

A escrita é o que me (d e s)conc(s)e r t a, aqui marcada pelas vozes não autorizadas de meus ancestrais, pelas reflexões que floresceram nas mesas dos bares, pelos ecos dos gritos de nossos protestos nas ruas, pelas encruzilhadas e pelas salas - *às vezes frias, mas sempre proficuas* - da academia. Eis então a celebração dos afetos dos muitos mundos que construímos para resistir e sobreviver.

Ao meu orientador, Prof. Arthur Capella Giannattasio, a minha sorte. Por cada ponto e vírgula minuciosamente lidos, questionados, alocados e realocados, pelo rigor intelectual, pelo desafio aceito, pela crítica pulsante e pela presença constante. Arthur carrega consigo aquela transgressão da qual bell hooks nos fala; sua sensibilidade me inspira e serve como espelho para o profissional que almejo me tornar. A inquietude de suas palavras, sempre ditas tão rápidas quanto a profundidade que nos atravessam, por muitas vezes me paralisaram, me tocaram, me podaram e me acolheram de muitas formas que talvez nem imagine. Agradeço, especialmente, por ordenar o turbilhão de ideias e poréns que pairam em minha mente.

Ao meu querido e sempre professor, Pablo Fontes, a referência primeira. Pablo é um espírito inconformado - com toda a intensidade e potência que essa palavra abraça -, me introduziu à crítica que deu sentido à minha jornada, caminhou ao meu lado na graduação, esteve presente na versão inicial deste trabalho e foi o principal impulsionador da minha

candidatura ao mestrado. Estendo este agradecimento ao Prof. Guilherme Assis de Almeida. Por terem aceito ler este trabalho em tão pouco tempo e pelas contribuições em minha banca de defesa, expresso minha profunda gratidão.

À Dra. Aline Pachamama - Churiah Puri - do povo Puri de Amana Tykyra, os pés enraizados na terra. Agradeço pelas trocas profundas que tivemos nos últimos tempos. Um dia, você me agradeceu por levá-la ao meu lugar de saber. Hoje, agradeço pela generosidade constante, por compartilhar seus mundos comigo, por ter alterado as minhas percepções sobre esta dissertação e sobre o lugar que ocupo na academia. Principalmente, por me mostrar que a escrita sem luta prática é como semente dançando ao capricho do vazio.

Aos meus pais, o meu alicerce. À minha mãe, Elaine, que enfrenta a dupla jornada da economia do cuidado e passou por uma barra nos últimos tempos. Testemunhar seus sonhos ressurgindo é contemplar pura poesia. Ao meu pai, Guilherme, e à sua criança interior que retorna enquanto envelheço ao seu lado e me faz perceber o quanto do meu ser é esculpido à sua sombra. Agradeço pelo valor que deram à minha educação e pelo apoio incondicional, material e afetivo. À Lorena, minha irmã de sangue, alma, coração e gigantesco parentesco, os fios que se ligam ao meu passado e que restarão no meu futuro. "*Vous êtes mille pages et moi je suis la plume*". À minha vózinha, Carolina, cujos pés calejados da roça nunca foram autorizados a pisar na universidade, mas que sempre soube, pela luta, o que é resistir. Pelo trançar do cabelo que lembra a sua mãezinha e pelo doce aconchego do colo que ainda me faz caber. De coração, estendo minha gratidão à toda minha família. Vocês são muitos e eu sou pouco, mas meu amor é colossal.

Aos meus camaradas não humanos, o meu acalento. No corpo que ocupam, estas palavras podem não encontrar compreensão, mas partilham comigo o mais puro dos afetos. Baruck, Dasha, Raj, Rafiq, Britney, Sabrina, Yuri, Pantera, Snow, Amora (*in memoriam*) e Thammy (*in memoriam*), vocês foram abrigo e suporte emocional nos momentos mais angustiantes.

À Shakila Ahmad, *Jaaneman*. Minha alma, meu Rio, meu carnaval, minha morada, o quebrar das garrafas, o trago bem dado, a fronteira transposta, a personificação da lembrança da faculdade, os mundos que se colidem e se abraçam. Agradeço e apenas agradeço. À Adriano Andrade, Beatriz de Cunto, Eder Bastos, Lucas Minutelli, Lucas Vieira, Moara Zambonim, Rafael Bretones e Vitor Piva pela irmandade que construímos, pelas noites de São Paulo e pela compreensão em minhas muitas ausências. À Caio Martins e Yuri Amaral, que minhas ausências pintaram a rotina em tons de melancolia, mas nossos afetos, nossas trocas

sobre os outros mundos, a vida e as ideias ainda permanecem comigo e estão marcadas nesta dissertação. Agradeço e celebro as suas existências.

Ao Debates Pós-Coloniais e Decoloniais, a minha luta. Pelo dedo na garganta contra o Estado que nos assassina e a Igreja que forja nossos pecados, pelo direito de escolhermos (re)contar, (re)escrever e (re)viver nossas próprias narrativas, pela nossa insubmissão diante da imposição da moral dos vencedores. Essa dissertação também pertence a vocês, Alice Nogueira, Ana Beatriz Valente, Ayzar Jalil, Emanuelle Ferreira, Emily Zaphiro, João Seraphim, Kelly Santos, Leonardo Guimarães, Lucas Marcelo, Maísa Sampietro, Matheus Alves, Nathane Cruz Amaral, Poliana Ribeiro, Rafael Teixeira, Rayana Gomes, Samuel Marques, Ruan Domingos, Thiago Araújo e Victoria Motta. Em especial, à Badra El Cheikh, Ellen Passos, Luany Marques e Monik Klein, parceiras da vida e das teorias, que nos muitos momentos em que minha presença vacilou, cumpriram com generosidade o papel que me escapou.

À Marinha do Brasil, à Escola de Guerra Naval, às centenas de pesquisadores do Laboratório de Simulações e Cenários, ao Comandante Cláudio Corrêa, ao Coronel Paulo Roberto Batista, à Pedro Martinez, com quem tive o prazer de compartilhar a liderança do grupo, à Profa. Raquel Missagia, cujos comentários sobre o meu projeto deram novos rumos à esta dissertação, e aos meus queridos colegas da Linha de Pesquisa de Segurança Espacial, Ana Clara, Armando Condelo, Brenno Consídera, Gabrielle Moura, Larissa Silva, Lauro Accioly, Mariana Almeida e Matheus dos Santos, por toda a produção partilhada e pelo incansável esforço em posicionar os estudos sobre o espaço sideral em nosso país.

À Universidade de São Paulo e ao corpo docente, discente e ao quadro de funcionários do Instituto de Relações Internacionais, pelo acolhimento e pelos conhecimentos partilhados, em especial, à Profa. Rossana Rocha Reis e ao Prof. Alexandre Toshiro Igari, pela contribuição com este trabalho durante a banca de qualificação, aos Profs. Alexandre Morelli e Kai Enno Lehmann, pelos valiosos comentários sobre o meu projeto inicial e à Patrícia, Giselle e Vinicius, pela atenção, cuidado e paciência que me dedicaram nos muitos momentos que precisei.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À CAPES e ao povo brasileiro, agradeço pelo investimento que permitiu a continuidade de meus estudos, saúdo a educação pública, gratuita e de qualidade e reverencio os saberes resistentes, ancestrais, seculares e locais.

*"Numa galáxia distante e além
Dentro do meu telescópio, vejo bem
Um par de olhos me espiando também
Ele anda, e fala e se parece comigo
Senta lá dentro da sua casa
De cômodo em cômodo ele passa
Preenchendo a vida com coisas sem graça"*

Cage The Elephant - Telescope

"O nosso pequeno globo terráqueo é o hospício dessas centenas de milhares de milhões de mundos. Nós, que não conseguimos pôr ordem sequer em nosso planeta natal, dilacerado por rivalidades e ódios, que estragamos o nosso meio ambiente, que nos matamos uns aos outros por irritação ou desatenção, e também intencionalmente, e, ainda mais, que somos uma espécie que, até bem recentemente, estava convencida de que o Universo era feito só pra o seu proveito, vamos nos aventurar pelo espaço, deslocar mundos, reestruturar planetas, espalhar-nos pelos sistemas de estrelas vizinhas?"

Carl Sagan - Pálido Ponto Azul

*"Você está na espaçonave Terra [...]
Melhor pagar sua passagem agora
Você será deixado para trás
Você ficará pendurado
No vazio do ar
Você não estará aqui e não estará lá"*

Sun Ra - No Hiding Place

*"Para nós, o problema não é uma tentativa utópica e estéril de reduplicação, mas uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos reviver. [...] Tampouco é a atual sociedade colonial que queremos prolongar, a mais podre que já apodreceu ao Sol. É uma nova sociedade de que precisamos, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, para criar, rica com todo o poder produtivo moderno, acolhedora como toda a fraternidade antiga.
Que isso seja possível."*

Aimé Césaire - Discurso sobre o Colonialismo

"O mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que 'tem coração e respira' [...] mas o mundo também como aquela outra terra, aquele 'suprassolo' celeste que sustenta as numerosas moradas transparentes dos espíritos, e não como esse 'céu de ninguém', esse sertão cósmico que os Brancos sonham — incuráveis que são — em conquistar e colonizar."

Eduardo Viveiro de Castro - O Recado da Mata

RESUMO

LARANJEIRAS, Leandro Henrique. **Moscou, Washington, Nova Delhi e os legados da colonialidade na Astropolítica: uma análise da geopolítica do espaço sideral a partir da segunda metade do século XX.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Pretendendo preencher a lacuna sobre os estudos críticos da Astropolítica nas Relações Internacionais, esta dissertação evidencia uma leitura pós-colonial/decolonial das narrativas epistêmicas, normativas e discursivas da Astropolítica e visa a responder à pergunta: a Astropolítica perpetrou regimes de saber/poder com base em um modelo civilizacional ocidental, que foi assimilado por atores que tradicionalmente ocupam uma posição não-ocidental na geopolítica global? Para responder a essa pergunta, o presente trabalho parte de três acepções: (i) A Astropolítica, enquanto área da Ciência Política e das Relações Internacionais que busca compreender a exploração do espaço exterior/sideral a partir da geopolítica e dos estudos estratégicos, perpetra o epistemicídio em cumplicidade com o projeto colonial ao valorizar visões euro-estadunidenses que se pretendem universais e silenciar/inferiorizar saberes e cosmologias não-tradicionais. (ii) O Direito Espacial é fundado no sistema moderno/colonial, enrijecido e manipulado pela matriz colonial de poder do sistema-mundo euro-estadunidense / capitalista / moderno / colonial / ocidental / cristão / patriarcal que normatiza e normaliza formas apropriadas de comportamento e compreensão do espaço exterior. (iii) Os discursos narrativos orquestrados por atores políticos e organizações internacionais ocidentais a partir da Guerra Fria reiteraram o espaço sideral como um ambiente a ser explorado, conquistado e colonizado, alinhado a um ideal civilizacional que aspira ser alcançado por nações não-ocidentais, como a Índia e a União Soviética/Rússia. A dissertação assume a interdisciplinaridade como reflexão crítica, recorrendo às leituras das Relações Internacionais, da Ciência Política, do Direito Internacional, da História e da Filosofia da Tecnologia, para formular um aparato teórico/conceitual e aplicá-lo na análise das narrativas de documentos jurídicos, materiais jornalísticos e de discursos proferidos por chefes de Estado, através do ferramental metodológico da narrativa enquanto uma “teoria-método”.

Palavras-chave: Astropolítica; Espaço Exterior; Direito Espacial; Pós-Colonialismo; Decolonialidade.

ABSTRACT

LARANJEIRAS, Leandro Henrique. **Moscow, Washington, New Delhi and the legacies of coloniality in Astropolitics: an analysis of the geopolitics of outer space in the second half of the 20th century**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aiming to address the gap in critical studies of Astropolitics within the field of International Relations, this dissertation underscores a post-colonial/decolonial interpretation of the epistemic, normative, and discursive narratives surrounding Astropolitics. The central inquiry revolves around whether Astropolitics has engendered regimes of knowledge/power rooted in a Western civilizational paradigm which has been embraced by actors traditionally situated in a non-Western stance within the global geopolitical landscape. To answer this question, this dissertation adopts three main assumptions/reflections: First, Astropolitics, positioned within Political Science and International Relations, seeks to understand the exploration of outer space through the lenses of geopolitics and strategic studies. It is argued that it commits epistemicide in collusion with the colonial project, as it uplifts Euro-American visions that aspire to universality and, at the same time, suppresses/inferiorizes non-traditional knowledge systems and cosmologies. Second, Space Law, being grounded in the colonial matrix of power, is portrayed as rigidified and manipulated by the colonial knowledge/power matrix inherent in the Euro-U.S. / capitalist / modern / colonial / Western / Christian / patriarchal world-system. This matrix "normatizes" and "normalizes" specific modes of behavior and understanding within the realm of outer space. Third, Narrative discourses orchestrated by Western political actors and international organizations since the Cold War era are depicted as reiterating outer space as a resource to be explored, conquered, and colonized. This narrative aligns with a civilizational ideal that aspires to be realized by non-Western nations, such as India and the Soviet Union/Russia. Embracing interdisciplinarity as a critical reflection, this dissertation draws upon insights from International Relations, Political Science, International Law, History, and Philosophy of Technology. It formulates a theoretical/conceptual framework and applies it to analyze narratives found in legal documents, journalistic materials, and speeches delivered by heads of state. The methodological tool employed is the narrative, conceptualized as a "theory-method."

Keywords: Astropolitics; Outer Space; Space Law; Post-Colonialism; Decoloniality.

RESUMEN

LARANJEIRAS, Leandro Henrique. **Moscú, Washington, Nueva Delhi y los legados de la colonialidad en la Astropolítica: un análisis de la geopolítica del espacio sideral desde la segunda mitad del siglo XX.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024

Con el propósito de llenar el vacío existente en los estudios críticos de la Astropolítica en las Relaciones Internacionales, esta disertación destaca una lectura postcolonial/decolonial de las narrativas epistémicas, normativas y discursivas de la Astropolítica, y busca responder a la pregunta: ¿ha perpetrado la Astropolítica regímenes de conocimiento/poder basados en un modelo civilizatorio occidental y asimilado por actores que tradicionalmente ocupan una posición no occidental en la geopolítica global? Para abordar esta interrogante, este documento adopta tres enfoques: 1) La Astropolítica, como área de la Ciencia Política y las Relaciones Internacionales que busca comprender la exploración del espacio exterior/sideral desde la perspectiva de la geopolítica y los estudios estratégicos, interpreta el epistemicidio en complicidad con el proyecto colonial al valorar visiones euroestadounidenses que pretenden ser universales y silenciar/inferiorizar conocimientos y cosmologías no tradicionales. El Derecho Espacial se fundamenta en el sistema moderno/colonial, endurecido y manipulado por la matriz colonial del poder del sistema-mundo euroestadounidense / capitalista / moderno / colonial / occidental / cristiano / patriarcal que norma y normaliza las formas apropiadas de comportamiento y comprensión de lo espacio exterior. 2) Los discursos narrativos orquestados por los actores políticos occidentales y las organizaciones internacionales a partir de la Guerra Fría reiteraron que el espacio exterior era un entorno que debía explorarse, conquistarse y colonizarse, en consonancia con un ideal civilizatorio que aspiraban a alcanzar naciones no occidentales como India y la Unión Soviética/Rusia. La disertación asume la interdisciplinariedad como reflexión crítica, recurriendo a lecturas de Relaciones Internacionales, Ciencia Política, Derecho Internacional, Historia y Filosofía de la Tecnología, para formular un aparato teórico/conceptual y aplicarlo al análisis de narrativas en documentos jurídicos, materiales periodísticos y discursos pronunciados por jefes de Estado, utilizando la herramienta metodológica de la narrativa como "teoría-método".

Palabras clave: Astropolítica; Espacio Exterior; Derecho Espacial; Postcolonialismo; Decolonialidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Triangulação do debate teórico da exploração espacial.....	28
Figura 2. Analítica da colonialidade – Algumas dimensões básicas.....	44
Figura 3. Analítica da Astropolítica – Algumas dimensões básicas da colonialidade.....	46
Figura 4. Analítica da Astropolítica Decolonial – Algumas dimensões básicas.....	51
Figura 5 - Estruturação do cosmos segundo a perspectiva Yanomami.....	65
Figura 6. Poluição espacial na baixa órbita (LEO).....	82
Figura 7. Poluição espacial na órbita geoestacionária (GEO).....	82
Figura 8. Poluição espacial a partir da Órbita Polar (GEO Polar).....	83
Figura 9. Tendências para a indústria de satélites (2019-2028).....	84
Figura 10. Normativa da Astropolítica: as narrativas que naturalizam, normalizam e normatizam.....	100
Figura 11. Sentidos e Finalidades do Jogo de Palavras.....	110
Figura 12. Termos mais frequentes no discurso soviético.....	112
Figura 13. Termos mais frequentes no discurso estadunidense.....	112
Figura 14. Termos mais frequentes no discurso indiano.....	113
Figura 15. Termos mais frequentes nos discursos analisados.....	113
Figura 16. Charge - Rocket Science.....	128
Figura 17. Charge - Chandrayann.....	129
Figura 18. Charge - NDA.....	129
Figura 19. Charge - Moon Mission.....	130

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Assinatura do Tratado do Espaço Exterior, janeiro de 1967.....	89
Ilustração 2 - Monumento a Yuri Gagarin em Moscou, inaugurado em 1980.....	118
Ilustração 3. Manifestantes da Conferência de Liderança Cristã do Sul alinham mulas perto dos portões do Centro Espacial Kennedy.....	121
Ilustração 4. Hosea Williams, com punho cerrado, em frente ao Centro Espacial Kennedy..	122
Ilustração 5. Apollo 11 - Placa na Lua.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASATs	Anti-satellite weapons - Armas Anti-Satélite
BJP	Bharatiya Janata Party - Partido do Povo Indiano
BRT	Horário de Brasília
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CES	Centro de Estudos Sociais
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIMON	Crew Interactive Mobile Companion - Companheiro Móvel Interativo de Tripulação
CNES	Centre National d'Études Spatiales - Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais
COPUOS	Committee on the Peaceful Uses of Outer Space - Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior
ECSL/ESA	European Centre for Space Law - Centro Europeu de Direito Espacial
EUA	Estados Unidos da América
ESA	European Space Agency - Agência Espacial Europeia
FAB	Força Aérea Brasileira
FAI	Federação Aeronáutica Internacional
GEO	Geostationary Earth Orbit - Órbita Geoestacionária
GEO Polar	Polar Geostationary Earth Orbit - Órbita Geoestacionária Polar
GNSS	Global Navigation Satellite System - Sistema de Navegação por Satélite
IA	Inteligência Artificial
IASL	International Academy of Space Studies - Academia Internacional de Estudos Espaciais
INC	Indian National Congress - Congresso Nacional Indiano
ISRO	Indian Space Research Organisation - Organização Indiana de Pesquisa Espacial
JAXA	Japan Aerospace Exploration Agency - Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial
JFK	John F. Kennedy
KGB	Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti - Comitê Soviético de Segurança do

	Estado
LEO	Low Earth Orbit - Baixa Órbita Terrestre
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MSK	Horário de Moscou
NASA	National Aeronautics and Space Administration - Administração Nacional Estadunidense da Aeronáutica e Espaço
NDA	National Democratic Alliance - Aliança Democrática Nacional da Índia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OIs	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista da China
RSS	Rashtriya Swayamsevak Sangh - Associação de Voluntários Nacionais
RIs	Relações Internacionais
SCLC	Southern Christian Leadership Conference - Conferência de Liderança Cristã do Sul
SI	Sistema Internacional
TASS	Russian News Agency - Agência de Notícias Russa
TOI	The Times of India
UCS	Union of Concerned Scientists - União dos Cientistas Preocupados
UE	União Europeia
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UNOOSA	United Nations Office for Outer Space Affairs - Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior
UNPD	United Nations Development Programme - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VCIOM	Russian Public Opinion Research Center - Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Rússia
WWICS	Woodrow Wilson International Center for Scholars - Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. UM (RE)ESCREVER SOBRE A ASTROPOLÍTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA DE(S)COLONIALIDADE.....	25
1.1 Relações Internacionais, Astropolítica e seus epistemicídios.....	25
1.2 Pós-Colonialismo e Astropolítica: as visões Orientalistas mobilizadas pelo Ocidente	34
1.3 Decolonialidade e Astropolítica: um mundo entre muitos mundos.....	42
1.4 Diálogos entre agência tecnológica e tecnociência: provincializando o espaço sideral.....	52
1.5. A Queda do Céu enquanto narrativa contrapontual.....	61
2. AS DIMENSÕES NORMATIVAS E SOCIALIZANTES DA ASTROPOLÍTICA.....	71
2.1 A evolução jurídica do regime espacial.....	71
2.2 Os limites e desafios do Direito Espacial.....	77
2.3 O espaço sideral pertence aos Estados?.....	85
2.4 A mentalidade proprietária/patrimonial na Fronteira Final.....	93
3. AS NARRATIVAS DA ASTROPOLÍTICA E A PERPETUAÇÃO DA COLONIALIDADE NOS DISCURSOS DA UNIÃO SOVIÉTICA, ESTADOS UNIDOS E ÍNDIA.....	102
3.1 Teoria-método: as Narrativas da Política e a Política das Narrativas.....	105
3.2 O discurso soviético.....	114
3.3 O discurso estadunidense.....	119
3.4 O discurso indiano.....	126
3.5 Primeiro sentido: o espaço sideral como um novo mar de aventuras.....	130
3.6 Segundo sentido: o conhecimento como propulsor do progresso.....	135
3.7 Terceiro sentido: a força e a farsa da paz.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	155
Fontes primárias.....	155
Fontes secundárias.....	157

Artigos e matérias em jornais e revistas.....	174
APÊNDICE I. Tabela do status dos Tratados Internacionais sobre o Espaço Exterior em Janeiro de 2023.....	177
ANEXO I - Triangulação do debate sobre a exploração espacial.....	184
ANEXO II - Tendências para a indústria de satélites (2019-2028), publicada em 2019 pelo grupo Euroconsult.....	185
ANEXO III - Artigos do Tratado do Espaço que foram comentados neste trabalho.....	186
ANEXO IV - Artigos do Tratado da Lua que foram comentados neste trabalho.....	190
ANEXO V - Change "Rocket Science" publicada pelo jornal Times of India, em 14 de julho de 2023.....	192
ANEXO VI - Change "Moon Mission" publicada pelo jornal Times of India, em 8 de agosto de 2023.....	193
ANEXO VII - Change "Chandrayaan-3" publicada pelo jornal Times of India, em 26 de agosto de 2023.....	194
ANEXO VIII - Discurso do presidente dos Estados Unidos da América, John F. Kennedy, para informar o público sobre o seu plano de levar o homem à Lua antes de 1970, na Universidade Rice, em 12 de setembro de 1962.....	195
ANEXO IX - Trechos do discurso de Nikita S. Khrushchev, na recepção de Yuri Gagarin, em 14 de abril de 1961.....	200
ANEXO X - Notas transcritas ditadas por Nikita S. Khrushchev, em Pitsunda, na véspera do voo de Yuri Gagarin, em 11 de abril de 1961.....	204
ANEXO XI - Mensagem do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, do Presidium do Soviete Supremo da URSS e do Governo da União Soviética ao Partido Comunista, aos povos da União Soviética e aos governos de todos os países da humanidade progressista, de 12 de abril de 1961.....	207
ANEXO XII - Discurso do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, à equipe ISRO sobre o sucesso da missão Chandrayaan-3.....	210

INTRODUÇÃO

Contemple as estrelas. Fique totalmente hipnotizado ao observar um corpo em órbita. Pense naquele narrador do drama mitológico épico que envolve toda uma nação em uma manhã de domingo. Comece a escrever um roteiro. Escreva sobre deuses e deusas. Escreva sobre planetas que se amam e têm ciúmes uns dos outros. Experimente uma pequena explosão de alegria quando aquela nave espacial aparentemente perde o contato com os humanos após completar sua missão. Sinta uma leve pontada de ressentimento ao descobrir que seus fragmentos foram encontrados orbitando a Terra. Escreva sobre as jornadas épicas de heróis astronautas. Escreva sobre a busca por água no espaço. Delineie os sonhos de uma humanidade sem fronteiras, em que o homem pode viajar da Lua até Deus. Leia sobre mísseis aéreos e armas construídas com materiais desconhecidos. Não confunda nostalgia pós-colonial com liberação pós-colonial. Observe o impulso colonial de uma nação pós-colonial quando ela decide pintar uma sonda lunar com as cores da bandeira nacional. Não desvie o olhar do sentimentalismo que flui nesta era. Mantenha-se vigilante enquanto ele transforma a ficção científica em combustível para o nacionalismo. Observe a sombra dessa retórica na violência dos Estados. Enquanto as nações olham para frente, permita-se olhar para trás. Lembre-se que há muito espaço no espaço. Espaço suficiente para a coexistência de outros mundos e configurações de pertencimento e histórias outras (Prasad, 2023, pp. 81-89).

Este trecho, aqui adaptado e parafraseado, advém do artigo autoetnográfico de Pavithra Prasad, acadêmica sul-asiática de orientação futurista, que, em suas "notas sobre uma performance terrestre do espaço sideral", escreve sobre a reinvenção de uma Índia pós-colonial, a qual "estende o impulso violento do imperialismo ao espaço sideral" (Prasad, 2023, p. 82). Apesar de ter sido apresentado ao seu trabalho após o desenho, elaboração e redação da maior parte desta dissertação, de alguma forma, sua linha narrativa converge com os objetivos aqui propostos.

Olhemos, então, para os céus¹.

O ato cotidiano de contemplar os corpos celestes e exaltar a beleza e os mistérios cósmicos move os povos humanos desde os tempos mais remotos. Os registros que remontam à Antiguidade indicam que, naquele tempo, que as percepções dos ciclos e fenômenos

¹ Proponho "céus", no plural, como uma prática epistêmica que busca reconhecer a pluralidade dos conhecimentos, sem impor uma suposta verdade universal. Na prática cosmopolítica, o conhecer de determinado objeto depende sobre o que os "conhecedores" sabem e como sabem; como sabem que sabem, e porquê de valorizarem esse conhecimento particular (Verran, 2018, p. 127).

celestes, o movimento do deslocamento do Sol em relação ao horizonte, das fases da Lua e das estrelas moldaram as atividades sociais de povos. Constelações foram empregadas para criar mapas, calendários e relógios. Alguns povos interpretavam os astros enquanto deuses ou representações divinas, e a partir deles formaram a Astrologia (Samuel, 1972; Declercq, 2002; Hannah, 2008). A disciplina da Arqueoastronomia indica que há aproximadamente de 50.000 anos as civilizações ancestrais já detinham conhecimentos avançados em Astronomia (Ruggles, 2005). Apesar de pouco incorporado aos saberes brasileiros, estudos sobre a astronomia indígena no Brasil demonstram a vasta potência e complexibilidade dos conhecimentos dos povos nativos sobre os cosmos e suas conexões com a Terra (Pedroza; Vasques, 2019).

O alcance dos céus pela "humanidade", contudo, é um fenômeno relativamente recente. Nas últimas décadas, o espaço deixou de ser um ambiente distante, de mero encantamento e observação para se transformar em uma ferramenta política, civil e militar. Na literatura especializada, prevalece o consenso de que o alcance do cosmos foi militarizado desde o seu embrião, como consequência do desenvolvimento de foguetes e mísseis balísticos intercontinentais durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O marco inaugural da exploração espacial e suas fases, todavia, carece de unanimidade. Enquanto alguns identificam seu princípio na Segunda Guerra (Russo, 2012), outros destacam os programas espaciais da União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e dos Estados Unidos da América (EUA) no período da Guerra Fria (1947-1989), definindo a "Era espacial" pela data de 4 de outubro de 1957, ocasião do lançamento do Sputnik I, que desdobrou-se nas missões da era Apollo e culminou na chegada do homem à Lua (Casella, 2022). Há quem considere que estamos testemunhando a segunda fase da "Era espacial", com o surgimento de novos atores privados e estatais e de novas tecnologias de exploração que permitirão a mineração na Lua e dos asteroides próximos à Terra (Cremins, 2015), enquanto outros já falam em uma "terceira fase", marcada pelo início da implantação de megaconstelações por empresas espaciais comerciais, em 2016 (Harrison, 2023).

Em detrimento de um marco ou uma era definida a partir de um acontecimento específico que pretende resumir o evento sideral, proponho analisá-lo segundo o que Leandro Siqueira (2016) denominou "duplo movimento ascendente e descendente". O movimento ascendente está correlato aos investimentos em ciência, tecnologia e inovação que permitiram aos Estados superarem a força da gravidade, alcançar a órbita terrestre e outros mundos na pretensão de "conquistar" o cosmos e demonstrar força, soberania e poderio tecnocientífico. O

movimento descendente refere-se às múltiplas "derivas" que retornam da exploração espacial e afetam nossas relações terrenas.

Isto posto, a Astropolítica, também conhecida como Geopolítica do Espaço, emerge como um ramo interligado à Ciência Política e às Relações Internacionais (RIs), concentrando-se na análise da exploração espacial sob as lentes da geopolítica e dos estudos estratégicos. Este campo ganhou proeminência nos Estados Unidos e obteve significativa importância em nações europeias como Itália, França, Reino Unido e Alemanha (Bowen, 2018). Vale ressaltar que alguns estudos apontam para a visão etnocêntrica e neocolonial na exploração espacial, como a pesquisa etnográfica de Peter Redfield sobre o programa espacial francês na Guiana Francesa (2000; 2002); "O Olho de Apolo" (*Apollo's Eye*) do britânico Denis Cosgrove (2001), que elabora uma cartografia genealógica da Terra; a *Anti-Astropolitik* de Fraser MacDonald (2007); o "Mapeamento do Fim dos Tempos" (*Mapping the End Times*) de Tristan Sturm e Jason Dittmer (2010), sobre as visões apocalípticas dos evangélicos estadunidenses; a "Sociedade Cósmica" (*Cosmic Societ*) de Peter Dickens e James Ormrod (2007), que propõe uma nova teoria social "cósmica"; e as pesquisas da "Rede de Estudos Sociais do Espaço Exterior" (*Sideral Social Studies of Outer Space Network*), fundada no Reino Unido em 2018. No entanto, a presença da Astropolítica no cenário do debate acadêmico nacional não é predominante, embora o espaço exterior seja objeto de estudo no Brasil desde o final dos anos 1950, a partir do "Direito Interplanetário" e/ou do "Direito inter gentes planetárias" (Valladão, 1957). As atuais discussões provenientes do Sul, em sua maioria vinculadas às teorias clássicas das RIs - com ênfase nas perspectivas realistas e liberais -, ainda aparentam reproduzir os paradigmas do pensamento ocidental/euro-americano emanados dos centros oficiais de produção de conhecimento.

Em linhas gerais, a estrutura legal que serve como fundamento do Direito Espacial foi elaborada no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1957, culminando na formação de cinco tratados internacionais. Paralelamente aos fundos marinhos, o espaço exterior foi reconhecido como um patrimônio comum da humanidade, destinado exclusivamente a propósitos pacíficos. O advento de novos atores no cenário cósmico, o avanço tecnológico e o surgimento de novas questões, tais como a preocupação ambiental terrestre e cósmica, a comercialização do espaço e a crescente problemática dos resíduos espaciais em órbita terrestre, são percebidos pela literatura tradicional como desafios às normas já estabelecidas.

Assumindo que as perspectivas críticas, em especial o pós-colonialismo e a decolonialidade, argumentam que as histórias globais da modernidade/colonialidade -

atravessadas pela racionalidade científica e pela a construção mundos calcados em normas e valores ocidentais - foram inventadas e transformadas a partir do (des)encontro colonial e enrijecidas pela matriz moderna/colonial das relações de ser, saber e poder, que concebem e representam o Oriente sob a luz do Ocidente (Said, 1990; Quijano, 1992; Mignolo, 2000; Inayatullah; Blaney, 2004, Grosfoguel, 2006; Maldonado-Torres, 2018), levanto a seguinte indagação: a Astropolítica perpetrou regimes de saber/poder com base em um modelo civilizacional ocidental, que foi assimilado por atores que, tradicionalmente, ocupam uma posição não-ocidental na geopolítica global?

Para responder esta pergunta, parto da hipótese/reflexão de que as narrativas normativas e discursivas que dominam a Astropolítica e regem a governança do espaço emanam de um contexto muito específico profundamente enraizado em uma história de hierarquias globais, que valem-se da normatização para disciplinar atores outros, legitimar interesses particulares e mover tecnologias espaciais que mantém o regime internacional entranhado ao projeto moderno/colonial. Ao (re)produzir mecanismos disciplinadores que moldam as complexas, ambíguas e paradoxais relações sociopolíticas, essas narrativas seguem uma certa compreensão que circunscreve a cientificidade, as revoluções tecnológicas e a cultura da (in)segurança e rotineiramente perpetuam múltiplos mecanismos simbólicos que traduzem as cosmovisões do Ocidente, em detrimento de outras orientações socioculturais provenientes de diferentes partes do mundo, sob o espectro da modernidade/colonialidade e do colonialismo. Ao serem socializadas/impostas nas RIs, esse conjunto de narrativas têm tornado e potencializado o campo da Astropolítica como aquele que necessita estar alinhado às visões tradicionais, como espelho e/ou máscara dos tomadores de decisão e elaboradores das políticas espaciais.

Em outras palavras, três acepções centrais são mobilizadas. A primeira indica que a Astropolítica, enquanto um campo da Ciência Política e das RIs que busca entender a exploração do espaço exterior/sideral através da geopolítica e dos estudos estratégicos, perpetua o epistemicídio em cumplicidade com o projeto colonial. Isso ocorre ao atribuir valor a perspectivas euro-estadunidenses que se autoproclamam universais, enquanto silencia e/ou subalterniza saberes e cosmologias não-tradicionais. A segunda sugere que o Direito Espacial é erigido sobre o sistema moderno/colonial, sendo fortalecido e manipulado pela matriz colonial de poder que normatiza e normaliza formas apropriadas de comportamento e compreensão na Astropolítica. A terceira e última destaca que os discursos narrativos articulados por atores políticos e organizações internacionais ocidentais durante a Guerra Fria apresentaram o espaço sideral como um ambiente a ser explorado, conquistado e colonizado,

alinhado a um ideal civilizacional. Esse ideal, impulsionado pelo desejo de superar a marginalização imposta pela colonialidade global, é assimilado - embora resistido em alguns termos - por nações não-ocidentais, como Índia e União Soviética/Rússia.

A partir disso, nesta dissertação, assumo a interdisciplinaridade como uma reflexão crítica, valendo-me das contribuições clássicas e críticas das Relações Internacionais, Ciência Política, Direito Internacional, História e Filosofia da Tecnologia para construir um aparato teórico/conceitual. Este será aplicado na análise das narrativas de documentos jurídicos, materiais jornalísticos e de discursos proferidos por chefes de Estado, através do ferramental metodológico da narrativa enquanto uma “teoria-método”. Esta metodologia, proposta por Jéssica Oliveira (2020), representa uma estratégia de aprimoramento da pesquisa acadêmica, baseada na premissa de que “a política da narrativa é a narrativa da política”, resgatando o argumento de Carolina Coulin (2016), que enquadra o campo das Relações Internacionais como um “produto de narrativas concorrentes, algumas das quais se tornaram tão dominantes que foram [...] consideradas a única explicação possível para as realidades e a natureza da vida política internacional” (Moulin 2016, p. 139). Ao adotar a concepção de que as RIs são narrativas políticas, em vez de explicações que pretendam-se “verdadeiras”, ancoradas em bases científicas e incontestáveis, esta concepção permite um “duplo movimento de desencantamento e reencantamento acadêmico” que, por um lado, desafia os pesquisadores a perceberem as eficiências e limites das práticas de produção de conhecimento, e, por outro, os encoraja a engajarem-se criticamente em direção aos limites percebidos, resgatando “uma maior diversidade de vozes, personagens e histórias” (Oliveira, 2020, p. 66).

Pondero que no tempo e espaço em que o negacionismo científico exerceu um impacto significativo na mortalidade evitável da nossa população, prestigiar a ciência é não apenas um ato louvável, mas também de sobrevivência. No entanto, é crucial destacar que a crítica à forma ocidental de produzir e validar o conhecimento científico não deve ser confundida com a negação da ciência em si. Trata-se, sobretudo, de um movimento que visa a explorar a pluralidade e a interação entre saberes considerados científicos e não científicos, além de compreender a institucionalidade que rege a ciência. Entendo que o reconhecimento de epistemologias outras que oferecem perspectivas e abordagens diferentes para a produção de conhecimento se revela como um recurso valioso para a construção de mundos plurais.

Por isso, conscientemente escrevo em primeira pessoa para destacar a reflexão sobre o lugar do pesquisador em relação à pesquisa e como nossa localização étnica, racial, de gênero e sexualidade é capaz de alterar as percepções sobre uma mesma fonte. Ainda que buscando o rigor do método, me parece ser impossível dissociar o sujeito do objeto. Para além de uma

objetividade pura ou da busca por um conhecimento universal, há aqui o entendimento de que a “universalidade” não passa de artifício metodológico, da violência do mundo que se pretende único e busca aplicar conhecimentos específicos à mundos de diferenças, impondo valores e construindo saberes excludentes.

Por fim, esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, introduzo a Astropolítica como campo de conhecimento nas RIs, resgato as leituras pós-coloniais e decoloniais para questionar a maneira com a qual a área e suas tecnologias se colocam do ponto de vista teórico na disciplina e reafirmam o projeto moderno/colonial, proponho a possibilidade de mobilizar a "provincialização" do espaço sideral a partir dos embates entre o Quilombo Mamuna e a Base de Alcântara (MA) e, em um movimento contrapontual, recorro à análise da narrativa de *"A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami"* de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), com o objetivo de compreender formas outras de entender as relações com o espaço sideral, que não a narrativa hegemônica orientalista. No segundo, apresento a evolução jurídica do regime espacial, destaco as principais normas internacionais que moldam a governança do espaço e as suas faltas, e analiso o papel do colonialismo/colonialidade no estabelecimento e na naturalização dos comportamentos tidos como apropriados e de uma forma específica de compreender o espaço exterior, baseada em termos como humanidade/recursos/patrimônio/domínio. No terceiro e último, analiso os discursos do presidente estadunidense John F. Kennedy, do Presidente do Conselho de Ministros da URSS Nikita S. Khrushchev e do primeiro-ministro indiano Narendra Modi². Ainda que produzidos em diferentes contextos histórico-políticos, a partir de posições geopolíticas distintas e seguindo suas próprias tradições culturais, os seus pontos de convergência parecem reafirmar o projeto moderno/colonial, bem como regimes ocidentais de saber/poder a partir de uma leitura específica do espaço cósmico.

² Durante o processo de seleção dos atores, um dos critérios determinantes foi a capacidade de pousar na Lua. A China não foi incluída na análise devido à ausência de materiais relevantes disponíveis, e o Japão não foi considerado devido ao estágio de encerramento da dissertação quando o pouso ocorreu. A justificativa detalhada encontra-se no Capítulo 3.

1. UM (RE)ESCREVER SOBRE A ASTROPOLÍTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA DE(S)COLONIALIDADE

Neste capítulo, abordarei o que considero ser as dimensões modernas/coloniais que permeiam a Astropolítica. Não tenho a intenção de aprofundar-me nos debates teóricos entre as escolas clássicas das RIs uma vez que a vasta literatura já produzida destaca essas discussões. Elas serão lidas, sobretudo, a partir de perspectivas críticas. Na primeira parte, recorro ao que o campo concebe como os principais teóricos políticos e geopolíticos que abordam o tema. O objetivo é compreender sob quais perspectivas a disciplina das RIs entende a geopolítica do espaço sideral e analisar a cumplicidade da Astropolítica com o projeto colonial, bem como sua participação no processo histórico de epistemicídio. Na segunda parte, utilizo do pós-colonialismo para compreender as visões orientalistas mobilizadas pelo Ocidente em torno da Astropolítica, a partir dos (des)encontros coloniais e as aspirações suscitados por meio de uma distinção binária de (re)produção de um Outro que precisa ser assimilado/aniquilado.

Na terceira parte, recorro às narrativas que buscam assimilar e aniquilar outros mundos para compreender como as ficções criam imaginários geopolíticos em torno da Astropolítica e refletir sobre a possibilidade de conceber uma "Astropolítica Decolonial". Em seguida, na quarta parte, faço apontamentos sobre temas e discussões que permeiam a agência tecnológica e a Astropolítica, explorando a interseção entre tecnologia, poder e decolonialidade e a possibilidade de mobilizar a "Provincialização" no contexto do espaço sideral. Na quinta e última parte, recorro ao movimento contrapontual para analisar a obra "*A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*", de Davi Kopenawa, xamã e porta-voz do povo Yanomami. Não busco especular sobre a possibilidade de aplicar nas sociedades ocidentais as sociabilidades indígenas. A narrativa de Kopenawa será lida como uma obra inaugural produzida por uma autoridade indígena, que mobiliza uma forma outra, que não a ocidental, de compreensão do cosmos.

1.1 Relações Internacionais, Astropolítica e seus epistemicídios

Em torno do V milênio a.C., às margens dos rios Tigre e Eufrates, berço da antiga da Suméria, hoje conhecida como Iraque, foram erguidas grandes cidades muradas de tijolos secos, consideradas uma das civilizações humanas mais antigas da qual temos registros. A classe sacerdotal suméria não produtiva era sustentada pela população local, que lhes fornecia alimento e outros suprimentos em troca de bênçãos e proteção divina. Seus sacerdotes viviam

reclusos em grandes templos piramidais - Zígurates - que propiciavam a observação do céu e das estrelas, de onde controlavam o acesso aos deuses e eram responsáveis por diversos aspectos da vida cotidiana, como a agricultura, a cura e a justiça (Kramer, 2010, pp. 56-65). Os movimentos dos corpos celestes foram meticulosamente calculados ao longo de muitas gerações. Além do Sol e da Lua, foram descobertos cinco pontos visíveis que se deslocavam diariamente em direções específicas. Esses planetas foram posteriormente denominados de Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno. A classe sacerdotal associava eventos terrenos, como enchentes, com uma fase específica de uma “estrela” noturna ou a aparição de um cometa. Após algum tempo, perceberam que esses “corpos celestes” repetiam vários ciclos, e foi possível prever eventos com determinações matemáticas de quando, por exemplo, a Lua passaria por um eclipse (Kramer, 2010, pp. 125-139).

Durante séculos, todo o conhecimento advindo da observação dos eventos cósmicos ficou reservado a um grupo restrito da elite, que concluiu que as leis que governavam os movimentos das estrelas e dos planetas também governavam os eventos na Terra. Com o refinamento da religião, os corpos celestes receberam significados específicos e desenvolveu-se a crença de que os planetas eram governados por divindades. Cada objeto visível foi associado a um ser espiritual que abençoava, julgava as ações humanas e os atormentava. Observou-se que Marte possuía um tom avermelhado e foi associado ao deus Nergal, a divindade ígnea da guerra, da morte e da destruição. Vênus era o planeta mais proeminente nas manhãs, sendo identificado pelos sumérios como sua deusa Inanna (ou Ishtar), a divindade feminina do amor, da gentileza e da reprodução. A observação dos planetas pelos sumérios passou a ser uma fusão entre a prática científica e religiosa (Aveni, 2012, pp. 29-47).

Ainda que mais escassos, há registros como o da Suméria em diversas regiões do globo que indicam que civilizações ancestrais já possuíam conhecimentos astronômicos³. Somente no século XVII, por influência do Iluminismo⁴, a Astrologia e a Astronomia deixaram de ser consideradas uma ciência única. A Astronomia passou a ser entendida

³ Algumas dessas evidências são o osso de Ishango, encontrado na República Democrática do Congo (≈20.000 anos), as pinturas rupestres de Lascaux, na França (≈15.000 anos), o monumento megalítico de Nabta Playa, no Egito (≈7.000 anos), as pinturas rupestres de Tassili n'Ajjer, na Argélia (≈6.000 anos), o Calendário Chinês (≈4.000 anos), o Calendário Maia, que se originou na América Central (≈2.000 anos) e as tradições orais dos povos indígenas e africanos (Martins *et al.*, 2019)

⁴ O Iluminismo foi um movimento intelectual, cultural e filosófico europeu do século XVII e XVIII que buscou enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso. Este movimento entendia que por meio das ciências ocidentais pode-se atingir a “verdade” e a “universalidade”, inferiorizando todas as tradições “outras” - caracterizadas como “bárbaras” no século XVI, “primitivas” no século XIX, “subdesenvolvidas” no século XX e “antidemocráticas” no início do século XXI - e normalizado como as *identity politics* brancas eurocentradas (Grosfoguel, 2006, p. 33)

enquanto uma ciência objetiva que trata das dimensões, constituições, posições, formação e evolução dos astros e a Astrologia foi reduzida à categoria de uma "pseudociência" ou como a "arte de adivinhar o futuro pelos astros" (Thorndike, 1955, pp. 273-278; Kasak, 2000, pp. 84-92).

A presente contextualização reveste-se de alguma relevância porquanto a vastidão e o mistério dos céus, desde tempos imemoriais, constituíram convite constante à busca de respostas e histórias ocultas nos astros, despertando a fascinação de todos os povos e civilizações conhecidos. O "conhecimento sagrado", transmitido de geração em geração, oriundo das narrativas contadas pelas estrelas, dos padrões traçados pelos planetas e do governo dos mares pela Lua, culminou - em uma abordagem menos literal - naquilo que hoje denominamos de Astropolítica.

Enquanto os astrônomos dedicam-se ao estudo das leis do universo, das distâncias colossais e das velocidades estonteantes e os astrólogos seguem encantados pelos mistérios dos céus, buscando nos astros orientação para a vida terrena, a Astropolítica, adquire forma pela percepção de que o espaço é uma nova fronteira e a humanidade, um novo sereno, pelo desejo de explorar e levar a humanidade além das estrelas e, mais do que isso, pela necessidade de compreender as implicações políticas do espaço e as possibilidades que este pode trazer (Bowen, 2018, pp. 151-157).

Em 4 de outubro de 1957, o primeiro satélite artificial da história, o Sputnik-1, foi lançado pela União Soviética. Esse evento foi marcado pelo ineditismo na corrida espacial por consagrar a primeira vez que um objeto criado pela engenhosidade do homem - com todas as implicações que este termo remonta - alcançou o espaço exterior e foi colocado em órbita da Terra. A notícia de que os soviéticos haviam superado os Estados Unidos não só surpreendeu o mundo inteiro, como também instigou o interesse e a necessidade de muitos países em desenvolver suas próprias tecnologias espaciais, gerando uma revolução tecnológica espacial e uma mudança histórica nas relações geopolíticas (McDougall, 1985).

Diante da crescente competição entre as superpotências, a Astropolítica nasce como um subcampo da Ciência Política e das Relações Internacionais pela necessidade de estudar as implicações políticas e estratégicas da exploração espacial. Enquanto uma disciplina interdisciplinar, combina elementos da política, da diplomacia, da segurança nacional e da ciência espacial, buscando entender as consequências das atividades humanas no espaço para a política, a segurança e a economia mundial, e envolve questões como a cooperação e competição entre países no espaço, o desenvolvimento de tecnologias espaciais, a segurança espacial e a regulamentação do uso do espaço exterior. Os seus debates permeiam

basicamente por três grandes perspectivas tradicionais (figura 1): o ideal Wilsoniano ou liberalismo, o coletivismo marxista ou socialismo e o realismo Hobbesiano (Lutes; Hays, 2011, pp. 99-101).

Figura 1. Triangulação do debate teórico da exploração espacial



Fonte: Lutes; Hays (2011. p. 100, tradução minha)

Isto posto, as Epistemologias do Sul são um conjunto de intervenções e propostas epistemológicas que pretendem reconhecer e validar conhecimentos insurgentes, resistentes, subalternizados e alternativos ao projeto de dominação colonialista, capitalista e patriarcal, além de denunciar a supressão das muitas formas de saber dos povos e nações colonizados. Desde meados do século XVII, em oposição à filosofia e à teologia, as epistemologias do Norte buscam estabelecer a noção de que o único saber científico parte da ciência. Ciência esta que baseia-se em concepções específicas do conhecimento, da divisão entre o ser e a natureza e da separação entre sujeito e objeto, e que aos poucos incumbiu a representação do monopólio da verdade (Mignolo; Walsh, 2018, pp. 39-61).

Neste processo, conhecimentos locais foram suprimidos e perpetrados por um conhecimento alienígena (Santos; Meneses, 2009), sob o pretexto da “missão colonizadora”,

cunhada pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos⁵ como epistemicídio - um projeto colonial que procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (Santos; Meneses, 2009, p. 10). Em outras palavras, o epistemicídio pode ser entendido como a supressão da diversidade epistemológica, cultural e política do mundo e a redução das epistemologias resistentes a saberes locais e contextuais, que são ditas inferiores por partirem de povos considerados inferiores.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009) reiteram que o aparato institucional atrelado à epistemologia que garantiu à ciência moderna o monopólio do conhecimento válido está vinculado às universidades, aos centros de saberes, pareceres técnicos e peritos, que acaba por dificultar - e às vezes impossibilitar - o diálogo entre a ciência e as tantas outras formas de saber. Com isso, segundo os autores, o conhecimento científico ocultou o contexto sócio-político que autoriza suas produções, encobrindo a irreal universalidade de sua pretensão de validade.

Inspirada na noção de epistemicídio, Marta Fernández (2019) denuncia a cumplicidade das RIs com o projeto colonial e sua sustentação do epistemicídio. Na medida em que naturaliza as ontologias e epistemologias que se pretendem universais, destaca-se o privilégio de visões de um mundo em que impera a supremacia branca, silencia e inferioriza saberes e cosmologias que fogem do tradicional. A contribuição de Fernández é preciosa para minha reflexão sobre o pensamento da Astropolítica, posto que as narrativas ocidentais e eurocêntricas foram - e continuam sendo - basilares para o campo da Política Espacial.

Para Marta Fernández (2019), o conhecimento produzido por teóricos do realismo, liberalismo e suas vertentes partem majoritariamente do pensamento de poucos homens brancos do mundo anglo-saxão e silenciam cosmovisões e racionalidades que vão na contramão da suposta verdade dos discursos eurocentrados. A autora argumenta que a partir dos anos 80, as correntes liberais e realistas passaram a compartilhar uma visão estreita de

⁵ Peço compreensão àqueles que prezam por uma abordagem metodológica rigorosa, por entender necessário justificar a inclusão de Boaventura de Sousa Santos neste trabalho em virtude de seu papel inaugural - agora em fase de contestação - envolvendo o termo "epistemicídio", essencial para este capítulo. Do ponto de vista decolonial, as pessoas a quem escolhemos referenciar positivamente são tão importantes quanto o trabalho desenvolvido. Em julho de 2023, a editora Routledge retirou de circulação do livro "*Sexual Misconduct in Academia*" o artigo intitulado "*The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia*", onde três pesquisadoras expuseram experiências de assédio protagonizadas por um "professor estrela". Em 30 de setembro de 2023, a Comissão Independente da Universidade de Coimbra foi destinatária de um extenso dossiê, composto por 213 páginas, que apresentava uma série de alegações envolvendo assédio sexual, assédio moral e extrativismo intelectual. Tais acusações foram direcionadas a Boaventura de Sousa Santos e a seu assistente, Bruno Sena Martins, ambos vinculados ao Centro de Estudos Sociais (CES). Enquanto as investigações seguem em andamento, faço desta nota de rodapé um espaço para reflexão da possibilidade de separar o autor da obra e quais condutas éticas, morais e políticas aqueles acadêmicos que estão comprometidos com o rompimento das violências de gênero podem adotar.

mundo, baseada em conceitos como a anarquia internacional e a "visão dos Estados como atores atomísticos, racionais e como os principais agentes do sistema internacional" (Fernández, 2019 p. 475). Por sua vez, neorealistas e neoliberais convergem quanto ao pressuposto da racionalidade dos atores, que leva à tomadas de ações pautadas na utilidade, sem qualquer interesse no bem-estar das demais unidades do sistema.

A ótica realista pretende analisar a Astropolítica a partir das projeções de poder e, até certo ponto, projetando as teorias geopolíticas clássicas para esse novo contexto. A teoria de *Astropolitik*⁶ de Everett Dolman (2005) se concentra na interseção da política, estratégia e tecnologia na exploração do espaço. Ele argumenta que a exploração espacial é uma extensão da história humana de exploração e conquista, e que as nações que buscam dominar o espaço terão uma vantagem estratégica sobre as que não o fazem. Assim, a exploração e a militarização do espaço são inevitáveis e as nações devem se preparar para lidar com os desafios e oportunidades que surgem a partir disso. Na sua visão, a Astropolítica é definida como uma teoria política determinista que busca manipular a relação entre o poder do Estado e o controle do espaço sideral, com o intuito de estender o domínio de uma única nação sobre a Terra. De acordo com Dolman (2005, p. 13), a nação que controlasse o espaço seria considerada superior em termos políticos, morais, culturais e econômicos.

Na própria definição da Astropolítica de Dolman podemos notar a forte influência da narrativa de Thomas Hobbes sobre o estado de natureza e o compromisso com uma suposta lógica contratualista que permitiria não apenas a sobrevivência da espécie humana, como daria substância para o seu desenvolvimento. Como destacado por Marta Fernández (2019), tanto nosso pensamento acadêmico quanto nossa imaginação política foram violentamente condicionados a partir de uma narrativa extremamente específica, limitada(dora) e racista baseada em meros relatos de colonos, que nos condicionou a presumir que o Estado soberano é a única alternativa ao estado de natureza, sendo este uma condição universal que marca o início do desenvolvimento da humanidade. Soma-se ainda o argumento de Beate Jahn (1999) de que o Estado de natureza obteve êxito em estruturar a desigualdade entre as autoridades soberanas, pois foi a partir desta ideia que as sociedades foram ranqueadas como atrasadas - aquelas que se encontravam nessa condição - ou modernas - aquelas que haviam superado essa condição por meio do Estado moderno (Fernández, 2019, p. 463).

⁶ Dolman combina combina "astro" (referente ao espaço exterior) com "politik" (referente à Realpolitik). Para fins de coesão textual, o termo "Astropolítica" será utilizado como sinônimo de "Astropolitik".

Inspirado nos princípios clássicos da geopolítica, como o poder naval de Alfred Mahan⁷ e na teoria de John Mackinder sobre o *Heartland*, de que "quem controla a Europa Oriental, controla o *Heartland*; quem comanda o *Heartland* comanda a Ilha Mundial; quem comanda a Ilha Mundial comanda o mundo" (Mackinder, 1919, p. 106, tradução minha)⁸. Everett Dolman estabeleceu uma máxima da Astropolítica neoclássica: "quem controla a baixa-órbita terrestre⁹, controla o espaço próximo do planeta. Quem controla o espaço próximo ao planeta, controla a Terra. Quem controla a Terra determina o destino da humanidade" (Dolman, 2005, p. 6, tradução minha)¹⁰. O espaço, então, é tido como um ambiente a ser conquistado e explorado a partir de um cenário competitivo e anárquico¹¹. Se assombro-me com estratégias criadas no século XXI por Dolman, um professor, funcionário da Agência de Segurança Nacional e do Comando Espacial dos Estados Unidos, que visa ao controle do espaço sideral para dominar toda a Terra e vale-se de termos como uma "nação superior", suas ponderações sobre as características daqueles que deveriam ser os primeiros a colonizar o espaço, deixam, para mim, ainda mais explícitas a lógica colonialista da Astropolítica. Dolman (2005) argumenta o que espaço exterior é um ambiente extraordinariamente áspero e inóspito e por isso:

A civilização humana [...] deve ser altamente evoluída antes mesmo da tentativa de ingressar, muito menos de colonizar. A primeira incursão [...] da exploração do espaço deve partir da combinação única de hipóteses hiper-fronteiriças e ambientes severos aos humanos. Que tipo de pessoas podem ser esperadas para lá ir? Que características elas irão valorizar? Que tipos de culturas e instituições governantes surgirão naturalmente, e como elas, por sua vez, afetarão a expansão futura para o espaço? (Dolman, 2005, p. 23, tradução minha)¹².

⁷ A partir de uma visão expansionista do poder estadunidense, Mahan funda a teoria geopolítica do poder marítimo que busca transformar os Estados Unidos numa grande potência marítima e insular, uma Ilha-continente, por meio da asseguarção de uma hegemonia incontestável, com a contenção do expansionismo japonês no extremo-orient e a substituição da Inglaterra na supremacia marítima mundial (Mello, 1994).

⁸ Do inglês: "Who rules Eastern Europe commands the Heartland. Who rules the Heartland commands the World Island. Who rules the World Island commands the world"

⁹ Everett Dolman dividiu o espaço em planos orbitais e estabeleceu algumas regiões como pontos geopolíticos vitais: a *Terra*, que inclui a Terra e sua atmosfera até logo abaixo da altitude mais baixa capaz de suportar a órbita sem energia; o Espaço terrestre ou *Earth Space*, que cobre a região da órbita mais baixa possível até a órbita geoestacionária; o Espaço Lunar ou *Lunar Space*: que se estende desde a órbita geoestacionária até a órbita da Lua; e Espaço Solar ou *Solar Space*: que consiste em tudo no sistema solar, além da órbita da lua" (ver Dolman, 2002, p.70).

¹⁰ Do inglês: "[...] who controls low Earth orbit controls near-Earth space. Who controls near-Earth space dominates Terra. Who dominates Terra determines the destiny of humankind"

¹¹ Trata-se da "última fronteira" por ser comparado ao *Heartland* Mackinderiano.

¹² Do inglês: "Human civilization cannot be expected to emerge there; it must be highly evolved before even the attempt at entry, much less colonization, can be made. The first foray into the astrodetermined effects of space exploration must start from the unique combination of hyper-frontier hypotheses and inhumanly harsh environments. What kind of people can be expected to go there? What characteristics will they hone, and which will they prize in their companions? What kinds of cultures and governing institutions will arise naturally, and how will they in turn affect future expansion into space?"

Baseando-se no determinismo ambiental¹³ e no modelo terrestre de exploração antártica, Dolman (2005) postula que os primeiros homens a colonizar o espaço serão “extremamente educados, rigorosamente treinados, psicologicamente testados quanto à resistência mental e muito aptos fisicamente”; serão selecionados “os melhores e mais brilhantes de nosso povo”; “racionais, voltados para análise científica e obcecados com suas profissões”. Em outras palavras, eles serão “um subconjunto superior da sociedade que deixam na Terra”. Como se suas palavras não fossem suficientes para explicitar o seletivo grupo o qual refere-se, Dolman deixa claro que os colonizadores do espaço “serão os mais capacitados, ou pelo menos os mais impiedosamente adequados, como a população dos Estados Unidos da América e da Austrália” (*Ibid*, p. 23, tradução minha)¹⁴. Por fim, a sociedade astropolítica deve ser preparada para “conceber como heróis” aqueles que assumem o risco da exploração espacial e renunciar aos gastos com programas sociais para canalizar fundos para as viagens ao espaço exterior (*Ibid*, p. 142).

Com isso, é possível notar que a internalização de discursos hegemônicos, como a noção de linearidade traçada pela ideia do estado de natureza ao Estado moderno, que enquadra a Europa no ponto mais desenvolvido da evolução humana, gera uma visão de mundo calcada na hierarquia de culturas que serve como base para teorias de relações desiguais entre comunidades políticas. Mais do que isso, como argumenta Shapiro (2008), sujeitos políticos são inviabilizados, resistidos e tidos como um “*alien*”, por não serem desejados na nação e para que deixem de existir em futuros alternativos. A lógica do estado de natureza se faz fortemente presente na Astropolítica de Dolman: trata-se da narrativa de um espaço geográfico quase inacessível e desconhecido, cujos perigos devem ser superados para alcançar a conquista. Em conformidade com a ideia de progresso, este espaço deve ser explorado por um Estado moderno que se encontra no estágio mais desenvolvido da evolução humana - os Estados Unidos, nesse caso - o qual poucos “heróis” selecionados para a missão de colonizá-lo devem possuir características específicas, defender uma cultura única e operar a serviço do que me permito chamar de supremacia branca, que, nos termos de Charles Mills (1999, p. 120), trata-se de uma distorção cognitiva moral e estética da branquitude que

¹³ O determinismo ambiental é uma teoria criada pelo geógrafo alemão, Friedrich Ratzel, no final do século XIX, que postulava a influência do meio físico na formação das características e comportamentos dos povos. Ratzel defendia que o ambiente natural exerce um papel determinante no desenvolvimento das sociedades, considerando fatores como clima, relevo e recursos naturais como determinantes para o desenvolvimento econômico e cultural de um povo (Carvalho Júnior, 2011, p. 143)

¹⁴ Do inglês: “[...] only the most physically and mentally fit members of the sponsor state/ society will be sent to explore and exploit space. They will be the most capably endowed (or at least the most ruthlessly suitable, as the populating of America and Australia”.

enquadra pessoas não brancas à condição de subpessoas. Em outras palavras, o padrão dessa sociedade astropolítica da qual fala Dolman é, fundamentalmente, a celebração e reprodução da branquitude.

Em contraste com as perspectivas realistas, o liberalismo e o neoliberalismo consideram os fatores domésticos e os atores não-estatais para analisar a dinâmica do espaço exterior, e a sua visão foi amplamente incorporada a partir do fim da Guerra Fria, com o despertar de novas potências espaciais, como União Europeia (UE), China e Índia e a ocorrência de aplicações militares e civis no uso do espaço (Al-Rodhan, 2012). Daniel Deudney (1983) é um dos principais teóricos da Astropolítica liberal e apesar de corroborar com a ideia de que o controle militar do espaço por um único Estado poderia levar ao domínio da Terra, levanta uma série de exemplos da história dos voos espaciais, como a missão Sputnik e a Estação Espacial Internacional, para argumentar que a promoção de relações pacíficas e mutuamente benéficas é o melhor caminho para que os Estados alcancem seus objetivos. Para Deudney, o fortalecimento de um regime internacional, e a "cooperação institucionalizada" ou a "astropolítica da colaboração", nos termos de Al-Rodhan (2012), são a melhor solução para os problemas relativos à governança do espaço.

Em linhas gerais, os teóricos da Astropolítica liberal estão ancorados nos princípios idealistas de Hugo Grotius e Immanuel Kant e consideram que a cooperação internacional é essencial para a exploração do espaço. As tentativas de negar o acesso ao espaço cósmico a outros Estados e o fortalecimento de atores hegemônicos são tidas como incompatíveis com o princípio de não apropriação regido pelo regime internacional. Em contraste com as perspectivas realistas, esses autores são favoráveis ao regime jurídico construído nas últimas décadas, contrários à militarização do espaço e defensores de que os atores não estatais sejam considerados nos processos internos da política espacial, uma vez que "à medida que empresas privadas e até mesmo indivíduos ganham acesso mais fácil ao espaço, sua influência na geopolítica precisa ser levada em consideração" (Al-Rodhan, 2012. p. 9, tradução minha)¹⁵.

Apesar de o discurso liberal parecer bastante convincente por tratar da promoção de relações pacíficas e cooperativas, atento-me àquilo que Fernández (2014; 2019) classifica enquanto "domesticação do internacional" e "erradicação da diferença". A pré-condição para a manutenção de uma Paz Democrática ou do fortalecimento de um regime internacional atrelado ao projeto liberal de paz no espaço exterior, é o condicionamento aos valores, normas e instituições que partem do mundo euro-estadunidense, produzidos sob a história única

¹⁵ Do inglês: "As private companies and even individuals gain easier access to space, their influence on geopolitics needs to be taken into account."

inventada no Ocidente, como os direitos humanos, a democracia, o livre-comércio, a boa governança e a cooperação sob o cânone de regimes internacionais. A diferença, portanto, é percebida no Outro não liberal como um atraso em relação ao Ocidente, perpetuando um projeto paralelo de erradicação da diferença (Fernández, 2014; 2019).

Nesse sentido, o modelo astropolítico liberal-republicano de Deudney não apenas supõe um sistema simétrico sem a dominação de um de seus atores sobre os outros, como não "reconhece as profundas assimetrias de aspirações e capacidades técnico-financeiro-militares entre Estados para o controle do espaço orbital" (Duvall; Havercroft, 2009, p. 50 *apud* Al-Rodhan, 2012, p. 13, tradução minha)¹⁶. Isto porque, nas palavras de Marta Fernández (2019, p. 473) o liberalismo está "geopoliticamente condicionado e como corporificado, [habita] um corpo branco e masculino". A pretensão universalizante e de não-localização da Astropolítica liberal omite vastas camadas de relações desiguais que contribuem para a manutenção de mundos excludentes.

Assim, a análise da Astropolítica sob a perspectiva etnocêntrica, marcada pela primazia das narrativas ocidentais e eurocêntricas, implica uma contribuição à homogeneização global e à obstrução das diferenças. Em contrapartida, o caminho oposto pode ensejar o reconhecimento de dimensões que ultrapassam os convencionais fatores militares e econômicos subjacentes ao debate astropolítico no âmbito das RIs.

1.2 Pós-Colonialismo e Astropolítica: as visões Orientalistas mobilizadas pelo Ocidente

- Agora, disse Nicholl de forma brusca, agora que não sei se retornaremos da Lua, quero saber o que faremos lá.
- O que faremos lá? [...] eu não faço ideia!
- [...]
- Foi você quem nos arrastou para essa viagem extraordinária, e queremos saber por quê!
- [...]
- Por quê? exclamou Michel, saltando um metro de altura, por quê? Para tomar posse da Lua em nome dos Estados Unidos! Para incorporar um quadragésimo estado à União! Para colonizar as regiões lunares, cultivá-las, povoá-las, transportar para lá todas as maravilhas da arte, da ciência e da indústria! Para civilizar os Selenitas, a menos que já sejam mais civilizados do que nós, e convertê-los em uma república, se já não o forem!
- E se não houver Selenitas! retrucou Nicholl
- Parem, desgraçados [...] se não houver Selenitas, podemos nos virar sem eles!
- Sim! exclamou Michel [...] podemos nos virar sem eles. Não precisamos dos Selenitas! Abaixo os Selenitas!
- A nós, o império da Lua, disse Nicholl.
- A nós três, constituamos a república!"

¹⁶ Do inglês: "In their view, such a model fails to 'acknowledge the profound asymmetries of aspirations and technological-financial-military capacities among states for control of orbital space'".

(Verne, 1870, pp.139-141, tradução minha)¹⁷

A descolonização da África e da Ásia, no século XX, assinalou uma mudança drástica no cenário internacional. A libertação de mais da metade da população mundial dos processos coloniais acrescida da diáspora dos povos libertos culminou na necessidade de refletir sobre o colonialismo e naquilo que alguns autores passaram a classificar como “pós-colonialismo”.

O termo pós-colonial emergiu nos anos 1970, mas passou a adquirir substância conceitual no mundo anglo-saxônico a partir dos anos 1980, com a obra *“The Empire writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures”* de Ashcroft (1992). Ania Loomba diz que “o termo ‘pós-colonialismo’ tornou-se tão heterogêneo e difuso que é impossível descrever satisfatoriamente o que seu estudo poderia envolver” (Loomba, 2002, p. 12). Nesse sentido, “não se pode dizer que exista uma teoria pós-colonial” (Mata, 2014, p. 31), na verdade, o que parece existir é um campo de estudos que congrega múltiplas percepções, vislumbrando o resgate e a construção de epistemologias e paradigmas metodológicos que perpassam a análise das relações de poder em torno da diferença étnica, racial, de classe, gênero e orientação sexual (Mata, 2014).

Ao buscar responder “quando foi o pós-colonial”, Stuart Hall (2003) nos fornece elementos para entender este campo de estudos. Em 1951, Hall deixou definitivamente a Jamaica para estudar literatura em Oxford. Enquanto migrante na Grã-Bretanha, na condição de um jamaicano vivendo na diáspora pós-colonial, o autor escreve a partir do marxismo, dos Estudos Culturais, da comunicação e do agenciamento político (Hall, 2003, pp. 9-15). Hall resgata o pensamento de Shohat (1992) de que há uma ambivalência muito grande no termo pós-colonial, pois “como outros ‘pós’ com os quais se alinha, o pós-colonial funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante” (Hall, 2003, p. 102).

Estaria, então, o prefixo “pós” relacionado a um passado, concluído e fechado, como sustenta Shohat (1992)? Sérgio Costa (2006) nos explica que o “pós” do termo pós-colonial não significa um ato contínuo, um “depois” na escala linear do tempo, posto que a partir da

¹⁷ Do francês: "Maintenant, dit Nicholl d'un ton bref, maintenant que je ne sais pas si nous reviendrons de la Lune, je veux savoir ce que nous y allons faire. / – Ce que nous y allons faire ? [...] je n'en sai [...] - C'est toi qui nous as entraînés dans ce voyage formidable, et nous voulons savoir pourquoi ! [...] – Pourquoi ? s'écria Michel, bondissant à la hauteur d'un mètre, pourquoi ? Pour prendre possession de la Lune au nom des États-Unis ! Pour ajouter un quarantième État à l'Union ! Pour coloniser les régions lunaires, pour les cultiver, pour les peupler, pour y transporter tous les prodiges de l'art, de la science et de l'industrie ! Pour civiliser les Sélénites, à moins qu'ils ne soient plus civilisés que nous, et les constituer en république, s'ils n'y sont déjà / – Et s'il n'y a pas de Sélénites ! riposta Nicholl / « Arrêtez, malheureux, dit-il en mettant ses deux compagnons dos à dos, s'il n'y a pas de Sélénites, on s'en passera ! / – Oui, s'exclama Michel, qui n'y tenait pas autrement, on s'en passera. Nous n'avons que faire des Sélénites ! À bas les Sélénites ! / – À nous l'empire de la Lune, dit Nicholl. – À nous trois, constituons la république !"

ótica cronológica o prefixo “pós” refere-se a locais com condições pós-coloniais significativamente distintas, como a própria condição imperial da pós-colônia, Estados Unidos da América (Costa, 2006). Hall (2003, p. 108-110) vai um pouco além e argumenta que o pós-colonialismo refere-se ao processo geral da descolonização e da própria colonização, subvertendo o binarismo colonizador/colonizado, uma vez que - mesmo de maneiras distintas - a colonização nunca foi externa às metrópoles imperiais, o que nos obriga a reinterpretar os binarismos culturais que separam o “aqui/lá”.

Pode-se dizer que o pós-colonial trata, portanto, de uma rede de relações laterais e transversais, na qual noções como global/local, centro/periferia, aqui/lá, casa/estrangeiro relacionam-se, reorganizam-se e moldam-se mutuamente. Mani e Frankenberg (1993, p. 301 *apud* Hall, 2003, p. 109) falam, então, de "formas distintas de 'encenar os encontros' entre as sociedades colonizadoras e 'seus outros', embora nem sempre da mesma forma ou no mesmo grau”.

Feitas as devidas ponderações, permito-me refletir sobre os (des)encontros e as aspirações colonialistas suscitadas pela Astrolítica. O movimento de superação da força gravitacional, a conquista da órbita terrestre e de outros mundos, o que é senão o intento de "descobrir e conquistar"? Estes dois termos, utilizados por Tzvetan Todorov (1982) em *"A Conquista da América: a Questão do Outro"* constituem um fundamento substancial para minha análise acerca da lógica colonizadora que permeia a Astropolítica e a exploração espacial. Todorov menciona a descoberta que o indivíduo faz do outro, tendo como marco referencial a primeira viagem de Colombo à região do Caribe e do México, no século XVI, que redundou na maior atrocidade genocida já registrada na história humana.

Desde os primórdios de nossa formação educacional, a história tradicional nos relata acerca do espírito desbravador que impulsionou os colonos em direção às Grandes Navegações. Cristóvão Colombo, sobretudo, é simbolizado enquanto um herói que exala bravura, coragem, perseverança e audácia, pois ousou se desvencilhar do conforto de suas terras e desbravar um oceano desconhecido (Koning, 1992, pp. 22-27). As viagens ao espaço, como analisado no capítulo 3, são narradas como uma das mais perigosas e nocivas aventuras que a humanidade já se dispôs a enfrentar. Nesse cenário, os astronautas são elevados ao posto de heróis destemidos que foram muito além da fronteira terrestre, lugar onde a civilização humana apenas ousou sonhar. Entretanto, será o simples desejo de desbravar o desconhecido a motivação que justifica essas expedições?

Ao ler os diários, cartas e relatórios escritos por Colombo, Todorov (1982) nos alerta que, em um primeiro momento, podemos ter a impressão de que o principal motivo propulsor

da expansão marítima iniciada no século XV foi o desejo de enriquecer. De fato, são muitas as menções sobre a ambição em encontrar o ouro e a promessa de que no fim daquele árduo e longo caminho haveria muitas riquezas era uma estratégia de confortar os marinheiros já incrédulos. Em 1969, no entanto, com a chegada do homem à Lua, a mineração de metais preciosos não era considerada uma possibilidade por conta da incompatibilidade tecnológica da época. Ainda assim, durante a Guerra Fria, enquanto a NASA planejava suas primeiras missões lunares, a ONU elaborou o Tratado do Espaço Sideral, estabelecendo que a sua exploração deveria servir ao benefício de toda a humanidade. Nos termos aqui adotados, seus recursos naturais não podem ser saqueados por “conquistadores”.

Remonta a 1963 a “Declaração dos princípios de base da atividade dos Estados para o descobrimento e a utilização do espaço cósmico”, adotada pela Assembleia- Geral da ONU. Trata-se da Resolução n. 1.962 (XVIII) sobre o espaço extra-atmosférico, na qual se dispõe que “o espaço extra-atmosférico, compreendendo a lua e os demais corpos celestes, não pode ser objeto de apropriação nacional através de proclamação de soberania, utilização, ou ocupação, nem por nenhum outro meio”. Da mesma Resolução, aprovada por unanimidade a 13 de dezembro de 1963, consta que “as atividades dos Estados relativas à exploração e utilização do espaço extra-atmosférico se efetuarão de acordo com o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas”. De último, um novo tratado foi assinado, em 1967, com adesão de numerosos países membros da ONU, interditando a colocação de armas de destruição em massa numa órbita ao redor da Terra, bem como a instalação de bases ou fortificações militares nos corpos celestes (Bonavides, 2013, p. 103).

Voltando para a pergunta inicial, se não o espírito aventureiro, a riqueza, o ouro e a mineração de asteroides, qual o propósito inicial de transpassar os mares e os céus? Para Todorov (1982), o ano de 1492 simboliza um duplo movimento na história da Espanha, uma vez que ao mesmo tempo em que o país repudiava o outro em seu interior, com a expulsão de judeus de seu território durante a batalha de Granada, descobria o seu outro exterior, a América que viria a ser latina (Todorov, 1982, p. 40). Em paralelo, na lógica da Guerra Fria há o reconhecimento de um Outro, representado por territórios tidos enquanto inimigos, que devem ser destruídos e, ao mesmo tempo, há a tomada de um espaço cósmico, exterior.

Uma possível hipótese do motivo desencadeador das viagens marítimas e espaciais pode ter elementos inseridos na teoria de Edward Said sobre o Orientalismo (1990). Said foi um crítico literário nascido em Jerusalém e um ativista político pela causa da Palestina. Seu livro mais emblemático é considerado o “manifesto de fundação” do pós-colonialismo e foi inspirado nos trabalhos de Frantz Fanon¹⁸ (1965; 1952), no qual o autor martinique procurou

¹⁸ Frantz Fanon nasceu na Martinica, em 1925, numa época em que a ilha era ocupada pela França. Ainda jovem, durante a Segunda Guerra, lutou ao lado do exército francês contra a Alemanha nazista, e vivenciou um duplo movimento que ao passo em que o colocou em contato com a luta resistência, o fez sentir na pele os efeitos do racismo. O autor faleceu aos 36 anos, em 1961, e um de seus livros mais célebres, *Os Condenados da*

descrever o mundo moderno a partir da perspectiva do negro e do colonizado, em combinação com a crítica foucaultiana à episteme das ciências humanas (Costa, 2006, p. 118).

Said (1990) vale-se da distinção binária entre Ocidente e Oriente para estabelecer uma conexão entre a empreitada e o discurso do colonizador e então descrever o orientalismo como uma caracterização da história moderna - repleta de representações e estereótipos - que a partir do binarismo se auto representa como Ocidente em oposição ao Oriente imaginado:

[...] (o) Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem idéia, personalidade, experiência e contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material européia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (Said, 1990, pp. 13-14)

Assim, na leitura apresentada por Edward Said (1990), o orientalismo constituiu uma distinção binária que produz e reproduz o Outro como inferior - paralelamente definindo o nós em sua oposição -, desarticulado de sua veracidade e sempre como representação daquilo que o "nós" não é e não deseja ser. Ainda que o espaço geográfico do Oriente tenha sido estruturado e imaginado, o orientalismo se expressa mais fortemente por meio de uma fronteira cultural. Said analisa os trabalhos do romancista inglês Rudyard Kipling, como o poema "*O Fardo do Homem Branco*", para refletir sobre a retórica do humanismo cultural. Em trechos como "Liberdade para nós e liberdade para os nossos filhos! E, frustrada a liberdade, a Guerra", Said (1990, p. 232) percebe que por trás da suposta liderança amistosa do Homem Branco está sempre encoberta a disposição de usar a força, matar e ser morto caso seus desejos não sejam concretizados.

Em resposta às críticas de que o orientalismo de Edward Said não discrimina os distintos imperialismos, Stuart Hall (1996) busca generalizar o caso do orientalismo por meio da ideia West/Rest, "O Ocidente e o Resto". Hall parte do ponto do que a formação discursiva que interpreta o mundo por meio da dicotomia criada entre o Ocidente/Resto é demasiadamente destrutiva por fazer distinções simplistas, brutas e construir uma concepção excessivamente superficial da "diferença" (Inayatullah e Blaney, 2004). Hall busca em Foucault a explicação de que o discurso não pode ser confundido com ideologia (Hall, 1996).

Terra foi escrito nos seus últimos meses de vida, assistindo à Revolução Argelina. No próprio dia da publicação, o livro foi apreendido e censurado na França por ser considerado ameaça à segurança nacional (Durão, 2016).

A teoria discursiva de Foucault postula que a ideologia encontra as suas bases na distinção entre afirmações verdadeiras (ciência) e falsas (ideologia), cabendo aos indivíduos, através de suas crenças aos fatos de mundo, a decisão entre as verdadeiras e as falsas. No entanto, Foucault argumenta que nas esferas sociais, políticas e morais não há a possibilidade de definir precisamente a (in)veracidade da afirmação, uma vez que os fatos podem ser concebidos de maneiras diferentes e a linguagem utilizada interfere no processo final de decisão (Hall, 1996, p. 334).

Torna-se mais factível, portanto, discutir o contexto do qual os discursos são derivados, em vez de focar no seu teor de verdade. O “regime de verdade” (Costa, 2006, p. 119) ou os “sistemas de representação”¹⁹, nos termos de Hall, assume eficácia prática por serem capazes de incorporar elementos de outros discursos, conectando-os em uma rede de significados que mantém um núcleo original de sentidos, como no caso do discurso da Europa, que incorporou elementos do Cristianismo - com a alteração e tradução de seu sentido - e permanece inserido nos discursos mais recentes do Ocidente (Hall, 1996, pp. 319 - 331).

À vista disso, conforme Hall, o discurso Ocidente/Resto tornou-se um dos fundamentos da sociologia moderna, garantindo às normas sociais, aos valores e estruturas das sociedades ditas ocidentais o modelo universal que define o que são sociedades modernas. Exemplos da incorporação do binarismo Ocidente/Resto pela sociologia moderna seriam, para Hall (1997, *apud* Costa, 2006), o patrimonialismo de Weber, o modo de produção asiático de Marx e a narrativa centrada no Estado-nação “ocidental”, que reduz a história moderna a uma ocidentalização do mundo sem considerar as diferentes temporalidades e historicidades que foram violenta e irreversivelmente aglutinadas.

Isto posto, a partir da leitura do diário da primeira viagem de Colombo, Todorov (1982) presume que apesar da influência dos impulsos ligados à riqueza e à apreciação da natureza, a possibilidade do “crescimento da santa fé cristã” e a “vitória universal do cristianismo” foi um dos maiores combustíveis para a expansão marítima. O encontro entre o “Velho” e o “Novo Mundo” foi um tipo particular de descoberta: trata-se da conquista, do combate, de uma guerra do eu contra o Outro. A eliminação deste Outro tem um caráter moldado pela conversão ao cristianismo. O discurso de uma suposta salvação das almas incrédulas carrega uma afirmação radical: “a conversão deve ser total: nenhum indivíduo,

¹⁹ Stuart Hall refere-se a “sistema” por entender que ele não se sustenta por si só, existe um conjunto com outras imagens e ideias que compõem o todo: por exemplo, “ocidental” = urbano = desenvolvido; ou “não ocidental” = não industrial = rural = agricultor = subdesenvolvido (Hall, 1996, p. 316).

nenhuma parcela do indivíduo, nenhuma prática, por mais fútil que possa parecer, deve escapar-lhe” (Todorov, 1982, p. 110).

Converter, neste sentido, não significa um mero “abraço” de um povo à prática de determinada crença. Há, no processo colonial, a instauração de um maniqueísmo pelo colonizador que coloca a si e os seus valores como superiores e desumaniza, bestializa e animaliza o colonizado, negando sua identidade, sua língua, sua cultura, sua autoestima, seu saber, sua ciência e sua humanidade. O projeto evangelizador é alimentado por uma narrativa de salvação, boa vontade e sentimentos humanitários em relação aos indígenas, que, na verdade, se baseia na identificação da diferença do Outro que, voluntariamente, deve renunciar a si mesmo, suprimir todos os seus traços e adotar os costumes do colonizador. A descontinuidade entre o divino e o humano reside precisamente na negação da subordinação. Os povos nativos poderiam até ser considerados iguais diante de Deus, desde que aceitassem moldar-se nos padrões dos europeus. Aqueles que o negavam eram identificados como inimigos, colocados em posição de desigualdade, subjugados militar e politicamente e, por fim, destruídos e massacrados (Todorov, 1982, p. 27).

A lógica de colonizar, assimilar e aniquilar também está fortemente presente na bipolaridade da Guerra Fria. Se a construção do Ocidente deu-se por meio de - em oposição à - invenção do Oriente, o contrário não aconteceu. Said afirma que o orientalismo foi alimentado por europeus, e posteriormente por estadunidenses, mas nunca houve um processo intelectual parecido no Oriente, haja vista o número ínfimo de livros orientais escritos sobre o Ocidente. Mais do que isso, Said reforça que nem sempre os intelectuais europeus eram conscientes do orientalismo, mas argumenta que “a linguagem mítica é um discurso [...] (e) o discurso não é feito quando se quer, nem são feitas declarações de seu interior sem que antes pertença [...] à ideologia e às instituições que garantem a sua existência (Said, 1990, p. 325).

Assim, a Astropolítica surge emaranhada ao contexto de invenção do Outro, um inimigo - na visão estadunidense, oriental, soviético e comunista - que precisa ser aniquilado. Aniquilação esta que não necessariamente ocorre, em primeira instância, com o uso da força militar. O discurso do desenvolvimento espacial carrega uma simbologia: ao mesmo tempo em que o inimigo a ser minado é colocado em uma posição de inferioridade civilizacional, científica, bélica e tecnológica, instila o pavor no imaginário coletivo. A lógica de descobrir e conquistar transforma-se no discurso oficial de um jogo de poderes entre dois modelos civilizatórios que se enfrentam. Se uma nação é tão superior ao ponto de ser capaz de alcançar o feito inédito de conquistar a Lua, cooptar e destruir o Outro passa a ser somente uma questão de tempo e disposição.

Em sua *"Geopolítica Cinematográfica"*, ao explorar a importância do cinema na formação dos imaginários que determinam a representação da geografia política global, Shapiro (2009) abre margem para a minha reflexão sobre como as produções midiáticas acerca das viagens espaciais podem ser geradoras de imaginários geopolíticos. A título de exemplificação, a imagem do alienígena na ficção possui traços imperialistas, colonialistas e raciais²⁰. Segundo o dicionário Michaelis, "alienígena" é uma palavra latina que designa aquilo ou aquele que é de outro país, o estrangeiro, o forasteiro²¹. Os "*aliens*" do Velho Mundo foram aniquilados por europeus para manter a identidade e estabilidade do mundo - reduzindo a visão estreita do que seria o "mundo" para eles. Quando incorporado às narrativas de ficção científica, o discurso colonialista torna os alienígenas como uma projeção da própria história colonial, que produz um terror terrestre vinculado ao destino coletivo da escravização da humanidade.

A experiência colonizadora também foi responsável por aflorar o desejo humano pelas viagens orbitais, extra-planetárias e galácticas. As ambições capitalistas das viagens de turismo²² são ilustradas em grandes produções, como "O Vingador do Futuro" (Total Recall, Paul Verhoeven, 1990) e em campanhas publicitárias como a do filme Blade Runner – o caçador de andróides (Blade Runner, Ridley Scott, 1982), no qual as colônias extraterrestres remontam às políticas europeias de incentivo à colonização do Novo Mundo, uma vez que representam um paraíso pós-moderno a ser penetrado, desbravado, conquistado e habitado (Markendorf, 2015).

Indo um pouco mais além, como bem coloca Todorov (1982, p. 68), ainda que os cronistas se equivoquem, narrem acontecimentos falsos e criem ficções, suas obras revelam a ideologia do autor, de um grupo ou de uma nação. Ao conceber o Outro, o qual refere-se Said

²⁰ Marcio Markendorf (2015) faz um ensaio minucioso com a análise de obras cinematográficas e da literatura produzidas, em especial durante a Guerra Fria, que tratam da alegoria dos seres extraterrestres. Para o autor, no embate entre o Ocidente e Oriente, este é sempre retratado por aquele como uma raça inferior através do olhar orientalista, que reduz a civilização oriental a "uma massa de parasitas sem alma, decadentes, ambiciosos, desenraizados, descrentes e insensíveis" (Markendorf, 2015, p. 100). A invenção dos inimigos é tema persistente nas ficções de temáticas alienígenas, com forte influência do colonialismo. Muitas das produções demonstram que a luta contra o "selvagem" não passa de uma versão atualizada dos empreendimentos dos heróis civilizadores contra as nações indigenizadas aos olhos do invasor. Para o autor, não apenas é bastante claro o paralelo entre alienígenas/planeta Terra e conquistadores europeus/índigenas nas narrativas fictícias, como dicotômico: "os filmes tratam do ser humano sendo colonizado por alienígenas, quando, a essa altura da história, é o próprio ser humano que quer assumir esse papel no universo" (Markendorf, 2015, p. 100).

²¹ ALIENÍGENA. In: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, [s.d.]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alien%C3%ADgena/>>. Acesso em: 29/01/2024.

²² Desde 2015, a indústria aeroespacial vem crescendo exponencialmente e, em 2022, foi avaliada em US\$486 bilhões, com previsões de que deve alcançar a cifra de US\$1,879 trilhão na próxima década. (Sperichal Insights, 2022). Assim, o mercado tornou-se altamente atrativo para os atores privados, que estão fortemente envolvidos com a indústria de lançamento de satélites e controlam o turismo espacial, capaz de realizar a fantasia da ficção científica de viajar para o espaço a lazer, recreação ou para fins comerciais (Forganni, 2017).

(1990) como uma abstração, entendo que a descoberta que o eu faz do outro, seus encontros e desencontros não precisam ser reais e concretos. O Outro pode ser um grupo inserido em uma sociedade ou ser exterior a ela. O Outro pode estar próximo do Nós, em algum grau, no plano cultural, moral e histórico, ou ser completamente desconhecido, estrangeiro, alienígena, sem a mera possibilidade do reconhecimento de fazermos parte de uma espécie. Principalmente, o Outro não passa de uma invenção, um jogo de ficção e, por isso, pode residir no cosmos, em outras galáxias ou até mesmo ser representado por outros mundos que precisam ser conquistados. A Astropolítica, nesse sentido, mobiliza visões orientalistas, criando inimigos, declarando guerra ao desconhecido e perpetuando narrativas de inovação e progresso.

1.3 Decolonialidade e Astropolítica: um mundo entre muitos mundos

O que vem sendo chamado de “giro decolonial”²³, é um movimento teórico e político que busca desafiar a hegemonia do pensamento ocidental moderno para promover epistemologias mais amplas e plurais, por meio do estabelecimento de uma ruptura com os estudos subalternos e a promoção da radicalização do argumento pós-colonial (Ballestrin, 2013, pp. 89-92). Este pensamento busca "uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos" (Escobar, 2003, p. 53 *apud* Ballestrin, 2013, p. 98), e nasce a partir das contribuições de autores como Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel e Boaventura de Sousa Santos

Para assimilar a proposta do pensamento decolonial é necessário, antes, apresentar acerca do conceito de colonialidade. Nelson Maldonado-Torres (2018) nos explica que há uma distinção entre colonialismo e colonialidade: a colonialidade está relacionada a um padrão de poder que emerge como resultado do colonialismo moderno; o colonialismo, em sua forma genérica, remonta à uma formação histórica dos territórios coloniais, enquanto o colonialismo moderno está relacionado com as formas específicas pelas quais os impérios ocidentais invadiram e colonizaram a maior parte do mundo a partir de meados de século XIV. Assim, a colonialidade pode ser apreendida enquanto uma lógica global de desumanização que é capaz de sobreviver mesmo na ausência do colonialismo formal. Além

²³ O “giro decolonial” é um termo cunhado em 2005 por Nelson Maldonado-Torres a partir de um diálogo com um grupo de filósofos caribenhos e filósofas latinas no *Mapping Decolonial Turn*. O termo remonta a um movimento teórico e prático, político e epistemológico de resistência à lógica da modernidade/colonialidade" e está atrelado ao grupo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013, p. 105).

disso, a persistência de práticas coloniais foi identificada, entre outros, pelos pensadores do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (Ballestrin, 2013, p. 105; Maldonado-Torres, 2018, p. 41).

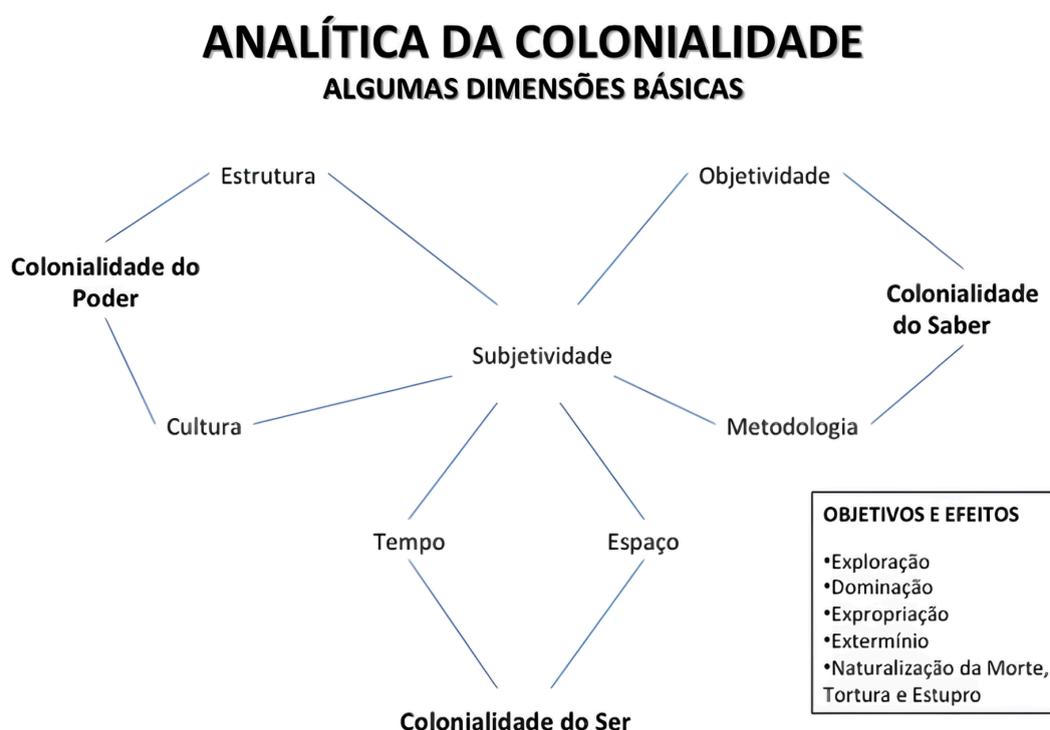
Walter D. Mignolo (2013; 2017) descreve a colonialidade como o lado constitutivo, oculto e necessário da modernidade que permitiu com que esta deturpasse a história, celebrando a edificação da civilização ocidental ao passo em que escondeu o horror, a violência, a barbárie e a desumanidade da colonialidade que a permitiu emergir. A modernidade/colonialidade é entendida como uma moeda de duas faces, em que imperou a naturalização de hierarquias e subordinações raciais, de gênero, sexualidade, conhecimento e subjetividades, construídas sob a lógica da diferença colonial (Mignolo, 2017). Dussel (2005, p. 30) concorda com a máxima de que a modernidade é uma ficção que oculta a colonialidade, a descreve sua evolução da seguinte maneira:

- I. A civilização moderna sustenta no inconsciente coletivo uma posição eurocêntrica ao apresentar-se como a mais desenvolvida e superior das civilizações.
- II. Enquanto superior, há um fardo, uma missão moral de desenvolver os Outros, tidos como mais primitivos, bárbaros e rudes.
- III. A "falácia desenvolvimentista" é perpetrada inconscientemente com a replicação da ideia de que o caminho do processo de desenvolvimento seguido pela Europa deve ser reproduzido.
- IV. Em último caso, a práxis moderna deve exercer a violência e a "guerra justa colonial" deve ser reivindicada caso o bárbaro se oponha ao processo civilizador.
- V. Esta dominação produz vítimas - de muitas e variadas maneiras - e o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas em sacrifícios, como se a subjugação delas fosse justificada como um meio para alcançar algum tipo de salvação ou benefício, como o indígena colonizado, o africano escravizado, a mulher submissa e a destruição ecológica.
- VI. Para o moderno, o bárbaro tem uma "culpa", por opor-se ao processo civilizador, que leva a modernidade a apresentar-se não apenas como inocente, mas como "emancipadora" dessa "culpa" de suas próprias vítimas.
- VII. Por último, para os outros povos atrasados, para as outras raças escravizáveis e para o outro sexo frágil, os custos da "modernização", ou seja, seus sofrimentos e sacrifícios, são tidos como inevitáveis pelo caráter "civilizatório" da modernidade.

Nesse sentido, a colonialidade envolve não somente a expropriação de terras e recursos, mas também a exploração de corpos pelo trabalho e a dominação das mentes por formas de pensamento que geram a colonização e a auto colonização, envolvendo uma transformação radical do saber, do ser e do poder, que leva à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder (Maldonado-Torres, 2018, p. 48). O conceito de colonialidade do poder foi desenvolvido por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo M/C, para expressar a constatação de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não cessaram com o fim do colonialismo. A partir deste primeiro conceito, foram propostos posteriormente, como apresento adiante, as categorias de colonialidade do ser e do saber.

Para fins elucidativos, o esquema (figura 2) elaborado por Nelson Maldonado-Torres (2018) pode auxiliar na compreensão das dimensões básicas da colonialidade, das suas formas de expressar-se e de seus atravessamentos.

Figura 2. Analítica da colonialidade – Algumas dimensões básicas



Fonte: Maldonado-Torres, Nelson, 2018, p. 50.

Para Maldonado (2018), as colonialidades do saber, ser e poder são constituídas por uma visão única de mundo, sendo os três componentes fundamentais da modernidade/colonialidade. Cada uma dessas principais dimensões estão relacionadas a ao

menos três componentes básicos, sendo a subjetividade o elemento o comum entre elas: a colonialidade do saber relacionada ao método e objetividade; a colonialidade do ser relacionada ao tempo e espaço; e a colonialidade do poder relacionada à estrutura, cultura. Em síntese, um sujeito²⁴ é constituído e sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber. Os objetivos e efeitos das três formas de expressão da colonialidade são as múltiplas camadas de desumanização dentro da modernidade/colonialidade, através da exploração, da dominação, da expropriação, do extermínio, da naturalização da morte, da tortura e do estupro que, em conjunto, buscam manter os sujeitos condenados em seus lugares, que Maldonado descreve como o “inferno”, em oposição ao céu e a salvação do civilizado (Maldonado-Torres, 2018, pp. 48- 51).

Feitas as considerações acerca do conceito de colonialidade, cabe refletir sobre o projeto moderno/colonial intrincado à Política Espacial. Para auxiliar na compreensão das dimensões da colonialidade da Astropolítica, reformulei o esquema (figura 2) de Nelson Maldonado-Torres (2018), com a inserção de pontos que considero centrais, como pode-se observar na figura 3.

²⁴ Nelson Maldonado-Torres (2018) faz referência ao sujeito preto de Frantz Fanon (2008), que é tido tanto como produto quanto como um gerador da estrutura social e cultural, além de possuidor de uma completa visão de mundo de um tempo.

Figura 3. Analítica da Astropolítica – Algumas dimensões básicas da colonialidade



Fonte: Elaboração própria, com base na Analítica da Colonialidade de Nelson Maldonado-Torres (2018)

Talvez a finalidade mais evidente da Astropolítica reside no controle do espaço exterior, cujos efeitos reverberam diretamente nas relações de poder que engendram mecanismos de governança e domínio sobre a vida terrestre. Nesse viés, o conceito de colonialidade do poder se revela como uma matriz hegemônica que busca integrar as múltiplas relações culturais, políticas e econômicas como parte de uma estrutura hegemônica que se entrelaça com o capitalismo como sistema preponderante (Grosfoguel, 2006). Tal estrutura colonial do poder engendra discriminações sociais, étnicas, culturais e raciais que viabilizam a dominação em escala global (Quijano, 1992). Em virtude de sua marca continuativa, a colonialidade não cessa, antes se adapta e readapta, mantendo suas feições e encontrando novos modos de perpetuação.

A Astropolítica está associada ao desenvolvimento de orientações políticas, militares e estratégicas em conjunto com a diplomacia, a propaganda, as operações secretas, a informação e a economia (Baltazar, 2011, p. 33). As dinâmicas da Guerra Fria acarretaram na consolidação de uma potência hegemônica, os Estados Unidos da América, que objetiva a manutenção do controle terrestre a partir das aplicações do poder no espaço. Este controle origina-se da ideia de raça ou de racismo como um princípio organizador do capitalismo

mundial e de todas as outras relações de dominação, sejam "intersubjetivas, identitárias, sexuais, laborais, de autoridade política, pedagógicas, linguísticas ou espaciais" (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 47). Ainda que a América Latina tenha sido o laboratório da estrutura de poder, extensa e profundamente entrelaçada, que estabeleceu inúmeras hierarquias globais sobrepostas sob a égide do homem europeu / capitalista / militar / cristão / patriarcal / branco / heterossexual, o mundo moderno/colonial passou a ser parte dessa estrutura.

A matriz de poder encontra maneiras de se reorganizar, incorporar outros inimigos e sujeitos subalternizados e estabelecer uma hegemonia representada por uma potência, a exemplo disso, cito o que Patrick Cohrs (2018) chama de "Pax Atlântica": calcada no Plano Marshall²⁵, na Aliança do Atlântico Norte²⁶ e no estabelecimento de um Oriente que partilha de uma civilização comum, ao passo em que na Ásia, na América Latina e nos tantos locais Outros prosperou uma espécie de "neo imperialismo". Durante a Guerra Fria, foi estabelecido um novo tipo de hegemonia estadunidense, na qual os Estados Unidos e a Europa ocidental construíam cooperativamente mecanismos cujos aspectos econômicos, políticos e culturais buscavam o estabelecimento de um sistema euro-atlântico, mutuamente benéfico e baseado em valores, normas e ideologias comuns. Para o autor, apesar de este processo ter passado a operar a partir de 1946, ele foi arquitetado desde 1917, com o findar da Primeira Guerra Mundial, por meio de acordos e alianças inter e transnacionais, que produziram o sentimento de legitimidade e criaram uma base fortificada para a formulação de uma nova ordem global (Cohrs, 2018). A Astropolítica, nesse sentido, atua enquanto uma nova ferramenta de manutenção do mundo moderno/colonial, atravessada pela hegemonia e pela dominação.

O conceito de colonialidade do ser, por sua vez, foi desenvolvido inicialmente por Walter D. Mignolo pela necessidade de entender os efeitos da colonialidade na experiência vivida na colonização, com a materialização do ser nos processos de subjugação que afetam os corpos, as mentes e as subjetividades. Nestes termos, a colonialidade do ser é entendida

²⁵ O Programa de Recuperação Europeia ou Plano Marshall foi o principal plano dos Estados Unidos para auxiliar na reconstrução dos países aliados da Europa que aderiram à Organização Europeia para a Cooperação Econômica nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. (Brown; Opie, 1953).

²⁶ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou Aliança do Atlântico, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte de 1949, que constituiu um sistema de defesa coletiva pelo qual os seus Estados-membros se comprometem com a defesa mútua em resposta a qualquer ataque proveniente de entidades externas à organização (Prado, 2017, pp. 55-78). Seus membros fundadores foram originalmente 12, todos localizados na Europa e América do Norte, sendo eles Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Ao longo dos anos, a OTAN passou por expansões, e novos países se tornaram membros. Em 2024, os países membros da OTAN são 31, além dos membros fundadores, integram a organização Albânia, Alemanha, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia do Norte, Montenegro, Polônia, República Tcheca, Romênia e Turquia (OTAN, 2024)

enquanto uma expressão radical da dimensão trans ontológica - a diferença entre o ser e o que está além do ser - na formulação de um mundo no qual as guerras são naturalizadas por meio da ideia de raça. Em outras palavras, as mesmas ideias que inspiram atos desumanos de guerra, como a escravidão, o estupro e o assassinato, são legitimados pela modernidade por meio da ideia de raça, e gradualmente tidos como naturais para os povos colonizados, interferindo diretamente nas suas relações e nos modos de vida (Maldonado-Torres, 2007, pp. 144- 153).

A colonialidade do ser é perpetuada pela Astropolítica em diversas dimensões, algumas vezes de maneira bastante explícita, outras de forma mais subjetiva, por meio de recursos imaginativos, alegóricos e mitológicos. Michael Collins, Buzz Aldrin e Neil Armstrong consagraram-se como os três primeiros dentre os homens a pisarem no satélite natural da Terra, ainda na Guerra Fria. A conquista a Lua não apenas foi simbolizada pelo corpo de um homem branco, estadunidense, capitalista, militar e heterossexual, como nunca um homem negro ou uma mulher foram levados à superfície lunar²⁷. Como destacado anteriormente, a exploração do espaço e os possíveis novos mundos a serem habitados, deveriam incluir somente os seres mais evoluídos da civilização humana, o que obviamente não inclui os corpos tão subjugados pela colonialidade.

Soma-se ainda o fato de que parece ser de interesse de algumas agências espaciais a reprodução da ideia de que não apenas não estamos sozinhos no universo - o que cientificamente é relativamente possível, ainda que inverificável, dada a infinitude do cosmos - mas principalmente a noção de que o inimigo, o *alien*, está perto da Terra, constantemente nos observando - o que é muito improvável cientificamente. A exemplo disso, relembro as falas de Edgar Mitchell (2015), um dos mais renomados astronautas da NASA, que afirma, sem qualquer tipo de evidência, que governos ocultam as visitas extraterrestres à Terra e os *aliens* influenciaram o destino da humanidade durante a Guerra Fria. Suas palavras sequer foram repreendidas institucionalmente.

O que chamo aqui de “alienigenalização” está muito longe de meras teorias conspiratórias. Trata-se da adaptação da retórica da diferenciação entre o ser e o que transpassa o ser, como a separação humano x natureza, e a noção de que mesmo dentre os humanos existem aqueles menos evoluídos, menos humanos, consolidada pela anarquia do

²⁷ A necessidade de “representatividade” parece ter sido percebida pelo Ocidente nos últimos anos. Em julho de 2021, o Brasil tornou-se a única nação da América Latina e a décima segunda no mundo a assinar acordo do Programa Lunar Artemis da NASA, sendo um dos objetivos do projeto o retorno dos voos tripulados à Lua e, com bastante atraso, levar a primeira mulher e o primeiro homem negro, dentre os quatro astronautas selecionados, à superfície lunar em 2024 (Peixoto, 2023).

Sistema Internacional, como um estado perpétuo da natureza, cujo caráter é para sempre “primitivo”, “selvagem” ou “bárbaro”. Uma vez embebida na diferenciação racial, para a Astropolítica não importa se o alvo a ser aniquilado é um indivíduo específico, um grupo social, uma nação como um todo ou seres de outros mundos que presumem-se existentes. O que importa é a manutenção da narrativa racializada.

Por fim, o conceito de colonialidade do saber está ligado à pretensão de universalidade e ao eurocentrismo da produção de conhecimento. Essa discussão foi uma das mais recorrentes no M/C e relaciona-se intrinsecamente ao que Walter D. Mignolo chamou de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”²⁸ (Ballestrin, 2013, p. 103). Como estratégia da colonialidade do saber, não apenas saberes subalternos foram excluídos, omitidos, silenciados e/ou ignorados, como a localização geopolítica e “corpo-política” do sujeito falante é sempre oculta da análise. Ou seja, apaga-se a localização étnica, racial, de gênero e sexualidade do sujeito falante para produzir um mito de conhecimento universal, que não apenas esconde o orador ao separá-lo do objeto de análise, como encobre o seu autoritarismo, sua localização epistêmica e as estruturas de poder que o permitem falar. (Grosfoguel, 2006, pp. 22-23). Como analisaríamos, pergunta Grosfoguel, “o sistema-mundo se movêssemos o *locus* de enunciação do homem europeu para uma mulher indígena nas Américas, para, digamos, Rigoberta Menchú na Guatemala ou Domitila na Bolívia?” (Grosfoguel, 2006, p. 24, tradução minha)²⁹.

A Astropolítica volta-se à episteme eurocêntrica para conceber métodos de orientação espacial, o céu, os fenômenos astronômicos, a Terra, os astros e outros mundos³⁰. Mario Blaser e Marisol de la Cadena argumentam que a ocupação ontológica contemporânea manifesta práticas coloniais pelo estabelecimento de um mundo único: “um mundo que

²⁸ A diferença colonial é uma estratégia da modernidade/colonialidade que transforma a diferença cultural em valores e hierarquias raciais, patriarcais e geopolíticas. Classificações como “Novo Mundo”, “Terceiro Mundo”, “Países Emergentes” são utilizadas para rebaixar populações e regiões do mundo e transformar diferenças em valores, por meio da diferença colonial (Mignolo, 2000, pp. 187-224). Há de se ressaltar, no entanto, que, por mais que o termo “Terceiro Mundo” tenha surgido em 1952 como conceito para designar “países subdesenvolvidos”, diversos políticos, artistas e intelectuais dessas regiões passaram a reivindicar o “terceiromundismo” como identidade e ideologia em resistência ao seu cunho negativo (Albuquerque, 2011).

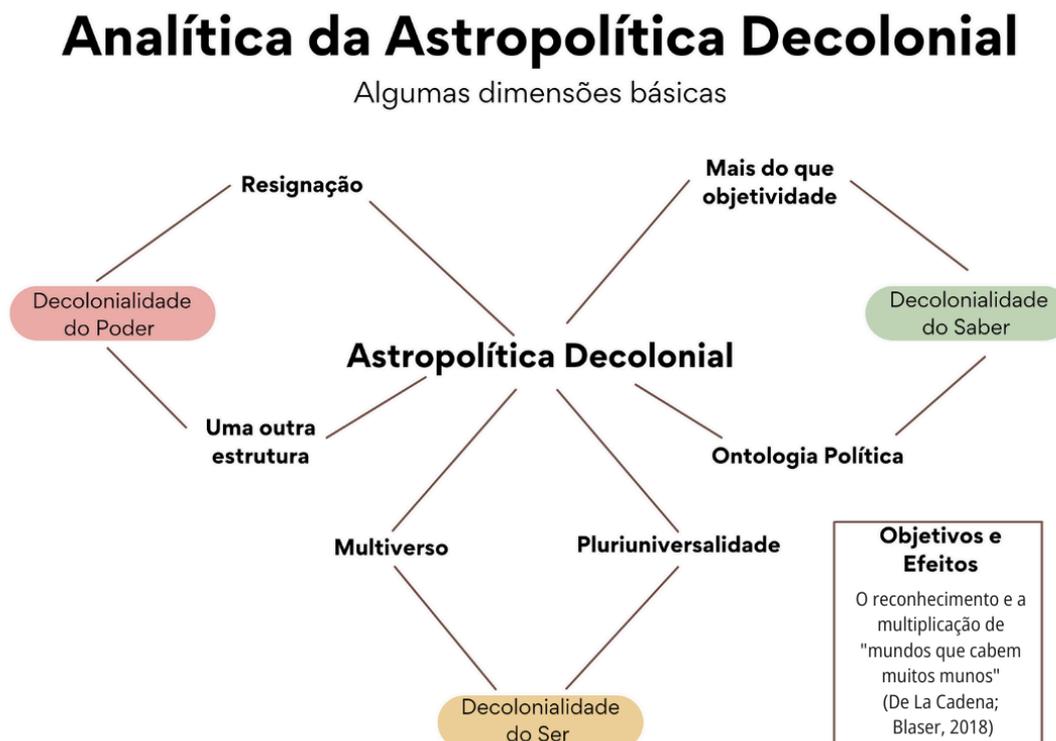
²⁹ Do inglês: “How would the world-system appear if we move the locus of enunciation from the European man to an Indigenous women in the Americas, to, say Rigoberta Menchu in Guatemala or to Domitila in Bolívia?”

³⁰ Parece que até mesmo as formas de observar e interpretar o céu e os fenômenos astronômicos foram colonizadas. Cada cultura humana, seja antiga ou atual, têm sua própria maneira de interpretar, experimentar e narrar o céu de formas muito distintas da ciência moderna ocidental. As constelações dos céus do Brasil são povoadas por animais da fauna brasileira e suas histórias são passadas de geração em geração pela tradição oral de povos originários. No entanto, a riqueza da diversidade cultural e epistemológica foi silenciada e invisibilizada ao longo dos séculos de colonização, em detrimento de uma lógica dominante da episteme eurocêntrica que pode ser percebida tanto no método de orientação espacial que nos direciona para Norte, em vez do Sul, quanto na identificação de constelações criadas por colonizadores sobre nosso próprio céu, em detrimento das constelações dos povos do Sul (Pedroza; Vasques, 2019).

concedeu a si o direito de assimilar todos os outros mundos e, ao se apresentar como exclusivo, anula as possibilidades do que está além de seus limites” (De La Cadena; Blaser, 2018, p. 3). Originalmente, o que os autores referem-se enquanto “outros mundos” não está relacionado com o universo cósmico, para além da Terra, mas vejo as suas reflexões como um interessante ponto de partida para retratar a colonialidade do saber que envolve a Política Espacial. A “objetividade” pretendida pela Astropolítica ao ler as relações entre o mundo e os astros é, na verdade, uma maneira singular da violência do mundo que se pretende único pela qual os modernos/coloniais reconhecem os mundos e buscam aplicar conhecimentos específicos a mundos de diferenças, impondo valores e construindo saberes excludentes.

Tendo examinado algumas das implicações dos conceitos de colonialidade e seus atravessamentos na Astropolítica, cabe refletir sobre a proposta da decolonialidade. Embora haja a pretensão de opor-se à colonialidade e manter a colonização no horizonte de luta, a decolonialidade se mantém constantemente alerta para a presença contínua da lógica, das hierarquias, das instituições e dos legados do colonialismo, mesmo após o fim da colonização formal e da dependência política e econômica (Maldonado-Torres, 2018, p. 34). A decolonialidade está presente nas formas de trabalho intelectual, ativista e artístico da atualidade e o decolonizar - com a supressão da letra “s” - "marca a distinção entre o projeto decolonial e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria” (Ballestrin, 2013, p. 108). Nesse sentido, proponho a discussão inicial do que considero uma Astropolítica Decolonial (figura 4).

Figura 4. Analítica da Astropolítica Decolonial – Algumas dimensões básicas



Fonte: Elaboração própria, com base na Analítica da Decolonialidade de Nelson Maldonado-Torres (2018)

Enfatizo que se o objetivo da Astropolítica associada ao projeto moderno/colonial é a aplicação das camadas de desumanização, exploração, expropriação, Outrificação, assimilação, aniquilação, conquista, imposição de valores e construção de mundos excludentes, o objetivo da Astropolítica Decolonial é o reconhecimento e a multiplicação de "mundos que abrigam muitos mundos" (De La Cadena; Blaser, 2018): um projeto coletivo que une os oprimidos e todos aqueles que também renunciam à modernidade/colonialidade para dismantelar as rígidas estruturas coloniais e mobilizar mundos heterogêneos que se unem como uma ecologia política de práticas, negociando o desafio da coexistência em heterogeneidade. A atitude decolonial, portanto, envolve a decolonialidade do saber - o propor de novas metodologias, o transpassar a objetividade científica, o pensar e teorizar epistemologias outras; a decolonialidade do poder - o combate à indústria cultural hegemônica, por meio da busca de outras estruturas e culturas; e a decolonialidade do ser - o construir de um "multiverso", no qual múltiplas formas de vida sejam possíveis em suas formas, sejam elas humanas ou não-humanas. Visibilizar a guerra que tem sido perpetuada pela colonialidade é uma estratégia de luta e sobrevivência.

1.4 Diálogos entre agência tecnológica e tecnociência: provincializando o espaço sideral

Embora as aspirações da exploração espacial ainda estejam amplamente atreladas ao desejo de investigar outros corpos celestes e viabilizar expedições tripuladas ao espaço sideral, suas aplicações estão indissociavelmente relacionadas ao âmbito terrestre. Como bem colocou Lars Botin (2021, p. 348, tradução minha), "as tecnologias inteligentes invadiram nossos corpos (*Smart Wearables*), nossas casas (*Smart Home*) e nossas cidades (*Smart City*), e nós e as tecnologias estamos interconectados em redes que são controladas a partir do espaço sideral; de fato, a tecnicidade planetária"³¹. A tecnologia espacial, por exemplo, é considerada pelo Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (do inglês, United Nations Office for Outer Space Affairs - UNOOSA), como uma valiosa ferramenta para fomentar o chamado "desenvolvimento sustentável", permitindo a monitorização, gestão e proteção de nossos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de tecnologias mais eficientes e acessíveis para um futuro mais viável (UNOOSA, 2021). Essas ações têm o potencial de direcionar políticas de conservação ambiental e mitigação dos impactos negativos (Teracine, 2009). Contudo, convém salientar que as narrativas hegemônicas da ciência espacial tendem a ignorar que a tecnologia, nos moldes modernos/coloniais, é, sobretudo, um vetor específico de poder (Sharma, 2022). Partindo deste pressuposto, nos esbarramos com a necessidade de entender sobre como a tecnologia espacial é narrada, produzida, governada e aplicada, e quais são as suas contribuições para perpetuação de relações que (re)produzem a colonialidade em âmbito global.

Autores críticos, como Langdon Winner (1977), ao refletirem sobre "tecnologias autônomas", já chamavam a atenção para o perigo da noção tradicional de que as tecnologias são apenas ferramentas neutras, uma vez que elas estão carregadas de preconceitos que influenciam o comportamento humano (Winner, 1977, p. 200). De maneira semelhante, Andrew Feenberg (1991) argumenta que as tecnologias estão imersas em estruturas de poder de elite herdadas e questiona as premissas de neutralidade e solucionabilidade universal dos problemas sociais atribuídas às tecnologias (Feenberg, 1991, p. 54). Donna Haraway (1991), em seu "Manifesto Ciborgue", leva os estudos feministas a refletirem sobre os sistemas de mitos e significados das tecnologias, rejeitando as fronteiras tradicionais e estruturas binárias entre categorias como humano/máquina, natureza/cultura e masculino/feminino (Haraway, 1991). Além disso, estas críticas expandem-se ao campo de estudo da filosofia da

³¹ Do inglês: Smart technologies have invaded our bodies (*Smart Wearables*), our homes (*Smart Home*) and our cities (*Smart City*), and we and technologies are interconnected in networks that are controlled from outer space; indeed, planetary technicity.

tecnologia³², com a alegação de que este muitas vezes omite ou marginaliza o conhecimento e as perspectivas de culturas e sociedades distintas, concentrando-se primordialmente nas questões relativas às sociedades ocidentais industrializadas (Cupani, 2011).

A filosofia da tecnologia, embora antiga como assunto de reflexão de alguns pensadores isolados, é recente como disciplina acadêmica, tendo surgido apenas na segunda metade do século XX. Hoje em dia ela se manifesta internacionalmente num crescente e diversificado número de publicações, indício de seu vigor como área teórica. Quem nela se introduz descobre uma realidade bem maior do que a sugerida pela costumeira associação da tecnologia com a engenharia, porque a tecnologia nos afeta e desafia qualquer que seja nossa atividade. Descobre também que se trata de uma realidade que pode (e deve) ser tematizada pelas áreas tradicionais da filosofia, pois encerra questões tanto ontológicas quanto epistemológicas, tanto éticas quanto estéticas, tanto relativas à filosofia política quanto referentes à filosofia da história (Cupani, 2011, p. 9)

Tais críticas apontam, também, o papel da tecnologia na perpetuação de estruturas de poder e opressão, tanto no contexto histórico da colonização quanto no contexto contemporâneo. As consequências incluem a exploração desmedida dos recursos naturais dos países colonizados, o uso perverso da tecnologia para controlar e vigiar populações subordinadas, a exclusão digital e a desigualdade no acesso à tecnologia (Winner, 1977; 1986). Como expressa Longino (1992), ao refletir sobre as tecnologias reprodutivas e o direcionamento sexista que as tecnologias podem ter, a concentração de poder e recursos em uma elite de cientistas e desenvolvedores de tecnologia, que reproduzem os valores de uma sociedade predominantemente masculina, é refletida na produção de conhecimento e na representação nas áreas de tecnologia e inovação.

Nesta seara, Lesse e Hoijtink (2019) contrapõem-se à visão predominante de que as tecnologias são meros objetos inertes e neutros, controlados e utilizados pelos seres humanos de acordo com suas intenções. Para eles, as tecnologias possuem, (co)produzem, alteram, transformam e distribuem a agência em razão de serem consideradas atores sociais, isto é, entidades capazes de influenciar e serem influenciadas por outras entidades. Segundo Bruno Latour³³ (1991), a produção das tecnologias ocorre por meio de redes complexas de atores,

³² Segundo Alberto Cupani (2011, p. 109), Mario Bunge foi um dos primeiros autores a usar a expressão "filosofia da tecnologia", na década de 1980. Em linhas gerais, o campo procura examinar criticamente as suposições e valores subjacentes que moldam a produção, uso e desenvolvimento da tecnologia, bem como as implicações sociais, políticas e éticas desses processos (Cupani, 2011).

³³ Bruno Latour afirma que a separação entre a natureza e a cultura é uma ilusão produzida pela modernidade ocidental, que não reflete a complexidade das relações entre os seres humanos e outras entidades. Ele defende que os seres humanos sempre estiveram entrelaçados com outras entidades, como animais, plantas, objetos e tecnologias, formando uma rede complexa de relações que não pode ser reduzida a uma distinção binária entre sujeito e objeto, natureza e cultura, humano e não-humano. Latour argumenta que a modernidade ocidental

que envolvem engenheiros, cientistas, usuários, empresas, governos e outras instituições, que moldam as tecnologias segundo suas próprias intenções e interesses.

Contudo, uma vez que a tecnologia é criada, ela pode assumir uma "vida própria", influenciando as ações humanas de maneiras imprevisíveis. Ressalto, ademais, os argumentos de que as tecnologias possuem agência na medida em que podem perpetuar e reforçar as desigualdades sociais e as estruturas de poder existentes. Isso se dá porque as tecnologias são produzidas e utilizadas por seres humanos que possuem seus próprios preconceitos, perspectivas e interesses, os quais são incorporados nas próprias tecnologias (Latour, 1991; Lesse; Hoijtink, 2019). As tecnologias podem ser projetadas, por exemplo, para beneficiar determinados grupos sociais em detrimento de outros, ou podem ser utilizadas para controlar e vigiar populações subordinadas³⁴, mas ao mesmo tempo, podem ser usadas para desafiar regimes ditos autoritários e promover a liberdade de expressão³⁵.

Em outras palavras, o conceito de agência tecnológica tem como premissa a ideia de que as tecnologias carregam consigo uma carga cultural que reflete as relações de poder e hierarquias sociais presentes na sociedade, sendo elas muito mais do que simples ferramentas passivas utilizadas pelos seres humanos, mas sim atores ativos com um papel na definição e moldagem da sociedade. Nesse sentido, a agência tecnológica não é um fenômeno isolado, mas está intimamente ligada às relações de poder e aos interesses políticos e econômicos que moldam a sociedade. O conceito traz uma chave importante para reconhecer a capacidade das tecnologias de terem um papel ativo e influenciador em questões sociais, culturais e políticas. É importante destacar que, segundo essa linha de pensamento, a agência tecnológica não é uma propriedade intrínseca das tecnologias, mas é construída e moldada pelas relações sociais e culturais em que as tecnologias estão inseridas (Cupani, 2011, p. 222).

tentou construir uma narrativa de progresso e domínio sobre a natureza, em que a ciência e a tecnologia se tornaram os principais meios para alcançar o controle e a compreensão do mundo natural. No entanto, essa narrativa é baseada em uma separação artificial entre o sujeito humano e o mundo natural, e é incapaz de lidar com a complexidade das relações entre os seres humanos e outras entidades. Em vez disso, ele propõe uma abordagem que reconhece a agência distribuída entre os seres humanos e outras entidades, e que enfatiza a importância de entender as redes complexas de relações que nos conectam com o mundo ao nosso redor (Latour, 1991).

³⁴ Um exemplo recente é a renovação do racismo estrutural mediante a utilização da inteligência artificial (IA), os algoritmos e a produção de dados, que incorporam, replicam e amplificam vieses raciais presentes nos dados com os quais foram treinados, como os erros sistemáticos nos sistemas de reconhecimento facial, com taxas de erro mais altas em relação a pessoas negras (Ruback; Avila; Cantero, 2021); os sistemas de decisão automatizada, como os utilizados em processos seletivos de emprego, que tendem a favorecer pessoas brancas da (Rocha et al., 2020), e o aumento das prisões injustas, baseadas em IA (Aimiwu, 2022, p. 37).

³⁵ A Primavera Árabe (2010-2012) é um dos exemplos notáveis de como a revolução digital e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel crucial na mobilização e organização dos protestos (Vieira, 2013). O conflito israelo-palestino, que ganhou uma nova escalada a partir de 2023, é de um exemplos mais recentes de como as mídias sociais têm sido uma ferramenta valiosa de denúncia, em especial para palestinos, que alegam sofrer um "bloqueio midiático" dos meios de comunicação ocidentais (Gathara, 2023).

Um fenômeno recente e ainda insuficientemente estudado a partir da literatura crítica, que não a ausência de regulamentação a nível internacional, resume-se nos diversos sistemas de inteligência artificial (IA) desenvolvidos a partir de meados da década de 2010 para lidar com questões críticas no ambiente espacial. Alguns exemplos são a missão espacial *ClearSpace-1* da Agência Espacial Europeia (do inglês, European Space Agency - ESA), que se concentra na remoção de detritos em órbita; a nova geração de assistentes autônomos desenvolvida para astronautas, como o robô CIMON (do inglês, *Crew Interactive Mobile Companion*), que permite o acesso controlado por voz a mídias e documentos, navegação por meio de instruções de operação e reparo, e exploração planetária em locais de condições perigosas ou proibitivas para os seres humanos; e o próprio sistema Sistema Global de Navegação por Satélite (do inglês, Global Navigation Satellite System - GNSS), utilizado para apoiar operações de carros autônomos, drones, serviços de resposta a emergências, serviços marítimos e agrícolas e controle do tráfego aéreo (Pagallo *et al.*, 2023).

Por outro lado, não se pode ignorar que o debate tecnológico não prescinde de contribuições críticas dadas por perspectivas afrofuturistas, dos povos originários, das comunidades afrodescendentes, das mulheres e da população LGBTQIA+. ³⁶ Sem a pretensão de esgotar as discussões ou de atribuir mais relevância para uma agenda em detrimento de outra, escolho, pelos objetivos pretendidos neste trabalho, refletir sobre a pergunta suscitada por Peter Redfield (2002, p. 792): o que poderia significar provincializar o espaço sideral?

O historiador indiano Dipesh Chakrabarty vem contribuindo para as Ciências Humanas e Sociais, principalmente no que tange aos Estudos Pós-Coloniais e Estudos Subalternos³⁷. Ao propor a provincialização da Europa, Chakrabarty (2000) mobiliza a historiografia e a forma como a Europa foi historicamente centralizada como o modelo padrão para o entendimento da história mundial, para argumentar que a história europeia foi tratada como universal, enquanto outras regiões do mundo foram relegadas a uma posição de

³⁶ Destaco o trabalho de Kat Deerfield (2019), que aborda as tecnologias espaciais como uma construção concebida especificamente sob a égide de um corpo masculino e de um futuro heterossexual; Lisa Ruth Rand (2014) que argumenta que a cultura estadunidense, no início da exploração espacial, enfatizou a contribuição das astronautas mulheres pela sua capacidade reprodutiva, que poderia ser uma valiosa adição aos esforços espaciais; Réka Gál e Eleanor Armstrong (2023) que recontam, por meio da intersecção entre gênero, raça e classe, a história das mulheres nas ciências espaciais e na engenharia; e Saskia Vermeylen (2023) mobiliza o afrofuturismo ao conceber um "afronauta" como precursor de uma nova legislação espacial, em rejeição ao astronauta branco "o enviado da humanidade", dentre tantos outros trabalhos críticos que têm ganhado forma em centros oficiais de produção de conhecimento fora do Brasil.

³⁷ Os Estudos Subalternos partem das ciências humanas, particularmente na historiografia, e buscam questionar e desconstruir as estruturas de poder colonial e a hegemonia ocidental na construção da narrativa histórica, tendo como referência e objetivo o protagonismo de sujeitos "subalternos" que foram historicamente marginalizados, silenciados e sub-representados nas narrativas históricas dominantes. Antonio Gramsci foi um de seus principais autores, ao lado de acadêmicos como Ranajit Guha e Gayatri Spivak (Motta *et al.*, 2023).

periferia ou "provincianismo" em relação ao modelo europeu. Nesse processo, a versão da Europa é celebrada e reificada cotidianamente no mundo "fenomenológico" como o nascimento do moderno. O trabalho pós-colonial, para o autor, deve se atentar em "provincializar" a Europa, ou seja, conter e interrogar a forma como a modernidade é impensável sem referência a esse continente (Chakrabarty, 2000).

Ainda na introdução da obra, Chakrabarty diz que "provincializar a Europa" refere-se a uma outra coisa que não sobre a região do mundo que chamamos de "Europa" (Chakrabarty, 2000, p. 1). Em suas palavras, também não é "um projeto de rejeição ou descarte do pensamento europeu", uma vez que "relacionar-se com um corpo de pensamento ao qual se deve em grande parte a própria existência intelectual não pode ser uma questão de exigir [...], uma "vingança pós-colonial" (*Ibid*, p. 16, tradução minha)³⁸. Poderia dizer que se trata, sobretudo, de pensar em uma H(h)istória que ainda não existe, por meio da denúncia de - e principalmente da prática³⁹ contra - suas naturalizações de domesticações heterogêneas que, a partir de múltiplos processos de violência conscientes e inconscientes, estabeleceu narrativas que decidiram qual "universal" se sobressairia.

A "Europa", nesse sentido, não é um lugar, mas sim uma ideia, um enquadramento conceitual, discursivo e narrativo pelo qual todas as discussões sobre categorias e instituições modernas são filtradas e construídas, um "referencial silencioso no [qual o] conhecimento histórico torna-se óbvio de uma maneira muito comum (*Ibid*, p. 28, tradução minha)⁴⁰, orientando a localização e direção de todos os outros. Esta construção perpassa, sobretudo, pelos processos nacionalistas e pelo trabalho intelectual do terceiro mundo, que identificam na "Europa" imaginada a representação do que é científico, civilizado e moderno, o que, para Chakrabarty, não poderia ser diferente, uma vez que o sujeito, enquanto subalterno, só

³⁸ Do inglês: "As should be clear by now, provincializing Europe is not a project of rejecting or discarding European thought. Relating to a body of thought to which one largely owes one's intellectual existence cannot be a matter of exacting what Leela Gandhi has aptly called 'postcolonial revenge'".

³⁹ Chakrabarty fala da impossibilidade de provincializar a Europa no ambiente acadêmico, especialmente nas instituições universitárias cujos protocolos de conhecimento mantêm uma perspectiva centrada na Europa. O projeto de provincializar a Europa, então, reconhece sua própria inviabilidade e busca uma abordagem histórica que incorpora uma "política de desespero". Esta abordagem não defende o relativismo cultural nem a rejeição simples da modernidade, mas pede por uma história que revele suas próprias estratégias repressivas e seu papel em assimilar outras possibilidades de solidariedade humana aos projetos do Estado moderno, exigindo que essa história revele as razões inescapáveis dessa situação, buscando o impossível ao olhar para sua própria morte, rastreando o que resiste e escapa aos esforços humanos de tradução. O objetivo é permitir uma imaginação renovada do mundo como radicalmente heterogêneo, desafiando os protocolos de conhecimento da história acadêmica que estão intrinsecamente ligados à globalidade criada pela modernidade europeia (Chakrabarty, 2000, p. 45).

⁴⁰ Do inglês: "That Europe works as a silent referent in historical knowledge becomes obvious in a very ordinary way".

encontra respaldo em ser falado ou defendido a partir da narrativa privilegia o moderno, indissociável da “Europa”:

"Historiadores do terceiro mundo sentem a necessidade de fazer referência a obras de história européia; historiadores da Europa não sentem qualquer necessidade de retribuir. Seja um Edward Thompson, um Le Roy Ladurie, um George Duby, um Carlo Ginzburg, um Lawrence Stone, um Robert Darnton ou uma Natalie Davis - para citar apenas alguns nomes aleatórios de nosso mundo contemporâneo - os 'grandes' e os modelos da empreitada do historiador são sempre, no mínimo, culturalmente 'europeus'. 'Eles' produzem seu trabalho em relativa ignorância das histórias não ocidentais, e isso não parece afetar a qualidade de seu trabalho. No entanto, este é um gesto que 'nós' não podemos retribuir. Nem mesmo podemos nos dar ao luxo de uma igualdade ou simetria de ignorância neste nível sem correr o risco de parecer 'ultrapassados' ou 'desatualizados'." (Chakrabarty, 2000, p. 28, tradução minha)⁴¹.

Nesse sentido, o pensamento europeu é, ao mesmo tempo, indispensável e inadequado para que reflitamos nas experiências da modernidade política em nações não ocidentais (*Ibid*, p. 16). Chakrabarty critica ainda o método do historicismo e suas supressões de histórias e subjetividades subalternas e trata o tempo da História como ateísta e desencantado, porque deuses, espíritos e outras forças não podem reivindicar nenhuma ação nas narrativas produzidas; vazio, porque permite reunir infinitos eventos; homogêneo, porque é independente de eventos que acontecem no tempo, como se fosse parte da "natureza"; e cíclico ou linear, porque são tratados como algo objetivo, como pertencente à própria "natureza", e não como sistemas de convenções ou representações, a exemplo do "tempo doméstico", "tempo do trabalho" e "tempo do Estado" (*Ibid*, p. 73).

Neste ponto, reside um elemento que merece especial atenção. A partir da provincialização, que inscreve na história da modernidade, as ambivalências, contradições, violências e tragédias que lhe serviram no processo de sua imposição, a relação tempo-espaco adquire uma forma diferente. Chakrabarty (2000, pp. 111-113) fala de "nós do tempo" (*time-knots*) ao refletir sobre o "desencantamento do universo" do processo de historização. Esses nós temporais são, basicamente, a possibilidade de múltiplas temporalidades dentro de um único momento, nos quais continuidade e ruptura se fundem para mais de um universo

⁴¹ Do inglês: "Third-world historians feel a need to refer to works in European history; historians of Europe do not feel any need to reciprocate. Whether it is an Edward Thompson, a Le Roy Ladurie, a George Duby, a Carlo Ginzburg, a Lawrence Stone, a Robert Darnton, or a Natalie Davis—to take but a few names at random from our contemporary world—the 'greats' and the models of the historian's enterprise are always at least culturally 'European.' 'They' produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that "we" cannot return. We cannot even afford an equality or symmetry of ignorance at this level without taking the risk of appearing 'old-fashioned' or 'outdated'."

simultaneamente⁴². Em outras palavras, o que se argumenta é que há conexões e relações complexas, passadas e presentes, que coexistem e não podem ser compreendidas pela simples inserção de uma cronologia de acordo com o contexto causal.

Isto posto, narro brevemente o conflito entre o Quilombo Mamuna e a Base de Alcântara⁴³, no Maranhão, relatada por Maria José Lima Pinheiro ao jornal *The Washington Post*, em 2021, no artigo "*Uma história de escravidão - e do espaço sideral*" (*A story of slavery — and space*).

Ao longo da costa norte do Maranhão, onde a terra encontra o mar, sempre que um foguete é lançado a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), ao lado do Quilombo Mamuna, que há centenas abriga descendentes de africanos escravizados, seus moradores sentem seus corpos estremecerem - figura e fisicamente - porque junto deles, o estremecer do chão da comunidade anuncia o feito. Maria José Lima Pinheiro conta que, quando criança, o governo começou a remover seu povo para construir o CLA. Se a história de seus antepassados foi perturbada pelo mundo exterior que veio dos mares, a sua história foi diretamente inscrita a partir - e apesar - dos céus, traduzido pela exploração do espaço sideral. Alcântara é um dos mais antigos assentamentos europeus do Brasil e guarda uma história única: a queda nos preços do algodão e do açúcar no início do século XIX fez com que os colonos, "barões das plantações", abandonassem e suas propriedades humanas e materiais em direção à São Luís. O povo recém-liberto desapareceu na floresta e estabeleceu quase 200 comunidades quilombolas, com as suas próprias economias e dinâmicas sociais. Entretanto, séculos depois, em 1987, a ditadura militar brasileira bateu em suas portas. Os militares haviam entrado na corrida espacial e estavam anexando quase 130.000 acres em Alcântara. A terra em que seus antepassados encontraram a escravidão e construíram a liberdade foi pouco a pouco desocupada para dar lugar à ciência espacial. A partir daí, os quilombos foram

⁴² Como exemplo, Chakrabarty (2000) fala sobre a possibilidade de construir uma relação com o povo Santal e partir da situação do sujeito moderno, que enquadra seus modos de vida como objeto de estudo e explicação histórica, ao mesmo tempo em que os entende como um povo que ilumina possibilidades para nossos próprios mundos de vida (*Ibid*, p. 111) ou o que fazia com que um físico indiano ganhador do Prêmio Nobel, Chandrasekhara Venkata Raman, tomasse um banho ritualístico antes de um eclipse solar e declarasse que o Nobel era ciência e o eclipse, pessoal (*Ibid*, pp. 254-255). Em outras palavras, o que se argumenta é que há conexões e relações complexas, passadas e presentes, que coexistem e não podem ser compreendidas pela simples inserção de uma cronologia de acordo com o contexto causal.

⁴³ O caso da Base de Alcântara é apenas um dos exemplos da realocação geopolítica de locais deixados à própria sorte depois da colonização. Os quilombos e territórios indígenas são os locais mais propícios para o lançamento de foguetes, devido a proximidade com a linha do equador, a baixa densidade populacional e horizontes claros. Na América do Sul, o Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francês é administrado conjuntamente pela Agência Espacial Europeia (ESA), o Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais (CNES) e a empresa Arianespace; o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) é administrado pela Força Aérea Brasileira (FAB); e o CEA é administrado pela Agência Espacial Brasileira (AEB) e explorado por empresas dos EUA e do Canadá, com restrição de acesso de brasileiros a áreas da base (Cappa, 2021).

reduzidos a uma promessa de futuro com terra fértil e abundante, acesso ao mar, água corrente e pasto para criar gado. A realidade deixou mais de 300 famílias sem acesso ao mar e suas plantações, e muitas conheceram a fome. Deixado no meio da floresta, o Quilombo Mamuna começou a ver os foguetes disparados enquanto o direito à terra nunca chegou. Em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) assinou um decreto de promulgação do acordo entre Brasil e EUA para o uso do CLA. Primeiro, o governo declarou que nenhuma família seria deslocada. Depois, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) disse que as comunidades seriam informadas em breve sobre seu deslocamento. Finalmente, o governo anunciou o plano de confiscar a costa e realocar um número não especificado de famílias, cuja ordem foi suspensa por um juiz federal. O então ministro da Ciência e Tecnologia e Inovações, astronauta Marcos Pontes, disse ao *The Washington Post* que "elas [comunidades quilombolas] veriam o desenvolvimento chegando, o verdadeiro desenvolvimento". Maria José Lima Pinheiro, entretanto, acorda todos os dias com medo. Ela organiza as ações coletivas de resistência ao CLA das comunidades quilombolas. Apesar disso, eles - em sua maioria, pescadores e agricultores de subsistência, muitos analfabetos e todos pobres - têm poucas esperanças de futuro. Um dia, de sua casa, Maria assistiu à elite política brasileira atravessar o local de lançamento nas proximidades. A delegação de Bolsonaro entrou em um hangar lotado, onde dezenas de moradores de quilombos desalojados esperavam em silêncio. Maria, que passou a vida resistindo, sentiu que dessa vez parecia diferente. Ela enfrentava também o poder dos EUA (McCoy; Traiano, 2021). Em abril de 2023, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), reconheceu a "violação estatal ao direito de propriedade" e emitiu um pedido formal de desculpas aos quilombolas do município maranhense (Brasil, 2023).

Voltemos, então, à pergunta inicial, a partir deste contexto, o que poderia significar provincializar o espaço sideral? Mobilizando os conceitos de Chakrabarty (2000) já apresentados, algumas considerações podem ser feitas.

Assim como a "Europa", podemos olhar para o espaço sideral não enquanto um lugar, mas uma ideia condicionada a uma narrativa planetária que define o seu limite - a fronteira espacial, metafórica e material -, que é também o limiar do chamamos de humanidade e a possibilidade última de sua exportação, altamente dependente da tecnociência. Esta aqui, não perde o significado econômico, mas ganha também um significado simbólico e uma dimensão simultânea de localidade e globalidade. Ainda que o CLA esteja no Brasil, os poucos Estados que dominam a tecnociência e possuem capacidade de colocar sistematicamente foguetes e satélites em órbita são externos à ele, embora dependam do seu território. O CLA, portanto,

desempenha um papel de perpetuador de um espaço exterior imaginado como a representação do científico e do moderno, a partir de um projeto representacional posicionado e protagonizado, neste caso, pelos EUA, por intermédio de suas empresas privadas. No entanto, para populações como a do Quilombo Mamuna, o espaço sideral não significa progresso, ele representa o atraso de suas vidas e comunidades, não em relação ao Ocidente, mas em relação ao que elas próprias já foram um dia.

A partir de imagens - materiais, metafóricas e simbólicas -, este espaço, repleto de sondas e satélites, produz uma perspectiva que é exterior/extraterrestre sobre a Terra, mas ao mesmo tempo reflete as silhuetas das práticas coloniais/imperiais/ocidentais da Terra. O local e o global, mais uma vez, se fundem e reorganizam. O referencial - para cima - aponta a localização e direção última da humanidade, como uma espécie de expansão do que antes era a metrópole e agora, civilização. Ao mesmo tempo, o outro referencial - de cima - aponta para a incompletude dessa civilização, que nunca será capaz de dominá-lo por completo. Estes referenciais são marcados pela extensão da diferença, em que o movimento para fora coabita com as lutas contra as expansões do presente, do passado e do futuro. As marcas da colonização, do império, da colonialidade e do orientalismo, valendo-se dos termos apresentados anteriormente, permanecem para além da Terra e essa saída marca também uma forma outra de retorno, que congrega uma possibilidade de futuro ainda incerta, mas desejada como superior ao que está abaixo dela.

Mas se a "provincialização" requer a descentralização das narrativas histórico-sociais dominantes, o que marca fundamentalmente o espaço exterior são seus "nós temporais". Note que as relações entre o Quilombo Mamuna e o CLA são marcadas por um futuro que já está inserido no presente e um passado como marca indissociável do presente e do futuro. O instante do lançar de um foguete envolve múltiplas sensibilidades e temporalidades que são atravessadas por histórias conflitantes de continuidades e rupturas, marcadas pelas diferenças daqueles que habitam mais de um universo simultaneamente - a T(t)erra e o cosmos - com suas trilhões de galáxias e uma infinidade de estrelas, planetas e outros corpos - conquistado a partir dela. No mesmo sentido, o ato de olhar para baixo, tendo o espaço como limiar último, também implica em um emaranhado de temporalidades e espacialidades, repletas de um futuro infinito no vazio, que está impregnado pelo presente e passado de lutas específicas. Para além da simultaneidade de astronautas, cosmonautas e crenças alienígenas que fluem em torno de foguetes, caravelas, naves e uma porção de floresta devastada onde a terra encontra o mar, há, também, a confluência com outros mundos, habitados por seres outros que não

humanos, que desafiam ainda mais as categorias binárias de uma narrativa modernizadora/civilizacional, como apresento na próxima na sessão.

1.5. A *Queda do Céu* enquanto narrativa contrapontual

Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2019, pp. 16-17).

O pensamento dos xamãs se estende por toda parte, debaixo da terra e das águas, para além do céu e nas regiões mais distantes da floresta e além dela (Kopenawa; Albert, 2015, p. 468).

Para além da narrativa hegemônica orientalista sobre o cosmos que disciplina sujeitos, corpos e sociedades, existem formas outras de entender as relações com o universo. Uma dessas múltiplas maneiras de abraçar aqueles que renunciam à modernidade/colonialidade e assimilar os “muitos mundos” (De La Cadena; Blaser, 2018) que cabem na A(a)stropolítica pode ser encontrada nas cosmopercepções⁴⁴ indígenas.

A narrativa que escolho ecoar e analisar é de Davi Kopenawa⁴⁵, xamã e porta-voz do povo Yanomami, contada por ele ao antropólogo Bruce Albert, e materializada no livro *"A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami"*, na escrita que os “povos da mercadoria” conseguem entender⁴⁶. O processo de escrita durou mais de trinta anos, com cerca de cem horas de gravação realizadas em momentos distintos⁴⁷, sendo "um dos trabalhos de campo de

⁴⁴ A socióloga feminista nigeriana Oyèrónkè Oyèwùmí argumenta que o termo "cosmovisão" (worldview) resume a lógica cultural de sociedades, a partir do privilégio ocidental da visão, que não encontra sentido em diferentes grupos culturais, como os Iorubás. Por isso, propõe a adoção do termo "cosmopercepção" (world-sense) para referir-se a culturas não europeias/ocidentais que valorizam outros sentidos de compreensão do mundo, combinados ou não com o visual (Oyèwùmí, 2002, p. 4).

⁴⁵ Davi Kopenawa Yanomami é xamã e porta-voz do povo Yanomami, um dos maiores povos indígenas que vivem na floresta Amazônica, mais precisamente na fronteira do Brasil com a Venezuela. Nascido por volta de 1956 no Marakana, uma comunidade localizada no alto rio Toototobi, no estado do Amazonas, trabalhou durante muitos anos como intérprete da Fundação Nacional do Índio. Vencedor de diversos prêmios internacionais, a partir 1983 levou à muitos países sua luta pelo reconhecimento do território Yanomami (Survival International, 2018).

⁴⁶ Kopenawa costuma dizer em suas dedicatórias que seu livro é como "flecha para tocar o coração da sociedade não indígena". Com essas mesmas palavras, autorizou a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, da cidade do Rio de Janeiro, a levar para a Avenida, em 2024, o samba-enredo “Hutukara” (a floresta reconstruída dos Yanomami), que conta a história de seu livro.

⁴⁷ Em entrevista concedida em 17 de outubro de 2018, Kopenawa conta sobre suas preocupações durante o processo de escrita do livro: "O Bruce fez o documento dele, escreveu, peguei, abri, aí eu vi o nome do Yanomami falando ele contando pra nós, pro branco, sobre nós... Yanomami vive assim, Yanomami come macaco, Yanomami é povo nômade e só caça pesca e trabalha só isso. Então eu não gostei. Aí eu reclamei: 'Olha, Bruce, você não consultou, você nem consultou de mim'!... aí ele: 'Por quê?'. Porque você entrou assim, é, sem permissão da comunidade, eu tava na outra aldeia, ele entrou na outra comunidade [...] então eu comecei a conversar com ele: 'Agora tu vai, então eu vou deixar como você escreveu... fazer assim você vai me ajudar... quem vai contar sou eu não é tu ... tu não é Yanomami, tu não nasceu na terra Yanomami, não. Você nasceu na

mais longa duração na história da etnologia amazônica" (de Castro, 2015, p. 34). *A queda do céu* é tida por Alberto Pucheu como uma "fundação tardia mais do que necessária do Brasil, que foi, entretanto, junto com outras, aniquilada em nome da [fundação] branca-europeia hegemônica" (Pucheu, 2017, np). Assim, entendo pertinente analisar a obra sob a perspectiva da astropolítica e/ou da compreensão do espaço sideral.

Antes de tudo, no entanto, faço alguns alertas ao leitor.

Quando evoco o termo "contraponto" estou recorrendo à perspectiva metodológica de Edward Said, "com a consciência simultânea da história [...] que está sendo narrada e daquelas outras histórias contra (e junto com) as quais atua o discurso dominante" (Said, 1995, p. 87), em um esforço de se misturar ao discurso ocidental e transformá-lo pelo reconhecimento das histórias suprimidas, sem que um sentimento de superioridade entre um e outro se sobreponha.

Há um segundo esforço - talvez nunca alcançado em sua plenitude - no sentido de evitar as armadilhas da própria de(s)colonialidade. Embora seja impossível suprimir as relações além-mar geradas pelo colonialismo e pela colonialidade e ocultar seus efeitos na contemporaneidade, atento-me ao potencial vigilante e autorreflexivo característico da própria teorização pós-colonial e do pensamento decolonial (Elena, 2017 p. 34) para evitar o risco de institucionalizar o trabalho de oposição dos escritos produzidos por vozes minoritárias, "à margem de se transformar em separatismo, à resistência de se enrijecer em dogma, [com a consciência de que] é preciso sempre manter a comunidade acima da coerção, a crítica acima da mera solidariedade, a vigilância acima da concordância" (Said, 1995, p. 106). Isto porque embora a minha escrita esteja baseada no Sul, do ponto de vista político, histórico e geográfico, reconheço aquilo que Marcelo Rosa (2014) classificou como uma espécie de colonialismo interno, na qual poucos pesquisadores "estão de fato com seus pés na terra onde escrevem" (Rosa, 2014, p. 59). Eis então a armadilha de se apropriar de percepções de mundos e, na tentativa errante de torná-las universais, esvaziá-las e transformá-las em narrativas simplistas ao envolver o pré-moderno/moderno (Connell, 2007, p. 45) ou de transformá-las em uma posição de particularidade em oposição a um suposto universal. Ainda que reconheçamos que nossos pés estejam no solo indígena que chamaram de Brasil, minhas

França, então você aprendeu a nossa língua, você conheceu a nossa língua yanomami... você vai me ajudar aí!... demorou pouco, ele ficou triste (Kopenawa sorri), ficou triste e depois resolveu pensar, resolveu pensar e pra é... ele falou: 'Toma... como você vai escrever?'. 'Eu vou gravar com o gravador, compra gravador, aí traz aqui na comunidade, nós vamos sentar só nós dois!... Aí nós fizemos assim, aí eu fiquei preocupado: 'Então quem vai contar histórico conhecimento do povo Yanomami sou eu, não é tu, você já fez, você conta o conhecimento da cidade capital... do que você conhece. Quem conhece essa floresta, o conhecimento do povo Yanomami, sou eu"'. (Souza; Nazareno, 2020, p. 12).

raízes culturais são outras, não estive em uma comunidade Yanomami e não pretendo expropriar seus conhecimentos.

Por isso, não busco também especular a possibilidade de vivermos como os povos indígenas⁴⁸ ou, como Alberto Pucheu vislumbrou em sua resenha sobre o livro, de lê-lo como uma tentativa de "injetar no branco uma necessidade e um desejo de nos tornarmos *índios*" (Pucheu, 2017, s/p). Minha proposta é analisar a narrativa de Kopenawa enquanto uma obra inaugural, produzida por um pensador indígena xamã, que embora não tenha tido uma formação acadêmica ou lido qualquer autoridade teórica e conceitual ocidental para construir seu argumento, parte de uma tradição de conhecimento ignorada, subalternizada e inferiorizada na academia e, ao meu ver, possui tanta autoridade quanto todos os teóricos brancos europeus que fui compelido a ler em minha formação acadêmica.

Isto posto, no contexto de um tempo púrpuro do qual fala Achille Mbembe (2020), em que a humanidade está ameaçada de asfixia, lidando com uma vida pesada, uma respiração difícil e ofegante que afronta o "direito universal à respiração" - que nos é comum, originário e não quantificável -, cuja universalidade abarca todos os habitantes da Terra, seres, humanos ou não; também desses tempos do qual fala Malcom Ferdinand (2022), de respostas ecológicas vazias que buscam preservar o "habitat colonial e as dominações humanas e não humanas que a ela se ligam" (Ferdinand, 2022, p. 137) e perpetram recusas de mundos ocultando as violências políticas que permitem a manutenção da devastação ambiental; ou ainda de um tempo em que um futuro já parece impossível, especialmente para um povo, desde 1500, em desaparecimento, foram feitos os relatos cosmopolíticos autobiográficos e as reflexões xamânicas de Davi Kopenawa.

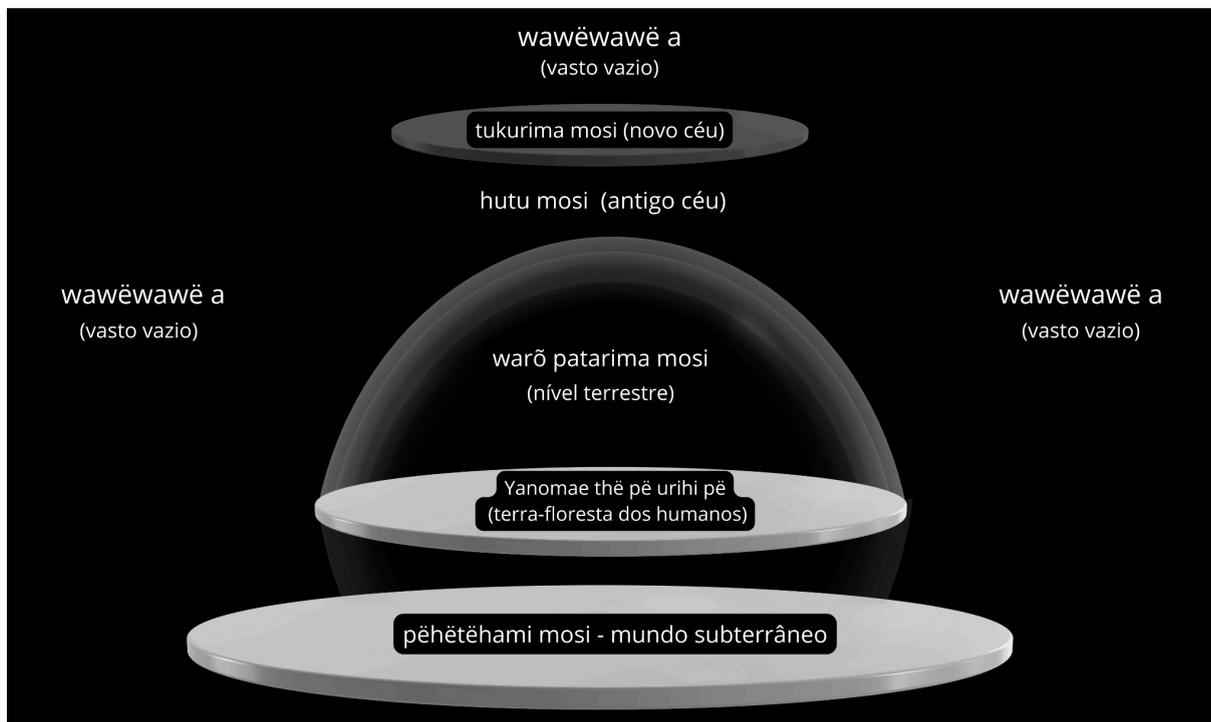
Sua obra é dividida em 24 capítulos e organizada em três momentos - *Devir Outro, a Fumaça do Metal e a Queda do Céu* - e sua estratégia discursiva perpassa pela exploração do discurso cosmológico que trata sobre a origem dos seres e dos mundos, pela concepção de "terra-floresta" (*urihi a*) e pela construção subjetividade xamânica; descreve os conflitos decorrentes dos encontros com os invasores brancos; faz uma crítica cultural as formas de viver, saber e produzir da branquitude e uma análise política das relações entre mercadorias e epidemias; além de uma abordagem conceitual sobre ecologia e entropia cósmica,

⁴⁸ "De hoje em diante, que fique combinado que não haverá mais 'índio' no Brasil. Fica acertado que os chamaremos 'indígenas', que significa 'nativo', 'originário de um lugar'. Certo? Bem, mas calma lá! Alguém me soprou uma questão: 'Mas índio e indígena não são a mesma coisa?' Pois é... 'Não, não são'. Digam o que disserem, mas ser um indígena é pertencer a um povo X. Ser 'índio' é pertencer a quê? É trazer consigo todos os adjetivos não apreciados por qualquer ser humano. É uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica... Enfim, acho melhor não a usar mais, não é?" (Munduruku, 2017, p. 18)

fundamentada na cosmologia da queda do céu, denunciando o extermínio do povo Yanomami e de seus mundos, que culmina em “uma profecia cosmoecológica sobre a morte dos xamãs e o fim da humanidade” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 52).

A partir da perspectiva da cosmoecológica Yanomami, a “natureza” é uma entidade viva, inserida numa complexa dinâmica cosmológica de trocas entre humanos e não humanos. Kopenawa nos conta que o universo - também parte desta mesma natureza - é composto por quatro níveis (*mosi*) superpostos, circundados por um vasto vazio (*Wawëwawë a*) (*Ibid.*, p. 464). A referência central é a terra-floresta dos humanos (*Yanomae thë pë urihi pë*), marcando o nível terrestre (*wãro patarima mosi* ou *Hutukara*) (*Ibid.*, pp. 162-163). Acima deste, encontra-se o antigo céu ou as costas do céu (*Hutu mosi*), o mundo dos fantasmas (*Ibid.*, pp. 195, 328, 357, 472, e 511), e acima deste, há o novo céu (*Tukurima mosi*), uma espécie de céu embrionário, transparente e frágil, habitado por fantasmas humanos (*pore pë*). Estes, após sua segunda morte, transformam-se em seres como moscas (*prõõri*), insetos - incluindo enormes formigas saúva koyo (*warusinari*) - e urubus gigantes sem penas (*watupari* e *h^wakoh^wakori*). (*Ibid.*, pp. 125, 192, 195, e 501). No subsolo, está o mundo subterrâneo (*Pëhëtëhami mosi*), dominado pela escuridão, por uma chuva incessante e habitado por seres ancestrais subterrâneos (*aõpatari*). Este é o local onde eles consomem os restos de doenças lançados pelos xamãs, e habitam os espíritos do caos (*Xiwãriipo*), da noite (*Titiri*), do tempo encoberto (*Ruëri*) e das águas subterrâneas (*Motu uri*) (*Ibid.*, pp. 98, 195, 369, 493, e 498), conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Estruturação do cosmos segundo a perspectiva Yanomami



Fonte: elaboração própria a partir de Kopenawa e Albert, 2015 (*passim*)

Se, por algum motivo, essa tentativa de ilustrar a cosmoecologia Yanomami foi insuficiente, tentarei destrinchar a narrativa pretendida nas páginas subsequentes. Para isso, no entanto, lanço um apelo às pessoas leitoras para que façamos um esforço no sentido de abdicação das amarras das concepções ocidentais de saber que nos enrijecem. Talvez o entendimento do que é proposto nesse texto só terá alcançado se as visões de mundo que nos foram forjadas cedam lugar, em um primeiro momento, a interpretações de outras manifestações corpo-espaciais que, por si só, podem ser capazes de nos gerar instrumentos racionais e relacionais outros e nos conduzir a panoramas de relações interconectadas inexplorados.

Kopenawa nos explica que a composição do cosmos está sujeita a constantes reorganizações. Quando criança, ele escutou dos mais velhos a respeito da queda do céu: bem lá no início, no primeiro tempo, o céu ainda era novo e frágil. Outras gentes, criadas antes dele e dos seus, moravam na recém-chegada floresta que facilmente retornava ao caos. Naquele tempo, seus ancestrais pouco a pouco se tornaram em animais de caça. No momento em que o centro do céu despencou, vários deles foram arremessados para o mundo subterrâneo, onde tornaram em *aõpatari*. As costas do céu caído naquele tempo tornaram-se nas florestas, e por isso elas são chamadas de velho céu (*wãro patarima mosi*). Um outro céu desceu e se fixou acima da terra para substituir o primeiro céu derrubado (*Ibid.*, p. 195). Em

outras palavras, o nível terrestre em que habitamos é o resultado de uma antiga formação que despencou nos princípios dos tempos e foi substituída por um novo céu, enquanto o anterior desabou para o que agora é o mundo subterrâneo.

A terra-floresta (*urihi a*), os céus e o cosmos são, para Kopenawa, parte de um todo, de uma natureza interdependente e indivisível. Este todo inclui também os seres humanos (*Yanomae thëpë*), seus antigos ancestrais, os animais (*Yaro pë*), os seres que não podem ser vistos a olho nu (*Yai thëpë*) e uma infinidade de seres outros que se transformam após a morte física. Podemos assumir que, ao transpor as fronteiras ontológicas que privilegiam seres que ocupam a forma humana, a soberania, o domínio, as fronteiras dos Estados nacionais e a mentalidade proprietária dos "povos da mercadoria" se torna inconcebível.

Se é possível falar em propriedade, a única conhecida é aquela que identifica nos espíritos a posse de todo o cosmos: “Os *xapiri* têm amizade pela floresta porque ela lhes pertence e os faz felizes. Os brancos acham bonita a natureza que veem, sem saber por quê. Nós, ao contrário, sabemos que a verdadeira natureza é tanto a floresta como as multidões de *xapiri* seus habitantes” (*Ibid.*, p. 476); “Antigamente, essas folhas *hayakoari hana* eram muito usadas como planta de feitiçaria. Mas são folhas que pertencem aos espíritos do céu”. (*Ibid.*, p. 204); “Disse a eles: 'Tomem esses poucos pedaços [de metal] para trabalhar em suas roças e não desejem mais! Guardarei o restante, que é perigoso! Ele agora pertencerá aos espíritos!’”. (*Ibid.*, p. 358); “Para nós, xamãs, essa palavra [*matih*]⁴⁹ é também muito valiosa porque nomeia bens que pertencem a *Omama* e aos *xapiri* que ele criou (*Ibid.*, p. 408); “É ruim guardar trancados nesta casa longínqua os bens dos habitantes da floresta que foram mortos no passado pelas doenças e armas dos brancos! [...] Seus objetos pertencem aos *xapiri* e a *Omama*” (*Ibid.*, p. 428).

Quem principiou os mundos foi *Omama*. Os *xapiri*⁵⁰, explica Kopenawa, trabalham junto com os xamãs Yanomami para garantir a estabilidade da abóbada celeste. Sem eles, o céu atual já teria desabado (*Ibid.*, p. 195). A queda do céu é aterrorizante e o próprio Kopenawa já sentiu seu corpo estremecer por pavor desse momento. Em um tempo em que

⁴⁹ A palavra *matih* é empregada para referir-se aos bens/mercadorias produzidas pelos brancos. A palavra “loja”, por exemplo, é traduzida pelas expressões *matih pë thari*, “recipiente/abrigo de mercadorias”, ou *matih pë rurataatima yahi*, “casa para adquirir mercadorias” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 668, nota 14)

⁵⁰ Embora a escrita dos não indígenas não seja capaz de capturar o conhecimento xamânico, adquirido por meio do uso de substâncias alucinógenas como a *Yakoana*, e não consiga transmitir a riqueza das palavras dos *xapiri*, Kopenawa esclareceu que a palavra “espírito” não faz parte de sua língua, sendo, na verdade, uma expressão que ele emprega para explicar “essas coisas” aos não indígenas. “Os brancos” como diz Kopenawa, provavelmente nunca compreenderão plenamente que são, de fato, os *xapiri*. Na sua tradução, ele explica que os *xapiri* são as representações dos ancestrais animais - *yarori* - que se metamorfosearam quando a floresta ainda era jovem, desempenhando um papel fundamental na manutenção do céu em sua posição (Kopenawa; Albert, 2015, pp. 117-127).

ainda não era xamã, às margens do rio Uxi u, o silêncio das matas foi interrompido por ruídos ameaçadores vindos do peito do céu. Cada vez mais próximos e mais assustadores, os gemidos e choros de terror das mulheres e das crianças logo tomaram conta até dos mais bravos guerreiros: "Aë! O céu está despencando! Vamos todos morrer! Aë!" (*Ibid.*, p. 194), repetiam desesperadamente.

Naquele tempo, os seus maiores ainda estavam vivos e havia grandes xamãs entre eles. Juntos, eles fizeram o trabalho ensinado outrora por seus pais e avós e mais uma vez foram capazes de impedir a fúria da imensidão do céu, segurando a abóbada celeste (*Ibid.*, p. 194). Como quem tem é certo em suas palavras, Kopenawa ressalta que "enquanto houver xamãs vivos para segurá-lo [...] ele vai só balançar e estalar muito, mas não vai quebrar". Eis então o terror e a dor do (des)encontro colonial.

Na narrativa Yanomami contada por Kopenawa, não apenas existe uma pluralidade de níveis celestes, como o colapso cósmico traduzido na queda do céu é desencadeado por múltiplos fatores. No primeiro tempo, a catástrofe é atribuída ao caos dos ancestrais, que deu origem aos seres do mundo (*Ibid.*, pp. 74-77); tempos depois, a queda do céu é atribuída à vingança dos *xapiri* órfãos de seus xamãs mortos por guerreiros e feitiços de inimigos (*Ibid.*, pp. 175-197); a partir da colonização, a iminente queda do céu é causada pelos primeiros contatos com os brancos (*napë*), pela "fumaça do metal" de suas máquinas, as irrupções mortíferas do garimpo (*Ibid.*, pp. 370-372) e pela influência dos missionários evangelizadores (*Ibid.*, p. 386.); nos nossos tempos, o céu prestes a cair - ou que está caindo - é desencadeado pela conjugação de todos esses fatores: a ação destrutiva dos brancos, a morte dos *xapiri* e a sua vingança contra os *napë* que destroem a floresta e assassinam os xamãs (*Ibid.*, p. 496-498). Em outras palavras, o céu é instável, sustentado pelos xamãs e seus espíritos e a sua queda é "o que acontece [...] quando morre um xamã (*Ibid.*, p. 496).

O trabalho dos xamãs é para manter o céu no lugar, para poderem caçar, plantar e viver com saúde. O que fazem é proteger a terra, tanto para eles e seus filhos quanto para os brancos e os seus⁵¹ (*Ibid.*, pp. 216-217). Kopenawa nos conta que não compreende a beleza que os brancos veem nas mercadorias que fabricavam sem parar. Isto porque os xamãs Yanomami não trabalham por dinheiro, como fazem os médicos dos brancos, uma vez que o dinheiro não os protege, não enche seus estômagos e tampouco faz sua alegria (*Ibid.*, p. 217).

⁵¹ Na perspectiva Yanomami, todos os seres possuem uma origem comum. Os antigos ensinaram à Kopenawa, ainda pequeno, que os brancos não foram criados por seus governos, eles vieram da fábrica de *Omama*, foram criados da espuma do sangue de seus ancestrais, os habitantes de Hayowari. Só há um Sol, uma Lua, um único e mesmo céu acima de nós, moramos em cima da mesma terra e os brancos também são filhos e genros *Omama* (Kopenawa; Albert, 2015, p. 231).

Todas as mercadorias dos brancos jamais serão suficientes em troca de todas as suas árvores, frutos, animais e peixes. As peles de papel de seu dinheiro nunca bastarão para compensar o valor de suas árvores queimadas, de seu solo ressequido e de suas águas emporcalhadas. Nada disso jamais poderá ressarcir o valor dos jacarés mortos e dos queixadas desaparecidos. Os rios são caros demais e nada pode pagar o valor dos animais de caça. Tudo o que cresce e se desloca na floresta ou sob as águas e também todos os *xapiri* e os humanos têm um valor importante demais para todas as mercadorias e o dinheiro dos brancos. Nada é forte o bastante para poder restituir o valor da floresta doente. Nenhuma mercadoria poderá comprar todos os Yanomami devorados pelas fumaças de epidemia. Nenhum dinheiro poderá devolver aos espíritos o valor de seus pais mortos! (Kopenawa; Albert, 2015, p. 355).

A devastação ambiental e o genocídio cometido pelas povos da mercadoria e os seus antepassados são responsáveis pela presente queda do céu. Quando um xamã fica muito velho, sem vontade de viver, ou doente e perto de morrer, conta Kopenawa, seus *xapiri* se afastam e os xamãs apagam como uma brasa de fogueira. Os *xapiri*, então, voltam para onde vivem, nos morros e montanhas da floresta e nas costas do céu, e só voltam para os humanos muito tempo depois para dançar para um outro xamã, normalmente parente do já falecido (*Ibid.*, p. 489). Este curso natural, no entanto, foi rompido e é motivo de aflição. Durante sua infância, a maior parte de seus parentes não se extinguiram na floresta de velhice, eles foram devorados, um a um, pelas doenças dos brancos. Hoje em dia, a maioria de seus grandes xamãs desapareceu e sua raiva por todos esses lutos nunca diminuiu. Os garimpeiros, feitos seres canibais da epidemia que são, devoram suas mulheres, suas crianças e seus velhos xamãs, hoje tão raros. Os jovens continuam fazendo dançar os espíritos, mas já quase não ouvem na floresta os cantos de seus xamãs (*Ibid.*, p. 490-491).

É durante o sonho⁵², segundo Kopenawa, que os *xapiri* falam com os xamãs, já os brancos estão sempre ocupados por seus "pensamentos esfumaçados" e "não sabem sonhar" (*Ibid.*, p. 531), porque quando deitam-se em suas camas, se agitam com desconforto, dominados por um sono ruim e um sonho que tarda a vir e, quando chega, "nunca vai longe e acaba muito depressa" (*Ibid.*, p. 461). Assim, só veem no sonho o que os cerca durante o dia e seus "espíritos não levam sua imagem durante o sono".

Os brancos, quando dormem, só devem ver suas esposas, seus filhos e suas mercadorias. Devem pensar com preocupação em seu trabalho e em suas viagens. Com certeza não podem ver a floresta como nós a vemos! Nós, xamãs, somos diferentes. Não nos contentamos em dormir. Durante o nosso sono, os *xapiri* estão sempre olhando para nós e querendo falar conosco. Por isso nós também os vemos e

⁵² Bruce Albert explica que o "sonho dos espíritos" (*xapiripēnēmari*), que é uma característica dos xamãs (*xapirith ē pē*, 'gente espírito') se difere também dos Yanomamis não-xamãs. Diferente do ato de "simplesmente sonhar" (*mari pio*) das "pessoas comuns" (*kuaporath ē pē*), durante o sonho, a imagem/essência vital (*utupē*) dos xamãs se separa do corpo/pele (*siki*) para movimentar-se (*marihui*), na companhia dos espíritos com o pensamento consciente (*pihi*) desativado, em que o sonhador está "em estado de fantasma" (*a nēporepē*) (Kopenawa; Albert, 2015, p. 678, nota 18).

podemos sonhar com eles. [...] Se os xapiri não tivessem o olhar fixado em nós, não poderíamos sonhar tão longe. Apenas dormiríamos como lâminas de machado no chão da casa (Kopenawa; Albert, 2015, p. 462-463).

Numa noite, durante um de seus sonhos xamânicos, depois de ter bebido o pó de *yãkoana* o dia todo, seus xapiri contaram-no o futuro que nos aguarda: se um dia morreram todos os xamãs e seus xapiri fugirem de raiva pela morte de seus pais, os brancos serão devorados sem tréguas por seres maléficis. Os poucos grandes xamãs ainda vivos na floresta afastam as coisas perigosas para proteger os brancos e todos os seres que vivem debaixo do mesmo céu, mas se insistirem em saquear a floresta, os seres desconhecidos que nela habitam e a defendem irão vingar-se e os brancos serão destruídos aos poucos. Suas terras serão incendiadas, suas casas serão derrubadas com vendavais, seus corpos serão afogados em enxurradas de água e lama (*Ibid.*, p. 492). Quando minérios perigosos são arrancados, o sopro dos xamãs torna-se curto e eles morrem em um instante. Se o sopro de vida dos que ainda restam se apagar, a floresta ficará vazia e silenciosa e os seus fantasmas se juntarão com os tantos outros que já vivem nas costas do céu. O céu, já doente pela fumaça dos brancos, vai gemer e se rasgar. Aos poucos, todas suas amarras serão cortadas e ele irá despencar (*Ibid.*, p. 493). Dessa vez, não haverá nenhum xamã para segurá-lo. Quando os espíritos maléficis dos xamãs antigos, que são mortos cada vez mais, começaram a atacar as cidades, os brancos irão se arrepender por terem ignorado este aviso. Eles podem se achar inteligentes e poderosos, com suas máquinas e mercadorias, diz Kopenawa, mas se continuarem maltratando a terra, seus médicos, por mais numerosos e sabidos que sejam, não poderão fazer nada (*Ibid.*, p. 492). Se o céu ficar doente, o mundo que conhecemos acabará.

Dessa Amazônia indígena que ainda vai resistindo, a mensagem Yanomami está sendo cumprida. A perspectiva da cosmoecológica Yanomami é coletiva, como bem destaca Kopenawa: "Mais tarde, na floresta, talvez morramos todos. Mas não pensem os brancos que vamos morrer sozinhos. Se nós nos formos, eles não vão viver muito tempo depois de nós. Mesmo sendo muitos, também não são feitos de pedra. Seu sopro de vida é tão curto quanto o nosso" (*Ibid.*, p. 494).

Assim como foi construída uma visão ocidental sobre o cosmos enquanto um espaço a ser conquistado e dominado, traduzido na Astropolítica - como apresentado no presente capítulo e nos que o sucedem -, a cosmopercepção Yanomami sobre o que chamamos de espaço sideral também é política. O pensamento dos xamãs se estende por toda parte, se enlaça debaixo da terra e das águas, e nas regiões mais distantes para além do céu. Ela trata da "fronteira final" enquanto um "ser-todo" que respira e pulsa, não de um vácuo, cujos planetas

representam depósitos de minérios a ser explorados pelos "povos da mercadoria". Parafrazeando Viveiros de Castro (2015, p. 16), o grande sertão cósmico que os brancos, padecidos de sua doença incurável, sonham em conquistar e colonizar, já está ocupado. É ele que sustenta as moradas dos espíritos que protegem os brancos e os povos da floresta. A vida dos xamãs e a conexão com seus xapiri é o que impede a queda do céu, o trágico destino da vida terrestre.

Ainda que não tenha sido registrada por escrito ou gravada por vídeo ou áudio, algumas pessoas que testemunharam o debate entre Ailton Krenak e David Wallace-Wells no Centro Cultural São Paulo, em 16 de julho de 2019, afirmaram que o líder indígena não teria visto com bons olhos a comemoração dos 50 anos da chegada do homem à Lua. Ele teria dito que o feito contribuiu para o abreviamento da queda do céu (Leite, 2019; Guerra, 2019). Assim como Davi Kopenawa, sua postura não é romântica e tampouco paralisante. Ela carrega uma alegoria multicolorida de uma promessa de luta pelo futuro:

Por que nos causa desconforto a sensação de estarmos caindo? A gente não faz outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos (Krenak, 2019, p. 30).

2. AS DIMENSÕES NORMATIVAS E SOCIALIZANTES DA ASTROPOLÍTICA

Neste capítulo, abordo as normas da Astropolítica como narrativas que cooptam, disciplinam e (re)criam mecanismos para manutenção dos regimes de saber/poder. Nesse processo, busquei analisar as narrativas que são produzidas e reproduzidas pelos cinco principais acordos internacionais sobre o espaço.

Na primeira seção, apresento uma panorâmica da evolução jurídica do regime espacial, destacando as principais normas internacionais que moldam a governança do espaço. Na segunda parte, discorro sobre a leitura clássica acerca dos desafios e das lacunas que permeiam o Direito Espacial na contemporaneidade. Na terceira seção, faço uma análise das narrativas que emergem dos cinco principais acordos internacionais sobre o espaço, evidenciando a centralidade do Estado, a fim de relevar como tais narrativas ditam as maneiras de comportamento e moldam as percepções em torno de um entendimento específico sobre o cosmos. Por fim, na quarta e última seção, destaco os termos "herança", "patrimônio" e "recursos", ressaltando como tais conceitos contribuem para a construção de uma ordem normativa que influencia decisivamente as escolhas sobre o que deve ser narrado e o que deve permanecer oculto no vasto cenário do espaço.

2.1 A evolução jurídica do regime espacial

À medida em que áreas inexploradas da Terra e do espaço sideral foram alcançadas, o ser humano passou a desenvolver mecanismos de governança e regulamentação do seu uso. Designado também como espaço cósmico, espaço extra-atmosférico, espaço interplanetário, espaço épi-atmosférico, espaço exterior ou simplesmente "espaço", o espaço sideral⁵³ recebeu a primeira incursão tecnológica em 1957, com o lançamento do Sputnik 1. Quatro anos depois, em 12 de abril de 1961, o soviético Yuri Alexeievitch Gagarin tornou-se a primeira pessoa a orbitar a Terra, a bordo da nave *Vostok 1*. Entretanto, as origens teóricas do Direito Espacial começam antes das primeiras incursões humanas fora da Terra.

⁵³ Não existe um consenso e tampouco uma literatura que verse sobre a denominação mais adequada para se referir ao espaço além da atmosfera da Terra. Termos como "espaço interplanetário" (Valadão, 1958), "espaço épi-atmosférico" (Pinheiro, 1970) e "espaço extra-atmosférico" são utilizados como sinônimos e remontam aos primeiros estudos sobre o Direito Espacial, compreendendo a Linha de Kármán, uma fronteira imaginária que tornou-se referência internacional, com reconhecimento da Federação Astronáutica Internacional (FAI, 2018), para definir que a fronteira entre a atmosfera terrestre e o espaço exterior está localizada a uma altitude de 100 quilômetros acima do nível do mar. Termos como "espaço", "espaço cósmico" ou "cosmos" e "espaço sideral" são frequentemente utilizados de forma intercambiável para se referir à vastidão do universo, incluindo todos os objetos e espaços que existem além da atmosfera terrestre. A ONU, por sua vez, adota mais frequentemente a expressão "outer space" (ou espaço exterior, em tradução livre), mas vale-se também das quatro últimas.

A primeira menção até então conhecida ao Direito Espacial deriva do Direito Aéreo e foi feita pelo jurista belga Emile Laude, em 1910, com a publicação do artigo "*Comment s'appelera le droit qui régira la vie de l'air*". A monografia do professor tcheco Vladimir Mandl, "*The Problem of Interstellar Transport*", de 1932, e o trabalho do jurista soviético Evgeny A. Korovin, "*La conquête de la stratosphère et le droit international*", de 1934, marcaram a emergência de um aprofundamento no estudo jurídico do campo. Na América Latina, o jurista argentino Aldo Armando Cocca, autor do livro "*Teoria do Direito Interplanetário*" e o professor brasileiro Haroldo Valladão, autor do artigo "*Direito Interplanetário e Direito Inter Gentes Planetárias*", ambos em 1957, foram os primeiros da região a se dedicar às discussões sobre as normas espaciais (Monserrat Filho, 2014).

De acordo com Barton Beebe (1999, p. 1737–1738), durante as décadas de 1950 e 1960, diversas perguntas estavam em voga no pensamento jurídico e nas salas de aula das faculdades de Direito, como: "quem é o dono do universo?" (Schachter, 1952, pp. 36–37); "qual é o status legal das formas de vida fora da Terra?" (McDougal; Lasswell; Vlastic, 1963); "para transferir o título de propriedade de uma plataforma espacial, um advogado usaria uma 'nota de venda' ou uma 'escritura'?" (Hogan, 1956, p. 14–15); "que lei seria adequada para nos governar em comum com raças uni, bi, tetra ou multidimensionais?" (Faria, 1960, p. 11), "que lei governaria em um mundo onde um homem é capaz de carregar um prédio de dez andares? (...) o que seria móvel e imóvel, hipoteca e penhora? O que seria consentimento e negligência?" (Verplaetse, 1960, p. 402); e "quais são as perspectivas de carreira para um 'advogado espacial'?" (Blaustein, 1956, p. 16). Essas indagações não apenas revelam o entusiasmo intelectual da época, como também estabelecem um elo fundamental entre as primeiras reflexões sobre a governança espacial e os desafios legais contemporâneos: desde os primórdios das discussões sobre a regulação do espaço sideral, perdura a inclinação de projetar no cosmos as formas de vida e sociabilidade ocidentais desenvolvidas na Terra, desencadeando um diálogo contínuo sobre o alcance e a natureza do ordenamento jurídico no vasto e inexplorado território cósmico.

Isto posto, a primeira menção ao espaço exterior pela Assembleia Geral se deu por meio de um subitem (f) da Resolução nº 1.148 (XII)⁵⁴, dias após o lançamento do Sputnik II, de 3 de novembro de 1957. Nela, buscou-se projetar um sistema de inspeção a fim de restringir o lançamento de objetos ao espaço exterior para fins não pacíficos ou não

⁵⁴ NAÇÕES UNIDAS. Resolução nº 1.148, de 14 de novembro de 1957. Index: A/RES/1148 (XII). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1148\(XII\)](https://undocs.org/en/A/RES/1148(XII)). Acesso em 3 out. 2023.

científicos. Em 1958, por meio da Resolução n° 1.348 (XIII)⁵⁵, a Assembleia Geral incumbiu-se do estabelecimento *ad hoc* do Comitê para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (do inglês, *Committee on the Peaceful Uses of Outer Space* - COPUOS), com a participação de 18 países membros⁵⁶, cujo objetivo era tratar dos “fins pacíficos do espaço exterior, reconhecendo o interesse comum da humanidade”. Em virtude das disputas políticas que marcaram a Guerra Fria (1947-1991), os soviéticos exigiram que a aprovação das decisões fossem por unanimidade, sob o argumento do temor de que os EUA ditassem as regras do jogo, além de alegar que o órgão sofria de problemas de representação, fazendo com que o COPUOS ficasse inoperante (Silva, 2020).

A partir da Resolução n° 1.472 (XIV)⁵⁷, em 12 de dezembro de 1959, o COPUOS adquiriu um caráter permanente e a ampliação de suas funções. Composto inicialmente por 24 países-membros (os 18 originários do comitê *ad hoc* mais 6 novos)⁵⁸, sendo 12 nações ocidentais, 7 comunistas e 5 neutras⁵⁹, e dividido em dois Subcomitês: um deles de natureza técnico-científica e outro de natureza jurídica. Superados os impasses, o COPUOS teve sua instalação em dezembro de 1961. Sua primeira demanda foi a realização de um estudo sobre o reconhecimento da dimensão da humanidade pelo o Direito Espacial, uma vez que a doutrina jurídica vigente reconhecia apenas as dimensões dos indivíduos, da coletividade e das nações (Abranches, 1964).

Ainda em 1961, a Resolução n° 1.721 (XVI)⁶⁰ foi aprovada, estabelecendo o reconhecimento da aplicabilidade do Direito Internacional, inclusive as disposições consagradas na Carta das Nações Unidas, ao espaço exterior e seus corpos celestes, proibindo estritamente qualquer forma de apropriação nacional desse espaço. Dois anos depois, em 1963, a Resolução n° 1.884 (XVIII)⁶¹ foi adotada para prevenir uma corrida armamentista no

⁵⁵ UNOSSA. Resolução n° 1.348, de 13 de dezembro de 1958. Index: A/RES/1348 (XIII). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1348\(XIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/1348(XIII)). Acesso em 3 out. 2023.

⁵⁶ Composto por Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, França, Índia, Irã, Itália, Japão, México, Polônia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Árabe Unida, Suécia, Tchecoslováquia e União Soviética.

⁵⁷ UNOSSA. Resolução n° 1.472, de 12 de dezembro de 1959. Index: A/RES/1472 (XIV). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1472\(XIV\)](https://undocs.org/en/A/RES/1472(XIV)). Acesso em 3 out. 2023.

⁵⁸ São eles: Albânia, Áustria, Bulgária, Hungria, Líbano e Romênia. Atualmente o COPUOS é composto por 102 membros, sendo uma dos maiores Comitês das Nações Unidas (UNOOSA, 2022)

⁵⁹ Albânia, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, França, Pérsia, Itália, México, Japão e Estados Unidos da América representavam as nações ocidentais; Polônia, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária, Bielorrússia, Ucrânia e União Soviética representavam as nações comunistas; e Suécia, República Árabe Unida, Índia, Áustria e Líbano representavam as nações neutras.

⁶⁰ UNOSSA. Resolução n° 1.721, de 20 de dezembro de 1961. Index: A/RES/1721 (XVI). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1721\(XVI\)](https://undocs.org/en/A/RES/1721(XVI)). Acesso em: 3 out. 2023.

⁶¹ UNOSSA. Resolução n° 1.884, de 17 de outubro de 1963. Index: A/RES/1884 (XVIII). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1884\(XVIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/1884(XVIII)). Acesso em: 3 out. 2023.

espaço, instando os Estados a se abster de colocar em órbita quaisquer objetos portando armas nucleares ou outros tipos de armas de destruição em massa, bem como de instalar tais armas em corpos celestes. Adicionalmente, a Resolução nº 1962 (XVIII)⁶² foi adotada de forma unânime pela Assembleia Geral, abordando diversos temas relevantes para o Direito Espacial, incluindo a questão da responsabilidade internacional pelas atividades no espaço, o registro de objetos lançados no espaço, bem como a jurisdição e a responsabilidade por eventuais danos causados por esses objetos. Além disso, essa resolução também designou o tratamento dado aos astronautas, referindo-se a eles como "enviados da humanidade".

Em que pese a natureza não-vinculante das resoluções da ONU aos Estados-membros - ou seja, sua capacidade de criar obrigações aos seus destinatários -, Öberg (2005) pondera que elas geram efeitos jurídicos intrínsecos e/ou extrínsecos. Os efeitos intrínsecos referem-se às práticas que surgem diretamente da adoção das resoluções e estão mais relacionados aos poderes específicos conferidos a determinado órgão da ONU, enquanto os efeitos extrínsecos derivam de normas mais amplas aceitas pela comunidade internacional a partir do direito internacional consuetudinário, ou seja, das regras que evoluem a partir de práticas consistentes dos Estados e da crença de que tais práticas são obrigatórias (Öberg, 2005, pp. 880-882). Há de se frisar, ainda, que elas serviram de fonte de orientação com forte influência para a formação do Direito Espacial e para a inauguração do regime internacional do espaço exterior, tendo os seus princípios refletidos no Tratado do Espaço de 1967 e nas quatro convenções concluídas posteriormente.

Em 1967, foi assinado o Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes, – comumente chamado apenas de “Tratado do Espaço” - enquanto o principal instrumento do regime jurídico formal do Direito Espacial Internacional. Referido também como “Código do Espaço” (Monserrat Filho, 2007, p. 31) e “Magna Carta do Direito Espacial” (Monserrat Filho, 2007, p. 44), em seus 17 capítulos, estabeleceu as diretrizes de comportamento e os princípios fundamentais da governança espacial. A partir dele foram elaborados os outros quatro tratados que compõem o corpo da lei espacial (*corpus iuris spatialis*)⁶³: o “Acordo de

⁶² UNOSSA. Resolução nº 1.962, de 13 de dezembro de 1963. Index: A/RES/1962 (XVIII). Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/1962\(XVIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/1962(XVIII)). Acesso em: 3 out. 2023.

⁶³ Diversos autores valem-se deste termo, dentre eles, George Hacket (1994), Monserrat Filho (1999, p. 168) e Paulo Casella (2022, p. 248).

Resgate” (1968)⁶⁴, a “Convenção de Responsabilidade” (1972)⁶⁵, a “Convenção de Registro” (1976)⁶⁶ e o “Tratado da Lua” (1984)⁶⁷.

Em termos gerais, o Tratado do Espaço estabelece que a exploração e o uso do espaço cósmico, inclusive da Lua e demais corpos celestes, devem ser realizados em benefício e no interesse de toda a humanidade, respeitando a não-discriminação e assegurando a participação de todos os Estados, desde que respeitem o caráter público e universal do espaço e dos corpos celestes (art. 1º); nenhuma nação tem o direito de se apropriar ou estabelecer soberania sobre o território ou os recursos no espaço exterior (art. 2º); as atividades devem ter como finalidade a manutenção da paz e da segurança internacional, além de promover a assistência mútua e a cooperação internacional, sendo estritamente proibido o uso de armas de destruição em massa no espaço cósmico, bem como o estabelecimento de bases, instalações ou fortificações militares (art. 3º e 4º); os astronautas são considerados como enviados da humanidade (art. 5º); cabe aos Estados a responsabilidade pelas atividades nacionais realizadas no espaço, seja por organismos governamentais ou entidades não governamentais, devendo estas últimas ser objeto de autorização e vigilância contínua pelos Estados (art. 6º e 7º); e os princípios da cooperação e de assistência mútua devem ser respeitados (art. 9º, 10º, 11º e 12º).

Como pode-se verificar na tabela (Apêndice I), o número de assinaturas e ratificações dos principais acordos e tratados que configuram o regime espacial diminuíram consideravelmente no decorrer do tempo. Alguns dos fatores que corroboram para isso, segundo Casella (2022, p. 247), são a falta de consenso as negociações diplomáticas no âmbito do COPUOS e a dificuldade de construir costumes internacionais, em função da vedação de tratados multilaterais e do desprezo de países centrais pelas disposições de resoluções recentes. Além disso, o Tratado da Lua, por exemplo, conta com apenas 18 ratificações e 5 assinaturas. Com exceção da assinatura da França e da Índia - que podem ser

⁶⁴ Acordo sobre Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e Objetos lançados ao Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral da ONU em 19 de dezembro de 1967 (Resolução 2345 (XXII)), aberto à assinatura em 22 de abril de 1968, em vigor desde 3 de dezembro de 1968. Países depositários: Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América. 99 ratificações e 23 assinaturas, em 1 de janeiro de 2023.

⁶⁵ Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 29 de novembro de 1971 (Resolução 2777 (XXVI)), aberta à assinatura em 29 de março de 1972, em vigor desde 1º de setembro de 1972. Países depositários: Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América. 98 ratificações e 19 assinaturas, em 1 de janeiro de 2023.

⁶⁶ Convenção sobre Registro de Objetos lançados ao Espaço Cósmico, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 12 de novembro de 1974 (Resolução 3235 (XXIX)), aberta à assinatura em 14 de janeiro de 1975, em vigor desde 15 de setembro de 1976. Depositário: Secretaria-Geral da ONU; 75 ratificações e 3 assinaturas, em 1 de janeiro de 2023.

⁶⁷ Acordo sobre as Atividades dos Estados na Lua e nos Corpos Celestes, adotado pela Assembléia Geral da ONU em 5 de dezembro de 1979 (Resolução 34/68), aberto à assinatura em 18 de dezembro de 1979, em vigor desde 11 de julho de 1984. Depositário: Secretaria-Geral da ONU. 18 ratificações e 4 assinaturas, em 1 de janeiro de 2023.

considerados países com alguma relevância em termos de presença no espaço exterior - o instrumento obteve uma fraca recepção internacional, sob a alegação de que, naquele momento, a exploração de corpos celestes parecia distante de ser efetivada (Casella, 2022, p. 246) e pela percepção de que o tratado impunha contornos severos no que tange à não apropriação e exigência de níveis de cooperação internacional (Bittencourt Neto, 2011, p. 43)

Além da evidente dificuldade em gerar consenso no decorrer dos anos, a partir de 1979, ano que assinala a abertura do Tratado da Lua, não se registrou a consecução de qualquer outro tratado capaz de regulamentar as atividades espaciais. Bittencourt Neto (2011, p. 43) reforça a sensação de que a não-firmação de novos tratados multilaterais no âmbito do Direito Espacial deve-se a um novo cenário, em que os países interessados somam-se ao COPUOS, que exige o consenso entre eles. Casella (2022, p. 248), no entanto, reforça as tentativas unilaterais de regulamentação, como a lei interna australiana que delimita que as atividades espaciais ocorrem ou pretendem ocorrer acima de 100 km de altitude⁶⁸, e a "Declaração de Bogotá"⁶⁹, de 3 de dezembro de 1976, redigida por países equatoriais e assinada por diversos países em desenvolvimento, em que delimitava a limites verticais da soberania pelos Estados, para afirmar que existem regras ainda não aceitos ou adequadamente fundamentadas.

Autores como Dunk e Tronchetti (2015, pp. 20-25), argumentam que não se deve falar em uma estagnação do Direito Espacial, ainda que novos tratados multilaterais não tenham sido firmados, porque mesmo que as contribuições posteriores aos cinco principais tratados que o compõem possam não consideradas como pertencentes à ele, suas contribuições são relevantes para a criação de um quadro jurídico estável e transparente para diferentes operações espaciais. Como exemplo, os autores comentam sobre os instrumentos de *soft law*, resultando de tratados bilaterais de cooperação entre Estados e Agências Espaciais, como a ESA, que resultaram no Tratado de Lisboa de 2009, e as legislações espaciais nacionais, com

⁶⁸ Em 2002, a Austrália acrescentou emendas à sua Lei de Atividades Espaciais de 1998, substituindo todos os termos relativos "espaço sideral" por "uma área além da distância de 100 km acima do nível médio do mar", o que na prática representa o alcance de sua soberania (Parliament of Australia, 2022). Em 2006, no entanto, o país informou ao COPUOS que a altitude não foi estabelecida como uma tentativa por parte da Austrália de definir ou delimitar o "espaço sideral". Em vez disso, a alteração deve ser interpretada como uma escolha prática para indicar a fronteira entre a atmosfera terrestre e o espaço exterior (A/AC.105/865/Add. 1).

⁶⁹ A "Declaração de Bogotá" refere-se a um documento assinado por vários países americanos durante a IX Conferência de Presidentes da América (*Cumbre de Presidentes de América*), realizada em Bogotá, Colômbia, em 1976, com o objetivo de discutir questões econômicas e sociais na região. Os países equatoriais reclamaram soberania sobre a órbita geoestacionária e foram seguidos por diversos países "em desenvolvimento" e o ato foi considerado um mero protesto pela comunidade internacional, sem efeitos práticos. Apesar disso, Casella (2022) considera que a ausência de regras definitivas sobre a fronteira entre o espaço aéreo e o espaço sideral abre margem aos mais variados exercícios de poder, mesmo os mais questionáveis dentre eles (Casella, 2022, pp. 252-253).

o pioneirismo dos EUA. Além disso, existe um esforço de organizações não governamentais, como o Instituto Internacional de Direito Espacial (do inglês, *International Academy of Space Studies* - IASL), o Comitê de Direito Espacial da Associação de Direito Internacional (do inglês, *International Law Association* - ILA) e o Centro Europeu de Direito Espacial (do inglês, *European Centre for Space Law* - ECSL/ESA), no sentido de abordar questões não cobertas pelos referidos tratados.

Por fim, destaco também a recente influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para as normativas do espaço exterior. Apesar de destacar a sua adesão voluntária, não juridicamente vinculante ou de não constituição em termos revisão, qualificação ou reinterpretação das normas princípios e normas já estabelecidos, em 2021, a UNOOSA, publicou as "Diretrizes para a Sustentabilidade de Longo Prazo das Atividade do Espaço Sideral do COPUOS" em que objetiva assegurar a capacidade contínua de conduzir atividades no espaço, buscando o acesso equitativo aos benefícios da exploração espacial para fins pacíficos e a satisfação das necessidades atuais, ao mesmo tempo em que preserva o ambiente espacial para as gerações futuras (UNOOSA, 2021).

2.2 Os limites e desafios do Direito Espacial

Para além de um possível ceticismo quanto à relevância do direito internacional em um sistema moderno/colonial, enrijecido e manipulado por uma matriz colonial de poder que privilegia determinados atores, o Direito Espacial parece encontrar dificuldades na sua aplicação direta, em muito pela sua extraterritorialidade. As principais críticas ao arcabouço jurídico do espaço sideral permanecem sem respostas há décadas e concentram-se em questões de indefinição de fronteiras, militarização/pacificação, acúmulo de resíduos em órbita, ineficiência de mecanismos de fiscalização e sanção, e na capacidade desse regime em lidar com as novas configurações das atividades espaciais, como o aumento da participação de entidades privada (Manfred, 1972), como exposto nas próximas páginas.

Todas as atividades regidas pelos cinco tratados pretendem tratar exclusivamente de atividades relacionadas ao "espaço exterior", no entanto a indefinição desse termo e de qual o limiar exato da "fronteira final" é um dos alvos de críticas técnicas. Heidi Keefe (1995, pp. 346-347) indica uma noção do direito internacional consuetudinário que estabelece essa fronteira como a área da órbita dos satélites terrestres e além. A complexidade se intensifica ao considerar as variadas altitudes em que esses satélites operam. Nesse sentido, a ambiguidade reside na ausência de uma distinção clara entre o espaço aéreo e o espaço

sideral⁷⁰, uma vez que o avanço tecnológico, permitindo órbitas mais baixas, estende o território potencial do espaço sideral e redefine os limites da jurisdição convencionalmente associada ao espaço aéreo. Conforme apontam Lal e Nightingale (2014), os argumentos contrários à estabelecer uma delimitação seguem a lógica de que a ausência de uma definição específica não prejudicou o progresso espacial e, portanto, uma definição padronizada não é indispensável. Para ela, isso assemelha-se ao argumento de que a falta de uma definição clara do termo "terrorismo" não impediu as nações de agirem contra atividades relacionadas ao terror. Já os argumentos a favor da delimitação estão vinculados a disputas internacionais associadas à transposição do espaço aéreo percebido.

Segundo Bittencourt Neto (2015, pp. 33-34), essa definição e delimitação entre o espaço aéreo e o espaço exterior concerne a um debate entre juristas, cientistas e diplomatas que perdura por longos anos. As duas principais abordagens teóricas que envolvem o tema são as "especialistas" e "funcionalistas". Historicamente, os tratados de Direito Espacial dependiam da convergência de opiniões entre os EUA e a URSS, por serem as duas superpotências capazes de atingir a órbita terrestre nos primeiros anos da exploração espacial. A abordagem espacialista está relacionada aos soviéticos e propõe uma delimitação baseada em uma altitude determinada.

Por outro lado, a abordagem funcionalista é representada por teóricos como Nicolas Mateesco Matte e foi endossada pela delegação estadunidense, sob o argumento de que uma delimitação convencional poderia impedir futuras atividades no espaço, especialmente as comerciais. Em linhas gerais, defende-se que a delimitação da fronteira entre o espaço aéreo e o espaço exterior é desnecessária ou impossível. Por isso, sugere também que deve-se referir ao "Direito Aeronáutico" e ao "Direito Astronáutico" em vez de ao Direito Aéreo ou Espacial. Mateesco Matte, por exemplo, argumenta que, se um objeto espacial passar incidentalmente pelo território de outro Estado, não deve representar perigo à segurança. Além disso, se o objeto causar danos, o Estado afetado teria o direito de receber compensações. E se houver razões para acreditar que o objeto é perigoso, o Estado territorial tem o direito de se defender (Bittencourt Neto, 2015, pp. 33-35).

⁷⁰ A NASA, a Administração Federal de Aviação, a Força Aérea e a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos EUA adotam a perspectiva de que o espaço sideral inicia-se no ponto em que as superfícies de controle aerodinâmico deixam de ser eficazes, situado a uma altitude de 80 quilômetros acima do nível do mar (Stone, 2012). Por outro lado, a Federação Aeronáutica Internacional (FAI), a Federação Internacional de Esportes Aéreos e a Associação Aeronáutica dos EUA aderem à Linha de Karman, considerando a densidade do ar como critério, situando o espaço sideral a uma altitude de 100 quilômetros acima do nível do mar (Marciacq *et al.*, 2008). O Controle de Missões da NASA, por sua vez, identifica o ponto de reentrada no qual a resistência atmosférica torna-se perceptível a 122 quilômetros do nível do mar. Já os documentos de treinamento do Exército dos EUA estabelecem uma faixa entre 129 e 150 quilômetros como referência para atividades no espaço sideral (Lal; Nightingale, 2014, p.6).

Nenhuma dessas abordagens, contudo, foram formalmente adotadas, embora continuem sendo alvo de discussões, debates e interpretações jurídicas na comunidade internacional, especialmente em fóruns, como o COPUOS. O relatório sintetiza as opiniões expressas pelos seus Estados membros entre 2002 a 2019, com o resumo histórico sobre as considerações da questão da definição e delimitação do espaço sideral (A/AC.105/769/Add.1), de 2020, sem expressar qualquer acordo sobre o tema.

Ademais, o espaço não apenas se configura como uma arena propícia para conflitos, como desde os primórdios de sua exploração, a militarização emergiu como um dos temas mais debatidos. Tal preocupação encontra respaldo nas estimativas que indicam que cerca de 75% dos satélites lançados durante o período da Guerra Fria foram destinados exclusivamente a propósitos militares (Stares, 1985, pp. 22–29). Apesar da possibilidade de o Direito Espacial ter exercido alguma influência na redução para aproximadamente 9% dos satélites exclusivamente militares em 2023⁷¹, desconsiderando as tecnologias de uso dual (civil-militar), as operações militares continuam a fazer amplo uso dos sistemas espaciais⁷².

As forças armadas modernas, portanto, são altamente dependentes de seus satélites para conduzir guerras e conflitos em terra, sendo que quatro países - EUA, Rússia, China e Índia -, que também possuem o maior número de satélites militares em órbita, obtiveram sucesso ao realizar testes com armas anti-satélite (do inglês, *Anti-Satellite Weapons* - ASATs) em seus próprios satélites. ASATs podem assumir várias formas e métodos, incluindo mísseis balísticos, lasers, interferência eletrônica ou outras tecnologias, tendo como principal objetivo neutralizar ou prejudicar as capacidades dos satélites, interferindo nas comunicações, vigilância, navegação ou outras funções essenciais que esses satélites desempenham (Lauer, 2022, pp. 1–26).

⁷¹ De acordo com informações fornecidas pela *Union of Concerned Scientists* (UCS), a base de dados atualizada em 1 de janeiro de 2023 revela a presença de 5.280 satélites registrados com usuários de caráter comercial, 688 satélites atribuídos a usuários governamentais, 588 destinados a usuários militares e 162 satélites designados para usuários civis (UCS, 2023).

⁷² Como ilustração, a Guerra do Golfo de 1991 é reconhecida como a primeira "guerra espacial", dada a essencialidade do sistema de navegação GPS para a alta precisão dos mísseis de cruzeiro. Na operação aérea da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a República Federal da Iugoslávia em 1999, 60% dos serviços de comunicação por satélite foram providos pelos setores comerciais (Schmitt, 2006, p. 98). Em eventos mais recentes, os EUA adquiriram extensivamente imagens comerciais, como IKONOS e SPOT, durante a Guerra do Afeganistão de 2001 (Wirbel, 2004, p. 114–115) e a guerra russo-ucraniana, iniciada em 2022, é agora considerada como a primeira "guerra espacial comercial", visto que depende substancialmente de imagens de satélites privados tanto na preparação para o conflito quanto durante seu desenrolar (Kolovos, 2022, pp. 30–31).

Pode-se inferir, portanto, que este é um dos elementos que gera incertezas e debates em torno da definição de "uso pacífico", especialmente diante de atividades militares "passivas", como observação, vigilância e detecção de explosivos militares na Terra. Além disso, a realização de testes de destruição de satélites civis e a possibilidade de mísseis balísticos nucleares transitarem pelo espaço legalmente são pontos que suscitam questionamentos. Há também aqueles que ponderam que a estrutura restrita do regime internacional favorece a competição entre Estados, a militarização e os interesses econômicos das elites, fatores que podem desencadear conflitos militares no espaço (Tannenwald, 2004; Sheehan, 2007). No momento da elaboração dos dispositivos jurídicos apresentados anteriormente, não foi imposta uma restrição completa ao posicionamento de armas no espaço exterior, abrangendo desde emissores de raio laser até satélites espões, e até mesmo mísseis balísticos intercontinentais. Dessa forma, torna-se difícil negar as críticas de que há uma obsolescência, ou pelo menos interpretações equivocadas, da desmilitarização proposta no Tratado do Espaço (Goldman, 1992).

Nesse ponto, Setsuko Aoki (2016, pp. 202-203) reuniu as diferenças interpretativas quanto a utilização do espaço exterior unicamente para "fins exclusivamente pacíficos", aqui resumidas:

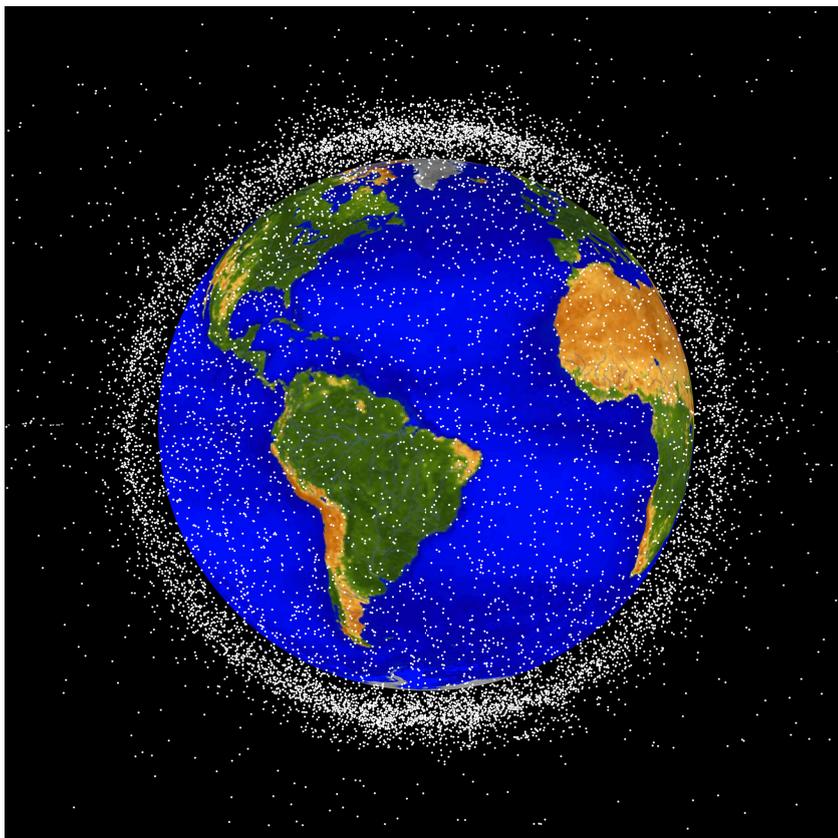
- I. "Pacífico" deve ser interpretado como "não militar" e a obrigação de uso não militar é estendida não apenas à Lua e a outros corpos celestes, mas também ao espaço exterior vazio. Para esta interpretação, tanto mísseis balísticos quanto armas convencionais e satélites de reconhecimento devem ser proibidos no espaço exterior.
- II. "Pacífico" deve ser interpretado como "não agressivo" tanto para o espaço vazio exterior quanto para a Lua e outros corpos celestes.
- III. O espaço vazio exterior está sob a obrigação de uso "não agressivo", enquanto a Lua e outros corpos celestes estão sujeitos ao uso "não militar" do espaço.
- IV. A obrigação de usos "pacíficos" como "não agressivos" do espaço é imposta apenas à Lua e a outros corpos celestes, e "exclusivamente para fins pacíficos" não é imposta ao espaço vazio exterior, onde apenas a proibição de armas de destruição em massa é obrigatória.

V. Nenhum especialista parece defender especificamente que a Lua e outros corpos celestes sejam para uso não militar, enquanto nenhuma obrigação de uso pacífico é imposta ao espaço exterior vazio.

Além das preocupações em torno da escalada de uma corrida espacial armamentista e no desvio da finalidade pacífica do espaço exterior, o desenvolvimento e uso de ASATs, discriminados anteriormente, têm implicações diretas na geração de detritos espaciais. Bittencourt Neto, (2015, p. 89–91) destaca que muitos satélites inoperantes atualmente em órbita têm massa e superfície significativas, o que poderia resultar em partes sobrevivendo à reentrada. Alguns desses objetos podem conter cargas perigosas, como combustíveis tóxicos ou armas nucleares. A justificção para ações emergenciais contra esses objetos, de acordo com a regulação internacional existente, seria baseada em conceitos como estado de necessidade ou legítima defesa, excluindo abordagens consuetudinárias. Sua proposta é que, mesmo nessas situações, o Estado territorial tenha o direito de tomar medidas emergenciais em relação ao seu espaço aéreo, estendendo-se até 100 km de altitude, incluindo a apreensão e destruição de objetos espaciais em queda que representem perigo imediato.

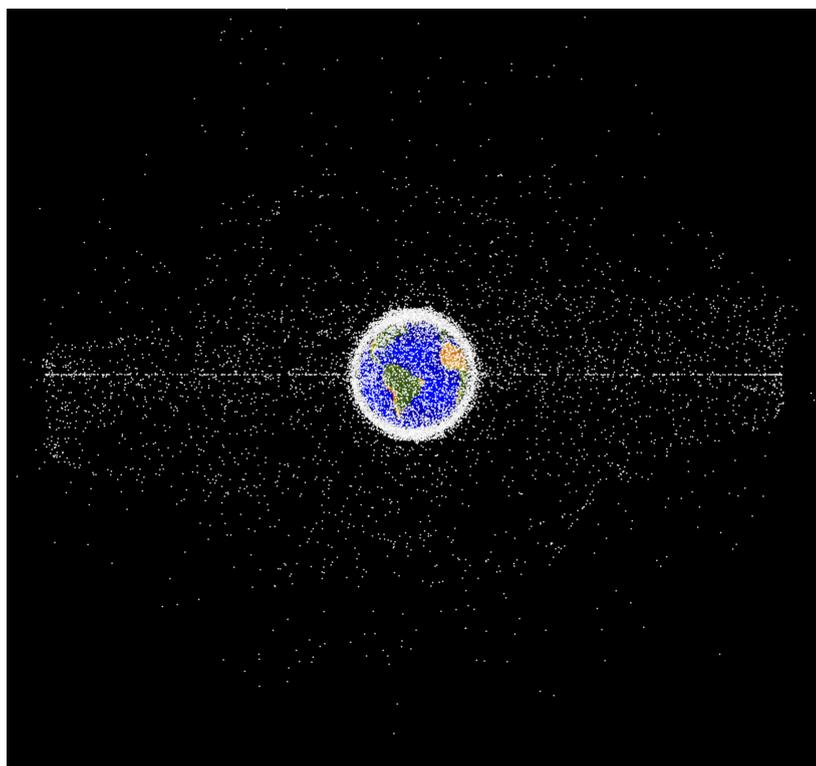
Além desses fragmentos, conhecidos como "detritos espaciais" - que podem permanecer em órbita ao redor da Terra e representam um risco significativo para outros satélites e espaçonaves, há a questão da intensificação da poluição espacial. As figuras 6, 7 e 8 foram geradas pela NASA e demonstram os detritos orbitais não-funcionais rastreados até novembro de 2019. A figura 6 ilustra a poluição na órbita baixa da Terra (LEO), a 2.000 km da superfície, área de maior concentração de detritos orbitais. A figura 7 ilustra a poluição na órbita geoestacionária (GEO), localizada a uma altitude de aproximadamente 35.786 quilômetros acima da Linha do Equador. Por fim, a figura 8 ilustra a concentração de lixo espaciais a partir da Órbita Polar (GEO Polar), um ponto de observação acima do pólo norte, que permite visualizar objetos em LEO e GEO.

Figura 6. Poluição espacial na baixa órbita (LEO)



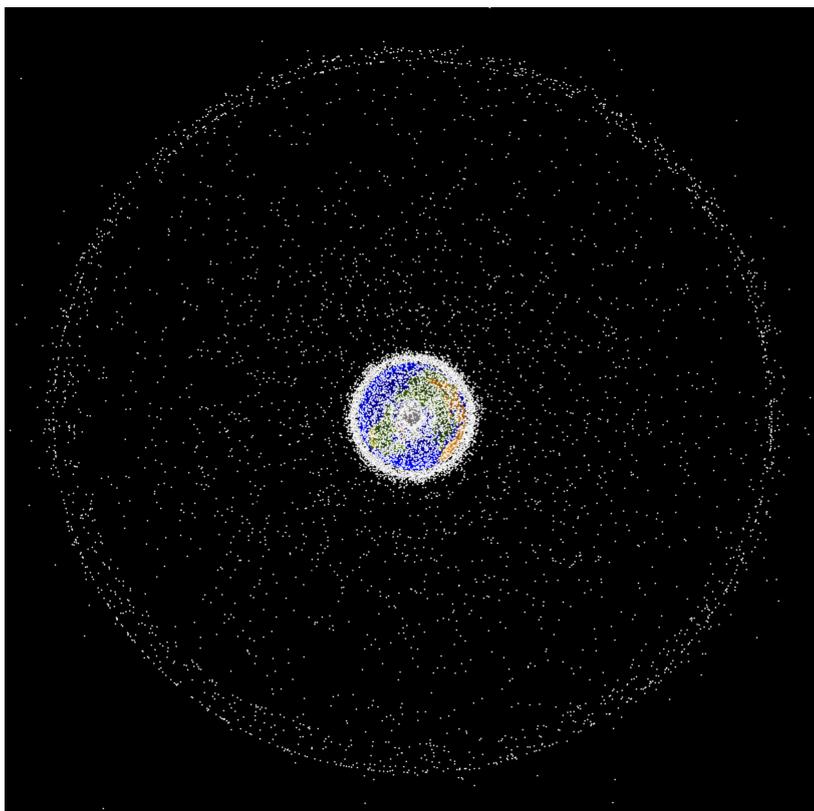
Fonte: NASA Orbital Debris Program Office, 2019

Figura 7. Poluição espacial na órbita geostacionária (GEO)



Fonte: NASA Orbital Debris Program Office, 2019

Figura 8. Poluição espacial a partir da Órbita Polar (GEO Polar)



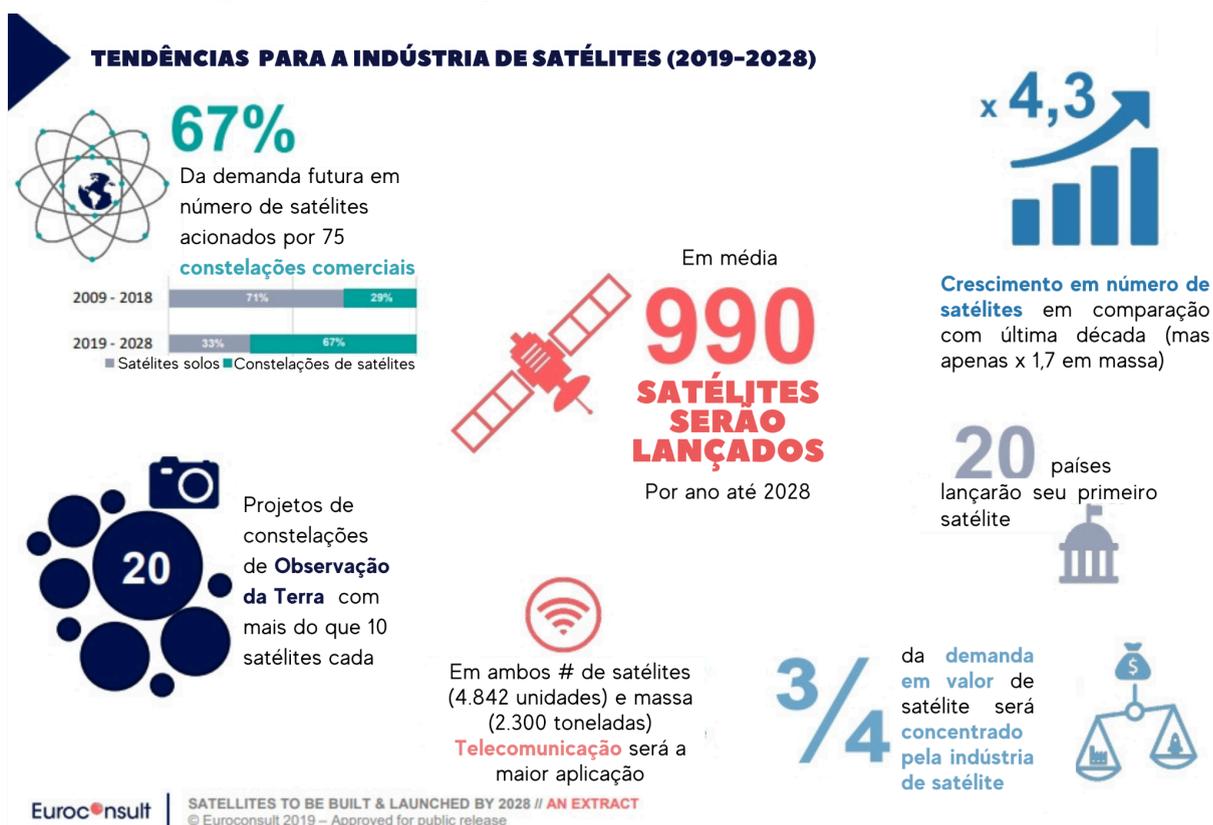
Fonte: NASA Orbital Debris Program Office, 2019

Embora seja incontestável o protagonismo de atores públicos desde o início da exploração espacial, empresas privadas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental estiveram com agências espaciais no fornecimento de insumos, produtos e componentes de satélites e espaçonaves desde meados dos anos 1980. No entanto, no contexto do fim da Guerra Fria, da globalização e das reformas neoliberais lideradas por Ronald Reagan (1980-1984) e Thatcher (1979-1990), empresas privadas começaram a se envolver no espaço sob uma perspectiva de liberalização e competição. Pelo menos no mundo ocidental, essas empresas passaram a ser responsáveis por voos, missões, exploração comercial de corpos celestes e pelo desenvolvimento de sistemas privados de lançamento de microssatélites (Jakhu; Dempsey, 2016)

Como resultado, a partir da década de 2000, cada vez mais estes atores engajaram-se com serviços para fins privados, como mineração, transporte e turismo espacial, ainda que o espaço seja considerado um bem público pelas normas espaciais. A iniciativa privada move mais de 200 bilhões de dólares por ano com a indústria espacial e de acordo com a projeção

publicada pelo Grupo Euroconsult⁷³ em 2019 (figura 9), até 2028 serão lançados 990 satélites por ano, valor 4,3 vezes maior quando comparado aos 2.300 lançamentos efetuados na última década. Os segmentos de baixa e média órbita, cujo protagonismo advém das empresas particulares, deverão representar 67% da demanda.

Figura 9. Tendências para a indústria de satélites (2019-2028)



Fonte: Euroconsult Group, 2019, p.9, tradução minha.

Como exposto, os argumentos mais usuais tendem a defender que as fragilidades das normas internacionais sobre a atuação de empresas particulares no espaço gera um crescimento descontrolado de lançamentos de satélites. Isto acarreta no aumento de detritos espaciais e nas chances de colisão e entrada abrupta de objetos na atmosfera terrestre, que, em última instância, pode significar ameaça à segurança humana. No entanto, há argumentos no sentido de que os países estão aproveitando dessas lacunas para legislar internamente e expropriar as riquezas do espaço. Para Jakhu (2005), ainda que os princípios legais básicos produzidos pela legislação internacional do espaço representem um equilíbrio justo entre os

⁷³ O *Euroconsult Group* é uma empresa voltada para consultoria estratégica e inteligência de mercado especializada no setor espacial, que acompanha o desenvolvimento e as decisões estratégicas da indústria de satélites, tanto de empresas privadas quanto de entidades governamentais (Euroconsult, [s. d.])

países desenvolvidos e em desenvolvimento, as pressões ocidentais pela privatização, comercialização, desregulamentação e globalização estão perturbando a interpretação do Tratado do Espaço e o seu futuro desenvolvimento. Para a autora, isto pode prejudicar tanto o "interesse público global", quanto o progresso das normas, podendo levar à destruição da civilização humana, seja pelo risco dos detritos espaciais ou pela sensação de liberdade irrestrita de uso do cosmos pode gerar guerras cósmicas. Além disso, a autora argumenta que ao buscar a maximização de lucros, os negócios privados tendem a não estender suas operações para áreas e rotas não lucrativas (Jakhu, 2005).

2.3 O espaço sideral pertence aos Estados?

Ainda que as considerações suscitadas anteriormente sejam pertinentes em suas proposições, entendo relevante incorporar à discussão o impacto do colonialismo para a construção do direito internacional moderno. Ao versar sobre as normas, Martha Finnemore (1996) atenta-se tanto às ações e comportamentos das relações entre atores que influenciam os seus próprios comportamentos e interesses quanto na atuação das Organizações Internacionais (OIs) como agentes propagadores destas normas para os Estados. Para a autora, diferente das ideias, que podem ser mantidas no particular, as normas são sociais e compartilhadas e estão presentes no subjetivo e no intersubjetivo, sendo "expectativas partilhadas sobre o comportamento apropriado de uma comunidade de atores" (Finnemore, 1996, p. 22). As instituições, por sua vez, seriam o conjunto de normas, já estruturadas e articuladas.

Em contraponto, Charlotte Epstein (2017) sugere uma nova percepção do poder incidente às normas internacionais, em que haja a investigação de sua constituição. Em vez de aceitá-las como naturais, propõe particularizá-las e explicar certas formas de comportamento que são autorizadas em detrimentos de outras, de modo a revelar suas dinâmicas ocultas. A autora estabelece uma distinção entre o poder das leis e das normas: ainda que ambas tenham um poder prescritivo - delimitando o que é correto e permitido - as leis moldam os "comportamentos de fora", por meio da ameaça de sanções enquanto as normas funcionam como "regras naturais", naturalidade esta que as tornam inquestionáveis. A distinção entre o que é normal e anormal reside em uma fronteira que estabelece quais são os atos apropriados e os que não o são. A "normalização", portanto, atua como um conjunto de prescrições que são internalizadas e, após isso, entendidas como "escolhidas". Neste ponto, o poder prescritivo das normas pode ser visualizado:

A normalização disciplinar consiste, em primeiro lugar, em postular um modelo, um modelo ideal que é construído em termos de um determinado resultado, e o funcionamento da normalização disciplinar consiste em tentar fazer com que as pessoas, os movimentos e as ações se conformem a esse modelo, sendo que o normal é exatamente o que se conforma a essa norma (Foucault, 2007, p. 57 *apud* Epstein, 2017, p. 5, tradução minha)⁷⁴.

Para Epstein, o projeto colonial do século XIX tinha fortes interesses em torno da “ordem global”, sendo a missão civilizatória uma ferramenta poderosa, na medida em que, internamente, levou as línguas, os costumes e as normas da “civilização” para as populações “bárbaras” e “selvagens” e, externamente, foi fundamental para o surgimento do direito internacional. Nesse sentido, segundo a autora, o projeto colonial e a missão civilizatória foram bem sucedidos e os Estados pós-coloniais têm sido os principais “motores de difusão” do sistema internacional contemporâneo (Epstein, 2017, pp. 13-14). Como argumento no capítulo anterior, a partir do momento em que a Europa concebe-se no patamar mais desenvolvido da linha evolutiva das sociedades, emana um fardo, uma exigência moral de desenvolver os povos mais primitivos, bárbaros e rudes (Dussel, 2005, p. 30), por meio de padrões eurocêntricos particulares, que foram apresentados como valores e verdades universais.

Dada essa contextualização teórica, mobilizo também algumas questões-chaves do conceito de narrativa⁷⁵ de Carolina Moulin (2016) e Jéssica de Oliveira (2020) para refletir sobre o aspecto normativo da Astropolítica. Em linhas gerais, as narrativas são tidas enquanto ferramentas discursivas que constituem um elemento basilar das Relações Internacionais, congregando diversas histórias para construir o entendimento dos assuntos internacionais, sendo as próprias RIs um conjunto de narrativas sobre o Sistema Internacional. As narrativas políticas não estão comprometidas com uma “verdade”, e por isso são constantemente adaptadas e readaptadas, mas mantêm sua essência. Elas são pontos de vistas particulares que constroem realidades e dão sentido aos mundos, categorizando, selecionando e (re)organizando os eventos e processos do internacional (Oliveira, 2020; Moulin, 2016).

Para além dos vastos debates que propõem a expansão ou eliminação do regime internacional, essa linha argumentativa nos permite entender que o direito internacional moderno arquitetou-se enquanto um poderoso instrumento narrativo de legitimação das

⁷⁴ Do inglês: "Disciplinary normalization consists first of all in positing a model, an optimal model that is constructed in terms of a certain result and the operation of disciplinary normalization consists in trying to get people, movements and actions to conform to this model, the normal being precisely what can conform to this norm".

⁷⁵ Destrincho detalhadamente a estrutura narrativa como uma "teoria-método" no terceiro capítulo, com o objetivo de explicar a implementação prática da análise proposta.

relações de exploração, por meio da apropriação do discurso civilizatório. Segundo Antony Anghie (2007), a distinção entre civilizados e não civilizados contribuiu para a formulação da doutrina da soberania, que legitimaria a exploração econômica, a subordinação cultural, a discriminação racial e a expropriação de territórios e povos. Mostrando-se, portanto, crucial para a autolegitimação de "escravizar, conquistar, gerir ou submeter os 'incivilizados' a persistentes relações jurídicas, econômicas, sociais, e/ou políticas hierárquicas" (Obregón, 2012, p. 918, tradução minha)⁷⁶.

Usualmente entendida como a base da sociedade internacional moderna (Schmidt, 2011), a Paz de Vestfália, de 1648 definiu a liberdade religiosa, a soberania e igualdade entre os Estados como características inerentes às relações intersetoriais europeias e negadas às nações Outras pela doutrina da soberania. O jurista escocês James Lorimer (1883, pp. 101–102), por exemplo, classificou as nações da seguinte maneira:

- I. humanidade civilizada, com pleno reconhecimento político, abrangendo a Europa e suas colônias na América;
- II. humanidade bárbara, com reconhecimento político parcial, abrangendo alguns países da Ásia;
- III. humanidade selvagem, com reconhecimento político natural ou meramente humano, o que implicava em sua total exclusão do Direito Internacional, abrangendo o "resíduo da humanidade"

De forma semelhante, Alpheus Henry Snow (1912, p. 891, tradução minha)⁷⁷ afirmou que a Paz de Vestfália, estabeleceu uma concepção de que o mundo civilizado "é composto por um corpo de Estados totalmente independentes e apenas moralmente vinculados a acordos que eles possam decidir fazer, pelo tempo que decidirem mantê-los", e Sterling Edmunds (1919) argumentou que Paz de Vestfália instaurou a concepção de a nova ordem em que "um sistema de leis para o governo da sociedade tornou-se inevitável", dessa forma, "a concepção da soberania do Estado como poder absoluto, suscetível a nenhuma restrição terrena, excluiu a

⁷⁶ Do inglês: "The downside, however, was that those who believed themselves 'civilized' assume a missionary project which self-legitimized them to enslave, conquer, manage or submit the 'uncivilized' to persistent hierarchical legal, economic, social, and/or political relations."

⁷⁷ Do inglês: "To these conceptions of an organized society, regardless of or inclusive of states and superior to states and persons for all or some purposes, was opposed the conception which became prevalent after the Treaty of Westphalia. The civilized world was seen as composed of a body of states wholly independent and only morally bound by such agreements as they might choose to make, for such time as they might choose to keep them."

ideia de responsabilidade perante a sociedade como um todo" (Edmunds, 1919, p. 170, tradução minha)⁷⁸.

Assim, uma vez que a maioria dos Estados não europeus - ou que não aceitam sua subjugação - são excluídos do domínio da soberania, há o impedimento de qualquer tipo de reivindicação no âmbito do Direito Internacional, pois "apenas Estados soberanos estavam autorizados de participar como membros plenos com todos os respectivos direitos e poderes" (Anghie, 2007, p. 55).

Isto posto, pelo compromisso de não contribuir com o apagamento da questão racial nas RIs, olhemos atentamente para a ilustração 1, datada de 1964, por ocasião da assinatura do Tratado do Espaço Exterior e recordemo-nos das palavras de Charles Mills acerca da invenção do "contrato social", que oculta o "contrato racial", moldado pela a supremacia branca que moldou e constitui o sistema político moderno (Mills, 1991), assegurnado a dominação econômica ocidental a nível global e fragmentando o mundo entre pessoas/subpessoas, brancos/não brancos. Lembremos também da "linha de cor global", conforme Du Bois (1987), que, fundamentada na raça - enquanto entidade sociológica, não biológica - , forjou e estratificou uma sociedade internacional na qual a estrutura global de poder foi moldada, delineada e definida por meio de forças políticas, ideológicas e econômicas, e do pacto narcísico da branquitude, do qual fala Cida Bento (2002), que implica um compromisso silencioso por parte dos brancos para preservar a estrutura sociorracial que os privilegia, além das múltiplas violências de gênero.

⁷⁸ Do inglês: "When the Peace of Westphalia (1648), ending the Thirty Years' War, recognized and confirmed the independence of a multitude of European States, the lingering political conception of world order as a federation, under the dominion of Rome, disappeared. In its place it was instinctively perceived that a community or society of states constituted the new order; and upon the maxim *ubi societas ubi jus*, a system of law for the government of the society became inevitable. This society was not organized in the sense that agencies were instituted through which its will might be made manifest; on the contrary, the conception of state sovereignty as absolute power, susceptible to no earthly restraint, excluded the idea of accountability to the society as a whole."

Ilustração 1. Assinatura do Tratado do Espaço Exterior, janeiro de 1967



Fonte: UN Photo, 1967

A partir dessas reflexões, entendo possível advertir que o Direito Espacial está inserido em uma lógica que é excludente desde o seu princípio. O seu parâmetro jurídico estabelece o papel central dos Estados na exploração e regulamentação do espaço sideral: é resguardado aos Estados o direito de enviar astronautas e missões para a Lua e aos demais corpos celestes (art. 5º do Tratado do Espaço). Além disso, somente os Estados têm a autoridade para tomar decisões sobre as atividades espaciais que ocorrem sob sua jurisdição e controle (art. 6º e 7º do Tratado do Espaço) e cabe a eles a responsabilidade de proteger o espaço sideral e seus recursos de danos e contaminações prejudiciais (art. 9º do Tratado do Espaço).

Além da necessidade de que os Estados se sujeitem aos parâmetros de “bom comportamento” dentro do sistema internacional, reside, nesse ponto, uma questão que beira o epistemicídio e não foi ainda debatida: de certa maneira, os Estados se colocam enquanto atores privilegiados e detentores do espaço sideral, uma vez que outras organizações, como segmentos étnicos, políticos, religiosos e societários, que por ventura não reconheçam a estrutura legal estadocêntrica e os padrões do constitucionalismo de base europeia/colonizadora não se incumbem de direitos e deveres. Ao se intitular como

aqueles que podem "decidir, explorar e proteger" o cosmos, esbarramos em sólidas estruturas da matriz colonial de poder.

Há de se ressaltar, ainda, que por mais que concordássemos com a máxima de que "o espaço sideral pertence aos Estados", emerge uma dinâmica inerentemente excludente e orientada para a chamada "socialização". Para Charlotte Epstein, "no estudo das dinâmicas sociais, a 'socialização' foi cunhada para capturar um movimento que vai em uma direção: do socializador para o socializado" (Epstein, 2012, p. 140, tradução minha)⁷⁹. Em sua crítica aos desdobramentos construtivistas da socialização, Epstein levanta basicamente três pontos centrais, cujas implicações me são particularmente evidentes ao considerar a visão estadocêntrica do espaço sideral. Primeiro, a autora argumenta que a socialização está fundamentada em uma concepção teleológica que relaciona a mudança ao progresso, como se a internalização das normas acarretasse em uma melhora social aos sujeitos socializados. Para ela, este argumento está embebido de ideias liberais do progresso e oculta as normas "ruins" que geram mudanças neutras ou negativas e visam transformar conjuntos de valores historicamente específicos e localizados em universais. Essa perspectiva pode uma narrativa de progresso natural e legítimo, uma vez mais reforçando a visão estadocêntrica do espaço como algo intrinsecamente vinculado ao avanço dos Estados.

O seu segundo ponto concentra-se no movimento unilinear do conceito de socialização - do socializador para o socializado - que dificulta restaurar a perspectiva do socializado. Epstein vale-se do caso das caça às baleias⁸⁰ - apesar de não se reduzir a ele - para argumentar que na lógica da socialização as visões do socializado são apenas apreendidas no final do processo, reduzindo sua agência a uma mera resistência à socialização, como se não existissem agências totalmente autônomas, "pró-normas" que baseiam-se em formas complexas de histórias locais vinculadas às identidades particulares. O movimento unilinear da socialização, indo dos Estados para os demais atores espaciais, cria uma dinâmica que dificulta a compreensão das perspectivas destes últimos. Na visão estadocêntrica do espaço,

⁷⁹ Do inglês: "In the study of social dynamics, "socialization" was coined to capture a movement that runs in one direction: from the socializer to the socializee."

⁸⁰ Charlotte Epstein identifica uma transformação ocorrida na segunda metade do século XX, marcada por uma mudança radical nas percepções sobre a caça à baleia. Inicialmente, a narrativa favorecia os baleeiros, retratando-os como heróis que enfrentavam monstros em barcos frágeis. Contudo, essa perspectiva foi invertida, dando lugar a uma moratória global e a um poderoso discurso contrário à caça à baleia. Nessa nova narrativa, os baleeiros gigantes são vistos como perseguidores de baleias indefesas, enquanto os ativistas do Greenpeace, anteriormente considerados meros ocupantes de embarcações frágeis, emergem como "bravos defensores". O que antes era aceito como uma prática tradicional torna-se, sob essa nova ótica, um ato de barbárie anacrônico. A humanidade, antes representada como heróica, é agora considerada a verdadeira ameaça, enquanto as baleias são reconhecidas como suas vítimas. (Epstein, 2012)

isso pode refletir a imposição unilateral de normas pelos Estados que concentram mais poder, relegando outros atores à posição de resistência ou submissão.

Por fim, Epstein sustenta que a raiz do problema político e conceitual do processo de socialização está na forma com que a mudança de identidade é concebida nessa estrutura. Para a autora, mesmo quando recebida de “bom grado”, a mudança de identidade necessariamente envolve a perda de uma identidade para adquirir outra, no entanto, esta abordagem subestima os custos políticos incorridos nos processos de mudança, tendo-a sempre como positiva ou ao menos ou mesmo a minimizando os riscos de identidade. Em sua visão, isso acontece porque a socialização infantiliza o socializado. Esses atores políticos são reduzidos a uma criança, sem passado e sem identidade social prévia de legitimação, cuja identidade precisa ser moldada e as normas adequadas de comportamento ensinadas. Conforme as “boas” normas são internalizadas, os agentes reduzidos à posição de criança tendem a naturalizar a infantilização e a violência fundamental que herdamos a partir da perda de uma identidade para adquirir outra. Assim, a mudança de identidade e a infantilização decorrente desse processo de imposição das normas dos Estados dominantes, ao mesmo tempo em que infantiliza outros atores no espaço, contribui para a legitimação da hierarquia estadocêntrica. Os Estados, ao se posicionarem como detentores legítimos do espaço sideral, parecem ser capazes de moldar a identidade dos demais atores como dependentes, naturalizando a própria hierarquia.

A título de exemplificação, os “interesses e necessidades dos países em desenvolvimento” foram citados pela primeira vez no artigo 11º, § 7-D do “Tratado da Lua” de 1979.

- 7 – Entre os principais objetivos do regime internacional a ser estabelecido estão:
- a) Assegurar o aproveitamento ordenado e seguro dos recursos naturais da Lua;
 - b) Assegurar a gestão racional destes recursos;
 - c) Ampliar as oportunidades de utilização destes recursos; e
 - d) Promover a participação equitativa de todos os Estados-Partes nos benefícios auferidos destes recursos, **tendo especial consideração para os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento**, bem como para **os esforços dos Estados que contribuíram, direta ou indiretamente, na exploração da Lua.** (UNOSSA, 1979, grifos meus)

As necessidades dos países em desenvolvimento nunca foram definidas com precisão, apenas frisou-se que os seus interesses não poderiam ser minimizados ou desconsiderados. No entanto, em 1982, por meio da Resolução 37/92 da Assembleia Geral⁸¹ sobre os “Princípios Reguladores do Uso pelos Estados de Satélites Artificiais da Terra para Transmissão Direta Internacional de Televisão”, alguns desses pontos ficaram um pouco mais claros. Propôs-se

⁸¹ NAÇÕES UNIDAS. Resolução 37/92, de 10 de dezembro de 1982. Index: A/RES/37/92). Disponível em: https://www.unoosa.org/pdf/gares/ARES_37_92E.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

que essas atividades deveriam contribuir para o desenvolvimento da educação e progresso social e econômico nos países em desenvolvimento, prover o lazer e elevar a qualidade de vida de todos os povos, além de dar atenção especial necessidades dos países em desenvolvimento no uso da transmissão internacional direta de televisão por satélite para acelerar seu desenvolvimento nacional.

Esta foi a primeira e única resolução do COPUOS não aprovada por consenso, como demanda as normas do órgão, recebendo 107 votos a favor, 13 contra e 13 abstenções, em função de alguns países desenvolvidos oporem-se ao princípio da autorização prévia para a transmissão direta internacional de televisão, por ter sido proposta por países do “bloco socialista” em aliança com a ex-URSS e sob o argumento de que sua liberdade de expressão e da livre circulação de informações estaria sendo violada (Monserrat Filho, 1999). No entanto, ela nos ajuda a entender como as narrativas perpetram regimes de saber/poder que passam a ser internalizados de maneira natural.

Aplicando a discussão teórica mencionada anteriormente, os países “pobres e atrasados” naturalizaram o discurso de que precisavam de ajuda para evoluir econômica, social, científica e tecnologicamente. Em 1991, Argentina, Brasil, Chile, Filipinas, México, Nigéria, Paquistão e Uruguai apresentaram um trabalho técnico ao COPUOS⁸², com algumas diretrizes que consideravam fundamentais sobre a cooperação internacional. Monserrat Filho (1999, pp. 181-182) destaca os seguintes pontos:

Os países com programas espaciais “devem permitir o acesso, aos conhecimentos e aplicações deles resultantes, dos outros países, em particular dos países em desenvolvimento, mediante programas de cooperação destinados a este fim”;

As condições oferecidas a um país, em programas especiais de cooperação espacial, devem ser estendidas aos outros países;

Os países em desenvolvimento devem gozar de tratamento especial; a eles deve ser dada preferência nos programas de difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; e deles não deve se exigir reciprocidade;

Os Estados devem promover o intercâmbio de materiais e equipamentos para uso e exploração do espaço e a transferência de suas tecnologias em condições justas e equitativas de preço e pagamento; e

Nenhum condicionamento arbitrário ou discriminatório pode ser aplicado aos conhecimentos ou aplicações referentes à exploração e uso do espaço para fins pacíficos.

Ao mesmo tempo em que este grupo parece aceitar a condição de infantilização que lhe é atribuída, busca, em conjunto, superar este estado, ainda que com a tutela dos países desenvolvidos. A proposta, no entanto, sequer foi discutida pelos países desenvolvidos, por

⁸² UN Doc A/AC.115/C.2/L.182 in Monserrat Filho, José, Novo conceito de cooperação espacial, com o texto completo do projeto de “Princípios sobre Cooperação Internacional na Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos”, Revista Brasileira de Direito Aeroespacial, no 56, de janeiro/fevereiro de 1992.

entenderem ser inadmissível o que chamaram de “cooperação forçada”, “transferência automática de recursos financeiros e tecnológicos do Norte para o Sul” e “revolução redistributiva na cooperação espacial internacional” (Monserrat Filho, 1999, p. 182). Ora, é disseminada a ideia de que, “por uma boa causa”, as nações do Sul devem despir-se de suas identidades para integrar uma nova estrutura, em que seus “interesses e necessidades” seriam plenamente respeitados. No entanto, a partir do momento em que esses atores infantilizados expõem as suas condições, sequer são ouvidos. Alguns anos depois, Alemanha e França formularam uma proposta bastante vaga em que basicamente resguardava os interesses dos países desenvolvidos em sua plenitude e estimula a compreensão e boa vontade em cooperar com os programas espaciais dos países em desenvolvimento, reafirmando que são livres para estabelecer os termos de cooperação e escolher a forma mais efetiva e apropriada de o fazer⁸³.

Essa reação parece estar envolvida por discursos paternalistas como parte das narrativas orientalistas e hegemônicas que, em um primeiro momento, criam condições para que as crianças entendam qual caminho devem seguir e aceitem serem guiadas pelo progresso. Aplicando os termos de Epstein (2012), a autoridade do pai deve ser sempre respeitada e as crianças devem permanecer sob constante tutela. Não é permitido que essas crianças se unam com outras em condição de igualdade, dentro de um sistema desigual, para forjarem seus destinos em conjunto. Isso porque o interesse do socializador no socializado é que ele permaneça sob sua ação disciplinadora. A sua hegemonia depende da manutenção das estruturas desiguais, o socializado pode e deve sentir-se parte de seus valores, suas normas e instituições, mas sempre na posição de quem está aprendendo. Tratar os sujeitos tutelados como parceiros iguais em uma estrutura perversa que os colocou em pé de desigualdade, significa mantê-los condenados a essa condição. Assim como as narrativas são modificadas, a linha de chegada é constantemente adaptada e readaptada para nunca ser alcançada.

2.4 A mentalidade proprietária/patrimonial na Fronteira Final

A partir do arcabouço teórico mencionado, com enfoque nas narrativas que são produzidas e reproduzidas, analisei os termos presentes nos acordos internacionais, tratados e convenções que tratam da governança espacial. Apesar da conhecida expressão de que o espaço seria uma herança/patrimônio comum da humanidade (*common heritage of mankind*) não estar presente no Tratado do Espaço Exterior, este sentido é incorporado ao longo do texto de todos os acordos, estabelecendo o valor central pela qual o espaço seria regido. Essa

⁸³ UN Doc: A/AC.105/C.2/L.197

expressão foi inserida no item I do artigo 11º do Acordo que rege as atividades dos Estados na Lua e outros corpos celestes, de 5 de dezembro de 1979: "I) A Lua e seus recursos naturais **são patrimônio comum da humanidade**, como expressam as cláusulas do presente Acordo, e, em particular, o § 5º deste Artigo".

Para designar os fundos marinhos⁸⁴, a expressão “patrimônio comum da humanidade” tem sua “paternidade” tradicionalmente reconhecida ao Embaixador de Malta, Arvid Pardo, em 1 de novembro de 1967, perante a Assembléia-Geral das Nações Unidas. Há argumentos que afirmam que a maneira como Pardo utiliza a fraseologia colocou a noção de patrimônio comum em oposição ao movimento de combate ao comunismo, no contexto de disputa ideológica da Guerra Fria, e de que a sua intenção foi pretendê-lo como um “patrimônio comum socialista”, mas sua proposta falhou ao não notar que alguns elementos eram típicos de direito natural, como a divisão equitativa de lucros, o direito à vida e à paz (Baslar, 1998, pp. 33–34; Travaglini, 2001, pp. 321–324). Para Galindo, a expressão "decorria não tanto de uma tentativa de se colocar em um dos pólos ideológicos da guerra fria [...], mas de uma opção intelectual que associava [...] patrimônio comum da humanidade a valores no mínimo assemelhados ao socialismo" (Galindo, 2006, p. 134).

A própria “paternidade” da expressão foi contestada recentemente. Esther Aguado (2003) argumenta que o Embaixador da Argentina, Aldo Armando Cocca, foi o primeiro a utilizar a expressão "*res communis humanitatis*" em sua intervenção no COPUOS para se referir ao espaço exterior, em junho de 1967. De toda maneira, Cocca elaborou uma proposta para considerar a Lua enquanto patrimônio comum da humanidade, em 1970, que não foi levado adiante, naquele momento, pelo COPUOS, por oposição dos Estados Unidos e da União Soviética (Cocca, 1971, p. 123). No dia 4 de junho de 1971, a União Soviética, por meio de seu Embaixador de Relações Exteriores, Andrei Gromyko, encaminhou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Mata U Thant, uma solicitação de que a 26ª Assembleia Geral considerasse a preparação de um Tratado Internacional sobre a Lua, reunindo propostas que versavam sobre a não-militarização e não-apropriação da Lua (A/C.1/L.568). No dia 17 de outubro de 1972, o diplomata brasileiro Sérgio Armando Frazão declarou o país contrário à discussão proposta pelos soviéticos por considerar que o seu texto bastante restritivo e já

⁸⁴ A nomenclatura "fundos marinhos" é empregada no âmbito da geologia marinha, sendo previamente demarcada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), em seu artigo inaugural, como "Área". Este termo abrange o leito do mar, o solo oceânico e seu subsolo, para além dos limites da jurisdição (Subtil; Lovatto, 2022). Consoante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, datada de dezembro de 1982, e o respectivo acordo de implementação da Parte XI, de julho de 1994, essa região foi instituída como patrimônio comum da humanidade.

estabelecido por princípios precedentes, como provisões contidas no projeto já constavam no Tratado do Espaço (A/C.1/PV.1865). Frazão, no entanto, externou três pontos defendidos pelo Brasil:

- I. A humanidade tem interesse comum no Espaço Cósmico;
- II. Esse interesse comum deveria ser traduzido num esforço concreto visando à exploração pacífica desse espaço, através de uma cooperação internacional ampla e em benefício de todos os povos, especialmente no que se refere ao desenvolvimento nacional dos países em desenvolvimento.
- III. As atividades espaciais deveriam ser conduzidas de acordo com os princípios do Direito Internacional e, particularmente, dentro da letra e do espírito da Carta da ONU.

Somente em 5 de dezembro de 1979, houve consenso de abrir o Acordo da Lua à assinatura, com a adoção da resolução n. 34/68. Apesar do esforço, o acordo entrou em vigor depois de cinco anos, em 11 de julho de 1984, após conseguir cinco ratificações. Desde então, conta com apenas quatro assinaturas e 18 ratificações, sendo a França a única grande potência a assiná-lo (UNOSSA, 2023). O principal motivo da baixa adesão reside justamente no famoso artigo 11º, considerado o mais significativo e um dos mais controversos, por além de definir a Lua como um patrimônio comum da humanidade, propor a instituição de uma “autoridade internacional” para monitorar a exploração dos recursos e estabelece que eles devem ser divididos entre os países em desenvolvimento e aqueles que financiaram, desenvolveram e utilizaram tecnologias com essa finalidade (Jakhu; Pelton, 2017; Silva, 2020, p. 112). Enquanto os países em desenvolvimento estavam em parte satisfeitos ao ter o conceito de “patrimônio comum à humanidade” em um documento vinculante, a União Soviética mudou a percepção sobre si, e se opôs a qualquer menção à expressão (Cheng, 1997).

A despeito desta controvérsia subjacente, há um debate considerável acerca do preciso significado do termo “humanidade”, que envolve as perspectivas espacialistas e funcionalistas, abordadas anteriormente. A perspectiva espacialista concebe que o domínio físico do espaço sideral, incluindo a Lua e outros corpos celestes, pertence a toda a humanidade. Em contrapartida, a abordagem funcionalista argumenta que as atividades relacionadas à busca da “exploração e uso do espaço sideral” são de responsabilidade coletiva da humanidade. Há, ainda, uma visão que sustenta que os Estados Partes se comprometem a aceitar a proposição de que determinados direitos de utilização e exploração do espaço

exterior derivam intrinsecamente da própria condição humana, e não de suas jurisdições individuais. Nenhuma das abordagens mencionadas foi formalmente definida ou ratificada por consenso universal, porém, todas elas reforçam o direito de todos à livre exploração e utilização do espaço sideral, juntamente com a correspondente obrigação de conduzir tais atividades em benefício de todos os Estados, de acordo com as normas do direito internacional (UNODC, 2022).

As palavras de Aldo Cocca, proferidas no 39º Colóquio sobre o Direito do Espaço Sideral, realizado no Instituto Internacional de Direito Espacial da Federação Astronáutica Internacional, em outubro de 1996, na China, resgatadas por José Monserrat Filho, nos oferecem alguns elementos adicionais:

A humanidade é a **proprietária** de toda a Lua e dos corpos celestes, bem como do espaço exterior. Isso significa que cada membro da humanidade é proprietário de uma parte não-dividida do todo como membro do coletivo proprietário. Assim, cada parte da humanidade exerce a posse sobre sua parte não-dividida do bem inteiro que é de propriedade da humanidade. Posse, uso, exploração e utilização são expressões e **direitos derivados do completo e complexo direito de propriedade** (Cocca, 1996, p. 17 *apud* Monserrat Filho, 1998, n.p).

Foquemos, então, no termo “propriedade”.

O termo “patrimônio” empregado no Tratado da Lua, e, conforme Aldo Cocca, derivado do direito de propriedade, costuma ser subdimensionado nas análises relacionadas à Astropolítica⁸⁵. A noção de “patrimônio” é carregada de múltiplos sentidos e definições, conforme Ferreira (2006), “não parece[endo] haver limites para o processo de qualificação desta palavra” (Gonçalves, 2005, p. 17). “Patrimônio” pode ser lido, por exemplo, por seus processos identitários, que constroem sentidos nos imaginários de autenticidade (Poulot, 2009), como uma categoria de pensamento que resguarda o passado no futuro (Gonçalves,

⁸⁵ A título de exemplificação, em 1980, o empresário estadunidense Dennis Hope passava por problemas financeiros e encontrou uma solução inusitada: vender lotes na Lua. Sua história foi retratada no documentário *Lunarcy!* (2012), dirigido por Simon Ennis e estrelado no Festival Internacional de Cinema de Toronto. Hope registrou a propriedade de todos os planetas do nosso sistema solar e suas luas, com exceção da Terra e do Sol, no Cartório do condado de São Francisco, na Califórnia, e criou a imobiliária Lunar Embassy. Com franquias no Japão e na Coreia do Sul, a empresa alega já ter vendido mais de 611 milhões de acres em terrenos na Lua, ao custo, hoje, de no mínimo de US\$24,99 por acre, além de 325 milhões de acres em Marte e 125 milhões de acres em Vênus e Mercúrio. Os EUA nunca contestaram sua alegação. Pelo contrário, os documentos foram ratificados pelo país e assinados pela então Secretária de Estado, Hillary Clinton, em dezembro de 2009. No documentário, o empresário questiona as intenções dos Estados Unidos e do Japão em estabelecer colônias na Lua e argumenta que o seu negócio é respaldado pelo Tratado do Espaço, uma vez que há a proibição de que as nações reivindicuem a propriedade da Lua e dos demais corpos celestes, sem mencionar a posse por parte de indivíduos. Embora possamos empregar termos como “piada”, “charlatanismo,” ou quaisquer outros adjetivos que julguemos apropriados, os investimentos bilionários de organizações privadas com o objetivo de “colonizar” outros planetas, somados à disposição de indivíduos em adquirir terras em novos mundos, podem eventualmente apresentar um desafio real que não é contemplado pelo Direito Espacial.

2005), enquanto portador de tempo e vivências, capaz de gerar movimentos outros de memória, como o esquecimento (Sibony, 1998), através do aspecto da reivindicação conflitiva e pouca comunitária do que é herdado (Nora, 1997), por sua dimensão simbólica e sagrada, que impõe um lugar de resistência ao desencantamento do mundo e como preocupação do Estado (Sibony, 1998). Acrescento, ainda, a sua dimensão de mutabilidade, ou seja, a possibilidade de que os espaços patrimoniais sejam transformados em alguma coisa outra.

Ao adicionarmos adjetivos como “comum” à patrimônio, talvez a primeira impressão que temos seja da disseminação global de valores potencialmente subtrativos das diferenças, por sua "qualidade, simultaneamente visível e opaca, de se destacar, seja na sua expressão material e física, seja nas codificações que o discurso organiza e faz com que pareça estar sempre para além de nós" (Brito, 2006, p. 44). Assim, em sua dimensão de unificação que perpassa pela busca de soluções pacíficas e pela construção de uma identidade coletiva, reside o ímpeto da preservação de um legado indispensável a todos os povos na sua relação com um planeta único. No entanto, é justamente a mentalidade proprietária/patrimonial que confere ao espaço sideral a categoria daquilo que pode ser apropriado, controlado e explorado. Isto porque não podemos negar a origem jurídica do termo.

A expressão "*Patrimonium*" encontra sua raiz na língua latina, remontando à concepção do Direito Romano acerca da legitimidade familiar que preserva a herança e se encontra intrinsecamente relacionada aos conceitos de legado e posse, abarcando propriedades, bens, direitos e obrigações pertencentes a uma ou mais pessoas. Na época romana, essa concepção estava entrelaçada com os valores aristocráticos e a esfera privada da elite patriarcal, na qual a família estava sob o domínio do patriarca, podendo até mesmo as pessoas adquirirem o status de *patrimonium* (Funari; Pelegrini, 2006). Na lógica moderna/colonial, à medida que as sociedades aprimoraram suas estruturas legais relacionadas ao patrimônio e à propriedade, esses conceitos se integraram ao arcabouço jurídico das nações. A abrangência quase metafórica dessa concepção vai além, englobando a apropriação efetiva de traços do passado e a reinterpretação de várias heranças, tanto materiais quanto ideais, culturais e naturais. Como Barreiro (2012, p. 35) bem ilustra, "um bem patrimonial não é tido como valioso por ser patrimonial, ele é tido como patrimonial porque é valioso"⁸⁶. Isso se dá por meio da ação humana ao atribuir valor a um determinado bem, destacando sua importância dentro da esfera patrimonial e, conforme apontado por Candau (2016, p. 159), essa abordagem "abre caminho para uma expansão conquistadora".

⁸⁶ Do espanhol: "Sin embargo, un bien patrimonial no es valioso por ser patrimonial, sino que es patrimonial porque es valioso".

Eis então um aspecto relevante: a visão tradicional da Astropolítica, baseada na mentalidade proprietária/patrimonial, permite com que o espaço sideral seja concebido enquanto uma fonte de recursos econômicos que podem ser explorados por toda a “humanidade”, ainda que o simples fato de chamá-lo de patrimônio oculte, em um primeiro olhar, essa pretensão. Notavelmente, a linguagem usada na iniciativa das Nações Unidas para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável evoluiu para refletir uma abordagem mais contemporânea e sustentável diante do contexto das discussões globais sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Nos documentos oficiais produzidos pela UNOSSA, não há menção à "patrimônio", como no passado, mas sim “recursos” e “serviços espaciais”. Isso implica na noção de que o espaço sideral não é apenas um legado a ser explorado, mas também uma fonte potencial de recursos econômicos que devem ser gerenciados, ao menos em teoria, de forma responsável e sustentável.

Durante sua sessão de 2022, o Subcomitê Jurídico do Comitê das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior criou um Grupo de Trabalho sobre os Aspectos Jurídicos da Atividade de Recursos Espaciais e deu a ele um mandato de cinco anos para coletar informações, estudar a estrutura jurídica atual e avaliar os benefícios de um maior desenvolvimento de uma estrutura para tais atividades, inclusive por meio de instrumentos adicionais de governança internacional (UNOOSA, 2023). O Grupo de Trabalho deverá:

- a. Coletar informações relevantes sobre atividades de exploração, aproveitamento e utilização de recursos espaciais, inclusive no que diz respeito a desenvolvimentos científicos e tecnológicos e práticas atuais, levando em conta sua natureza inovadora e evolutiva;
- b. Estudar a estrutura legal existente para tais atividades, em particular o Tratado sobre os Princípios que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes, e outros tratados aplicáveis das Nações Unidas, levando em conta também outros instrumentos relevantes, conforme apropriado;
- c. Avaliar os benefícios de um maior desenvolvimento de uma estrutura para essas atividades, inclusive por meio de instrumentos adicionais de governança internacional;
- d. Desenvolver um conjunto de princípios iniciais recomendados para essas atividades, levando em conta a necessidade de garantir que elas sejam realizadas de acordo com o direito internacional e de forma segura, sustentável, racional e pacífica, para

- consideração e acordo consensual do Comitê, seguido de possível adoção pela Assembleia Geral como uma resolução específica ou outra ação;
- e. Identificar áreas para trabalhos futuros do Comitê e recomendar os próximos passos, que podem incluir o desenvolvimento de possíveis regras e/ou normas para atividades de exploração, aproveitamento e utilização de recursos espaciais, inclusive com relação a atividades relacionadas e compartilhamento de benefícios.

Apresentada em 20 de março de 2023 ao subcomitê, a Proposta sobre o Mandato e o Objetivo do Grupo de Trabalho sobre Aspectos Jurídicos das Atividades de Recursos Espaciais (A/AC.105/C.2/2023/CRP) propôs consagrar o conceito de recursos espaciais na interpretação mais ampla possível, levando em consideração as diferentes abordagens conceituais adotadas pelos Estados que participam de atividades espaciais. Segundo o documento, “recurso” é definido como qualquer objeto do mundo material, seja substância ou propriedade, que constitui ou pode constituir um valor em termos de seu uso em qualquer tipo de atividade econômica. Em outras palavras, essa definição pode abranger quaisquer objetos dos ambientes no espaço e de seu interior, incluindo as órbitas, a gravidade, o vácuo, a radiação solar, aos ativos materiais da Lua ou de outros celestes, como água e materiais voláteis como o oxigênio e minerais. ambientes no espaço. Segundo o documento, a próxima etapa deve se ater a definição de uma série de termos e definições, como “recursos espaciais naturais’, ‘recursos espaciais minerais’, ‘recursos espaciais relacionados à tecnologia’, ‘exploração de recursos’, ‘utilização de recursos’, ‘processamento de recursos’, ‘minerais de corpos celestes’ e outras definições necessárias” (UNOOSA, 2023, p. 2). Além disso, há a solicitação de que o Grupo de Tratado especifique as formas de exploração, aproveitamento e utilização de recursos espaciais.

Estamos falando, portanto, de uma narrativa que condiciona o cosmos enquanto recurso a ser explorado. Por óbvio, não há como deixar de mencionar as raízes modernas/capitalistas/coloniais que permeiam esses pensamentos, e os múltiplos processos de epistemicídios, já exauridos no primeiro capítulo, que me fazem ler a Astropolítica enquanto narrativas que foram naturalizadas e moldam atores, seja na própria forma de compreender os astros ou como um modelo disciplinador que dita as maneiras de comportamento e, como toda narrativa, escolhe o que é narrado e do que deve ser oculto (figura 10):

Figura 10. Normativa da Astropolítica: as narrativas que naturalizam, normalizam e normatizam



Fonte: elaboração própria

Por fim, com base na análise proposta neste capítulo, poderia dizer que o espaço cósmico é comumente apresentado como um “patrimônio comum da humanidade”, sendo a sua exploração e uso destinados unicamente a “fins pacíficos” em prol do interesse coletivo. No entanto, essa narrativa, embora reivindique representar a humanidade como um todo, tende a valorizar e ter como referência os povos que foram cooptados às visões ocidentais de como viver e conhecer. Se de fato estivéssemos tratando de uma herança comum de todos os povos, deveríamos reconhecer a pluralidade de conhecimentos sobre o cosmos, as diversas relações com a natureza cósmica e os múltiplos interesses para além da Terra. Isso implicaria respeitar, construir em conjunto e permitir a coexistência de diferentes visões e abordagens de maneira heterogênea.

O espaço exterior é narrado enquanto um ambiente em que não impera a lógica de colonizar, assimilar e/ou aniquilar, que argumento no capítulo anterior. A Lua e os demais corpos celestes são considerados de “livre acesso” e não podem ser “objeto de apropriação nacional por proclamação de soberania, por uso ou ocupação, nem por qualquer outro meio”, sendo ilegal qualquer ação no sentido de colonização, devendo sempre imperar o senso de justiça e pacificação de uma área considerada comum a todos os países. No lado oculto dessa

narrativa, estão as disputas políticas, econômicas e sociais que envolvem a conquista do espaço desde a Guerra Fria e o dito “livre acesso”, na verdade, só é livre aos atores que aceitam se submeter aos valores, normas e instituições euro-estadunidenses.

Um último aspecto que destaco é a disseminação da ideia de que no espaço cósmico está uma oportunidade sem precedentes para o avanço das pesquisas científicas, cabendo aos Estados desenvolvidos facilitar e encorajar a cooperação internacional nestes trabalhos, sempre enfatizando os benefícios econômicos e sociais desses feitos. No entanto, essa perspectiva muitas vezes coloca a ciência a serviço do capitalismo e de suas desigualdades e de uma visão materialista da ciência que separa o ser humano da natureza, baseando-se em concepções específicas do conhecimento e invalidando outras formas de produção de conhecimento que não se encaixam no paradigma ocidental (Fernández, 2019). Além disso, atribuir aos "países desenvolvidos" a missão de educar e orientar os demais países pode reforçar dinâmicas de poder desiguais no cenário científico global (Epstein, 2012).

3. AS NARRATIVAS DA ASTROPOLÍTICA E A PERPETUAÇÃO DA COLONIALIDADE NOS DISCURSOS DA UNIÃO SOVIÉTICA, ESTADOS UNIDOS E ÍNDIA

Neste capítulo, busco elucidar as narrativas relacionadas à política espacial que contribuem para a manutenção da colonialidade global. O pensamento de autores pós-coloniais e decoloniais, amplamente empregado neste trabalho, será integrado ao levantamento bibliográfico e à análise dos discursos do presidente estadunidense John F. Kennedy, do Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita S. Khrushchev e do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, por meio da ferramenta metodológica da narrativa, considerada como uma 'teoria-método'. A "conquista da Lua" é tida enquanto uma das marcas das potências espaciais, uma vez que o satélite natural é interpretado como um corpo celeste estratégico em disputa política e econômica a partir de perspectivas mais tradicionais da geopolítica, conforme delineado por Doboš (2015). Os três países mencionados - URSS/Rússia em 1959, EUA em 1969, e Índia em 2023 - estão entre o seleto grupo que conseguiu pousar em sua superfície. A China⁸⁷ realizou o feito em 2013, e o Japão⁸⁸ em 2024.

O discurso do líder soviético Nikita S. Khrushchev (1953 a 1964) na ocasião da recepção de Yuri Gagarin, em 14 de abril de 1961, na Praça Vermelha, será analisado. Apesar da grande repercussão em todo o mundo na época, somente trechos de seu discurso estão disponíveis em inglês, transcritos na edição de maio da revista soviética "*Science and Life*". Por isso, serão também analisados o documento recuperado e traduzido para o inglês pelo Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos (*Woodrow Wilson International Center for Scholars* - WWICS na sigla em inglês) em que Nikita Khrushchev dita a mensagem que deveria ser transmitida internacionalmente após o lançamento da nave *Vostok*

⁸⁷ Embora um dos critérios estabelecidos para seleção dos atores tenha sido o pouso na Lua, nenhuma documentação robusta sobre a China foi identificada nos idiomas examinados - português, inglês, espanhol e francês - durante a pesquisa empreendida. Quando muito, os discursos proferidos estão inseridos em outras agendas e resumem-se a frases curtas, tornando-se insuficiente para a análise pretendida. Nos últimos anos, as declarações do presidente chinês Xi Jinping sobre o programa espacial da China têm sido caracterizadas por frases concisas. Essas observações ocorrem principalmente durante inspeções de missões, em cartas de congratulações para organizações espaciais e em discursos de Ano Novo transmitidos pela televisão. Xi Jinping reiterou em várias ocasiões que o espaço é parte integrante do "sonho chinês", como em 2013, durante a missão espacial Shenzhou-10, em 2016, ao abordar o desenvolvimento da missão Chang'e-4, e em 2019, durante a missão Chang'e-3. Em 2016, ele descreveu a missão Chang'e-3 como "a alma de um povo e a fonte da prosperidade de um país". Na mesma ocasião, afirmou que o rover lunar robótico, Yutu, deixou sua marca na Lua, imprimindo a criatividade da nação chinesa na história da civilização humana. Em 2021, em uma carta de congratulações, Xi Jinping expressou a disposição da China em compartilhar as conquistas espaciais com o mundo, visando ao benefício da humanidade. E no discurso de Ano Novo de 2024, limitou-se a informar que as naves espaciais Shenzhou continuam suas missões no espaço (Xinhua, 2017; 2022; China, 2021; 2022; 2023).

⁸⁸ No dia 19 de janeiro de 2024, o Japão realizou seu primeiro pouso na superfície lunar, por meio da sonda *Smart Lander for Investigating Moon* (Slim) (JAXA, 2024). Embora esse evento tenha se revelado como um dos critérios significativos para a delimitação dos atores envolvidos na pesquisa, esta já se encontrava em fase final, não sendo possível incorporar o país na análise.

e a mensagem da URSS destinada a "toda a humanidade progressista", produzida a partir de suas considerações e também disponível na edição de maio da revista "*Science and Life*".

Também o discurso do presidente John F. Kennedy (1961-1963) proferido em 12 de setembro de 1962, no Estádio Rice, no Texas, amplamente divulgado pela imprensa internacional, foi escolhido como um dos objetos de análise. A íntegra de sua transcrição foi disponibilizada nos arquivos da Rice University. Apesar de ser um discurso presidencial com pretensões nacionalistas, JFK fala para o mundo e convida todos os seres humanos a engajarem-se na conquista do espaço. Além de ter mudado o paradigma da NASA e a própria narrativa estadunidense, as suas palavras continuam repercutindo positivamente depois de décadas e escondem aspectos da colonialidade que podem nos ajudar a entender como as narrativas orientalistas são utilizadas para legitimar interesses particulares e mover recursos espaciais a fim de manter um regime internacional entranhado ao projeto moderno/colonial.

Ainda, o discurso do primeiro-ministro indiano Narendra Modi (no poder desde 2014), proferido em 23 de agosto de 2023, foi submetido aos mesmos critérios de análise. Sua fala foi destinada à equipe da Organização Indiana de Pesquisa Espacial (do inglês, Indian Space Research Organisation - ISRO) na ocasião da missão Chandrayaan-3, que consagrou a Índia como o primeiro país a alcançar o polo sul da Lua. O discurso foi proferido em Hindi e sua transcrição e tradução para o inglês foi realizada e disponibilizada pelo Escritório de Informações à Imprensa do Governo da Índia.

Isto posto, as contradições dos discursos indianos e soviéticos, bem como alguns aspectos do seus movimentos em direção ao espaço sideral, parecem ser influenciados/mimetizados pelas narrativas orientalistas e tendem a reforçar a estrutura da colonialidade. Ressalto que embora autores fundamentais para a construção do pensamento decolonial, como Walter Dignolo (2023), argumentem que a URSS/Rússia é um "aliado decolonial", compartilho com a crítica de Selbi Durdiyeva (2023) de que a sua retórica antiocidental não a isenta de ter praticado atos coloniais e imperialistas e a chamada "agenda decolonial" não pode ser deturpada para justificar o comunismo civilizacional. Essa simples constatação acrescenta um diálogo significativo entre o pós-colonial/decolonial e a experiência socialista/comunista/pós-comunista, que enquadra o Império Soviético na condição de colonialidade global em relação ao Ocidente - não de colonialismo direto - e lida em termos racializados (como asiática), mas também como necessitado de construir uma variante distinta da globalidade/modernidade, que é contraditória por se apropriar e transmutar os aspectos básicos da modernidade/colonialidade ao edificar uma modernidade

em sintonia com a ocidental, como a projeção da diferença em suas colônias, especialmente as muçulmanas (Tlostanova, 2012).

Ademais, destaco dois adendos no que tange à dimensão espaço-temporal e aos contextos internacionais e às posições geopolíticas em que os discursos analisados foram proferidos.

Os discursos de JFK e Khrushchev estão imbuídos das disputas que marcaram a bipolaridade da Guerra Fria, enquanto Modi fala a partir do que pode ser considerado o início de uma reconfiguração da ordem mundial moderna/colonial marcada pela multipolaridade. Esse cenário ganhou forma a partir da crise financeira de 2008, que marcou o início da "desocidentalização" da política global, deslocamento econômico do Atlântico Norte para o Pacífico e o Oceano Índico e o destaque de países "países desobedientes do Sul Global" que desafiam a ordem estabelecida pelo Ocidente, como China, Rússia, Irã, Índia e Turquia (Mignolo, 2020). Soma-se ainda reabilitação da Rússia na ordem mundial interestatal (Costa, 2015), a influência do BRICS⁸⁹ (Stuenkel, 2017) e a extensão das questões políticas e econômicas para o controle do imaginário cultural e da tecnologia, e as estratégias como sanções, dívidas, avanços militares e guerras de imagens que são empregadas como ferramentas para preservar privilégios e influenciar o curso da transformação global (Glück, 2018).

Além disso, os discursos foram emitidos por chefes de governo de Estados que, a princípio, tradicionalmente são vistos enquanto ocupantes de percursos históricos únicos que moldaram suas posições geopolíticas. Os EUA representaram a independência das treze colônias britânicas no século XVIII, assumiram o papel de líder do bloco ocidental durante a Guerra Fria, e emergiram enquanto a principal potência do Norte Global, promotora dos ideais capitalistas e a URSS foi profundamente renovada pela Revolução Russa de 1917, que levou à formação do Estado soviético e ao epicentro do bloco comunista durante a Guerra Fria (Sempa, 2017). A Índia, por sua vez, foi marcada pela independência do domínio colonial britânico, tornando-se uma voz significativa no cenário internacional e uma importante nação do Sul Global (Hofmeyr; Williams, 2011).

Embora marcados pelas suas diferenças intrínsecas, seus discursos e narrativas envolvem aspectos da colonialidade global e convergem em alguns pontos, como a replicação

⁸⁹ Originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o grupo BRICS recebeu o Egito, a Etiópia, o Irã, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos como novos membros durante a cúpula do bloco em agosto de 2023, cuja adesão entrou em vigor em 1º de janeiro. Com a nova formação, o grupo é responsável por mais de 40% do fornecimento global de petróleo bruto, representa 42% da população mundial, 30% do território mundial, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional (BRICS Information Portal, 2023)

das mentalidade proprietária/patrimonial que enxerga o espaço enquanto um recurso, ainda que sob a máscara de um "espírito aventureiro", a legitimação e tentativa de replicação de epistemologias, onde os discursos da missão civilizadora, do desenvolvimento e do progressismo e se ligam com a macronarrativa colonialista ocidental, a busca pela projeção internacional e a mobilização da "paz" que coabita com seus lados inferiores de racismo transmutado.

3.1 Teoria-método: as Narrativas da Política e a Política das Narrativas

O ferramental metodológico adotado está baseado na narrativa enquanto uma "teoria-método". Aqui, recorri à conceitualização de Carolina Moulin (2016) que entende que as narrativas são ferramentas discursivas que nos permitem construir realidades e dar sentido ao mundo em que estamos inseridos, por meio da articulação de visões particulares que criam certos sujeitos políticos e supõe legitimidade à determinados narradores autorizados a falar sobre fatos, temas, eventos, relações e povos. As narrativas não estão comprometidas com a "verdade". O ato de contar uma história implica na seleção de gêneros e eventos, além de depender das percepções particulares do que é narrado (Moulin, 2016, p. 138).

Moulin argumenta que o campo das RIs é entendido por muitos autores como uma conjunção de diversas histórias que buscam entender os assuntos internacionais, sendo a sua própria constituição um conjunto de narrativas sobre o Sistema Internacional. Por isso, sugere que as RIs são "o produto de narrativas concorrentes e contestadoras, algumas das quais se tornaram tão dominantes que, durante bastante tempo, foram consideradas a única explicação para as realidades e a natureza da vida política internacional" (Moulin, 2016, p. 139, tradução minha)⁹⁰. A origem do Sistema Internacional Moderno é um bom exemplo dessa linha argumentativa.

A Paz de Vestfália é tida como emblemática para as RIs. Essa narrativa conta que o Sistema Internacional Moderno principiou em 1648 com o acordo de uma série de princípios que elencou o Estado europeu como o principal ator da política mundial moderna. A partir disso, o Estado soberano, desde que reconhecido por outros Estados, concentra autonomia, direitos e poderes, na esfera doméstica, no que concerne ao controle da sociedade, à manutenção da ordem, da segurança e da paz. Na arena internacional, as normas, as

⁹⁰ Do inglês: "Therefore one might suggest that International Relations is itself the product of competing and contesting narratives, some of which have become so dominant that they have, for quite some time, been taken to represent the sole explanation for the realities and nature of inter-national political life."

instituições, a guerra, o imperialismo e a noção de "equilíbrio de poder"⁹¹ foram normalizadas (Schmidt, 2011). Por outro lado, há a narrativa de que o início do Sistema Internacional Moderno remonta do final do século XV e início do século XVI, com as primeiras navegações e o empreendimento colonial dos impérios. Nesta perspectiva, a ascensão do SI é consequência da expansão global da Europa e do capitalismo, resultando em relações desiguais e exploratórias entre as metrópoles e as colônias, a divisão desigual do trabalho entre povos e nações e na destruição de outras formas de vida, provenientes das Américas, da África e da Ásia (Quijano, 2000).

Qual das narrativas seria condizente com a realidade? É justamente neste ponto que concentra-se um dos argumentos centrais de Carolina Moulin. Para a autora, ambas as narrativas são convincentes em suas pretensões, mas são parciais, incompletas e silenciosamente obliteram uma parte significativa das relações e dos povos do mundo. Em vez de enquadrá-las como verdadeiras ou falsas, a autora entende mais adequado entendê-las como narrativas que contam a história das RIs a partir de diferentes pontos de vista e da valorização de determinados valores: “podemos dizer que são narrativas políticas produzidas sob escolhas éticas sobre como se percebe, categoriza, seleciona e reorganiza os eventos e processos que chamamos de internacionais” (Moulin 2016, p. 141, tradução minha)⁹².

Ainda assim, é inquestionável que alguns mitos são mais naturalizados ao longo do tempo do que outros. Como vimos no capítulo 1, as RIs parecem ter naturalizado determinadas ontologias e epistemologias que se pretendem universais, privilegiando visões cúmplices da supremacia branca, silenciando e inferiorizando saberes e cosmologias que fogem do tradicional. Assim, a função do mito nas RIs parece ter sido de naturalizar como universal visões específicas (Weber, 2001, p. 7).

Ao buscar entender estes elementos autoritários das formas culturais hegemônicas ganharam forma, bem como construir estratégias de resistência à eles, Edward Said (1990) argumenta que o “conhecimento ocidental” construiu sólidas narrativas que estabelecem quais são os conhecimentos válidos e quem possui o direito de conhecer e falar. As narrativas orientalistas, nesse sentido, estão intimamente ligadas com os empreendimentos imperiais e

⁹¹ A doutrina do "equilíbrio de poder" foi difundida por David Hume, para expressar a necessidade de impedir com que um único Estado tornasse-se forte o suficiente para impor a sua vontade sobre os demais. Basicamente, esse equilíbrio poderia ser alcançado de três formas: pelo "enfrentamento", cuja tensão que poderia resultar em conflito armado; pelo "acompanhamento", com a adesão aos procedimentos esperados por um país líder de uma esfera de influência; e pela “dissuasão”, pelo convencendo um ator político a deixar de fazer alguma coisa, seja por cálculos racionais ou seja por medo (Vitelli, 2018)

⁹² Do inglês: "Hence, rather than scientific, uncontested explanations about what international relations are, we can say that they are political narratives based on ethical choices about how one perceives, categorises, selects and reorganises the events and processes we call international".

coloniais europeus, no qual o colonizador se auto-representa como “civilizado” e representa o seu extremo oposto, o Outro, como “bárbaro”. Assim, a intelectualidade europeia se reconhece superior em uma gama de aspectos, inventados e reinventados continuamente.

Além disso, os próprios critérios positivistas tradicionais de produção de conhecimento atuam na separação entre o pesquisador e objeto, entre o narrador e a narrativa. Enquanto figura central do processo narrativo, o narrador está embebido de questões de poder e autoridade, tanto pelo recorte do que será contado quanto pela capacidade de se fazer ser ouvido. Ainda que em nome da neutralidade e da imparcialidade, tente-se excluir o “eu” acadêmico e sua relação com o mundo retratado, há sempre uma voz por trás da narrativa, mesmo em sua ausência fictícia (Moulin, 2016; Oliveira, 2020).

Isto posto, a adoção das metodologias narrativas faz parte de uma estratégia de aperfeiçoamento da pesquisa acadêmica que busca levantar uma variedade de elucidações e entendimentos possíveis sobre um objeto de análise. Para Jessica Oliveira (2020), as discussões em torno das RIs precisam ser entendidas enquanto narrativas políticas, em vez de explicações que pretendam-se “verdadeiras”, ancoradas em bases científicas e incontestáveis. Esta concepção permite um “duplo movimento de desencantamento e reencantamento acadêmico” que, por um lado, instiga os pesquisadores a perceberem as eficiências e os limites das práticas de produção de conhecimento e, por outro, que estes engajem-se criticamente em direção aos limites percebidos, resgatando “uma maior diversidade de vozes, personagens e histórias” (Oliveira, 2020, p. 66).

A necessidade de mover a narrativa enquanto uma “teoria-método” na disciplina de RIs vai ao encontro às críticas de diversos autores - aqui destaco as abordagens pós-coloniais e decoloniais - sobre as violências produzidas e reproduzidas pela academia ao alinhar-se com posicionamentos e projetos de mundos opressivos, eurocentrados, limitados às vivências de poucos homens brancos e escolhidos para orientar a política interestatal, sem dar espaço para as cosmovisões e racionalidades que vão na contramão da suposta verdade do mundo anglo-saxão. Com base nessa perspectiva, as narrativas podem ser utilizadas como estratégias de questionamento e superação destas violências, não apenas em um sentido de ruptura epistemológica com o positivismo clássico, como com a adoção de um compromisso ético-político que busque diálogos mais estreitos e plurais entre a academia e o mundo em investigação (Fernández, 2019; Oliveira, 2020).

Existem distintas maneiras de nos posicionarmos nesta “virada narrativa”. Carolina Moulin (2016), por exemplo, nos conta que o mito de Mumiani foi amplamente repercutido na Costa Leste Africana e embora fantasioso e repleto de superstições, ajudou as comunidades

locais a darem sentido às violências das práticas de cuidado e controle das estruturas coloniais de poder⁹³. Falar sobre a política global como um conjunto de narrativas, nesse sentido, é considerar a reconfiguração sujeito-objeto no movimento dos estudiosos das RIs: "somos contadores de histórias, somos ambos narradores e espectadores para versões concorrentes, conflitantes e, na maioria das vezes, incoerentes e incompletas dos processos políticos dos quais participamos (Moulin, 2016, p. 137, tradução minha)⁹⁴. Assim, a adoção de metodologias narrativas permite a construção de nossos próprios contos. Seja por meio da substituição de narradores, dando espaço de escuta para as vozes não ditas e não autorizadas, seja pela adoção de diferentes gêneros de narração ou de temporalidades que deixem de privilegiar os mais "desenvolvidos" e "civilizados" na cronologia da linha do tempo da "evolução" humana. Ainda, é uma oportunidade para abraçarmos as incertezas, mobilidades, ambiguidades e inconclusões do mundo político.

As narrativas podem ser convertidas em estratégias para reconhecer e combater os traços violentos da produção de conhecimento e do próprio mundo que as Relações Internacionais tentam compreender. A mobilização de recursos narrativos, como a autobiografia⁹⁵, a

⁹³ O mito da sugadora de sangue, conhecida como Mumiani, é disseminado principalmente na Costa Leste Africana, embora possa ser encontrado em outras regiões do continente. O incidente em Mombaça, datado de maio ou junho de 1947, ilustra a influência dessa superstição. Tudo começou quando um homem compartilhou a história de que membros do povo Mumiani, disfarçados de bombeiros, foram vistos carregando baldes cheios de sangue, levando uma mulher como prisioneira para a estação de bombeiros com a intenção de drenar seu sangue. A notícia se espalhou rapidamente. Por volta do meio-dia do dia em que os rumores começaram, o Oficial de Assuntos Nativos Municipal recebeu a informação e dirigiu-se imediatamente à estação de bombeiros. Nesse momento, a agitação já atingia níveis alarmantes. Pouco depois da chegada do oficial, uma multidão maior e enfurecida se formou, tornando-se cada vez mais agressiva. Líderes africanos asseguraram à multidão que não havia base para a história e que a estação havia sido revistada, confirmando que tudo estava em ordem. No entanto, a multidão se recusou a acreditar neles. O oficial, acompanhado por alguns policiais africanos, tentou primeiro argumentar com a multidão e depois dispersá-la. No entanto, foram violentamente atacados e tiveram que recuar rapidamente. Pouco depois, uma força policial chegou, ameaçou usar a força e fez algumas prisões, dispersando a multidão e restaurando a ordem. Suspeita-se que os bombeiros foram injustamente suspeitos de praticar rituais Mumiani devido ao seu traje preto, associado erroneamente ao vestuário dos supostos membros desse grupo (White, 2000). Neste caso específico, buscou-se uma forma de dar sentido às violências das práticas de cuidado e controle das estruturas coloniais, atribuídas aos bombeiros, oficiais da polícia e trabalhadores da saúde. Embora estas narrativas não permitam a compreensão abrangente das consequências do projeto colonial, Moulin entende que elas são poderosas por falarem da natureza agressiva da colonização, atribuindo um significado íntimo àqueles povos. Tamaña foi a repercussão do mito de Mumiani, que os governantes britânicos tiveram, em determinado momento, que recorrer ao uso da força para desmantelar as crenças locais e continuarem operando os seus sistemas de dominação (Moulin, 2016).

⁹⁴ Do inglês: "We are storytellers, we are both narrators and audiences to competing, conflicting, and, most often, incoherent and incomplete versions of the political processes we take part in".

⁹⁵ Segundo o dicionário Michaelis, o termo "autobiografia" significa a história da vida de uma pessoa, escrita por ela mesma (Autobiografia, [s.d]). Para Naeem Inayatullah, a autobiografia é uma forma de compreensão de nossos próprios afetos e emoções que permite com que corpos políticos consigam perceber os acontecimentos em seu entorno e posicionarem-se enquanto sujeitos com voz nas RIs. Trata-se de uma autorreflexão, que parte do micro para o macro e reconhece que todas as vidas são interessantes (Inayatullah, 2010).

autoetnografia⁹⁶, o *storytelling*⁹⁷ e a ficção estão sendo cada vez mais utilizadas para contar as histórias sobre o mundo, histórias essas que vão além do que é contado por líderes políticos, diplomatas, autores clássicos e a grande mídia. Trata-se de um movimento para expor os diversos mitos da política internacional, bem como a violência e os silenciamentos por eles propagados. O objetivo, portanto, "é mobilizar a maior diversidade de interpretações e explorar a política da contestação, de maneiras que corroborem a visão das RIs como um campo disciplinar dedicado ao estudo da multiplicidade do(s) mundo(s) internacional e global" (Oliveira, 2020, p. 58).

Os esforços para entender as RIs em múltiplas abordagens, como a adoção da cultura visual como modos narrativos de ver/estar/representar o mundo da política global, com a utilização e análise de filmes, séries de TV, ícones da cultura popular, artefatos culturais, monumentos e fotografias, são uma tentativa de ampliar as fontes a partir das quais ouvimos e contamos histórias sobre a política global. O artigo de Carol Cohn (1987) é tido como marco para a abordagem narrativa reflexiva (Dauphinee, 2013, n.p). Cohn reconstrói as múltiplas narrativas da política cotidiana de um centro de pesquisa nuclear, através dos rituais diários de personagens/pesquisadores comuns, que fomentaram a adoção da dissuasão nuclear como uma estratégia do governo dos EUA, repercutindo diretamente nos discursos presidenciais, no discursos dos ministros da defesa e nos acordos e protocolos internacionais (Moulin, 2016).

Por fim, destaco a ressalva de que, apesar do ferramental metodológico baseado na narrativa poder ser entendido como uma estratégia de decolonização epistemológica, deve-se evitar o risco de transformar a "virada narrativa" em uma romantização das vozes e subjetividades subalternas, e em gestos pautados mais na culpa intelectual do que no desejo (e coragem) de abrir espaços para diálogos genuínos e visões de mundo diferentes ou mesmo opostas (Oliveira, 2020, p. 71). Objetiva-se, portanto, que o conjunto de histórias contadas

⁹⁶ A autoetnografia representa um gênero da etnografia e parte de um movimento acadêmico que procura validar e explorar o significado da experiência cotidiana e das múltiplas camadas da consciência dos indivíduos, relacionando o meio com a experiência pessoal. Essa abordagem tem o potencial de revelar a natureza parcial e política dos discursos e práticas predominantes e de atribuir valor e explorar o significado da experiência para o estudo das RIs. Além disso, a autoetnografia possibilita a criação de espaços que desafiam o status quo e pode tornar o trabalho acadêmico mais interessante de ser lido, por se conectar de maneira mais íntima e significativa com os seres que habitam os mundos sobre os quais escrevemos (Doty, 2010).

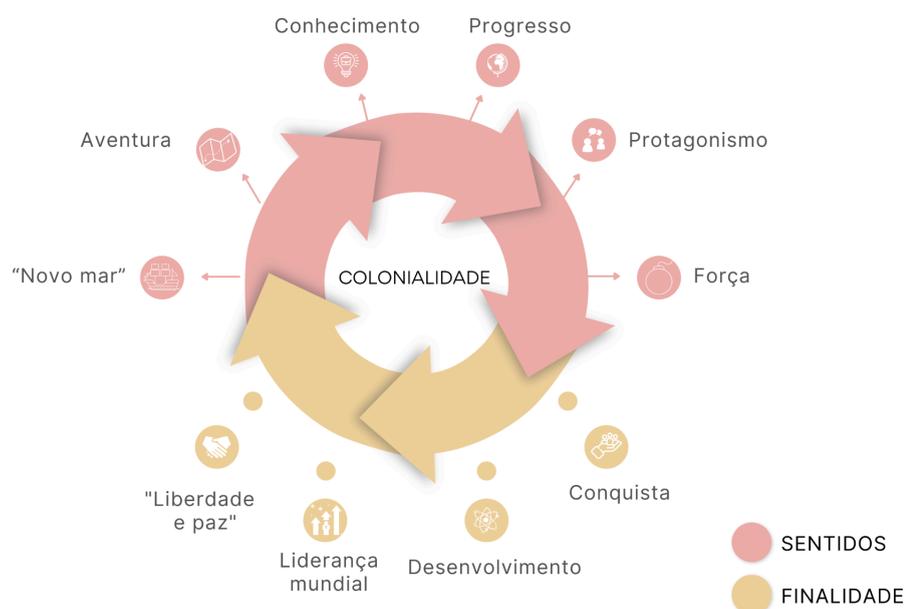
⁹⁷ *Storytelling* é uma estratégia de contar histórias direcionadas ao aprendizado ativo, com o uso de personagens - como líderes políticos, culturais e religiosos - e a transmissão de valores, envolvendo a criatividade, a interação e o senso crítico. Aqueles que seriam apenas a audiência de uma história contada no modo tradicional, são convidados a participar conjuntamente na construção da aprendizagem. No campo das RIs, o *storytelling* é tido enquanto uma ferramenta de empoderamento que convida os pesquisadores a saírem do papel de meros espectadores e se perceberem participantes dos processos de continuidade/mudança dos eventos do mundo, além de proporcionar o sendo de empatia com contextos e valores de diferentes sociedades, grupos e identidades da história das sociedades (Valença; Balthazar, 2019)

pelas Relações Internacionais sobre o funcionamento da política internacional seja mais inclusivo, o que não aspira à negação total dos saberes ocidentais, da modernidade europeia e tampouco à reconstrução de culturas que a precedem. Trata-se de um esforço no sentido de refletir e reorientar as narrativas do internacional.

Do ponto de vista metodológico, a análise dos discursos proferidos por JFK, Nikita S. Khrushchev e Narendra Modi foi conduzida mediante a combinação da narrativa como teoria-método, com as perspectivas de pensadores pós-coloniais e decoloniais. Busquei iluminar os sentidos que mais percebo constituírem os discursos mobilizados e seus efeitos produzidos, uma vez que eles podem auxiliar a revelar os vestígios da lógica colonial nos silenciamentos, nas ideologias e nos imaginários. As nuances que permeiam o estadocentrismo e o epistemicídio, destacados no segundo capítulo, estão presentes em toda a análise. O primeiro sentido identificado associa o espaço cósmico a um novo "mar" de aventuras; o segundo vincula o conhecimento à noção de progresso; e o terceiro se vale da dualidade entre a força e a farsa da paz. Estes elementos, convergindo em conjunto, têm como finalidade a busca pela conquista, pela liderança global, o fomento do desenvolvimento e a promoção da universalidade dos ideais de paz e liberdade, todos centralizados na perspectiva da colonialidade (conforme ilustrado na figura 11).

Figura 11. Sentidos e Finalidades do Jogo de Palavras

Sentidos e Finalidades do Jogo de Palavras



Fonte: Elaboração própria.

Estes sentidos e finalidades foram identificados a partir da análise comparativa dos dados textuais (discursos) dos três chefes de Estado. Primeiro, mapeei manualmente as conexões linguísticas entre eles, ou seja, as frases e palavras que se repetiam ou se assemelhavam. Em seguida, organizei esta seleção em dois grupos: um a partir da identificação de temas recorrentes e outro a partir da identificação de suas divergências. Estas últimas mostraram-se influenciadas principalmente pelas nuances ideológicas, pelo contexto em que foram produzidas e pelo percurso histórico-político de cada um dos atores. Por último, recorri ao arcabouço teórico apresentado nos dois primeiros capítulos para, ao inserir a colonialidade como elo central, verificar as influências entre eles. Sobre este último ponto, destaco que a influência objetivada não se refere à relação direta discurso-discurso, ou seja, não busco analisar como um discurso específico influencia diretamente a construção do outro. Em vez disso, a influência é analisada a partir das narrativas globais/coloniais que os antecedem, sucedem e atravessam.

A título de confirmação, após este processo, recorri ao *software* NVivo⁹⁸ para mapear os termos mais frequentes em cada um dos discursos (figuras 12, 13 e 14), e, ao final, o mapeamento dos termos mais comuns entre eles (figura 15). Para isso, adotei o critério mínimo de palavras com 3 caracteres, excluindo nomes pessoais, números, artigos, pronomes, preposições e conjunções.

⁹⁸ Segundo Maria Lage (2011) o NVivo é um *software* amplamente utilizado no ambiente acadêmico brasileiro, sendo adotado por centros de pesquisa em diversas universidades, como a Unicamp, a USP e a UFRGS. O NVivo foi projetado para auxiliar na organização, classificação e interpretação de dados qualitativos, fornecendo recursos para facilitar a análise textual e visual, permitindo, assim, a identificação de temas e padrões (Lage, 2011).

Como se pode observar, especialmente na Figura 15, termos relacionados ao conhecimento (*knowledge/teach/intellectual/research/science/scientific*), ao desenvolvimento (*progressiveness/development/technology/modern*), à humanidade (*humanity/mankind*), à paz (*peace*), exploração e conquista (*explore/conquer/conquest*), benefícios (*benefits*), ao poder (*governance/institutions/power/force*) e a sentimentos e sensações diversas (*dreams/pride/blessings/celebrate/victory*) estão entre os mais mencionados. Faço a ressalva de que os termos extraídos pelo *software*, apesar de adicionarem uma nova camada quantitativa e reforçarem o mapeamento manual, são genéricos. Portanto, sentidos e finalidades só podem ser analisados a partir do contexto discursivo em que foram aplicados. Além disso, termos com ramificações, como por exemplo, "*progress*", "*progressive*" e "*progressiveness*" ou "*develop*", "*developed*", "*developing*" e "*development*" foram agregados pelo *software* como "*progressiveness*" e "*development*".

3.2 O discurso soviético

No dia 12 de de abril, às 9h07 da manhã (MSK) a primeira nave espacial, *Vostok 1*, foi lançada pela URSS e fez uma órbita ao redor do mundo com um homem a bordo⁹⁹. Yuri Gagarin esteve em órbita durante 106 minutos, com uma velocidade aproximada de 28.000 km/h, a uma altura de 315 km, em um voo totalmente automatizado (Siddiqui, 2000).

Dois dias após sua viagem, o cosmonauta¹⁰⁰ Yuri Gagarin foi recebido como herói¹⁰¹ na cidade de Moscou. A Praça Vermelha, centro cerimonial da cidade, não conteve os quatro milhões de soviéticos que foram comemorar. O governo planejou uma cerimônia com apenas 200 mil pessoas e distribuiu o número necessário de passes para a praça, mesmo assim, milhões de outras pessoas sem passes lotaram as ruas vizinhas. Bandeiras tremulavam em

⁹⁹ No contexto da competição entre os EUA e a URSS, que marcou a Guerra Fria, para alcançar avanços significativos na exploração espacial, União Soviética já havia conquistado o feito de lançar o primeiro satélite artificial, o Sputnik 1, em 1957, e o primeiro ser vivo, a cadela Laika, em órbita em 1957. Os Estados Unidos estavam decididos a superar esses marcos e se esforçaram para colocar um humano em órbita, mas em 12 de abril de 1961, a URSS lançou a cápsula espacial Vostok 1 com o cosmonauta Yuri Gagarin a bordo. O triunfo de Gagarin teve um impacto significativo na propaganda e diplomacia soviética, destacando a excelência científica e tecnológica do país. Isso também incentivou os EUA a intensificarem seus esforços na corrida espacial. Os EUA responderam com o programa Mercury, que resultou no voo suborbital do astronauta Alan Shepard em maio de 1961 e, posteriormente, em voos orbitais tripulados. A corrida espacial culminou com a missão Apollo 11 em 1969, quando os astronautas americanos Neil Armstrong e Buzz Aldrin se tornaram os primeiros humanos a caminhar na Lua (Siddiqui, 2000).

¹⁰⁰ Segundo a Enciclopédia da Conscienciologia (2013, n.p.), "o cosmonauta é a *conscin*, homem ou mulher, exercendo a função de piloto ou passageiro de nave espacial, a qual orbita ou transcende o planeta de origem, com objetivo ou missão de explorar o espaço sideral". O termo é usado para descrever os "astronautas" (*kosmonavi*) soviéticos/russos e deriva das palavras gregas "*kosmos*" ("universo") e "*nautes*" ("marinheiro").

¹⁰¹ Por seu voo, Yuri Gagarin recebeu o título de Herói da União Soviética, foi premiado com a Ordem de Lênin, recebeu monumentos e nomes de ruas em sua homenagem (Hardy, 2018).

altos mastros de prata nas cidades do país, bondes, ônibus, automóveis, postes de iluminação e edifícios estavam cobertos de fitas, fotos de Yuri Gagarin foram espalhadas e as livrarias já vendiam a sua biografia (Time Magazine, 1961).

Um decreto oficial do Partido e do governo proibiu qualquer aparição pública ou divulgação dos nomes dos principais projetistas, gestores e engenheiros espaciais (Siddiqi, 2000 p. 63). O voo foi apresentado como pacífico, embora Gagarin tivesse patente militar, e a edição de maio de 1961 da revista soviética "*Science and Life*", por exemplo, substituiu em sua capa os uniformes dos militares que estavam no lançamento de Gagarin por trajes civis. Apesar de Gagarin não ter acesso ao controle da nave durante o voo, a narrativa patrocinada pelo Estado - e difundida pela imprensa nacional e internacional - inverteu a hierarquia de poder da empresa espacial, cuja atuação dos cosmonautas era limitada, e produziu o enredo de um cosmonauta explorador, heróico e destemido, cujos atributos equivaliam aos da URSS (Gerovitch, 2015, p. 11).

O cosmonauta soviético não é apenas um conquistador do espaço sideral, não é apenas um herói da ciência e da tecnologia, mas, antes de tudo, é um homem novo, real, vivo, de carne e osso, que demonstra em ação todas as qualidades inestimáveis do caráter soviético, que o Partido de Lênin vem cultivando há décadas. (Riabchikov, 1962 *apud* Gerovitch, 2015, tradução minha)¹⁰²

O primeiro voo precisava de um cosmonauta que combinasse as qualidades mais positivas, um homem com as qualidades de um descobridor, um exemplo que serviria como um marco para todos os outros alcançarem, imitando-o. A comissão viu esse homem em Yuri Gagarin; ele era muito adequado para o primeiro voo. A comissão levou em conta as virtudes inquestionáveis de Gagarin: patriotismo devotado, crença no sucesso do voo, ótima saúde, otimismo inesgotável, mente flexível, bravura, gentileza, autocontrole, simplicidade e um grande calor humano e consideração pelas pessoas que o cercam (Russian Life, 2016, tradução minha)¹⁰³

Os gestores, engenheiros e projetistas espaciais parecem ter sentido algum incômodo com o desprestígio em detrimento da narrativa oficial dos cosmonautas. Em uma pesquisa que durou trinta anos para ser concluída, Slava Gerovitch (2015) encontrou cartas privadas em que esses profissionais mostraram-se frustrados e incomodados por estarem "contando mentiras". Em entrevista à Agência de Notícias Russa TASS em agosto de 1968 o projetista de espaçonave, Mikhail Tikhonravov, comentou sua relação com Gagarin:

¹⁰² Do inglês: "the Soviet cosmonaut is not merely a conqueror of outer space, not merely a hero of science and technology, but first and foremost he is a real, living, flesh-and-blood *new man*, who demonstrates in action all the invaluable qualities of the Soviet character, which Lenin's Party has been cultivating for decades."

¹⁰³ Do inglês: "The first flight needed a cosmonaut that would combine the most positive qualities, a man with the qualities of a discoverer, an example who would then serve as a mark for all others to reach, emulating him. The commission saw such a man in Yuri Gagarin; he was very fitting for the first flight. It took into account Gagarin's unquestionable virtues: devoted patriotism, belief in the flight's success, great health, inexhaustible optimism, a flexible mind, bravery, neatness, self-control, simplicity, and a great human warmth and consideration for people that surround him."

Conheci Gagarin durante os exames, sem saber ainda que ele seria o primeiro [cosmonauta]. Ele estava fazendo uma prova de física e eu lhe dei um B, porque ele não sabia somar velocidades. Ele fez uma bagunça; não somou as velocidades corretamente. Então alguém me disse: "Esse é o nosso melhor e mais promissor candidato. Existe alguma maneira de ele tirar um A? Teste-o novamente. Se ele sair bem, dê-lhe um A". Então, tive de testá-lo novamente. Na segunda vez, ele respondeu bem a tudo e eu lhe dei um A. (Tikhonravov, 1968, *apud* Gerovitch, 2015, p. 22 tradução minha)¹⁰⁴

A opinião pública, em geral, não mostrava-se descontente com a indústria espacial, mas o marechal reformado Georgii Zhukov disse, por exemplo, em um relatório secreto do Comitê de Segurança do Estado (do Russo, *Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti* - KGB), de 1963, que "eles atiram milhares de milhões para o espaço. O voo de Yuri Gagarin custou quase quatro bilhões de rublos. Ninguém nunca perguntou sobre o custo de todas estas recepções, todas estas viagens, visitas de convidados, etc." (Naumov *et al.*, p. 493 *apud* Gerovitch, 2015, tradução minha)¹⁰⁵.

Após os EUA pousarem na Lua, em 1969, o sentimento de atraso tomou conta dos soviéticos e os relatórios e as propagandas do governo passaram a ser vistos com ceticismo. Em conversas privadas e por meio de cartas de leitores, a população passou a reclamar das despesas do programa espacial e dos custos das viagens publicitárias dos cosmonautas e zombar dos atributos físicos e morais de Yuri Gagarin (Bartos, 2001; Gerovitch, 2015). Uma piada sobre Leonid Brejnev, então secretário-geral do Partido Comunista da URSS era contada com frequência entre a população:

"Brejnev convoca um grupo de cosmonautas.

- Camaradas! Os americanos pousaram na Lua. Pensamos bem e decidimos que vocês irão para o Sol!

- Mas nós vamos nos queimar, camarada!

- Não tenham medo, camaradas, o Partido já pensou em tudo: vocês partirão à noite." (Kozovoï, 2007, p. 142, tradução minha)¹⁰⁶.

¹⁰⁴ A entrevista original está disponível em russo, idioma que não domino, no arquivo digital da Academia Russa de Ciências. Slava Gerovitch (2015) traduziu o trecho para o inglês como: "I first met Gagarin during exams, not knowing yet that he would be the first [cosmonaut]. He was taking a physics test, and I gave him a B, because he did not know velocity addition. He messed it up; he did not add velocities right. Then someone told me, "This is our best, most promising candidate. Is there any way he could get an A? Test him again. If he answers well, give him an A." So I had to test him again. The second time around he answered everything well, and I gave him an A".

¹⁰⁵ O documento oficial foi escrito em russo. Slava Gerovitch (2015) o traduziu para o inglês como: "They throw billions into space. Yuri Gagarin's flight cost nearly four billion rubles. No one ever asked about the cost of all these receptions, all these trips, guest visits, etc.".

¹⁰⁶ Do francês: "Brežnev convoque un groupe de cosmonautes. / - Camarades ! Les Américains se sont posés sur la Lune. On a réfléchi : on a décidé que vous iriez sur le Soleil ! / - Mais on va brûler, camarade ! / - N'ayez crainte, camarades, le Parti a pensé à tout : vous partirez de nuit.", traduzido por Andreï Kozovoï do original, em

Ainda que a URSS não tenha vencido a corrida espacial - no sentido de levar um homem à Lua antes dos EUA -, tamanha foi a importância da construção narrativa e mitológica do cosmonauta para a URSS - e posteriormente para Rússia¹⁰⁷ -, que, em 1980, um monumento de cerca de 42 metros em homenagem a Yuri Gagarin foi erguido na Praça Gagarin, Moscou (ilustração 2).

Russo: "Брежнев вызвал группу космонавтов. / - Товарищи! Американцы высадились на Луне. Мы тут подумали и решили, что вы полетите на Солнце! / - Так сгорим ведь, Леонид Ильич! / - Не бойтесь, товарищи, партия подумала обо всем. Вы полетите ночью".

¹⁰⁷ Segundo pesquisa do Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Rússia (*Russian Public Opinion Research Center - VCIOM*), publicada em janeiro de 2010, os russos classificam Gagarin como o principal "ídolo russo" (35%), ultrapassando todos os grandes escritores russos e políticos. Seu voo é tido como o segundo feito histórico de maior orgulho (91%), atrás da vitória na Segunda Guerra Mundial (93%), e seguido pelo Sputnik (84%) (Gerovitch, 2015, p. 162).

Ilustração 2 - Monumento a Yuri Gagarin em Moscou, inaugurado em 1980



Fonte: Babak Fakhmzadeh / Flickr, 2006

Feitas as devidas considerações, na ocasião da recepção de Yuri Gagarin, em 14 de abril de 1961, na Praça Vermelha, o Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita S. Khrushchev, proferiu um discurso que foi transmitido para todos os continentes do mundo.

Longos trechos de sua fala (anexo IX) foram transcritos em inglês na edição de maio da revista soviética "*Science and Life*"¹⁰⁸. Em que pese o não acesso ao texto completo, também serão objetos de análise o documento recuperado e traduzido para o inglês pelo WWICS, em que Nikita Khrushchev descreve a mensagem que deveria ser transmitida internacionalmente após o lançamento da nave *Vostok* (anexo X) e, finalmente, a mensagem da URSS destinada a "toda a humanidade progressista" (anexo XI). Assim, o conjunto dos documentos citados serão lidos como "o discurso soviético". Apesar das particularidades que serão apresentadas, Khrushchev declarou Yuri Gagarin como o "Colombo do espaço" e seu discurso se assemelha com a narrativa de JFK e do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

3.3 O discurso estadunidense

O ano era 1969. O relógio marcava 8h30 de uma manhã quente, ensolarada e úmida. Restavam uma hora e dois minutos para o lançamento e as arquibancadas já estavam praticamente lotadas de convidados *VIPs*: celebridades, membros do Congresso, governadores da nação, ministros das relações exteriores, diplomatas acompanhados de suas esposas e milhares de jornalistas nacionais e estrangeiros. Do lado de fora dos portões do Centro Espacial John F. Kennedy, mais de meio milhão de pessoas, muitas delas tendo chegado durante a noite, procuravam algum espaço vazio para se acomodar nas ruas da Flórida. Carros, camionetas, caminhonetes, motocicletas, barracas, sacos de dormir e cobertores transformaram os 16 quilômetros de estrada até o centro espacial em um vasto acampamento. Pessoas estavam sentadas no topo de seus veículos esperando o espetáculo histórico (Burrow, 1999, pp, 570-573). Rádios, televisores, câmeras fotográficas e binóculos estavam prontos para registrar "uma maiores aventuras da história humana" (Kennedy, 1961, tradução minha)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Em 1956, os governos soviético e norte-americano concordaram em permitir a publicação de revistas em seus respectivos países, limitando a circulação a 30.000 exemplares por edição. A URSS lançou "The USSR", enquanto os EUA publicaram "Amerika". Mais tarde, "The USSR" alterou seu nome para "Soviet Life". Ao contrário de uma abordagem política, a revista focou principalmente na cultura soviética, ciência, educação e saúde. Sua última edição foi publicada em dezembro de 1991. (The Marxists Internet Archive, s.d).

¹⁰⁹ Do inglês: The exploration of space will go ahead [...] it is one of the great adventures of all time"

Mas nem todos estavam empolgados. Centenas de famílias pretas e pobres, lideradas pelo Reverendo Ralph Abernathy¹¹⁰ e por Hosea Williams¹¹¹, durante a Campanha das Pessoas Pobres, marchavam com mulas e carroças de madeira para ilustrar o contraste entre o cintilante e imponente foguete Saturn V e a realidade dos tantos desabrigados e famintos do país. Aquelas pessoas não entendiam o porquê de sua nação gastar US\$20 bilhões para levar três homens brancos para uma rocha suspensa no espaço enquanto suas crianças choravam, adoeciam e morriam de fome (Burrow, 1999).

¹¹⁰ Nascido em Linden, Alabama, Ralph David Abernathy (1926 - 1990) foi um ministro batista e ativista estadunidense pelos direitos civis do povo negro. Abernathy desempenhou um papel foi mentor de Martin Luther King Jr. e atuou na liderança da Southern Christian Leadership Conference (SCLC), uma organização fundamental no movimento pelos direitos civis, participando ativamente de eventos-chave, como a Montgomery Bus Boycott (1955-1956) e a marcha de Selma a Montgomery (1965), que contribuíram para a aprovação da Lei dos Direitos de Voto. (Research and Education Institute of Stanford University, [s.d.]).

¹¹¹ Nascido na Geórgia, Hosea Williams (1926-2000) foi um ativista dos direitos civis nos EUA que atuou com Martin Luther King Jr. e Ralph David Abernathy na liderança do SCLC. Williams viajou para várias cidades do Sul, liderando marchas, recrutando e organizando voluntários e ensinando técnicas de manifestações não violentas até fundar o programa *Hosea Feed the Hungry and Homeless*, em Atlanta, em 2017, fornecendo alimentos, ajuda médica e roupas aos necessitados, que se mantém ativo mesmo após a sua morte (Bauer, 2015).

Ilustração 3. Manifestantes da Conferência de Liderança Cristã do Sul alinham mulas perto dos portões do Centro Espacial Kennedy



Fonte: Bettmann Archive, 15 de julho de 1969.

A oposição aos gastos do programa espacial era especialmente forte na comunidade negra do país. Um mês antes daquela ocasião, a Revista *Jet*, na edição de julho de 1969, condenou o programa espacial por usar dinheiro público que, segundo eles, deveria ter sido gasto em programas de bem-estar para pessoas negras; a revista *Ebony*, na edição de outubro de 1969, publicou um editorial comparando a ida dos homens brancos à Lua à viagem de Colombo ao "Novo Mundo" e ironizando a missão como "um pequeno passo para o homem e um salto colossal na direção equivocada para a humanidade, especialmente para a população negra; e a Revista *Time* publicou uma matéria dizendo que foi perturbador notar que os rostos negros eram escassos no dia do lançamento (Free West Media, 2017).

Ilustração 4. Hosea Williams, com punho cerrado, em frente ao Centro Espacial Kennedy



Fonte: *Boston Globe*, 16 de julho de 1969.

Se a história oficial da conquista da Lua assimilada pelo Ocidente fosse contada pelos membros da SCLC, ouviríamos falar de uma nação que busca conquistar a Lua enquanto negligencia o seu próprio povo, perpetua o racismo, a pobreza, a fome e a guerra. Nos transmitiriam a ideia de que o dinheiro daqueles que sustentam o sistema econômico, que deveriam ser gastos para alimentar os famintos, vestir os nus, cuidar dos doentes e abrigar os

sem abrigos (Abernathy, 1969) estavam sendo gastos "para explorar o espaço sideral, mas se os estadunidenses gastassem a mesma quantia de dinheiro para alimentar os pobres e famintos, a pobreza e a fome teriam desaparecido da face dos Estados Unidos" (Williams, 1969, tradução minha)¹¹². Veríamos a missão Apollo como um projeto da branquitude. Talvez "*O Branquelo está na Lua*" (*Whitey on the Moon*), do músico e poeta Gil Scott-Heron (1970), fosse o hino mais cantado pelos estadunidenses:

*"O preço dos alimentos está subindo
E como toda essa porcaria não bastasse
Um rato mordeu minha irmã Nell
Com o branquelo na Lua
O rosto e o braço dela começaram a inchar
E o branquelo está na Lua
Eu não consigo pagar as contas do médico
Mas o branquelo está na Lua
Daqui a dez anos, ainda estarei pagando
Enquanto o branquelo está na Lua"*¹¹³.

No entanto, naquele fim de semana de Julho de 1969, a voz dos miseráveis foi sufocada pelos gritos de uma multidão eufórica. Às 9h32 da manhã do dia dezesseis, a Apollo 11 partiu para a Lua. Uma alegria quase infantil tomou conta dos terráqueos. Quando aquele imenso foguete começou a subir lentamente do Cabo Canaveral, algumas pessoas assistiam paralisadas, em completo silêncio, outras pulavam sem qualquer controle de seus sentimentos e choros compulsivos só não eram mais comuns do que as rezas pelas vidas de Neil Armstrong, Michael Collins e Edwin Aldrin (Burrow, 1999). Em 20 de julho de 1969, após muitas órbitas ao redor da Lua, Armstrong e Aldrin deixaram Collins em órbita e começaram sua descida ao "Mar da Tranquilidade"¹¹⁴. Ainda que a célebre frase de Neil Armstrong tenha entrado para a história - "Este é um pequeno passo para o homem, mas um grande salto para a

¹¹² Do inglês: "We are spending billions of dollars to explore outer space but if Americans spent that same amount of money feeding the poor and hungry, then poverty and hunger would be gone from the face of America today."

¹¹³ Do inglês: "The price of food is goin up / And if all that crap wasn't enough / A rat done bit my sister nell / With whitey on the Moon / Her face and arm began to swell / And whitey's on the Moon / I can't pay no doctor bills / But Whitey's on the Moon / Ten years from now I'll be paying still / While whitey's on the Moon".

¹¹⁴ O *Mare Tranquillitatis* ou Mar da Tranquilidade foi batizado pelos astrônomos Giovanni Battista Riccioli e Francesco Maria Grimaldi, em 1651. Além de ter sido local do primeiro pouso tripulado na Lua, às 20h18 UTC do dia 20 de julho de 1969, a região também recebeu a sonda Ranger 8, em 1965, e o lander Surveyor 5, em 1957 (Graney, 2012).

humanidade”¹¹⁵ -, a constatação de Edwin Aldrin me chama bastante atenção: "a Terra era um planeta dinâmico de placas tectônicas, oceanos agitados e uma atmosfera em mudança. **A Lua estava morta**, como uma relíquia do sistema solar primitivo” (Burrow, 1999, p. 573-574, tradução e grifos meus)¹¹⁶.

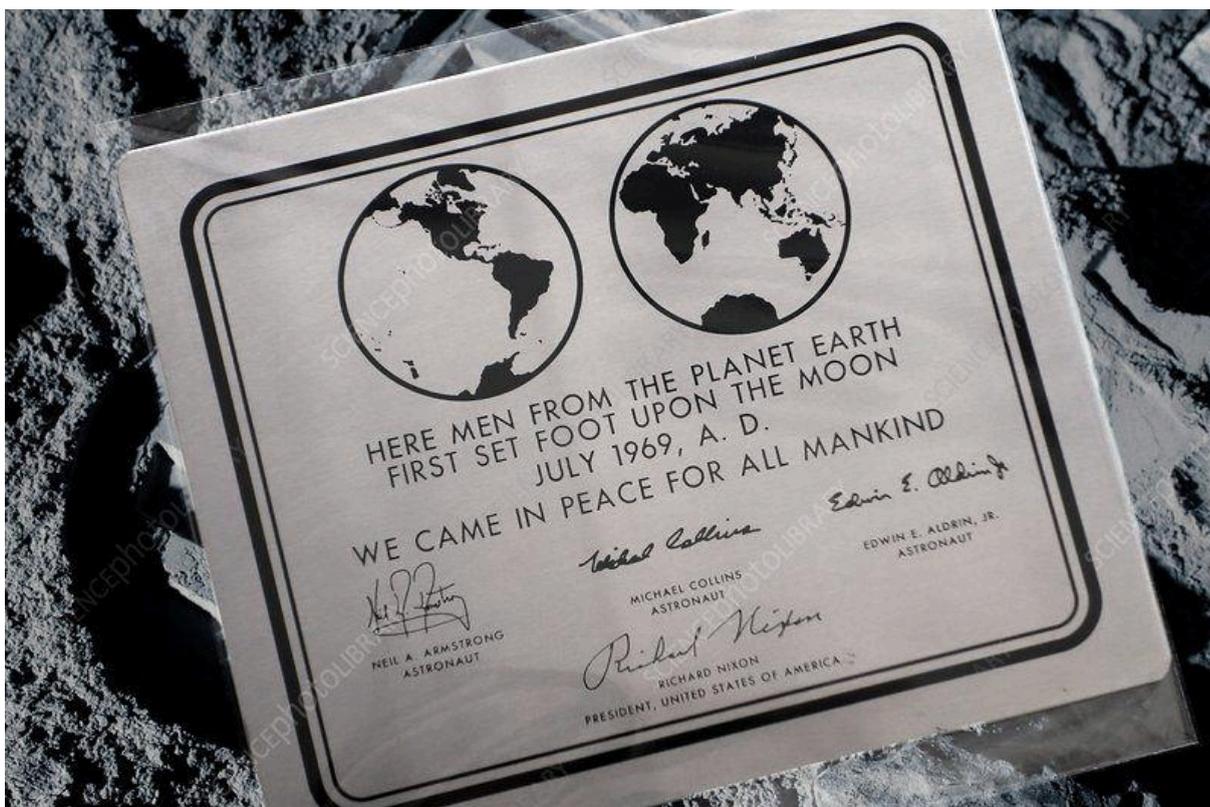
Passados 2.974 dias desde que John F. Kennedy apontou pela primeira vez o caminho para a Lua, por todo o mundo, as imagens televisivas concretizam o seu sonho. O então presidente Richard Nixon proclamou na segunda-feira seguinte ao lançamento um feriado nacional para marcar o "momento do drama transcendente". No total, os dois astronautas permaneceram na Lua pouco mais de duas horas. Regressaram trazendo 23 quilos de rochas lunares, deixando para trás algum equipamento, além de uma placa comemorativa (ilustração 5), com os seguintes dizeres:

*“AQUI, HOMENS DO PLANETA TERRA,
O PRIMEIRO PÉ SOBRE A LUA
JULHO DE 1969, d.C.
NÓS VIEMOS EM PAZ POR TODA A HUMANIDADE”*

¹¹⁵ “That's one small step for man, one giant leap for mankind” (Armstrong, 1969).

¹¹⁶ Do inglês: "Earth was a dynamic planet of tectonic plates, churning oceans and a changing atmosphere. The moon was dead, a relic of the early solar system".

Ilustração 5. Apollo 11 - Placa na Lua



Fonte: Detelev Van Ravenswaay / Science Photo Library, 2004

Sejam quais fossem os dizeres sobre paz e a representação de toda a humanidade, o fato é que a bandeira fincada na Lua pelos astronautas estadunidenses não era branca com ramos de oliveira e sequer representava todo o planeta Terra. Suas listras horizontais eram vermelhas e brancas, representando cada uma das antigas Treze Colônias que declararam independência do Reino da Grã-Bretanha; e um retângulo azul, no canto superior esquerdo, ilustrava cinquenta estrelas brancas, cada uma simbolizando um estado dos Estados Unidos da América.

É justamente nas pequenas contradições das histórias que nos são contadas que emerge a possibilidade de contestá-las. Durante a Guerra Fria, presidentes como John F. Kennedy (JFK) encontraram na exploração espacial uma oportunidade para afirmar a superioridade estadunidense, bem como seu prestígio e credibilidade. O misticismo inerente ao desconhecido da última fronteira não transposta - o espaço sideral - é narrado enquanto um despertar da vontade política. Tal qual Vasco da Gama e Cristóvão Colombo narram a “Era da Descoberta”, o presente é tido como a “Era Espacial”, um período que congrega uma fonte de poderes sem precedentes, embora as vulnerabilidades humanas, sociais e políticas destes tempos sejam encobertas. Como sabemos, a corrida espacial tem sua origem na Guerra

Fria e pouco parece estar relacionada ao espírito de aventura, como prega a propaganda estadunidense, mas esta foi uma das responsáveis por firmar a ideia de que a tecnologia está a serviço do desenvolvimento humano.

JFK serviu como o comandante-em-chefe dos Estados Unidos no auge da Guerra Fria (1960-1963). Sua administração foi marcada por uma economia cada vez mais globalizada, pelos gastos exorbitantes advindos do governo de Dwight D. Eisenhower com a corrida espacial contra a União Soviética, pelas tensões do mundo bipolar, pela intervenção militar no Vietnã que culminou em uma das mais longas guerras travadas pelos Estados Unidos, pelas tentativas de derrubar o presidente cubano Fidel Castro e por suas propostas pela igualdade, direitos civis, justiça social e questões raciais, que com seu assassinato ganharam bastante repercussão no país (Beschloss, 2016).

Em 1961, o presidente JFK tomou posse com a promessa de “levar o país mais longe”, sendo a conquista espacial a forma encontrada para afirmar a superioridade estadunidense e fazer o país avançar em níveis nunca vistos. Em 12 de setembro de 1962, diante de uma grande multidão no Estádio Rice, no Texas, “em uma faculdade conhecida pelo conhecimento, em uma cidade conhecida pelo progresso, em um Estado conhecido pela força” (Kennedy, 1962, tradução minha)¹¹⁷ JFK proferiu um discurso (anexo VIII) que entrou para a história, foi recebido com aclamação pelo Congresso e pela ampla maioria de sua sociedade, significando uma mudança de perspectivas para a NASA. JFK já havia prometido que os EUA alcançariam as estrelas antes da década de 60, mas a relevância do seu discurso está na oratória propagandística de humanização da tentativa estadunidense de conquistar o cosmos, não por uma competição com os soviéticos, e sim por uma visão romântica do espaço, com a qual todos os cidadãos do mundo deveriam engajarem-se e orgulharem-se. JFK foi assassinado antes de ver a concretização de seu sonho, mas os EUA cumpriram com sua promessa - embora a realidade imposta seja menos romântica do que a visão promovida por JFK.

3.4 O discurso indiano

¹¹⁷ Do inglês: "We meet at a college noted for knowledge, in a city noted for progress, in a State noted for strength, and we stand in need of all three, for we meet in an hour of change and challenge, in a decade of hope and fear, in an age of both knowledge and ignorance."

Em 23 de agosto de 2023, passadas décadas de planejamento, tentativas frustradas¹¹⁸ e 9 dias de viagem, o módulo Chandrayaan-3 realizou um feito histórico ao pousar com sucesso na superfície do polo sul lunar, popularmente conhecida como o "lado oculto da Lua". Às 9h33 (BRT), uma onda de êxtase varreu as ruas da Índia. Praças, escolas, universidades, escritórios e templos religiosos pararam suas atividades para sintonizar a transmissão ao vivo da ISRO. Enquanto dezenas de milhares de crianças realizavam orações no famoso templo Jagannath, em Bhubaneswar, em todo o país, devotos expressavam gratidão através de oferendas, elevando preces pelo sucesso da missão e multidões cantavam e dançavam músicas tradicionais (The Economic Times, 2023). A festa que envolveu a nação transcendeu o aspecto científico, transformando-se também em uma celebração cultural, religiosa e espiritual (Times of India, 2023). A tradição hindu, que há milênios associa a Lua a rituais, festivais e mitologias (Pattanaik, 2003), encontrou um ressoar renovado pela missão, destacando a veneração da Lua como uma divindade, personificada no deus Chandra, como um dos atos mais celebrados pelos hindus. Nos jornais indianos de circulação em inglês, foram publicadas manchetes com os seguintes dizeres: "A Lua é indiana"¹¹⁹ (*The Indian Express*), "A Índia vai aonde nenhuma nação foi antes"¹²⁰ (*Times of India*) e "A Índia ilumina o lado oculto da Lua"¹²¹ (*The Hindu*).

Embora não tenha sido registrado nenhum clamor público contra a aterrissagem do módulo Chandrayaan-3 no lado oculto da Lua, o significado, o propósito, os valores e as prioridades nacionais em meio a conquista espacial parecem estar em disputa no país. A linha editorial do *Times of India* (TOI), um dos jornais mais difundidos do país¹²², dedicou espaço

¹¹⁸ Em 2008, a primeira missão lunar da Índia, o Chandrayaan-1 passou um ano em órbita lunar e apesar de não ter efetuado um pouso, trouxe contribuições significativas para a compreensão lunar, como a identificação de moléculas de água na superfície lunar. A tentativa subsequente, o Chandrayaan-2 - segunda espaçonave da série indiana de satélites de exploração lunar - falhou ao perder comunicação durante a fase crítica de pouso do módulo Vikram, em setembro de 2019. Finalmente, em 2023, o Chandrayaan-3 realizou uma aterrissagem suave na superfície lunar com seu módulo lunar. Até o momento, a missão fez algumas descobertas, como a confirmação da presença de enxofre (S) na superfície lunar, a detecção de movimentos ao redor do local de pouso e a medição do conteúdo de plasma próximo à superfície (ISRO, 2008; 2021; 2023; 2024).

¹¹⁹ Do inglês: "The Moon is Indian".

¹²⁰ Do inglês: "India Goes Where No Nations's Gone Before".

¹²¹ Do inglês: "India lights up the dark side of the moon".

¹²² De acordo com o *Audit Bureau of Circulations* (2023), o *Times of India* (TOI) é o quarto maior jornal da Índia diário em circulação e o jornal diário de língua inglesa mais vendido no mundo, seguido pelo *Hindustan Times* e pelo *The Economic Times*. Os jornais *The Hindu* e *The Indian Express*, fundados em 1878 e 1932, respectivamente, não configuram na lista que abrange somente os cinco jornais impressos mais vendidos, mas

considerável à publicação de 10 charges do cartunista Sandeep Adhwaryu, que satirizavam a missão espacial, entre 15 de julho a 9 de setembro de 2023. Essas representações não apenas indagavam os vultosos investimentos em tecnologia espacial diante dos problemas sociais decorrentes da urbanização (figura 12), como também criticavam a ascendência do fundamentalismo hindu, frequentemente associada à figura do primeiro-ministro Narendra Modi (figura 13). Além disso, o desdobramento bélico do espaço, instigado pela Academia Nacional de Defesa (NDA) (figura 14), e a decisão de empreender exploração espacial em meio a milhões de indianos mergulhados na pobreza extrema (figura 15) ganharam espaço nas páginas do jornal.

Figura 16. Charge - Rocket Science



Fonte: Times of India, 2023 (tradução minha)

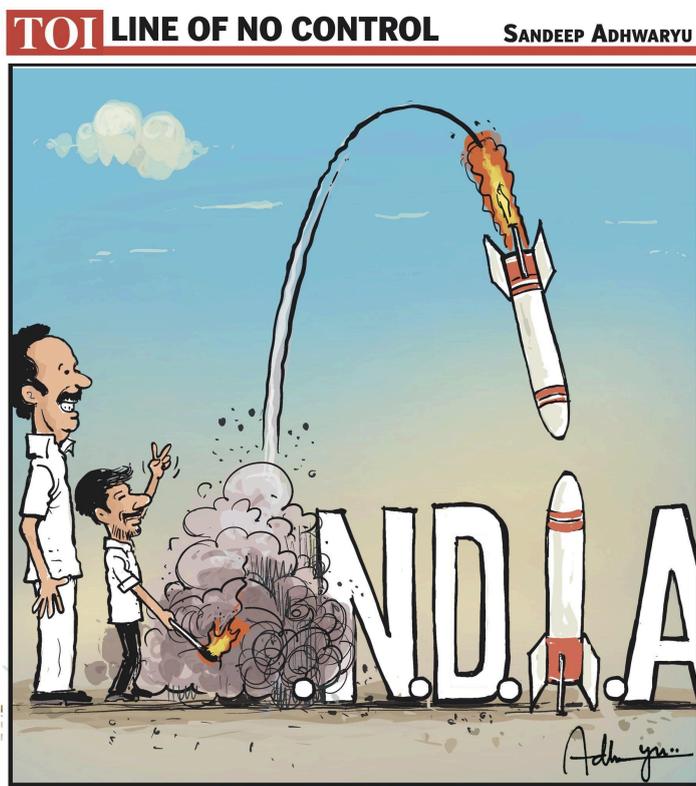
estão entre os jornais mais consumidos nas mídias online, segundo o *Reuters Institute for the Study of Journalism* (2023).

Figura 17. Charge - Chandrayann



Fonte: Times of India, 2023 (tradução minha)

Figura 18. Charge - NDA



Fonte: Times of India, 2023

Figura 19. Charge - Moon Mission



Fonte: Times of India, 2023 (tradução minha)

Minutos após a Índia conquistar seu lugar entre as nações seletas que realizaram pousos lunares, juntando-se à URSS, EUA e China, e destacando-se como a única a alcançar o polo sul lunar, o primeiro-ministro Narendra Modi proferiu um discurso (anexo XII) em hindi, traduzido em texto para o inglês pelo governo indiano, em uma sala repleta de cientistas da ISRO, cujo impacto reverberou globalmente. As semelhanças entre as narrativas oficiais de JFK e Modi são evidentes, embora cada uma possua suas próprias nuances. Visivelmente emocionado, Modi enalteceu a missão Chandrayaan-3 na Lua como um triunfo que pertence a toda humanidade - embora, assim como os EUA, a bandeira tricolor da Índia tenha sido hasteada na Lua -, e evocou os conhecimentos ancestrais da nação. Modi discorreu sobre uma Índia que superou um "passado sombrio" - colonial -, atingindo patamares notáveis de desenvolvimento, e apontou esse percurso como fonte de inspiração para o Sul Global. Além disso, o primeiro-ministro proclamou o dia 23 de agosto como feriado nacional dedicado à celebração do Dia Nacional do Espaço.

3.5 Primeiro sentido: o espaço sideral como um novo mar de aventuras

Yuri Alexeyevich Gagarin é o nosso pioneiro das viagens cósmicas, o primeiro homem a orbitar o globo. Se o nome de Colombo, que cruzou o Atlântico e descobriu a América, perdura através dos tempos, o que dizer do nosso ilustre herói, o camarada Gagarin, que penetrou no espaço sideral, circundou todo o globo e retornou em segurança à Terra? Seu nome será imortal na história da humanidade (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹²³.

Navegamos neste novo mar porque há novos conhecimentos a serem adquiridos e novos direitos a serem conquistados, e eles devem ser conquistados e utilizados para o progresso de todos os povos (Kennedy, 1962, tradução minha)¹²⁴.

Essa é a Índia de hoje, a Índia destemida, a Índia guerreira. Essa Índia pensa de uma nova maneira e espalha o feixe de luz no mundo mesmo depois de entrar na zona escura. [...] A partir de hoje, quando qualquer criança olhar para a Lua à noite, ela terá a convicção de que tem a mesma coragem e espírito dentro de si com os quais seu país alcançou a Lua. (Modi, 2023, tradução minha)¹²⁵.

As narrativas e as formações discursivas, como vimos, requerem um exercício de interpretação cuidadoso para que possamos visualizar o que é oculto ideologicamente, implícito ou subentendido. Os sentidos não estão debruçados na literalidade, tampouco são estáticos ou acatam a um senso de verdade. Assim, um dos sentidos do discurso de JFK está baseado no espírito de aventura como o grande motor inicial da corrida espacial, com algumas comparações implícitas com as "Grandes Navegações", Khrushchev trata do "sonho de conquistar o espaço sideral" como um "conto de fadas" que se tornou realidade para o povo soviético e Modi também trata da exploração e da conquista do espaço sideral evocando um espírito aventureiro/corajoso/destemido que levaria "luz" ao mundo.

As três narrativas são preenchidas de significados, ideologias e alegorias históricas. Se Khrushchev enxergava o cosmos como uma rota desconhecida a ser explorada para "resolver os segredos da natureza e faze[r]ndo com que eles sirvam ao homem e ao seu bem-estar [...] e à paz" (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹²⁶ e a sua conquista, pela URSS, como um "novo triunfo das ideias de Lênin, uma confirmação da correção dos ensinamentos marxistas-leninistas" (Kenned'y, 1961, tradução minha)¹²⁷, JFK lia o espaço enquanto um novo mar a ser navegado e conquistado, pela inquietação em alcançar "os vastos trechos do

¹²³ Do inglês: "Yuri Alexeyevich Gagarin is our pioneer of cosmic travel, the first man to orbit the globe. If the name of Columbus, who crossed the Atlantic and discovered America, lives through the ages, what can be said about our outstanding hero, Comrade Gagarin, who penetrated outer space, circled the entire globe, and returned safely to earth? His name will be immortal in the history of mankind."

¹²⁴ Do inglês: "We set sail on this new sea because there is new knowledge to be gained, and new rights to be won, and they must be won and used for the progress of all people."

¹²⁵ Do inglês: "This is today's India, fearless India, warrior India. This India thinks in a new way and spreads the beam of light in the world even after getting into the dark zone [...] From today onwards, when any child will look at the moon at night, he will have the conviction that he has the same courage and spirit within him with which his country has reached the moon".

¹²⁶ Do inglês: "More and more Soviet people will soar into the cosmos over uncharted routes, explore it, continue to solve the secrets of nature and make them serve man, his welfare, make them serve peace".

¹²⁷ Do inglês: "Our conquest of space is a magnificent landmark in the development of mankind. It is a new triumph of Lenin's ideas, a confirmation of the correctness of the Marxist-Leninist teachings."

desconhecido, do não respondido e do inacabado [que] ainda passam longe de nossa compreensão coletiva” (Kennedy, 1962, tradução minha).¹²⁸ Modi, por sua vez, o enxerga como um recurso ou, em suas palavras, um "tesouro", que permitirá também a exploração do "Mar Profundo":

Neste "Azadi Ka Amrit Kaal"¹²⁹, temos que explorar esse tesouro, realizar pesquisas sobre ele e também contar ao mundo sobre ele. A segunda responsabilidade é que nossa geração jovem deve dar novas dimensões às ciências modernas e à tecnologia moderna de hoje, desde as profundezas do oceano até as alturas do céu, desde as alturas do céu até as profundezas do espaço; há muito o que fazer por vocês. Vocês precisam explorar tanto a Terra Profunda quanto o Mar Profundo (Modi, 2023, tradução minha)¹³⁰.

Além disso, as palavras de JFK não são nada modestas. Cinquenta mil anos da história da humanidade - em sua linha do tempo, somente são considerados os "humanos modernos" da espécie *Homo sapiens* - são reduzidos em cinquenta anos para demonstrar o quão avançados eram os estadunidenses:

Nenhum homem pode compreender completamente o quão longe e o quão rápido chegamos, mas condense, se quiser, os 50.000 anos de história do homem registrados em um período de apenas meio século. Nestes termos, sabemos muito pouco sobre os primeiros 40 anos, exceto que no final deles o homem avançado havia aprendido a usar as peles dos animais para cobri-los. Então, há cerca de 10 anos, sob este padrão, o homem emergiu de suas cavernas para construir outros tipos de abrigo. Há apenas cinco anos, o homem aprendeu a escrever e a usar um carrinho com rodas. O cristianismo começou há menos de dois anos. A impressora veio este ano, e menos de dois meses atrás, durante todo este período de 50 anos de história humana, o motor a vapor forneceu uma nova fonte de energia. Newton explorou o significado da gravidade. No mês passado, luzes elétricas, telefones, automóveis e aviões ficaram disponíveis. Somente na semana passada desenvolvemos penicilina, televisão e energia nuclear, e agora, se a nova espaçonave estadunidense conseguir alcançar Vênus, teremos literalmente alcançado as estrelas antes da meia-noite de hoje. (Kennedy, 1962, tradução minha)¹³¹.

¹²⁸ Do inglês: "Despite the striking fact that most of the scientists that the world has ever known are alive and working today [...] the vast stretches of the unknown and the unanswered and the unfinished still far out-strip our collective comprehension.

¹²⁹ O termo "Amrit Kaal" tem suas raízes na astrologia védica e se refere ao momento em que se abrem os portões do máximo prazer para seres angelicais, humanos e inumanos. Seus adeptos acreditam que trata-se de um momento altamente benéfico para iniciar novos empreendimentos. Após celebrar seu 75º aniversário de independência (de 1947 a 2022), durante o *Azadi ka Amrit Mahotsab* (Festival do Néctar da Liberdade, em tradução livre), o governo da Índia declarou que os próximos vinte e cinco anos (de 2022 a 2047) serão celebrados como o "Amrit Kaal" (Mandal, 2023).

¹³⁰ Do inglês: "In this 'Azaadi Ka Amritkaal', we have to explore this treasure, conduct research on it and also tell the world about it. The second responsibility is that our young generation has to give new dimensions to today's modern sciences, modern technology, from the depths of the ocean to the heights of the sky, from the heights of the sky to the depths of space; there is a lot to do for you. You need to explore both the Deep Earth and the Deep Sea."

¹³¹ Do inglês: "No man can fully grasp how far and how fast we have come, but condense, if you will, the 50,000 years of man's recorded history in a time span of but a half century. Stated in these terms, we know very little about the first 40 years, except at the end of them advanced man had learned to use the skins of animals to cover them. Then about 10 years ago, under this standard, man emerged from his caves to construct other kinds of shelter. Only 5 years ago man learned to write and use a cart with wheels. Christianity began less than 2 years

Essa supremacia associada às sociedades localizadas no Norte Global, em especial aos EUA, se ampara na utilização de recursos discursivos que renovam as percepções do imaginário social, por meio da produção de evidências incompletas, limitadas e imparciais de que os “países desenvolvidos” estão no último patamar da evolução humana. Segundo Quijano (2000), a colonização gerou uma nova perspectiva da história na qual os europeus e, posteriormente, os Estados Unidos, iniciaram uma tradição que os localizaram como o modelo de civilização a ser seguido e/ou imposto ao resto do mundo. Mais do que “compreender o quão longe e o quão rápido” os “países desenvolvidos” chegaram, como propõe Kennedy, reflito sobre como, sob quais circunstâncias e ao custo do sangue de quais sujeitos foi concebido um mundo sustentado pela ideia de raça.

Nikita Khrushchev, por sua vez, imputou o “desenvolvimento” ao socialismo, destacando-o como o catalisador que propiciou a ascensão da “Rússia, outrora analfabeta, sobre a qual alguns se expressavam com desdém, qualificando-a como uma nação bárbara” (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹³² se desenvolvesse ao ponto de alcançar o pioneirismo na criação de espaçonaves, satélites e chegar no espaço sideral. Ao sublinhar o traço ‘internacionalista’ de seu povo, Khrushchev se distingue de JFK, afirmando que os soviéticos devem orgulhar-se da conquista, não por supor que “outros povos e países são incapazes de realizar feitos semelhantes” (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹³³, incumbindo à URSS a missão de “compartilhar generosamente seu *know-how* científico, seu conhecimento técnico e cultural com todos aqueles que estiverem dispostos a viver em paz e amizade” (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹³⁴. Apesar de esta perspectiva parecer associada a uma espécie de afirmação de superação da subalternidade imposta pelo Ocidente, a estrutura fundamental da modernidade ocidental não é objeto de questionamento. Pelo contrário, que busca-se é o alcance - já condenado - do mundo euro-americano, segue a mesma lógica dos discursos e estratégias colonizadoras.

ago. The printing press came this year, and then less than 2 months ago, during this whole 50-year span of human history, the steam engine provided a new source of power.

Newton explored the meaning of gravity. Last month electric lights and telephones and automobiles and airplanes became available. Only last week did we develop penicillin and television and nuclear power, and now if America's new spacecraft succeeds in reaching Venus, we will have literally reached the stars before midnight tonight."

¹³² Do inglês: "Within the 43 years of Soviet power, the once illiterate Russia—about which some spoke with contempt, regarding it as a barbarous country traversed an immense path".

¹³³ Do inglês: "Citizen of the Soviet Union - this has a proud ring to it [...] but it is not because we believe that other peoples and countries are incapable of similar accomplishments that we are proud".

¹³⁴ Do inglês: "Every Soviet citizen has been brought up in the spirit of socialist patriotism and, at the same time, is ready to share generously his scientific know-how, his technical and cultural knowledge with all those who are prepared to live in peace and friendship with us".

O discurso de Modi poderia ser considerado uma expressão pós-colonial ao projetar internacionalmente a imagem da Índia a partir dos olhos do colonizado, em resistência ao colonizador. Modi olha para o passado recente, cita os "séculos de escravidão" e afirma que o sucesso da missão "se torna ainda maior quando olhamos para o lugar de onde a Índia iniciou sua jornada" (Modi, 2023, tradução minha)¹³⁵. Enquanto o discurso do colonizador resume o Sul Global ao atraso, à pobreza e a inferioridade, Modi trata de uma sociedade nacionalista, altamente tecnológica e rica em termos culturais e científicos, que "resolverá os maiores problemas do mundo". No entanto, ao tentar desvencilhar a imagem do país da dicotomia colonial, resistir à homogeneidade do Norte Global e difundir narrativas alternativas, seu discurso também é carregado das mesmas ferramentas que pretende resistir. A representação do desenvolvimento, nesse sentido, é como um espelho que reflete e imagem do colonizador:

Hoje, a Índia se tornou o quarto país do mundo a tocar a superfície da Lua. Esse sucesso se torna ainda maior quando olhamos para o lugar de onde a Índia iniciou sua jornada. Houve uma época em que a Índia não tinha a tecnologia necessária e também não havia apoio. Estávamos entre os países do "Terceiro Mundo", na "Terceira Fila". De lá, hoje a Índia se tornou a quinta maior economia do mundo. **Hoje, do comércio à tecnologia, a Índia está entre os países que estão na primeira fila.** Ou seja, **nessa jornada da "Terceira Fila" para a "Primeira Fila", instituições como a nossa "ISRO" desempenharam um papel importante.** Hoje, vocês levaram o "Make in India" para a Lua (Modi, 2023, tradução e grifos meus).¹³⁶

Nos três discursos, a conexão entre a empreitada marítima conduzida pelos colonos europeus a partir do século XIV e as viagens relativamente recentes ao espaço se faz presente, entrelaçadas pelo 'espírito aventureiro', segundo FJK, pela analogia entre o cosmonauta e Colombo, conforme Khrushchev, e pela superação da 'zona escura' por Modi. Embora se difunda a narrativa de que a exploração espacial não passa de uma grandiosa aventura e, de fato, seja possível discernir algumas analogias entre a conquista marítima e a conquista espacial, nos discursos também ressoam as disputas hegemônicas entre nações, as alianças entre setores privados e estatais, o desenvolvimento da ciência ocidental e o ponto de chegada na 'linha do tempo da evolução humana'. Por conseguinte, existe um vínculo embrionário que percorre 'das caravelas aos foguetes', permeado pela dicotomia entre modernidade e colonialidade.

¹³⁵ Do inglês: "This success becomes even greater when we look at the place from where India had started its journey."

¹³⁶ Do inglês: "Today India has become the fourth country in the world to touch the surface of the moon. This success becomes even greater when we look at the place from where India had started its journey. There was a time when India did not have the required technology and there was no support either. We used to be among the 'Third World' countries, standing in the 'Third Row'. From there, today India has become the fifth largest economy in the world. Today, from trade to technology, India is among the countries standing in the first row. That is, in this journey from 'Third Row' to 'First Row', institutions like our 'ISRO' have played a major role. Today you have taken 'Make in India' to the moon."

Tanto JFK quanto Khrushchev valem-se de termos como "domínio" e "conquista". Khrushchev diz que a conquista do espaço e suas descobertas pertencem não só ao seu povo, mas a toda a humanidade, com a intenção de promover a paz e a segurança, sendo que essa conquista não levaria "ao domínio de um grupo de homens sobre outro, ao domínio de um país sobre outro país ou grupo de países, de uma nação sobre outras" (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹³⁷. No mesmo sentido, no discurso de JFK, são várias as citações sobre um novo mar a ser conquistado, mas um trecho em específico merece atenção: "o espaço pode ser explorado e dominado sem alimentar os incêndio da guerra, sem repetir os erros que o homem cometeu ao estender seu escrito por este nosso globo" (Kennedy, 1962, tradução minha)¹³⁸. Ora, será possível "explorar", "dominar" e "conquistar" - atente-se à força desses termos - um novo território, sem repetir as tantas violências coloniais? Se sim, como o fazer quando não há a pretensão de romper com as estruturas de poder que perpetuam a lógica colonial em nossas experiências sociais? Como construir mundos pacíficos a partir de uma experiência que nasce justamente do reconhecimento de um inimigo, de um Outro, que deve ser destruído em concomitância com a tomada do espaço cósmico?

3.6 Segundo sentido: o conhecimento como propulsor do progresso

Nos discursos analisados, o conhecimento é basicamente significado a partir de três aspectos: como sinônimo de inovação e desenvolvimento tecnológico; pela sua capacidade de gerar transformações sociais; e pela lógica do mercado. A ideologia que move a narrativa do conhecimento induz o imaginário social a legitimar a epistemologia dos países tidos como desenvolvidos, uma vez que os seus modelos de produção de conhecimento parecem ser eficientes e responsáveis pela riqueza (inter)nacional. Talvez nesse aspecto residem os pontos de maior distinção entre os discursos de JFK, Khrushchev e Narendra Modi. Modi recorre às epistemologias seculares do país, enquanto Khrushchev atribuiu à revolução o domínio da ciência pela classe trabalhadora e possibilidade de competir com países mais desenvolvidos técnica e economicamente, e JFK reforça o epistemicídio, a racionalidade científica eurocêntrica e o processo histórico que atribuiu sentidos de pouco valor aos saberes Orientais, já debatidos exaustivamente ao longo deste trabalho. As próprias palavras de Kennedy dizem por si:

¹³⁷ Do inglês: " It does not lead to the rule of one group of men over another, the rule of one country over another country or group of countries, one nation over others, but benefits all the people of the world".

¹³⁸ Do inglês: "[...] but I do say that space can be explored and mastered without feeding the fires of war, without repeating the mistakes that man has made in extending his writ around this globe of ours."

Dentro destes últimos 19 meses, pelo menos 45 satélites circundaram a terra. Cerca de 40 deles foram feitos nos Estados Unidos da América e eram muito mais sofisticados e forneciam muito mais conhecimento aos povos do mundo do que os da União Soviética (Kennedy, 1962, tradução minha)¹³⁹.

A narrativa mobilizada por Narendra Modi reivindica a tradição indiana no estudo do espaço sideral. Modi destaca figuras como Aryabhatta (476-550 d.C.), um dos principais astrônomos da Índia clássica, que minuciosamente descreveu a esfericidade da Terra, entre outros luminares que contribuíram para a compreensão do cosmos, como Brahmagupta (c. 598-668 d.C.), o primeiro matemático indiano a introduzir regras para calcular o zero como dígito (Alves, 2019, p. 756) e descrever a gravidade como uma força atrativa (Iyer; Srivastava, 2010), Varahamihira (505-587 d.C.), que usou um pequeno círculo para denotar o algarismo zero (Pinedo, 2004, p. 26) e Bhaskara (1114-1185), um dos principais matemáticos do século XII, cuja fórmula leva o seu nome (Celestino; Pacheco, 2012, p. 132). Um verso do tratado sânscrito que diz "algumas pessoas na Terra consideram que seu lugar é no topo. Mas, como essa Terra esférica está localizada no céu, o que poderia estar acima e abaixo dela?"¹⁴⁰, datado do século IV ao V, é citado como um exemplo de que as heranças das antigas escrituras indianas, oferecem percepções sobre a Terra e os corpos celestes, detalhando eclipses solares e lunares, bem como o domínio da nação no cálculo de distâncias e formas planetárias, que podem promover diálogos intergeracionais: "Quero que a nova geração se apresente para comprovar cientificamente as fórmulas astronômicas nas escrituras da Índia, para estudá-las novamente. Isso é importante tanto para o nosso patrimônio quanto para a ciência" (Modi, 2023, tradução minha)¹⁴¹.

Destaco, porém, que em ambos os discursos o conhecimento também é entendido por sua interdependência com o progresso científico-tecnológico. Nesse sentido, ainda que o conhecimento seja constantemente associado à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, sob a ótica decolonial, podemos supor que o padrão desenvolvimentista do sistema capitalista moderno/colonial constitui-se mais como parte do problema do que uma solução. No século XX, os Estados Unidos alcançaram expressivos níveis de crescimento econômico e avanços

¹³⁹ Do inglês: "Within these last 19 months at least 45 satellites have circled the earth. Some 40 of them were "made in the United States of America" and they were far more sophisticated and supplied far more knowledge to the people of the world than those of the Soviet Union."

¹⁴⁰ Considerando que a tradução de uma língua para outra configura em perda, destaco que a expressão original em sânscrito é "sarvatraiva mahigole svasthanam uparisthitam, manyante khe yato golas tasyakvorddham kvavapyadhah" (OP Índia, 2023), difundida em hindi como "सर्वत्रैव महीगोले, स्वस्थानम् उपरि स्थितम्। मन्यन्ते खे यतो गोलसु, तस्य क्व ऊर्ध्वम् क्व वाधः॥" (India, 2023) e traduzida pelo governo indiano para o inglês como "some people on earth consider their place to be at the top. But, this spherical earth is located in the sky, what could be above and below it?".

¹⁴¹ Do inglês: "I want the new generation to come forward to scientifically prove the astronomical formulas in the scriptures of India, to study them afresh. It is important both for our heritage and for science."

científicos e tecnológicos sem precedentes, mas mantiveram altos níveis de pobreza, fome, desigualdade, desemprego, degradação dos recursos naturais, ameaça à saúde humana e uma série de conflitos sociais¹⁴² (Azevedo, 2005). Da mesma maneira, a Índia tornou-se a quinta maior economia do mundo e ainda que sejam inegáveis os avanços científico-tecnológico indianos, segundo o relatório "novos perfis da pobreza" do Programa de Desenvolvimento da ONU (do inglês, *United Nations Development Programme* - (UNPD), os níveis de miséria, analfabetismo e desigualdade continuam assolando o país, a título de ilustração, os dados - coletados antes da pandemia de COVID-19, indicam que cerca de 16,4% da população da Índia vive na pobreza e 4,2% a pobreza severa, sendo o país tem, de longe, o maior número de pessoas pobres do mundo (228,9 milhões), seguido pela Nigéria (96,7 milhões) (UNPD, 2022, p. 20).

JFK diz, por exemplo, que “o crescimento de nossa ciência e educação será enriquecido por novos conhecimentos de nosso universo e ambiente [...] por novas ferramentas e computadores para a indústria, a medicina, o lar e a escola” (Kennedy, 1962, tradução minha)¹⁴³, semelhante ao que é dito por Modi: "o potencial do setor espacial é muito maior do que apenas lançar satélites ou explorar o espaço [...] quando o país iniciou o Swachh Bharat Abhiyan¹⁴⁴ [...] a ciência espacial ajudou muito no monitoramento de tudo isso e no seu progresso" (Modi, 2023, tradução minha)¹⁴⁵. De fato, o domínio dos recursos espaciais envolve uma série de aplicações estratégicas e cotidianas, mas essa retórica, esvaziada do sentido real das pretensões colonialistas, oculta a perpetuação e/ou replicação da opressão e da exploração dos grupos socialmente marginalizados em cada sociedade.

Para o antropólogo Arturo Escobar, o desenvolvimento é uma experiência historicamente singular, constituída sob regimes de discurso e de representação¹⁴⁶ a partir da

¹⁴² Ainda hoje, os Estados Unidos são o país mais rico do planeta e o mais desigual dentre os países ricos. A taxa de pobreza relativa dos EUA é a terceira maior entre todos os trinta países da OCDE, o que significa que muitos dos seus habitantes são excluídos das instâncias da vida social e cultural de sua sociedade. Além disso, os 10% mais pobres da população do país têm renda bem menor do que a da média dos pobres da OCDE; e a renda deste grupo nos Estados Unidos é inferior àquela dos 10% mais pobres da Grécia (Therborn, 2020).

¹⁴³ Do inglês: "The growth of our science and education will be enriched by new knowledge of our universe and environment, by new techniques of learning and mapping and observation, by new tools and computers for industry, medicine, the home as well as the school. Technical institutions, such as Rice, will reap the harvest of these gains."

¹⁴⁴ O Swachh Bharat Abhiyan, também conhecido como Campanha Clean India, é uma iniciativa de limpeza e saneamento lançada pelo governo indiano, lançada em outubro de 2014. O seu principal objetivo era fazer da Índia uma nação mais limpa e higiênica, com foco especial na eliminação da prática de defecação a céu aberto, promoção da coleta adequada de lixo, conscientização sobre a importância da higiene pessoal e a construção de instalações sanitárias em áreas rurais e urbanas (Índia, 2018).

¹⁴⁵ Do inglês: "As a result, when the country started the Swachh Bharat Abhiyan, started the construction of toilets and the campaign to build crores of houses, space science helped a lot in monitoring all this and for its progress"

¹⁴⁶ Os regimes de representação são tidos como locais de contraponto, nos quais as identidades são construídas e de onde a violência é oriunda, simbolizada e gerenciada. Um dos exemplos do encontro de regimes de

inter-relação de três eixos básicos: as formas de conhecimento, o sistema de poder que regula sua prática e as formas de subjetividade que designam desenvolvidos e subdesenvolvidos. Após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento passou a ser um projeto dirigido às regiões da Ásia, da África e da América Latina, sob condições que supostamente caracterizavam as nações economicamente mais avançadas do mundo, como a industrialização, a urbanização, a educação técnica e a adoção dos valores e princípios da modernidade/colonialidade. O que implicou no reconhecimento da diferença dos povos do “Terceiro Mundo” como reflexo do seu fracasso, o desenvolvimento, que só é possível nesses moldes (Escobar, 2020).

Isto posto, a influência neoliberal é fortemente presente nos discursos de JFK e Modi. O convite de JFK para que todos os povos caminhem rumo à uma mesma direção, em busca do conhecimento e do desenvolvimento, esconde uma presunção universalista fundada na matriz de racionalidade moderna/colonial eurocêntrica, antropocêntrica, racista e patriarcal (Grosfoguel, 2006; Quijano, 1992), que parece ter sido respaldada pela Índia como promessa de um futuro desenvolvido: "E posso lhes dizer com grande confiança que o mesmo espírito de inovação que temos fará com que o sonho de uma Índia desenvolvida se torne realidade em 2047" (Modi, 2023, tradução minha)¹⁴⁷. Assim, a narrativa desenvolvimentista não apenas naturaliza a ideia de superioridade dos valores ocidentais, sustentando e legitimando a expansão, a dominação e a imposição de valores sobre os povos “subdesenvolvidos”, como conclama o setor industrial a assumir o pioneirismo nas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

E finalmente, o próprio esforço espacial, ainda em sua infância, já criou um grande número de novas empresas, e dezenas de milhares de novos empregos. O espaço e indústrias relacionadas estão gerando novas demandas em investimentos e pessoal qualificado, e esta cidade e este estado, e esta região, irão compartilhar muito deste crescimento. O que antes era o posto mais distante na antiga fronteira do Ocidente será o posto mais distante na nova fronteira da ciência e do espaço (Kennedy, 1962, tradução minha)¹⁴⁸.

Atualmente, grandes especialistas afirmam que, nos próximos anos, o setor espacial da Índia aumentará de US\$8 bilhões para US\$16 bilhões. Percebendo a seriedade desse assunto, o governo está continuamente realizando reformas no setor espacial.

representação, pode ser visto no encontro colonial e no próprio surgimento do desenvolvimento com suas formas específicas de violência moderna, no final dos anos 40 (Escobar, 2020).

¹⁴⁷ Do inglês: "And I can tell you with great confidence that the same spirit of innovation that we have, will make the dream of a developed India come true in 2047."

¹⁴⁸ Do inglês: "And finally, the space effort itself, while still in its infancy, has already created a great number of new companies, and tens of thousands of new jobs. Space and related industries are generating new demands in investment and skilled personnel, and this city and this State, and this region, will share greatly in this growth. What was once the furthest outpost on the old frontier of the West will be the furthest outpost on the new frontier of science and space."

Nossos jovens também estão se preparando. Você ficará agradavelmente surpreso ao saber que, nos últimos quatro anos, o número de startups que trabalham no setor espacial aumentou de 4 para cerca de 150. Podemos imaginar as infinitas possibilidades que aguardam a Índia nos céus infinitos (Modi, 2023, tradução minha)¹⁴⁹.

Ainda que não dito com palavras, a justificativa de “gerar novos empregos” parece ter o tom de uma “política compensatória” que se propõe a reparar algumas discrepâncias sociais, sem propor modificações profundas no modelo de organização social que produz as desigualdades combatidas. Ainda, a menção à formação de sujeitos qualificados unicamente projetados para a produção de conhecimentos voltados para a busca de avanços tecnológicos, está intimamente ligado aos condicionantes da colonialidade do ser, e legitima o modelo eurocêntrico de produção de conhecimento e as experiências sociais que produzem. A nível externo, esses padrões difundidos pelos EUA, enquanto herdeiros do eurocentrismo, produzem condições de subordinação à divisão mundial do trabalho, respaldadas pelas políticas indianas.

Isto posto, segundo a instituição *National Security Archive* (DNSA, 2021), na véspera do lançamento da *Vostok 1*, em 11 de abril de 1961, enquanto estava enquanto estava no resort de Pitsunda, Nikita Khrushchev ditou o que deveria ser escrito na mensagem que informaria o sucesso da missão. Khrushchev acreditava que o voo de Gagarin era uma oportunidade de demonstrar ao mundo que "tendo tomado o poder em suas mãos, o trabalhador que se alfabetizou, que adquiriu conhecimento e dominou a ciência [...] e alcançou tais alturas que o país pôde vencer todos os países do mundo e foi o primeiro a ir ao espaço e o ser humano voltou" (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹⁵⁰. O documento oficial rememora a Revolução

¹⁴⁹ Do inglês: "Today, great experts are saying that in the next few years, India's space industry will increase from \$8 billion to \$16 billion. Realizing the seriousness of this matter, the government is continuously carrying out reforms in the space sector. Our youngsters are also gearing up. You will be pleasantly surprised to know that in the last four years the number of startups working in the space sector has increased from 4 to around 150. We can imagine the endless possibilities waiting for India in the endless skies."

¹⁵⁰ Do inglês: "And now we are demonstrating to the whole world that, having taken power into his hands, the worker who became literate, who gained knowledge, and mastered science, did not only master it in order to preserve it at the same level at which it was before, but he also developed, advanced the science and achieved such heights that our country could beat every country in the world and was the first to break into space and the human came back."

de Outubro¹⁵¹, celebra a classe trabalhadora, o campesinato soviético e a intelectualidade soviética e se assemelha bastante aos seus pensamentos:

Quando, em outubro de 1917, a classe trabalhadora tomou o poder em suas próprias mãos, muitas pessoas, mesmo as honestas, duvidaram que ela fosse capaz de governar o país e de manter até mesmo o nível econômico, científico e técnico alcançado naquela época.

E agora nossa classe trabalhadora, os agricultores coletivos soviéticos e os intelectuais soviéticos - todo o povo soviético - estão mostrando ao mundo inteiro uma vitória sem precedentes da ciência e da tecnologia. Nosso país superou todos os outros países do mundo e foi o primeiro a desbravar o espaço (USSR, 1961, tradução minha)¹⁵².

A partir desse ponto, duas ressalvas ao discurso de Khrushchev podem ser feitas, a primeira sobre o mito de que "a classe trabalhadora tomou o poder em suas próprias mãos"¹⁵³ e a segunda, ao papel atribuído ao conhecimento. Mervyn Matthews (2013) revisita o programa de entrevistas pessoais entre grupos de emigrantes e as fontes históricas legais originais da União Soviética para analisar os "privilégios" e os estilos de vida de sua elite. De maneira geral, o autor argumenta que ao chegar ao poder objetivando destruir a ordem burguesa e criar uma sociedade igualitária, foi criado um amplo sistema de privilégios para uma elite de políticos, intelectuais, especialistas e militares, sob a tutela dos bolcheviques, que tinha pouco em comum com o credo marxista. Privilégios esses que vão desde uma série de acesso exclusivo a bens e serviços, como o recebimento de "décimo terceiro" (*thirteenth*

¹⁵¹ Os eventos que levaram à Revolução de Outubro foram precedidos pela Revolução Russa de 1917, que resultou na abdicação do czar Nicolau II e na formação de um governo provisório. Também conhecida como Revolução Bolchevique, a Revolução de Outubro foi um evento político que ocorreu na Rússia em outubro de 1917 - de acordo com o calendário juliano ou novembro de 1917 no calendário gregoriano -, sendo um dos marcos fundamentais que levaram à formação da União Soviética. Liderada pelo Partido Bolchevique, sob o comando de Vladimir Lenin, resultou na tomada do Palácio de Inverno em Petrogrado (atual São Petersburgo). Os bolcheviques, um grupo político radical de orientação socialista, buscavam a instauração de um governo socialista baseado nos princípios do marxismo. Entre 1918 e 1922, ocorreu a Guerra Civil Russa, onde diferentes grupos políticos lutaram pelo controle do país. A vitória dos bolcheviques levou à criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922, com Lenin se tornando o líder do novo Estado socialista. (Trotsky, 1932)

¹⁵² Do inglês: "When in October 1917 the working class took power into its own hands, many people, even honest ones, doubted that it would be capable of governing the country and of maintaining even the economic, scientific and technical level reached at that time. And now our working class, Soviet collective farmers and Soviet intellectuals—the entire Soviet people—are showing the whole world an unprecedented victory of science and technology. Our country has surpassed all the other states in the world and has been first to blaze the trail into space."

¹⁵³ Rememoro as palavras de Pepetela (1982), que, ao abordar os conflitos vividos por um grupo de guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em uma base militar situada na floresta do Mayombe, na época da guerra de libertação nacional, fez algumas considerações sobre os papéis dos intelectuais na revolução, atribuída ao personagem Sem Medo, o Comandante: "Porque é demagogia dizer que o proletariado tomará o poder. Quem toma o poder é um pequeno grupo de homens, na melhor das hipóteses, representando o proletariado ou querendo representá-lo. A mentira começa quando se diz que o proletariado tomou o poder. Para fazer parte da equipe dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. O proletariado que a isso acede passou muitos anos ou na organização ou estudando. Deixa de ser proletário, é um intelectual. Mas nós todos temos medo de chamar as coisas pelo seu nome" (Pepetela, 1982, p.123).

month payment), melhores condições de moradia e propriedade de imóveis, acesso médico exclusivo, transporte privado, facilidades culturais e educacionais, financiamento de férias e viagens internacionais, "troca de favores" (*blat*) (Matthews, 2013, pp. 39-63), incorporados à lei e apoiado por instituições administrativas (Matthews, 2013, pp. 78-102).

Mesmo durante a era Stalin e seus sucessores - Khrushchov e Brejnev -, a despeito de suas particularidades, tais privilégios se mantiveram para a classe de cientistas, artistas e tecnólogos homenageados, pesquisadores científicos registrados e escritores de alto nível, com pouquíssima - salvo raras exceções - possibilidade de mobilidade social. Nas palavras de Matthews, "após mais de sessenta anos de engenharia social declaradamente igualitária, a sociedade soviética ainda pode ter um hiato entre os níveis médio e de elite, não muito diferente daquele observado na primeira terra capitalista do mundo" (Matthews, 2013, p. 370, tradução minha)¹⁵⁴. Deste modo, a conquista espacial, que Khrushchev atribui à alfabetização dos trabalhadores soviéticos, foi, quando muito, uma conquista arregimentada por uma elite intelectual privilegiada, investida de prerrogativas decisórias e indica a existência de estruturas de poder e desigualdades sociais que desafiavam diretamente os ideais de igualdade e justiça social promovidos pelo marxismo.

Se a colonialidade global compartilha uma marca de nascença na retórica da modernidade (a missão do progresso, do desenvolvimento, da civilização etc.) tantos nos discursos modernos/coloniais/capitalistas quanto nos socialistas/comunistas/pós-comunistas - ainda que este tente se opor àquele - e atuam para justificar a colonialidade contínua do tempo e do espaço (Tlostanova, p. 132), aqui o conhecimento é hierarquizado, embora apresentado como uma ferramenta de capacitação para as massas, aparenta ter sido instrumentalizado e monopolizado por uma elite, sob a retórica do progresso e desenvolvimento muitas vezes incorpora a ideia de educação e conhecimento como instrumentos-chave.

Por fim, resquícios da colonialidade do poder, do ser e do saber estão implícitas no sentido do conhecimento responsável, uma vez que preenchido de sentidos relativos e mercadológicos, os atributos elitistas, segregadores e excludentes da colonialidade. Desse modo, as noções de hierarquização, classificação e estratificação social são camufladas por promessas baseadas na melhoria da qualidade de vida e garantidas pelo desenvolvimento tecnológico, que sequer podem ser previstas, como admite JFK, ao afirmar que gastos com o espaço iriam aumentar: "pois demos a este programa uma alta prioridade nacional - embora eu

¹⁵⁴ Do inglês: "After more than sixty years of avowedly egalitarian social engineering Soviet society may still have a hiatus between average and elite levels, not greatly unlike that observable in the world's first capitalist land."

perceba que isto é, em certa medida, um ato de fé e intuição, pois não sabemos quais benefícios nos aguardam” (Kennedy, 1962, tradução minha)¹⁵⁵.

3.7 Terceiro sentido: a força e a farsa da paz

Talvez a dualidade entre força e da farsa da paz presente no discurso de Kennedy possa ser bem traduzida pelo poema de Rudyard Kipling, "*The White Man's Burden*", "*O Fardo do Homem Branco*", publicado em 1899, no qual o romancista convida os Estados Unidos a assumirem o "fardo" do império, à semelhança da Grã-Bretanha e de outras nações européias:

*"Assuma o Fardo do Homem Branco
Com paciência para resistir
Para ocultar a ameaça do terror
E impedir demonstrações de orgulho;
Faça um discurso direto e simples,
Explicado uma centena de vezes
Para extrair o lucro
E trabalhar com o ganho de outros"*
(8-16)¹⁵⁶

Desde o seu embrião, a exploração espacial foi utilizada para a projeção de poder civil e militar. Ainda assim, no discurso de JFK a "pacificação" do cosmos é uma promessa recorrente, o que me instiga a subentender que a narrativa em torno da paz não passa de um recurso para abrir lacunas e permitir que as potências espaciais aumentem cada vez o controle do espaço. Nas palavras de Kennedy, "os olhos do mundo agora olham para o espaço, para a lua e para os planetas além, e nós juramos que não o veremos governado por uma bandeira

¹⁵⁵ Do inglês: "Space expenditures will soon rise some more from 40 cents per person per week to more than 50 cents a week for every man, woman, and child in the United States, for we have given this program a high national priority even though I realize that this is in some measure an act of faith and vision, for we do not now know what benefits await us."

¹⁵⁶ Do inglês: "Take up the White Man's burden / In patience to abide, / To veil the threat of terror / And check the show of pride; / By open speech and simple, / An hundred times made plain, / To seek another's profit / And work another's gain"

hostil de conquista, mas por uma bandeira de liberdade e paz” (Kennedy, 1962, tradução minha)¹⁵⁷.

As juras presidenciais de paz mundial parecem tratarem-se apenas de um recurso discursivo. A partir da metade do século XX, teorias sobre uma possível estabilidade hegemônica foram disseminadas por autores clássicos das RIs. O cientista social estadunidense, Charles Kindleberger, acreditava que a economia liberal necessitava de um poder dominante para garantir a hegemonia mundial (Kindleberger, 1973, p. 304). Por sua vez, Robert Gilpin destacou a importância das dinâmicas de poder e da capacidade das potências dominantes moldarem as instituições econômicas globais de acordo com seus interesses (Gilpin, 1987, p. 365). Algum tempo depois, Raymond Aron, por exemplo, passou a defender que a possibilidade de uma paz mundial só seria possível se a humanidade aceitasse um Estado Universal (Aron, 2002, p. 53).

Dito isto, me chama atenção, no discurso de Kennedy, que a condição imposta para a possível manutenção de uma “paz cósmica” era a posição de liderança mundial dos Estados Unidos:

No entanto, os votos desta Nação só poderão ser cumpridos se nós, nesta Nação, estivermos em primeiro lugar e, portanto, pretendemos ser os primeiros. Em resumo, nossa liderança na ciência e na indústria, nossas esperanças de paz e segurança, nossas obrigações para conosco e para com os outros, exigem que façamos este esforço, que resolvamos estes mistérios, que os resolvamos para o bem de todos os homens, e que nos tornemos a nação líder mundial em exploração espacial.

[...]

Pois a ciência espacial, como a ciência nuclear e toda a tecnologia, não tem consciência própria. Se ela se tornará uma força do bem ou do mal depende do homem, e somente se os Estados Unidos ocuparem uma posição de preeminência, poderemos ajudar a decidir se este novo oceano será um mar de paz ou um novo teatro de guerra aterrorizante (Kennedy, 1962, tradução minha).¹⁵⁸

Apesar de implícito, para mim, fica evidente neste trecho a afirmação de Edward Said (1990, p. 232) de que a suposta liderança amistosa do Homem Branco encobre a sua

¹⁵⁷ Do inglês: For the eyes of the world now look into space, to the moon and to the planets beyond, and we have vowed that we shall not see it governed by a hostile flag of conquest, but by a banner of freedom and peace. We have vowed that we shall not see space filled with weapons of mass destruction, but with instruments of knowledge and understanding.

¹⁵⁸ Do inglês: "Yet the vows of this Nation can only be fulfilled if we in this Nation are first, and, therefore, we intend to be first. In short, our leadership in science and in industry, our hopes for peace and security, our obligations to ourselves as well as others, all require us to make this effort, to solve these mysteries, to solve them for the good of all men, and to become the world's leading space-faring nation.

For space science, like nuclear science and all technology, has no conscience of its own. Whether it will become a force for good or ill depends on man, and only if the United States occupies a position of pre-eminence can we help decide whether this new ocean will be a sea of peace or a new terrifying theater of war. I do not say that we should or will go unprotected against the hostile misuse of space any more than we go unprotected against the hostile use of land or sea, but I do say that space can be explored and mastered without feeding the fires of war, without repeating the mistakes that man has made in extending his writ around this globe of ours."

disposição de usar a força caso seus desejos não sejam atendidos. Neste mesmo sentido, como salientou Enrique Dussel (2005), o desenvolvimentismo é uma falácia moderna/colonial que vale-se da “guerra justa” para exercer a violência contra aqueles opõe-se ao processo civilizador. O protagonismo dos Estados Unidos é dado como a condição básica para que o cosmos não torne-se um "teatro de guerra aterrorizante” justamente porque narrativa orientalista só se faz possível a partir da criação do Outro de Edward Said (1990), do “Alien”, de um inimigo que produza medo e insegurança. Para as narrativas, pouco importam as guerras conduzidas pelos Estados Unidos contra o diferente, uma vez que elas são dissociadas de sua natureza bélica, sendo habilmente comercializadas como símbolos de esperança, paz e segurança, em oposição ao inimigo representado pelo Oriente, em especial, no período da Guerra Fria, à União Soviética.

Uma lógica semelhante aplica-se à narrativa de Nikita Khrushchev. Em suas notas transcritas, Khrushchev deixou explícito o seu pensamento de valer-se da publicidade em torno da missão como uma forma de iniciar discussões sobre o desarmamento:

Portanto, mais uma vez, estamos estendendo nossa mão a todos os países do mundo, a todos os governos do mundo, independentemente das estruturas sociais e políticas desses países, independentemente da cor da pele, da fé e de outras coisas, temos que fazer com que todo o nosso conhecimento, recursos materiais e intelectuais sirvam à humanidade e, por essa razão, temos que garantir a paz no mundo. E, em primeiro lugar, para garantir essa paz, temos que chegar ao entendimento de que, para garantir a paz, precisamos interromper a corrida armamentista e, confiando na razão, encontrar a força e a coragem para chegar a um acordo sobre o desarmamento universal sob a mais rigorosa supervisão internacional (Khrushchev, 1961, tradução minha)¹⁵⁹.

No discurso oficial, Khrushchev destacou os avanços da ciência e tecnologia, sublinhando a necessidade premente de medidas voltadas para o desarmamento global. Ele enfatizou que a busca por uma "paz duradoura" entre as nações deveria ser conduzida mediante um controle internacional rigoroso. Ao dirigir-se a todos os governos do mundo, o líder soviético expressou o orgulho de seu povo por ser pioneiro na exploração espacial, comprometendo-se a utilizar essas conquistas para o bem comum da humanidade, afastando

¹⁵⁹ Do inglês: "And in order to promote the successful advancement of humanity in conquering science and in meeting the material and intellectual needs of humankind, we have to secure peace in the first place. Therefore once again we are extending our hand to all the countries of the world, all governments of the world irrespective of the social and political structures of these countries, irrespective of the skin color, faith, and other things, we have to make all our knowledge, material and intellectual resources serve humanity, and for that reason we have to ensure peace in the world. And in the first place, in order to ensure this peace, we have to come to the understanding that, in order to ensure peace, we need to stop the arms race and, by relying on reason, to find the strength and courage to achieve an agreement on universal disarmament under the strictest international oversight.

qualquer intenção militar. Afirmou ainda que as realizações espaciais não eram exclusivas de seu povo, mas representavam conquistas universais, ressaltou o compromisso contínuo de explorar o cosmos para desvendar os segredos da natureza, assegurando que essas descobertas fossem empregadas em prol da paz e reforçou a mensagem, destacando a recusa do povo soviético em utilizar os foguetes para transportar cargas letais.

No discurso oficial, Khrushchev destacou os avanços da ciência e tecnologia, sublinhando a necessidade premente de medidas voltadas para o desarmamento global. Ele enfatizou que a busca por uma "paz duradoura" entre as nações deveria ser conduzida mediante um controle internacional rigoroso e, ao dirigir-se a todos os governos do mundo, o líder soviético expressou o orgulho de seu povo por ser pioneiro na exploração espacial, comprometendo-se a utilizar essas conquistas para o bem comum da humanidade, afastando qualquer intenção militar. Ademais, Khrushchev afirmou que as realizações espaciais não eram exclusivas de seu povo, mas representavam conquistas universais, ressaltou o compromisso contínuo de explorar o cosmos para desvendar os segredos da natureza, assegurando que essas descobertas fossem empregadas em prol da paz e reforçou a mensagem, destacando a recusa do povo soviético em utilizar os foguetes para transportar cargas letais.

Embora a URSS tenha consistentemente defendido a desmilitarização do espaço nos fóruns internacionais, são múltiplos os fatos ocultos em seu discurso que nos permitem entender que a "paz" proposta é, sobretudo, um artifício retórico que divergia substancialmente das práticas reais da União Soviética no domínio espacial. O mais evidente deles é o fato de que apesar do programa espacial soviético liderado por Khrushchev ter sido marcado por conquistas científicas e propagandísticas, durante o seu mandato, por exemplo, a URSS desenvolveu o primeiro protótipo de um ASAT do mundo, o *Polyot-1*, utilizado para reconhecimento militar (Whelan, 1968) e todos os cosmonautas lançados ao espaço possuíam patente militar, embora retratados como civis (Gerovitch, 2015, p. 11).

Terry Martin (2001), argumenta que a URSS afirmou a unidade da humanidade, sendo o primeiro dos estados multiétnicos da Europa a enfrentar a crescente onda de nacionalismo, promovendo sistematicamente a consciência nacional de suas minorias étnicas e estabelecendo os programas de "ação afirmativa" em massa do mundo (Martin, 2001, pp. 15-20). No entanto, por mais que política de nacionalidades da URSS tenha sido formulada como uma medida descolonizadora e aparente romper com a divisão da humanidade em categorias arbitrárias, essencializadas e hierárquicas, essas categorias não foram rejeitadas. Em vez disso, o domínio real dos discursos raciais foi mascarado por uma configuração

étnica, religiosa e cultural que preservou a dicotomia leste/oeste do colonialismo (Martin, 2001, pp. 126-129), principalmente a partir da ameaça percebida à unidade soviética na década de 1930 por Stalin, que respondeu restabelecendo os russos como a principal nacionalidade do estado e deportando várias "nações inimigas" (Martin, 2001, p. 76). Nesse mesmo sentido, segundo Tlostanova (p. 135), a literatura russa do século XIX demonstra que o "Império Soviético" não era essencialmente diferente do Império Czarista e ao passo em que a URSS/Rússia foi subjugada a sentir-se uma colônia na presença do Ocidente, passou a compensar o seu complexo de inferioridade nas colônias não ocidentais projetando a imagem do colonizador russo/soviético como um verdadeiro europeu e um campeão da civilização, da modernidade e do socialismo (Tlostanova, p. 135).

Assim, a colonialidade oculta, porém onipresente, se manifestou principalmente nas esferas do ser e do saber e a URSS se apropriou e replicou os aspectos básicos dos impérios ocidentais da modernidade em suas coloniais, projetando-os na diferença colonial russa, gerando formas mutantes dos principais vícios da modernidade, como uma espécie de eurocentrismo e racismo secundário (Tlostanova, 2012). Nesses termos, quando Khrushchev serviu como comissário de defesa da União Soviética, esteve diretamente envolvido na decisão de Joseph Stalin de reprimir minorias étnicas e grupos considerados indesejados pelo regime, como a deportação de toda a população de tártaros da Crimeia, sob a alegação de que estavam contribuindo com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (Straw, 2017) e, ainda que suas palavras acolham todos os povos, "independentemente da cor da pele, da fé e de outras coisas", a criminalização da homossexualidade estava em vigor e foi reforçada durante o seu governo, sob o amparo do artigo 121 no Código Penal, que criminalizava "atos sexuais voluntários entre homens" (Alexander, 2018). Além disso, o governo de Khrushchev foi marcado pela repressão aos opositores políticos e intelectuais, com muitos sendo presos, perseguidos ou enviados para campos de trabalho forçado (Cox, 1976) e o Exército Soviético foi enviado para reprimir o levante popular na Hungria em 1956, resultando em milhares de mortes (Fry; Rice, 1983).

Deste mesmo modo, se as narrativas podem analisadas a partir de seus silenciamentos, daquilo que está posto e é compreendido nas entrelinhas, mesmo que não dito, a saudação final de Narendra Modi também nos diz muito sobre o sentido da força e a farsa da paz:

"Bharat Mata Ki Jai,

Bharat Mata Ki Jai

Bharat Mata Ki Jai"¹⁶⁰

Em que pesem as múltiplas interpretações dos papéis da "resistência passiva" de Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru para a libertação da Índia do domínio britânico, na passagem livro *Discovery of India*, Nehru (1946), comenta sobre a expressão *Bharat Mata Ki Jai*:

Às vezes, quando eu chegava a uma reunião, um grande barulho de boas-vindas me saudava: Bharat Mata ki Jai - "Vitória para a Mãe Índia". Eu lhes perguntava inesperadamente quem era essa Bharat Mata, a Mãe Índia, cuja vitória eles queriam? Quando finalmente um vigoroso Jat, ligado ao solo por gerações imemoriais, disse que era a dharti, a boa terra da Índia, que eles se referiam. Que terra? O pedaço de terra de sua aldeia em particular, ou todos os pedaços de terra do distrito ou da província, ou de toda a Índia? E assim as perguntas e respostas continuavam, até que eles me pediam impacientemente que lhes contasse tudo sobre o assunto. Eu me esforçava para fazê-lo e explicava que a Índia era tudo isso que eles pensavam, mas era muito mais. As montanhas e os rios, as florestas e os amplos campos que nos davam comida eram muito queridos para nós, mas o que contava muito eram as pessoas da Índia, pessoas como eles e eu, que estavam espalhadas por toda essa vasta terra. Bharat Mata, a Mãe Índia, era essencialmente essas milhões de pessoas, e a vitória para ela significava a vitória para essas pessoas. Vocês são parte dessa Bharat Mata, disseram a eles, vocês são membros da própria Bharat Mata e, à medida que essa ideia se infiltrava lentamente em seus pensamentos, seus olhos se iluminavam como se tivessem feito uma grande descoberta (Nehru, 1946, pp. 60-61, tradução minha).¹⁶¹

Note que, nessa passagem, Nehru explora a ideia de nacionalismo e identidade nacional em um período em que a Índia buscava sua independência do domínio colonial britânico, em um esforço no sentido de fazer com que tanto a terra física quanto a comunidade milhões de pessoas compartilhavam-na fossem compreendidas como uma única nação. Ou seja, para Nehru, a verdadeira essência de *Bharat Mata* não estava apenas na geografia, mas, mais significativamente, nas pessoas que compunham a nação. *Bharat Mata*, nesse sentido,

¹⁶⁰ Em português, "Vitória para a Mãe Índia", a partir do inglês, "Victory to Mother India" (Nehru, 1946, p. 60)

¹⁶¹ Do inglês: "Sometimes as I reached a gathering, a great roar of welcome would greet me: Bharat Mata ki Jai—"Victory to Mother India." I would ask them unexpectedly who was this Bharat Mata, Mother India, whose victory they wanted? . . . At last, a vigorous Jat, wedded to the soil from immemorial generations, would say that it was the dharti, the good earth of India, that they meant. What earth? Their particular village patch, or all the patches in the district or province, or in the whole of India? And so question and answer went on, till they would ask me impatiently to tell them all about it. I would endeavor to do so and explain that India was all this that they had thought, but it was much more. The mountains and the rivers, and the forests and the broad fields, which gave us food, were all dear to us, but what counted ultimately were the people of India, people like them and me, who were spread out all over this vast land. Bharat Mata, Mother India, was essentially these millions of people, and victory to her meant victory to these people. You are parts of this Bharat Mata, I told them, you are in a manner yourselves Bharat Mata, and as this idea slowly soaked into their brains, their eyes would light up as if they had made a great discovery."

seria a Índia, e a Índia seria *Bharat Mata*. O termo "*Bharat*" tem origem sânscrita, com forte ligação ao Hinduísmo, se referindo ao território suprarregional e subcontinental onde prevalece o sistema bramânico de sociedade, tendo sido utilizado para se referir ao que o Ocidente chamou de Índia¹⁶² (Clémentin-Ojha, 2014).

Apesar dos esforços de conciliação, há de se dizer que "*Bharat Mata Ki Jai*" é, em sua essência, uma invocação das crenças fundamentais da organização nacionalista *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Associação de Voluntários Nacionais - RSS, na sigla em Hindi). Essa organização preconiza a ideia do "*Hindu Rashtra*", uma nação hindu onde os princípios do hinduísmo desempenham um papel central na governança e na identidade nacional, o que exclui múltiplas minorias (Hassan, 2017, pp. 37-38). Muitos indianos muçulmanos e cristãos consideram a saudação incompatível com seus princípios, pois ela implica um endeusamento da nação e uma interpretação específica de "Mãe Índia" que não ressoa com os seus princípios (Chishti, 2017).¹⁶³

Desde a eleição de Narendra Modi, em 2014, o primeiro-ministro tem desempenhado um papel significativo na ascensão do fundamentalismo hindu (ou *Hindutva*)¹⁶⁴. Entusiasta da RSS, Modi adota uma perspectiva específica do *Dharma*, buscando nacionalizar as "formas

¹⁶² Quando a obra de Nehru foi publicada, em 1946, a denominação do país podia ser encontrada como Índia, Bharat ou Hindustão. Ao longo do tempo, o nome Índia gradualmente substituiu Bharat, e o país passou oficialmente a ser chamado de "República da Índia" após a independência do domínio britânico em 1947. O termo "Bharat" foi incorporado à Constituição Indiana como uma das designações oficiais do país, coexistindo com "Índia". Essa dualidade de nomes reflete a herança cultural e histórica da Índia, assim como a influência do colonialismo britânico (Clémentin-Ojha, 2014). Em setembro de 2023, o governo do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, emitiu um convite oficial para um evento da Cúpula do G20, com o uso do nome "Bharat". Apesar do ato poder ser visto como resistência à opressão colonial, a escolha gerou estranheza na mídia internacional e em parte da população indiana. Isto porque há argumentos de que o termo "Bharat" é promovido por fundamentalistas como uma maneira de reivindicar o território para os hindus, valendo-se do pretexto anticolonial (Skaria, 2002).

¹⁶³ Para ilustrar a controvérsia, em fevereiro de 2016, o apresentador do India News confrontou dois convidados, Kanhaiya Kumar, chefe da União dos Estudantes da Universidade Jawaharlal Nehru, e o professor Dinesh Varshney, líder do Partido Comunista da Índia, exigindo, aos gritos, que recitassem o slogan. No mesmo ano, três jovens muçulmanos, Dikash, Ajmal e Naeem, foram agredidos por um grupo de homens em um parque na área de Begumpur, em Delhi, por se recusarem a dizer "*Bharat Mata Ki Jai*". O político Waris Yusuf Pathan foi suspenso da assembleia estadual de Maharashtra por se recusar a repetir as palavras (Kumar, 2016), enquanto o empresário e professor de ioga, Baba Ramdev, defendeu uma lei que obrigasse todos os indianos a dizer "*Bharat Mata ki Jai*". Ele chegou a afirmar que, se não fosse ilegal, teria decapitado milhares de pessoas que não o fizessem, referindo-se especificamente aos muçulmanos que se recusam a repetir a expressão (Bhatia, 2016).

¹⁶⁴ De acordo com a pesquisa de 2019 sobre as dinâmicas eleitorais na Índia, mais de um quarto dos entrevistados (28%) concordou com a afirmação de que "a Índia pertence somente aos hindus", sendo que o sentimento estava fortemente relacionado a temas como nacionalismo, segurança nacional e terrorismo. Ainda segundo a pesquisa, durante os cinco anos do governo Modi, houve uma ênfase crescente em questões de segurança nacional, e vozes discordantes do governo eram rotuladas como antinacionais. O ataque terrorista em Pulwama e a resposta subsequente em Balakot foram explorados pela equipe de Modi para intensificar o fervor nacionalista durante a campanha eleitoral, impactando notavelmente as preferências de voto. Quase 90% dos entrevistados estavam cientes dos ataques, sendo que mais de 60% desses votaram no partido nacionalista *Bharatiya Janata Party* (Partido do Povo Indiano - BJP), enquanto o Indian National Congress (INC) obteve mais apoio entre aqueles que não tinham conhecimento do incidente (Shastri, S.; Kumar, A.; Sisodia, Y., 2019, p. 140).

corretas" de comportamento, economia e estrutura social. Embora, em seu discurso, destaque o "bem-estar da humanidade", demonstre comprometimento com "o poder das mulheres" e fale sobre o "orgulho dos compatriotas", sua saudação final parece se aproximar de iniciativas que buscam a homogeneização da sociedade indiana a qual não reconhece nem valoriza a pluralidade cultural e religiosa do país. Há de se considerar, também, a influência do cristianismo na tradição governamental dos EUA. JFK, por exemplo, nega veementemente a existência de qualquer preconceito ou conflito nacional no espaço exterior e, em um ato de fé, promete que o país conduziria a humanidade na "maior e mais perigosa aventura em que o homem já embarcou", com "a benção de Deus" (Kennedy, 1962, tradução minha)¹⁶⁵.

Por fim, o problema da diferença é o que centraliza, resume e encerra a reflexão pretendida. Ao desenvolverem seu argumento central a partir da questão do "outro", da qual fala Tzvetan Todorov (1983), David Blaney e Naeem Inayatullah (2014) postulam que, nas zonas de contato dos (des)encontros coloniais, a diferença foi transformada em inferioridade e possibilitou a construção de uma humanidade comum calcada na assimilação. Dessa forma, os discursos em torno da estabilidade, da segurança e da ordem generalizam o problema da diferença por meio de uma separação entre inside/outside, que delimita, constrói e é construída a partir de Outros, tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais. O projeto de construção da identidade ocidental está diretamente relacionado com a operacionalização da superioridade do Ocidente a partir da idealização da modernidade/civilidade frente a um "outro" atrasado e selvagem, e as respostas tendem a ser traduzidas por um duplo movimento: a separação entre *Self* e o outro para congelar as diferenças imputadas e, então, permitir a exclusão.

Ao analisar os discursos de JFK, Khrushchev e Modi, sob estes termos, torna-se evidente que um paradigma civilizacional de matriz ocidental não apenas é intrínseco ao discurso dos EUA, como também serve de máscara/espelho, ainda que sob a proteção do discurso não-ocidental. Inicialmente, pelo duplo movimento do qual fala Frantz Fanon (1968, pp. 36-38), que envolve a redescoberta e reafirmação da identidade cultural, histórica e política por parte dos povos colonizados/condenados e, ao mesmo tempo, pela tendência de adoção dos elementos da cultura e da sociedade colonizadoras, impulsionados pelo ímpeto de superar a marginalização, assimilando aspectos da cultura dominante. Os atores políticos da Índia e da URSS não apenas legitimam/legitimaram os discursos hegemônicos que

¹⁶⁵ Do inglês: "Well, space is there, and we're going to climb it, and the moon and the planets are there, and new hopes for knowledge and peace are there. And, therefore, as we set sail we ask God's blessing on the most hazardous and dangerous and greatest adventure on which man has ever embarked."

compactuam com a manutenção de narrativas orientalistas e bucam/buscaram se aproximar da "civildade" ocidental, como os mesmos processos de violência são mimetizados em seus Outros internos. Nestes, reside o vislumbre de operacionalizar uma suposta superioridade diante da humilhação imposta pela colonialidade global. O que se destaca nesse processo, sobretudo, é a reiteração da prática colonial espelhada no *Self*, neste caso específico, representado pelos EUA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se ao leitor ficou subentendido que busquei, nesta dissertação, enquadrar sujeitos e Estados a uma lógica maniqueísta, pondero que este não foi e não deve - ou não deveria - ser o objetivo pretendido por quem escolhe pesquisar e escrever a partir do pós-colonialismo e/ou da decolonialidade. Embora me pareça impossível negar que as páginas precedentes estejam marcadas pela denúncia das múltiplas entranhas da colonialidade global e por um ato de rebeldia e insubmissão ao projeto epistêmico ocidental, que, nos termos de Mignolo (2008), poderia chamar de "desobediência epistêmica", o que marca a abordagem adotada é, sobretudo, uma tentativa de evidenciar a pluralidade de seres e saberes que coabitam em muitos mundos.

Sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o *desencadeamento epistêmico* e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Não seremos capazes de ultrapassar os limites do Marxismo, os limites do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin. Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a coexistência do conceito descolonial não será tomado como "deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida". Tenho a impressão de que os intelectuais da pós-modernidade e os com tendências marxistas tomam como ofensa quando o autor mencionado acima, e outros semelhantes, não são venerados como os religiosos o fazem com os textos sagrados. Eis exatamente por que estou argumentando aqui a favor da opção descolonial como desobediência epistêmica (Mignolo, 2008, pp. 288-289).

Com essa consciência, em um esforço de reorientar as narrativas das Relações Internacionais sobre a Astropolítica, não busquei deslegitimar os trabalhos de autores que entendo mais tradicionais. Pelo contrário, alguns elementos de suas reflexões corroboram para responder à pergunta suscitada inicialmente: "a Astropolítica perpetrou regimes de saber/poder com base em um modelo civilizacional ocidental que foi assimilado por atores que, tradicionalmente, ocupam uma posição não-ocidental na geopolítica global?". Há de se considerar, por exemplo, que a "conquista do espaço" já nasceu militarizada e repleta de projeções de poder por parte das potências centrais (Stares, 1985; Tannenwald, 2004; Sheehan, 2007). Não há como minimizar a relevância das dinâmicas surgidas na Guerra Fria e tampouco o surgimento de novos atores privados e estatais e as tantas tecnologias desenvolvidas após o seu fim que desafiam a geopolítica do espaço sideral (Jakhu, 2005).

Ainda, não entendo ser possível responder à pergunta sem recorrer ao arcabouço teórico e jurídico do Direito Espacial (Goldman, 1992; Monserrat Filho, 1999; 2007; Bittencourt Neto, 2011; 2015; Lal; Nightingale, 2014; Casella; 2022).

Meu argumento foi construído a partir do diálogo e, por vezes, por meio do embate com estes autores, por entender que as suas reflexões, embora relevantes, não são as únicas possíveis. Entendo que a decomposição desse conjunto de narrativas me permitiu revelar as faces ocultas da modernidade/colonialidade que atravessam a Astropolítica. Neste processo, as reflexões sobre o epistemicídio, de autores como Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2009), Marta Fernández (2014; 2019) e Walter Mignolo e Catherine Walsh (2018), contribuíram para evidenciar que as teorias sobre a Astropolítica, em especial as que partem do Realismo (Dolman, 2005) e do Liberalismo (Deudney, 1983; Al-Rodhan, 2012). Apesar de considerarem-se escolas antagônicas, se assemelham no sentido de homogeneização do mundo e a obliteração das diferenças culturais, em cumplicidade com o projeto colonial e com o processo histórico de epistemicídio. Além disso, algumas preposições da Astropolítica formuladas por Dolman (2005) demonstraram-se essencialmente racistas e perpetuadoras da supremacia branca, nos termos de Charles Mills (1999). Ao valer-me de Edward Said sobre o Orientalismo (1990), complementado por Stuart Hall (1996), pude refletir sobre as narrativas orientalistas da Astropolítica, que enquadram nações do Norte Global como o ponto mais desenvolvido da evolução humana a ser alcançado pelos demais atores e condiciona a exploração espaço exterior aos valores, normas e instituições que partem do mundo euro-estadunidense.

Em consonância com os trabalhos de autores como Aníbal Quijano (1992), Walter Mignolo (2000; 2013; 2017); Enrique Dussel (2005), Ramón Grosfoguel (2006), Luciana Ballestrin (2013) e, com mais ênfase, de Nelson Maldonado-Torres (2007; 2018) e Mario Blaser e Marisol de la Cadena (2018), propus, ainda em formato inicial, o que chamo de Astropolítica Decolonial: um projeto coletivo que utiliza da decolonialidade do ser, do saber e do poder para reconhecer e multiplicar as inúmeras múltiplas formas de vida, sejam elas humanas ou não-humanas, por meio da coexistência em heterogeneidade. A partir disso, mobilizei as perspectivas do Quilombo Mamuna e da Queda do Céu. Ao valer-me das contribuições de Chakrabarty (2000), refleti sobre as relações entre o Quilombo Mamuna e o Centro de Lançamento de Alcântara como uma das possibilidades de "provincializar o espaço sideral", por meio da descentralização das narrativas histórico-sociais dominantes, que envolvem múltiplas sensibilidades e temporalidades que desafiam categorias binárias. Além disso, a cosmoecologia da Queda do Céu (Kopenawa; Bruce Albert, 2015) foi interpretada

como uma das formas de entender o cosmos, enquanto um ser vivo que sustenta a humanidade e é constantemente ameaçado pelos modos civilizacionais brancos.

Os processos de normatização da Astropolítica foram lidos, a partir de Charlotte Epstein (2012; 2017), Carolina Moulin (2016) e Jéssica de Oliveira (2020), enquanto narrativas que conseguiram disciplinar, restringir, direcionar, criar sistemas tutelares e disseminar imaginários ocidentais fictícios sobre o cosmos e os próprios atores do sistema internacional. Demonstrei, a partir da análise de acordos, relatórios e propostas concebidas no âmbito da Organização das Nações Unidas, como a lógica de infantilização foi perpetuada pelas nações do Norte para cooptar as nações do Sul. Neste processo, discursos paternalistas que infantilizam indivíduos, povos e nações foram mobilizados para guiá-los pelo “bom caminho” do progresso. Ademais, a mentalidade proprietária/patrimonial empregada nos tratados internacionais sobre o espaço exterior foi abordada como um dos motivos que permite com que o espaço sideral seja concebido enquanto uma fonte de recursos econômicos. Tão grande é a relevância do tema que, como apresentado, foi criado pela UNOOSA, em 2023, o Grupo de Trabalho sobre os Aspectos Jurídicos da Atividade de Recursos Espaciais que, dentre outras agendas, demanda a ampliação da interpretação de de conceito de "recursos espaciais".

A partir deste arcabouço teórico, a análise dos discursos da União Soviética, dos Estados Unidos e da Índia concluiu o objetivo proposto, revelando uma tendência de replicação de um modelo civilizacional ocidental no espaço. Em um esforço para desmistificar os aspectos épicos, lendários e ficcionais idealizados pelo imaginário ocidental, que marcam o espaço exterior, os três discursos demonstram que a história de que existe um espírito aventureiro intrínseco à alma humana que levou homens brancos aos astros, no pico mais alto do progresso, para trazer paz à Terra não passa de um jogo de simulação que esconde pretensões modernas/coloniais. Quando desmantelada essa narrativa, que somente pode prosperar no reconhecimento da diferença, resta a lógica de colonizar, assimilar e aniquilar, restam os arranjos de governança que marginalizam o Sul, o processo que chamo de “alienigenalização”, a invenção do Oriente, a criação do Outro, a separação humano x natureza, a infantilização de uma narrativa racializada que aniquila o “bárbaro” e infantiliza o “primitivo” e o “selvagem”. O discurso do desenvolvimento espacial parece ser, em sua essência, a reprodução do discurso moderno/colonial.

Por fim, não busco aqui uma resposta fixa, conclusiva, limitante e imutável. Trata-se de um convite no sentido de ampliar o debate astropolítico nas Relações Internacionais com a inserção de perspectivas críticas, em especial as pós-coloniais e decoloniais. A continuidade

desta pesquisa pode incluir a análise de discursos de nações outras. Além disso, o potencial emancipatório do Programa Espacial da Zâmbia e seus "Afronautas", iniciado na década de 1960 e analisados a partir do cinema por Edmilson Júnior (2022), merece atenção das Relações Internacionais no cenário nacional. O projeto Zapatista sobre o "Programa Espacial Intergalático Autônomo", iniciado em 2012 pelo artista Rigo 23, em colaboração com ativistas culturais do México, também é uma boa referência de como o espaço sideral vem sendo pensado a partir de outros mundos. É possível que movimentos similares estejam acontecendo em todos os continentes do globo. Incluo ainda a necessidade de abordar as questões sobre o direito e os problemas ambientais decorrentes da exploração espacial, a importância de ler Astropolítica a partir das agendas raciais e pelas interseções de gênero e sexualidade, a entrada de empresas privadas no espaço não tradicionais, as recentes viagens espaciais privadas que relatam a fantasia da ficção científica de viajar para o espaço a lazer e a evolução da Agência Latino-americana e Caribenha do Espaço, criada em 2021.

Se é possível falar em "certeza", concluo esta dissertação com a única que me é possível: esta humanidade atroz, construída pelos denominados civilizados e mutilada por narrativas imperialistas, colonialistas, ocidentais e capitalistas, está caminhando para o seu colapso. Encontrar abrigo em outros corpos celestes não resolverá os problemas que aqui criamos. Compreendo nos saberes ancestrais e originários desta Terra, que nos foram extirpados pelo processo de colonização, pela imposição de um tipo de política e violência que nos aliena de nossa potência, uma possibilidade de (re)e(s)xistir e conhecer os mundos que operam em cosmopolíticas menos antropocêntricas. Talvez isso não seja suficiente, mas é um dos recursos que nós, acadêmicos, temos a oferecer.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

AUDIT BUREAU OF CIRCULATIONS. **Highest Circulated Daily Newspapers (languages wise)**. Disponível em: <[http://www.auditbureau.org/files/JD%202022%20Highest%20Circulated%20\(language%20wise\).pdf](http://www.auditbureau.org/files/JD%202022%20Highest%20Circulated%20(language%20wise).pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. Pedido de desculpa: Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil, 5 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/pedido-de-desculpa-2013-entenda-o-caso>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS. **Regulation, limitation and balanced reduction of all armed forces and all armaments; conclusion of an international convention (treaty) on the reduction of armaments and the prohibition of atomic, hydrogen and other weapons of mass destruction**, 14 nov. 1957 (1148 (XII)).

_____. **Declaration on international cooperation in the exploration and use of outer space for the benefit and in the interest of all States, taking into particular account the needs of developing countries : Working paper, Germany and France**, 27 mar. 1995. (A/AC.105/C.2/L.197).

INDIA. **Circulation of revised Swachhagrahi Guidelines**. Swachh Bharat Mission (Gramin), 7 aug. 2018. Disponível em: <https://jalshakti-ddws.gov.in/sites/default/files/Swachhagrahi_Guidelines_2018.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INDIAN SPACE RESEARCH ORGANISATION, DEPARTMENT OF SPACE . **PSLV-C11 - Chandrayaan-1 Mission Report**. 22 out. 2008. Disponível em: <https://www.isro.gov.in/mission_PSLV_C11.html?timeline=timeline>. Acesso em: 22 jan. 2024.

_____. **Handbook of Chandrayaan-2 - Payloads, Date and Science**. ago. 2021. Disponível em: <https://www.isro.gov.in/media_isro/pdf/science/hand_book_payloads_data_and_science.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

_____. **LVM3-M4 - Chandrayaan-3 Mission**. 2023. Disponível em: <https://www.isro.gov.in/media_isro/pdf/Missions/LVM3/LVM3M4_Chandrayaan3_brochure.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

_____. **Chandrayaan-3 Science Results**. 2023. Disponível em: <https://www.isro.gov.in/Ch3_ScienceResults.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

JAPAN AEROSPACE EXPLORATION AGENCY. **Outcome for the Smart Lander for Investigating Moon (SLIM) 's Moon Landing**. Disponível em: <https://global.jaxa.jp/press/2024/01/20240125-1_e.html>. Acesso em: 28 jan. 2024.

KENNEDY, John. F. **"We choose to go to the Moon", officially titled the address at Rice University on the nation's space effort, is a September 12, 1962, speech by United States President John F. Kennedy to further inform the public about his plan to land a man on**

the Moon before 1970, 12 set. 1962. Rice University. Disponível em <<https://www.rice.edu/jfk-speech>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **2022 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty**. Nova Iorque, 2022. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2022mpireportenpdf.pdf>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

UNITED NATIONS OFFICE FOR OUTER SPACE AFFAIRS. **Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies**, 19 dec. 1966. (A/RES/2222 (XXI)).

_____. **Agreement on the Rescue of Astronauts, the Return of Astronauts and the Return of Objects Launched into Outer Space**. 3 nov. 1967. (A/RES 2345 (XXII)).

_____. **Convention on International Liability for Damage Caused by Space Objects**, 3 dec. 1968. (A/RES 2345 (XXII)).

_____. **Convention on Registration of Objects Launched into Outer Space**, 12 dec. 1974. (A/RES 3235 (XXIX)).

_____. **Agreement Governing the Activities of States on the Moon and Other Celestial Bodies**, 18 dec. 1979. (A/RES/3235 (XXIX). 34/68).

_____. **Declaration of Legal Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space**, 13 dec. 1963. (1962 (XVIII)).

_____. **Principles Governing the Use by States of Artificial Earth Satellites for International Direct Television Broadcasting**, 10 dec. 1984. (37/92)

_____. **Principles Relating to Remote Sensing of the Earth from Outer Space**, 3 dec. 1986. (41/65)

_____. **Principles Relevant to the Use of Nuclear Power Sources In Outer Space**, 14 dec. 1992. (47/68)

_____. **Declaration on International Cooperation in the Exploration and Use of Outer Space for the Benefit and in the Interest of All States, Taking into Particular Account the Needs of Developing Countries**, 13 dec. 1996. (51/122).

_____. **The “Space2030” Agenda: space as a driver of sustainable development**, 20 oct. 2021. (A/RES/76/3).

_____. **Working Group on Legal Aspects of Space Resource Activities: Status Overview**, 6 feb. 2023 (A/AC.105/C.1/2023/CRP.16).

_____. **Schematic Overview of National Regulatory Frameworks for Space Activities**, 20 mar. 2023. (A/AC.105/C.2/2023/CRP.28).

_____. **USSR: Draft Treaty Concerning the Moon**, 5 nov. 1971 (A/C.1/L.568).

_____. **First Committee GA Verbatim Records - 27th Session**, 17 oct. 1972 (A/C.1/PV.1865).

_____. **Historical summary on the consideration of the question on the definition and delimitation of outer space**, 4 jun. 2020 (A/AC.105/769/Add.1.).

KHRUSHCHEV, Ninika. **Transcribed Notes Dictated by Nikita Khrushchev while at Pitsunda on the Eve of Gagarin's Flight**, 11 abr. 1961 in Wilson Center Archive of the President of the Russian Federation, 4 apr. 2021. Disponível em <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/transcribed-notes-dictated-nikita-khrushchev-while-pitsunda-eve-gagarins-flight>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

_____. **“A Day to Remender”**. Discurso de Nikita S. Khrushchev, na recepção de Yuri Gagarin, em 14 de abril de 1961 in Soviet Life Magazine, 05 mai. 1961, pp. 2-3. Marxists Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/history/ussr/culture/soviet-life/full-issues/1961/sim_soviet-life_1961-05_5.pdf>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

UCS. **Satellite Database | Union of Concerned Scientists**, 2023. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database>. Acesso em: 19 jan. 2024.

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS. **To the Communist Party and People of the Soviet Union! To the Peoples and Governments of All Countries! To All Progressive Mankind! - Message From the Party Central Committee, the Presidium of the U.S.S.R. Supreme Soviet, and the Government of the Soviet Union**, in Soviet Life Magazine, 12 abr. 1961, p. 1. Marxists Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/history/ussr/culture/soviet-life/full-issues/1961/sim_soviet-life_1961-05_5.pdf>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

Fontes secundárias

ABRANCHES, C. A. Dunshee de. **Espaço Exterior e Responsabilidade Internacional**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1964.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**, TED Global, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt

ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova, n. 47, p. 201-246, 1999.

ADLER-NIESSEN, Rebecca. **Stigma Management in International Relations: Transgressive Identities, Norms, and Order in International Society**. International Organization. Volume 68, Issue 01, jan. 2014, pp. 143 - 176 DOI: 10.1017/S0020818313000337.

AIMIUWU, Ehi E. Enhancing Social Justice: A Virtual Reality and Artificial Intelligence Model. **International Journal of Technology in Education and Science**, v. 6, n. 1, p. 32-43, 2022.

ALEXANDER, Rustam. **Homosexuality in the USSR (1956–82)**. 2018. Tese de Doutorado. University of Melbourne.

- ALIENÍGENA. In: Michaelis, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, [s.d.]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alien%C3%ADgna/>>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AL-RODHAN, Nayef R. F. **Meta-Geopolitics of Outer Space: An Analysis of Space Power, Security and Governance**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- _____. **The interplay between outer space security and terrestrial global security**, Harvard International Review, 39, 2018, pp. 29-33.
- ALVES, Francisco Regis Vieira. **Brahmagupta e alguns elementos históricos da matemática hindu**. Revista Thema, v. 16, n. 4, p. 755-773, 2019.
- ANDRADE, Jonathan Percivalle de. **Tratado do espaço de 1967: legado e desafios para o direito espacial**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2016.
- ANGHIE, Antony. **Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ALBURQUERQUE, Germán. **Tercer Mundo y tercermundismo en Brasil: hacia su constitución como sensibilidad hegemónica en el campo cultural brasileño-1958-1990**. Estudos Ibero-Americanos, v. 37, n. 2, p. 176-195, 2011.
- AOKI, Setsuko. **Law and military uses of outer space**. In: JAKHU, Ram S.; DEMPSEY, Paul Stephen (Org.). Routledge Handbook of Space Law. Nova York: Routledge, 2006, p. 197.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 47.
- AUTOBIOGRAFIA. In: Michaelis, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, [s.d.]. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/autobiografia/>>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AVENI, Anthony. **Conversing with the planets: How science and myth invented the cosmos**. Crown, 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. **A América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, 2013.
- BALTAZAR, Ana. **A disputa do espaço pela Europa – um novo desafio**. Janus.net, e-journal of International Relations ISSN: 1647-7251 Vol. 2, n.º 1, 2011, pp. 29-45.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **The politics, power, and pathologies of International Organizations**. In Martin e Simmons (org.). International Institutions. Boston: MIT Press, 2001.
- BARREIRO, David. **Arqueología aplicada y patrimonio: memoria y utopía**. Universidad Complutense de Madrid, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_CMPL.2012.v23.n2.40874. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BARTOS, Adam. **Kosmos: a portrait of the Russian space age**. Princeton Architectural Press, 2001.

- BASLAR, Kemal. **The concept of the common heritage of mankind in international law.** Martinus Nijhoff Publishers, 1998.
- BEATE, Jahn. **IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology.** Review of International Studies, 25 (3). 411, 1999.
- BEDIN, Gilmar Antonio. **A Sociedade Internacional e o Século XXI. Em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária.** Ijuí: Unijuí, 2001.
- BEEBE, Barton. **Law's Empire and the Final Frontier: Legalizing the Future in the Early Corpus Juris Spatialis.** The Yale Law Journal, v. 108, n. 7, p. 1737, 1999.
- BENTO, M. A. S. **Pactos Narcísicos no Racismo:: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** São Paulo: Instituto de Psicologia, 2002.
- BERKÖ, M. & SCHROGL, K. U., **International Space Law in the Making.** Editions Frontières, Gif-sur- Yvette, 1993, pp. 195-231
- BESCHLOSS, Michael. **The Crisis Years: Kennedy and Khrushchev, 1960–1963.** Open Road Media, 2016.
- BITTENCOURT NETO, Olavo de Oliveira. **Direito espacial contemporâneo: responsabilidade internacional.** Juruá Editora, 2011.
- _____. **Defining the Limits of Outer Space for Regulatory Purposes.** Cham: Springer International Publishing, 2015. (SpringerBriefs in Space Development). Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/978-3-319-16685-8>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BLAUSTEIN, Albert P. **Space lawyer.** Case and Comment, Mar.-Abril. 1956, pp. 16-21.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** Do território do Estado. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, pp. 94-113.
- BOTIN, Lars. **Why Heidegger makes sense in contemporary philosophy of technology.** Foundations of Science, p. 1-6, 2022.
- BOWEN, Bleddyn E. **Astropolitics and International Relations.** Deep Space Commodities: Exploration, Production and Trading, p. 151-157, 2018.
- BRAVYA, Lal. Bhavya; NIGHTINGALE, Emily. **Where is Space? And Why Does That Matter?.** Space Traffic Management Conference, 2014.
- BRITO, Joaquim Pais de. Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente. **Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas, Oeiras: Celta**, p. 43-51, 2006.
- BROWN, William Adams; OPIE, Redvers. **American foreign assistance.** Brookings Institution, 1953.
- BURROWS, William E. **This new ocean: the history of the first space age.** Modern Library. 1999, pp, 520-580. ISBN 978-0375754852.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** 1 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO SQUEFF, T. de A. F. R.; REZENDE MARTINS, F. **A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável como instrumento de manutenção da colonialidade sobre os recursos naturais.** Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 11, n. 3, p. 30–53, 2020. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v11i3.27201.

CARVALHO JÚNIOR, Ilton Jardim de. **Dos mitos acerca do determinismo climático/ambiental na história do pensamento geográfico e dos equívocos de sua crítica: reflexões metodológicas, teórico-epistemológicas, semântico-conceituais e filosóficas como prolegômenos ao estudo da relação sociedade-natureza pelo prisma da idéia das influências ambientais.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CASELLA, Paulo B. **Direito Internacional dos Espaços: domínio aéreo, navios e aeronaves, espaços internacionais e recorrências da espacialidade.** Coleção Tratado de Direito Internacional. Ebook: Grupo Almedina (Portugal), 2022. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276106/>.

CELESTINO, Kamila Gonçalves; PACHECO, Edilson Roberto. **Bhaskara: algumas evidências.** Encontro Regional de Estudantes de Matemática do Sul, v. 16, 2012.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference.** Princeton University Press, 2000.

CHENG, Bin. **Studies in international space law.** 1997. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/43019>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CLÉMENTIN-OJHA, Catherine. **‘India, that is Bharat...’: One Country, Two Names.** South Asia Multidisciplinary Academic Journal, n. 10, 2014.

COCCA, Aldo Armando. **Consolidación del derecho espacial: contribución del pensamiento argentino a la codificación del espacio.** Editorial Astrea de R. Depalma, 1971.

COHRS, Patrick O. **“Pax Americana”: the United States and the transformation of the 20th century’s global order.** Revista Brasileira de Política Internacional, 61(2). Epub, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201800202>.

COLBERT, Caroline Rocha Travassos. **Um diálogo teórico entre a Astropolítica de Everett Dolman e a Geopolítica Clássica de Mahan e Mackinder.** Revista de Geopolítica, Natal, v. 9, n. 2, jul. 2018, pp. 66-77.

_____. **O espaço como ambiente estratégico: teoria, histórico e reflexões acerca do uso militar do espaço exterior.** Rio de Janeiro, 2019.

CONNELL, R. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science.** Cambridge: Polity, 2007.

COSGROVE, Denis. **Apollo's eye: a cartographic genealogy of the earth in the western imagination.** JHU Press, 2001.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.21, número 60, suplemento 60, SP, 2006.

COX, Michael. **The politics of the dissenting intellectual.** Critique: Journal of Socialist Theory, v. 5, n. 1, p. 5-34, 1976.

- CREMINS, Thomas. **How to maximise the benefits of a new space age**. World Economic Forum, jan. 2015. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/01/how-to-maximise-the-benefits-of-a-new-space-age/>> acesso em 27 jan. 2024.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia: um convite**. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2011.
- DAUPHINEE, Elizabeth. **Critical Methodological and Narrative Developments in IR: a Forum**. The Disorder of Things For the Relentless Criticism of All Existing Conditions, 2013 Disponível em:<<https://thedisorderofthings.com/2013/03/12/critical-methodological-and-narrative-developments-in-ir-a-forum/>>. Acesso em 28 jan. 2024.
- DE AQUINO, Leonardo Gomes. **Tratados Internacionais (Teoria Geral)**. 2010.
- DE CASTRO, Eduardo Viveiros. **O recado da mata**. Kopenawa, D.; Albert, B. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. 1aEd. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das letras, p. 11-41, 2015.
- DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (ed.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press. 2018. 224 p.
- DECLERCQ, Georges. **Sun, Moon, and Sothis: A Study of Calendars and Calendar Reforms in Ancient Egypt**. 2002.
- DEERFIELD, Kat. **Gender, Sexuality, and Space Culture**. Rowman & Littlefield, 2019.
- DEUDNEY, Daniel. **Whole Earth Security: A Geopolitics of peace**. Washington: Worldwatch Institute, 1983. 96 p.
- DICKENS, Peter; ORMROD, James S. **Cosmic society: Towards a sociology of the universe**. Routledge, 2007.
- DIRLIK, Arif. Global South: **Predicament and Promise**. The Global South, vol. 1, n. 1 &2, 2007, pp. 12–23.
- DITTMER, Jason; STURM, Tristan (Ed.). **Mapping the end times: American evangelical geopolitics and apocalyptic visions**. Routledge, 2010.
- DOBOŠ, Bohumil. Geopolitics of the moon: A European perspective. **Astropolitics**, v. 13, n. 1, p. 78-87, 2015.
- DOLMAN, Everett C. **Astropolitik: classical geopolitics in the space age**. Routledge, 2005.
- DOYLE, Michael. **Liberalism and World Politics**. The American Political Science Review, v. 80, n. 4, p. 1151-1169, 1986.
- DOYLE, Stephen E. **A concise history of space law: 1910-2009**. In: New Perspectives on Space Law: The Proceedings of the 53rd IISL Colloquium on the Law of Outer Space: Young Scholar Session, p. 1-8. Ed. by Mark J. Sundahl & V. Gopalakrishnan. 2011.
- DU BOIS, W. E. B. **The Souls of White Folk**. Library of America, pp. 923–938, 10 ago. 1987.

DUNK, Frans Von Der; TRONCHETTI, Fabio. **Handbook of Space Law**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2015. Disponível em: <https://china.elgaronline.com/view/edcoll/9781781000359/9781781000359.xml>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DURÃO, Gustavo de Andrade. **Frantz Fanon, um escritor múltiplo: trajetória intelectual, formação cultural e movimentação política**. ODEERE, N. 1 (2016). Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5724>.

DURDIYEVA, Selbi. ‘Not in Our Name:’ **Why Russia is Not a Decolonial Ally or the Dark Side of Civilizational Communism and Imperialism**. The SAIS Review of International Affairs, 2023. Disponível em: <https://saisreview.sais.jhu.edu/not-in-our-name-why-russia-is-not-a-decolonial-ally-or-the-dark-side-of-civilizational-communism-and-imperialism/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edagrdo. (Org.). A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

DUVALL, Raymond; HAVERCROFT, Jonathan. **Critical Astropolitics: The Geopolitics of Space Control and the Transformation of State Sovereignty**. In: BORMANN, Natalie; SHEEHAN, Michael (Ed.). Securing Outer Space. New York: Routledge, 2009. p. 42-58.

EDMUNDS, Sterling E. **Mutations in States and Their Effect upon International Personality**. . Louis L. Rev., v. 4, p. 170, 1919.

ELENA, B. **Restos e boas. Permanência e(m) crise da crítica (na) pós- colonial(idade)**. Mulemba, Rio de Janeiro, v.9, n.16, p. 32-43, jan./jul. 2017. ISSN: 2176-381X. DOI: 10.35520/mulemba.2017.v9n16a7760.

EPSTEIN, Charlotte **Stop Telling Us How to Behave: Socialization or Infantilization?**. In: International Studies Perspectives. 13: 2, 2012, pp. 135-145.

_____. **The postcolonial perspective: why we need to decolonize norms?**. Against International Relations Norms: Postcolonial Perspectives. Routledge, 2017, pp. 1 - 22.

ESCOBRAR, Arturo. **Antropologia e Desenvolvimento**. Maguaré 34, 1: 271-308, 2020, pp. 271-308. doi: <https://doi.org/10.15446/mag.v34n1.90546>

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano**. Tabula Rasa, n. 1, 2003, p. 58-86

EUROCONSULT. **Who We Are**. In: EUROCONSULT. [s. d.]. Disponível em: <https://www.euroconsult-ec.com/who-we-are/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, J. Escobar. **Comentários ao transdireito**. Anais do IV Congresso Brasileiro de Aeronautica. 1960. 20 p.

FEENBERG, Andrew. **Critical Theory of Technology**. New York: Oxford University Press. 1991.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

FERNÁNDEZ, Marta. **As Relações Internacionais e seus epistemicídios**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 15, p. 458-485, jun. 2019.

_____. **O Cosmopolitismo Kantiano: Universalizando o Universalismo**. Contexto Internacional, v.36 n.2, 2014, pp. 417-456,

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FIERKE, K. M. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja, SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. New York: Oxford University Press, 2007, pp. 187-204.

FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1996.

FORGANNI, Antonella. **The potential of space tourism for space popularisation: An opportunity for the EU Space Policy?**. Space Policy, v. 41, p. 48-52, 2017.

FRY, Michael G.; RICE, Condoleezza. The Hungarian crisis of 1956: the Soviet decision. **Studies in Comparative Communism**, v. 16, n. 1-2, p. 85-98, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio e histórico cultural**. Zahar, 2006.

JÚNIOR, Edmilson Forte Miranda. **Cinema africano e imaginário decolonial: sobre Africanofuturismo no curta-metragem Afronauts**, 2022.

GÁL, Réka Patrícia; ARMSTRONG, Eleanor S. **Feminist Approaches to Outer Space: Engagements with Technology, Labour, and Environment**. In: The Routledge Handbook of Social Studies of Outer Space. Routledge. pp. 158-171.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. **"Quem diz humanidade, pretende enganar?": internacionalistas e os usos da noção de patrimônio comum da humanidade aplicada aos fundos marinhos (1967-1994)**. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2006.

GEROVITCH, Slava. **Soviet Space Mythologies: Public Images, Private Memories, and the Making of a Cultural Identity**. Pittsburgh: The University of Pittsburgh Press, 2015, 232 pp.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton University Press, 1987.

GLÜCK, Antje. **De-Westernization and Decolonization in Media Studies**. In: Oxford Encyclopedia of Communication and Critical Studies. Oxford University Press, 2018.

GOLDMAN, Nathan C. **Space policy: an introduction**. Ames: Iowa State University Press, 1992.

GÓMES, Pedro Paulo. **Decolonialidade estética: geopolíticas do sentir, do pensar e do fazer**. Revista Gearte, v. 6 n. 2. 2019. doi: <https://doi.org/10.22456/2357-9854.92910>

GOMES, Phedro P. D. S. **O Direito e os Problemas Ambientais Decorrentes da Exploração Espacial**. Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Santa Rita, Paraíba, 2019. 78 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16533/1/PPSG04102019.pdf>

GOMES, Vera C. P. **A Influência da Exploração Espacial na Política Externa**. Dissertação Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa. Portugal, 2012. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/10548/2/Capa_DissertacaoMestrado_092011%5b1%5d.pdf

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, [s. l.], v. 11, p. 15–36, 2005.

GRANEY, Christopher M. **Anatomy of a fall: Giovanni Battista Riccioli and the story of "g"**. Physics Today, v. 65, n. 9, p. 36-40, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. **La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global**, in Tábula Rasa, nº. 4, pp. 17-48. 2006.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Order and Institutions**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

GUERRA, Abilio. **A contemporânea cosmovisão ameríndia de Ailton Krenak**. Vitruvius, 18 de jul. 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.211/7419>.

HACKET, George T. **Space debris and the corpus iuris spatialis**. Atlantica Séguier Frontières, 1994.

HALL, Stuart. **O Ocidente e o Resto: Discurso e Poder**. Tradução de Carla D'elia, Projeto História, São Paulo, n. 56, pp. 314-361, 2016.

_____. **Quando foi o pós-colonial**. In HALL, Stuart. Da diáspora. Editora UFMG, 2003.

HANNAH, Robert. **Time in antiquity**. Routledge, 2008.

HARAWAY, Donna. **A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century**, in Simians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature. New York: Routledge, pp. 149–81, 1991.

HARRISON, Todd. **Understanding the Third Space Age**. Metrea Strategic Insights, mai. 2023. Disponível em <<https://metrea.aero/third-space-age/>> acesso em 27 jan. 2024.

HERTZFELD, Henry R. **Space as an Investment in Economic Growth**. In: LOGSDON, J. M.; LAUNIUS, R. D.; ONKST, D. H.; GARBER, S. J. Garber (eds). Exploring the Unknown. Selected Documents in the History of the U.S. Civil Space Program, vol. III: Using Space. Washington, DC: NASA Special Publication (SP)-4407, pp. 385-400, 1998.

HOCHSCHILD, Adam. **King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa**. New York: Houghton Mifflin, 1999.

HOFMEYR, Isabel; WILLIAMS, Michelle. **South Africa–India: Historical connections, cultural circulations and socio-political comparisons**. South Africa and India: Shaping the Global South, p. 2-19, 2011.

HOGAN, John Charles. **Man and law in space**. Case & Communication, Nov.-Dec. 1956, pp. 14-15.

INAYATULLAH, N. (ed.). **Autobiographical International Relations: I, IR**. London; New York: Routledge, 2011. pp. 1-12.

_____. **The Dark Heart of Kindness: The Social Construction of Deflection**. International Studies Perspectives, Volume 13, Issue 2, 2012, pp. 164–175. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1528-3585.2012.00462>.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference**. London: Routledge, 2004.

ISNARDI, Christina. **Problems with Enforcing International Space Law on Private Actors**. Columbia Journal of Transnational Law, Vol. 58, Forthcoming, 2019, 44p.

IYER, Ramdas; SRIVASTAVA, Bharat Bhushan. **Unending journey of pi**. CSIR, 2010.

JACOBSEN, Annie. **Operation Paperclip: The secret intelligence program that brought Nazi scientists to America**. Little, Brown, 2014

JAKHU, Ram. **Legal Issues Relating to the Global Public Interest in Outer Space**. J Space L., v. 1, 2005.

JAKHU, Ram S.; DEMPSEY, Paul Stephen. **Routledge Handbook of Space Law**. Taylor & Francis, 2016.

JAKHU, Ram S; PELTON, Joseph N. (org.). **“Private Commercial Space Enterprises and Global Governance System”**. In: _____. Global Space Governance: An International Study. Springer International Publishing, 2017.

_____. **Space Safety and Global Space Governance**. SSRN 3351500, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3351500>.

JÚNIOR, Edmilson Forte Miranda. **Cinema africano e imaginário decolonial: sobre Africanofuturismo no curta-metragem Afronauts**. Avanca, 2022.

KASAK, Enn *et al.* Ancient astrology as a common root for science and pseudo-science. **Folklore: Electronic Journal of Folklore**, n. 15-17, p. 85-104, 2001.

KEEFE, Heidi. Making the Final Frontier Feasible: A Critical Look at the Current Body of Outer Space Law. **Santa Clara Computer & High Tech. LJ**, [s. l.], v. 11, p. 345, 1995.

KEENE, Edward. **Beyond the Anarchical Society: Grotius, Colonialism and Order in World Politics**. University of Oxford, Cambridge University Press, 2002, 181 p. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511491474>

KINDLEBERGER, C. **The World in Depression, 1929-1939**. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 304.

KIPLING, Rudyard. **The White Man's Burden: The United States & The Philippine Islands**, 1899. Rudyard Kipling's Verse: Definitive Edition. Garden City, New York: Doubleday, 1929.

KLEIN, John J. **Space Warfare: Strategy, principles and policy**. New York: Routledge, 2006. 208 p.

KOLOVOS, Alexandros. **Commercial Satellites in Crisis and War: The Case of the Russian-Ukrainian Conflict**. Hellenic Air Force Academy, Dekeleia Air Base, 2022.

KONING, Hans. **Columbus: His enterprise: Exploding the myth**. NYU Press, 1992.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu – palavras de um xamã yanomami**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

KOZOVOĬ, Andreï. Eux et nous: **La guerre froide dans les histoires drôles soviétiques**. **Cahiers du monde russe**, v. 48, n. 1, p. 137-152, 2007.

KRAMER, Samuel Noah. **The Sumerians: Their history, culture, and character**. University of Chicago Press, 2010.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 20, n. 42. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782012000200008&script=sci_arttext>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISHNAN, A. **India**. Reuters Institute for the Study of Journalism, 14 jun. 2023. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/india>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KUUS, Merje. **'Critical Geopolitics'**. The International Studies Association Compendium Project, 2009.

LAL, Bhavya; NIGHTINGALE, Emily. **Where is Space? And Why Does That Matter?** 2014. Disponível em: <https://commons.erau.edu/stm/2014/wednesday/16/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LAGE, Maria Campos. **Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD**. *ETD Educação Temática Digital*, v. 12, n. 03, p. 198-226, 2011.

LARANJEIRAS, L. H. *et al.* **O Setor Espacial Brasileiro e Questões Humanitárias**. In: SILVA, Carlos Alberto Leite da; SILVA, Eduardo Sol Oliveira; VILAR-LOPES, Gills (Orgs.). *Questões humanitárias e poder aeroespacial*. Rio de Janeiro: Luzes - Comunicação, Arte & Cultura, 2020.

LATOUR, Bruno. **The impact of science studies on political philosophy**. *Science, Technology, & Human Values*, v. 16, n. 1, p. 3-19, 1991.

LAUER, Ritu S. **When States Test Their Anti-Satellite Weapons**. *Astropolitics*, 2022, v. 20, n. 1, p. 1–26. DOI: 10.1080/14777622.2022.2078194.

LEESE, Matthias; HOIJTINK, Marijn. **How (not) to talk about technology: international relations and the question of agency**. In: *Technology and agency in international relations*. Routledge, 2019. p. 1-23.

LEIB, Karl. **State Sovereignty in Space: Current Models and Possible Futures**. *Astropolitics*, [s.l.], v. 13, n. 1, p.1-24, 2 jan. 2015. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14777622.2015.1015112>>.

LONGINO, Helen E. **Knowledge, bodies, and values: Reproductive technologies and their scientific context**. *Inquiry*, v. 35, n. 3-4, p. 323-340, 1992.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. Routledge, 2002.

LORIMER, James. **The Institutes of the Law of Nations: A Treatise of the Jural Relations of Separate Political Communities**. Edinburgh: London, 1883.

LUTES, Charles D.; HAYS, Peter L. (Ed.). **Toward a Theory of Spacepower: Selected Essays**. Washington: National Defense University, 2011.

LYALL, Francis; LARSEN, Paul B. **Space law: a treatise**. 2009. 163 p.

MACDONALD, Fraser. **Anti-Astropolitik — outer space and the orbit of geography**. *Progress In Human Geography*, [s.l.], v. 31, n. 5, p.592-615, out. 2007. SAGE Publications. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0309132507081492>>

MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality, A study in the politics of reconstructions**. Constable and Company Ltd. London, 1919.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

_____. **Thinking through the Decolonial Turn: Post-continental Interventions in Theory, Philosophy, and Critique — An Introduction**. Transmodernity, 2011.

_____. **Análise da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFUGUEL, R. (Eds.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*, 2018.

MALLIA, Thomas. **Outer space and international law in the 21st century: a need for reform?** L-Università ta' Malta, 2017.

MANFRED, Lachs. **The law of outer space: an experience in contemporary law-making**. Leiden, Sijthoff, 1972.

MARCHESI, Aldo. **Escribiendo la Guerra Fría latinoamericana: entre el Sur "local" y el Norte "global"**. *Estudios Históricos (Rio de Janeiro)*, 30(60), 2017, pp. 187-202. <https://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942017000100010>

MANDAL, Keshab Chandra. **India is a Spiritual Leader: Myth or Reality**. *Journal of the Association-Institute for English Language and American Studies*, v. 12, n. 4, p. 51-69, 2023.

MARKENDORF, Marcio. **Os Reflexos do Colonialismo em Ficções Alienígenas**. Gavagai, Erechim, v.2, n.2, p. 93 - 105, jul./dez. 2015.

MARTIN, Terry Dean. **The affirmative action empire: nations and nationalism in the Soviet Union, 1923-1939**. Cornell University Press, 2001.

MARTINEZ, Pedro José Aquino. **A Astropolítica nas Relações Internacionais: Perspectivas teóricas, novos atores e temas na era espacial pós-Guerra Fria**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2018. 43 p.

MATA, Inocência. **Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 1, p. 27-42, 11 abr. 2014.

MATTHEWS, Mervyn. **Privilege in the Soviet Union (Routledge Revivals): A Study of Elite Life-Styles under Communism**. Routledge, 2013.

MAZOWER, Mark. **No enchanted palace: the end of empire and the ideological origins of the United Nations**. Princeton: Princeton UP, 2009. ("Jawaharlal Nehru and the Emergence of the Global United Nations").

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. N-1 edições, v. 20, p. 1-13, 2020.

MCDOUGAL, Myres Smith; LASSWELL, Harold Dwight; VLASIC, Ivan A. **Law and public order in space**, 1963. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130000797633015040>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MCDOUGALL, W. A.; MYRES, S.; LIPSON, L. **Perspectives for a Law of Outer Space in: The American Journal of International Law** 52, no. 3 (Jul. 1958): 407. DOI: <https://doi.org/10.2307/2195459>.

_____. **The Heavens and the earth: a political history of the space age**. 1985.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar**. O poder americano. Petrópolis: Vozes, p. 225-252, 2004.

MELLO, Leonel I. A. **A geopolítica do poder terrestre revisitada**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 55-69, 1994.

MIGNOLO, Walter D. **A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial**. Revista Lusófona de Educação, 48, pp. 187-224, 2000. doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle48.12

_____. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

_____. **Historias Locales/diseños Globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2013.

_____. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Trad. Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais RBCS, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun., 2017.

_____. **It is a Change of Era, No Longer the era of Changes**. Postcolonial Politics. 2023. Disponível em: <https://postcolonialpolitics.org/it-is-a-change-of-era-no-longer-the-era-of-changes/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MIGNOLO, Walter D; WALSH, Catherine E. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Durham, NC. Duke University Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1515/9780822371779>.

MILLS, Charles. **Racial Contract**. USA: Cornell University Press, 1999.

_____. “**Contract and Social Change**” in *Contract and Domination*, Cambridge: Polity Press, 2007, pp. 10-34.

MOLTZ, J. **The Politics of Space Security: Strategic Restraint and the Pursuit of National Interests**. Palo Alto: Stanford University, 2011.

MONSERRAT FILHO, José. **Interesses e Necessidades dos Países em Desenvolvimento no Direito Espacial**, 51st Annual Meeting of the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), 11-16 July 1999.

_____. **Direito e política na era espacial: podemos ser mais justos no espaço do que na terra?** Vieira & Lent, 2007.

MOTTA, V. *et al.* **Estudos Subalternos: Desafiando a Historiografia Hegemônica**.

Disponível em:

<<https://decoloniais.com/estudos-subalternos-desafiando-a-historiografia-hegemonica/>>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

MOULIN, Carolina. **Narrative**. In MHURCHÚ, Aoileann Ní; SHINDO, Reiko (org.). *Critical imaginations in international relations*. London: Routledge, 2016. p. 136–152.

MUELA, Adolfo Miaja de la. **La emancipación de los pueblos coloniales y el Derecho Internacional**. Madrid: Tecnos, 1968.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos - roda de conversa com educadores**. Lorena: UK’A Editorial, 2017.

NEUFELD, Michael J. **The rocket and the Reich: Peenemünde and the coming of the ballistic missile era**. Simon and Schuster, 1995.

NICHOLSON, Graham. **The Common Heritage of Mankind and Mining: An Analysis of the Law as to the High Seas, Outer Space, the Antarctic and World Heritage**. *New Zealand Journal Of Environmental Law*, v. 6, n. 1, 2006, pp.177-198.

NORA, Pierre. **Conclusions des Entretiens** IN: NORA, Pierre (sous la direction de). *Science et conscience du patrimoine*. Paris: Fayard, 1997, pp. 391–397.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **NATO member countries**. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024.

NEHRU, Jawaharlal. **Discovery of India**. The Signet Press, Calcutta, 1946.

NYE JR., Joseph S. **The Changing Nature of World Power**. *Political Science Quarterly*, The Academy of Political Science, Vol. 105, No. 2, 1990, pp. 177-192

ÖBERG, Marko Divac. **The Legal Effects of Resolutions of the UN Security Council and General Assembly in the Jurisprudence of the ICJ**. *European Journal of International Law*, [s. l.], v. 16, n. 5, p. 879–906, 2005.

OBREGÓN, Liliana. **Civilized and Uncivilized**. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne. (Orgs). *The Oxford Handbook of The History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 917-939.

OLIVEIRA, Jéssica de. **Narrativas sobre política e a política das narrativas: reflexões sobre o uso de abordagens narrativas no estudo e no ensino de Relações Internacionais**. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.996.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects**. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415.

PAGALLO, Ugo; BASSI, Eleonora; DURANTE, Massimo. **The Normative Challenges of AI in Outer Space: Law, Ethics, and the Realignment of Terrestrial Standards**. *Philosophy & Technology*, v. 36, n. 2, p. 23, 2023.

PEDROZA Lima, F., & VASQUES de Nader, R. **Astronomia cultural: um olhar decolonial sobre e sob os céus do Brasil**. *Revista Scientiarum Historia*, 2019.

PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: Ática, 1982

PETER, Nicolas. **Space Power and Europe in the 21st Century** in: *ESPI Perspectives* No 21, April 2009

PINEDO, Christian José Quintana. **História do número zero**. *Revista Tecnologia & Humanismo*, v. 18, n. 26, p. 20-33, 2004.

PINHEIRO, Hésio Fernandes. **Direito em órbita**. Rio de Janeiro: Editora Alba Limitada, 1970, pp. 188-189.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores**. [S. l.]: Estação Liberdade, 2009.

PRADO, Sherri Ladislau. **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): Evolução e Perspectivas**. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 2017, pp. 55-78.

PRASAD, P. **Notes on a Terrestrial Performance of Outer Space**. *Feminist Review*, 133(1), 81-89. DOI: <https://doi.org/10.1177/01417789221146572>.

PUCHEU, Alberto. **A queda do céu: autobiografia e testemunho**. *Revista Cult*. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/autobiografia-e-testemunho/>>. Acesso em 20 jan 2024.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. *Perú Indígena*, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

_____. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In: LANDER, E. (ed.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 201-246.

RAND, Lisa Ruth. **The Case for Female Astronauts: Reproducing Americans in the Final Frontier**. *The Appendix*, v. 15, 2014.

REDFIELD, Peter. **Space in the tropics: From convicts to rockets in French Guiana**. University of California Press, 2000.

_____. **The half-life of empire in outer space.** *Social Studies of Science*, v. 32, n. 5-6, p. 791-825, 2002.

REYNOLDS, Glenn H.; MERGES, Robert P. **Outer space: problems of law and policy.** *Harvard Journal of Law and Technology*, 1990, v. 3, p. 275-278

ROCHA, Cláudio Jannott da; PORTO, Lorena Vasconcelos; ABAURRE, Helena Emerick. **Discriminação algorítmica no trabalho digital.** *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, v. 1, p. 1-21, 2020.

ROSA, Marcelo C. **Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente.** *Civitas, Porto Alegre*, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan.-abr. 2014.

RUBACK, Livia; AVILA, Sandra; CANTERO, Lucia. **Vieses no aprendizado de máquina e suas implicações sociais: Um estudo de caso no reconhecimento facial.** In: *Anais do II Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade*. SBC, 2021. p. 90-101.

RUGGLES, Clive LN. **Ancient astronomy: An encyclopedia of cosmologies and myth.** Bloomsbury Publishing USA, 2005.

DOTY, R. L. **Autoethnography – making human connections.** *Review of International Studies*, 36, 2010, pp 1047-1050 doi:10.1017/S026021051000118X

SAID, Edward W. **Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente.** Tradução de Tomás Rosa Bueno São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cultura e imperialismo.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMUEL, Alan E. **Greek and Roman chronology: Calendars and years in classical antiquity.** Beck Mrz, 1972.

SANTOS, B. de S.; Meneses, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SCHACHTER, Oscar. **Man Will Conquer Space Soon: Who Owns the Universe?** *Collier's Weekly*, 22 de março de 1952, pp. 36-37.

SCHMIDT, Sebastian. **To order the minds of scholars: The discourse of the peace of Westphalia in international relations literature.** *International Studies Quarterly*, v. 55, n. 3, p. 601-623, 2011.

SCHMITT, Michael N. **International Law and Military Operations in Space.** *Max Planck UNYB*, v. 10, 2006, pp. 89-98.

SEMPA, Francis. **Geopolitics: from the Cold War to the 21st Century.** Routledge, 2017.

SHAPIRO, Michael J. **Cinematic Geopolitics.** New York: Routledge, 177 pp., 2009. ISBN: 978-0-415-77636-3.

SHARMA, Sarah; SINGH, Rianka (Ed.). **Re-understanding Media: Feminist Extensions of Marshall McLuhan.** Duke University Press, 2022.

SHASTRI, Sandeep; KUMAR, Ashutosh; SISODIA, Yatindra Singh (Ed.). **Electoral Dynamics in the States of India.** Taylor & Francis, 2021.

- SHERAAN, Michael. **The International Politics of Space**. New York: Routledge, 2007.
- SHESOL, Jeff. **JFK, John Glenn and the Fight for ‘Space for Peace’**. The Wall Street Journal. 10 mai. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/jfk-john-glenn-and-the-fight-for-space-for-peace-11622260860>
- SIBONY, Daniel. **Le patrimoine. Un lieu d’être autrement**. In: LE GOFF, Jacques (org.). *Patrimoine et passions identitaires*, Fayard, Paris, 1998. p. 33–41.
- SIDDIQI, Asif A. **Challenge to Apollo: the Soviet Union and the space race, 1945-1974**. US National Aeronautics & Space Administration, 2000.
- SILVA, Bernardino Coelho Da. **Direito Espacial Internacional**. Serra/ES: Clube de Autores, 2021.
- SIQUEIRA, Leandro. **Derivas espaciais, ecopolítica e governamentalidade planetária**. *Ecopolítica*, n. 15, 2016.
- SKARIA, Ajay. **Gandhi’s Politics: Liberalism and the Question of the Ashram**. In: *Enchantments of Modernity*. Routledge India, 2020. p. 199-233.
- SNOW, Alpheus Henry. **The Law of Nations**. *American Journal of International Law*, v. 6, n. 4, p. 890–900, 1912.
- SOUZA, Karla Alessandra Alves de; NAZARENO, Elias. **Experiências indígenas com a escrita: apropriação, impasses, desafios e possibilidades: educação intercultural e “A queda do Céu”**. Universidade Federal de Goiás, 2020.
- SPHERICAL INSIGHTS. **Global Space Exploration Market Share, Size, Growth**. 2023 Disponível em: <<https://www.sphericalinsights.com/reports/space-exploration-market>>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- STARES, Paul. **The Militarization of Space: U.S. Policy 1945–1984**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985, pp. 22–29.
- STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.
- STEPHENS, Sharon. **Children and the politics of culture**. Princeton: Princeton. University Press, 1995.
- STRAW, A. D. **Resisting ethnic cleansing : Crimean Tatars, Crimea, and the Soviet Union, 1941-1991**. Doctoral dissertation—The University of Texas at Austin, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.26153/tsw/5782>
- SUBTIL, L. C.; LOVATTO, P. **Direito internacional do mar e exploração dos fundos marinhos em perspectiva socioeconômica**. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, MG*, 50(2), 2023, pp. 148-174. <http://dx.doi.org/10.14393/RFADIR-50.2.2022.66736.148-174>.
- TANNENWALD, Nina. **Law versus Power on the High Frontier: The case for a rule-based regime for outer space**. *Yale Journal Of International Law*, New Haven, v. 29, n. 2, p.363-422, 2004.
- TAYLOR, Richard. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. 1992.

TERACINE, Edson Baptista. **Os benefícios sócio-econômicos das atividades espaciais no Brasil**. Parcerias estratégicas, v. 4, n. 7, p. 43-74, 2009.

THERBORN, Göran. **Os campos de extermínio da desigualdade**. Novos Estudos, 87, Jul. 2010.

THORNDIKE, Lynn. **The true place of astrology in the history of science**. Isis, v. 46, n. 3, pp. 273-278, 1955.

TLOSTANOVA, Madina. **Postsocialist ≠ postcolonial? On post-Soviet imaginary and global coloniality**. Journal of Postcolonial Writing, 48:2, 130-142, DOI: 10.1080/17449855.2012.658244

TODOROV, Tzevetan. **A Conquista da América**. A Questão do Outro. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1982.

TRAVAGLINI, Arcangelo. **Reconciling Natural Law and Legal Positivism in the Deep Seabed Mining Provisions of the Convention on the Law of the Sea**. Temp. Int'l & Comp. LJ, v. 15, p. 313, 2001.

TROTSKY, Leon. **O Que Foi a Revolução de Outubro**, 27 nov. 1932, Marxists Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/history/ussr/culture/soviet-life/full-issues/1961/sim_soviet-life_1961-05_5.pdf>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

VALENÇA, Marcelo M; BALTHAZAR, Ana Paula. **O Storytelling como ferramenta de aprendizado ativo**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 221-243.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito interplanetário e Direito inter gentes planetárias**. Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1957.

VERMEYLEN, Saskia; NJERI, Jacque. **African Space Art as a New Perspective on Space Law**. Reclaiming Space: Progressive and Multicultural Visions of Space Exploration, p. 114, 2023.

VERNE, Jules. **Autour de la lune [Around the moon]**. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection À tous les vents Volume 339 : version 1.1, 1870.

VERPLAESTE, Julian G. **International law in vertical space: air, outer space, ether**. Madrid : Raycar, S.A. 1960. 402 p.

VERRAN, H. **The Politics of Working Cosmologies Together While Keeping Them Separate** in: de la Cadena, M. & Blaser, M. A World of Many Worlds, pp. 112-130, 2018.

VIAENE, Lieselotte; LARANJEIRO, Catarina; TOM, Miye Nadya. **The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia**. In: Sexual Misconduct in Academia. Routledge, 2023. p. 208-225.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. **O papel da comunicação digital na Primavera Árabe: Apropriação e mobilização social**. In: V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR. 2013. pp. 9-18.

VITELLI, Marina Gisela. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo, Unesp, 2018.

WEBER, Max. A **"objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 1989, p. 79 - 127.

WHELAN, Joseph G. **The Press and Khrushchev's 'Withdrawal from the Moon Race'**. Public Opinion Quarterly, v. 32, n. 2, p. 233-250, 1968.

WHITE, L. (2000) **Speaking with Vampires: Rumor and History in Colonial Africa**. Berkeley: University of California Press, pp. 1-5.

WINNER, Langdon. **Autonomous Technology: Technics-out-of-Control as a Theme in Political Thought**. Cambridge, MA: MIT Press, 1977.

_____. **The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

WIRBEL, Loring. **Star Wars: US Tools of Space Supremacy**. London: Pluto Press, 2004, pp. 114–115.

WIRBEL, Loring. **Star Wars: US tools of space supremacy**. Pluto Press. 2004. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130000797103838208>. Acesso em: 19 jan. 2024.

YOUNG, M. Jane. **"Pity the Indians of Outer Space": Native American views of the space program**. Western Folklore, v. 46, n. 4, p. 269-279, 1987.

Artigos e matérias em jornais e revistas

BHATIA, Varinder. **If no law, would have beheaded lakhs who don't say Bharat Mata Ki Jai: Ramdev**. The Indian Express, 4 apr. 2016. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/india-news-india/if-no-law-would-have-cut-the-heads-of-those-who-dont-say-bharat-mata-ki-jai-ramdev/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BLACK opposition to Apollo moon landing hidden in plain sight. Free West Media, 12 feb. 2017. Disponível em: <https://freewestmedia.com/2017/02/12/black-opposition-to-apollo-moonlanding-hidden-in-plain-sight/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAPPA, D. G. **James Webb: por que a Agência Espacial Europeia lança seus foguetes da América do Sul**. BBC News Brasil, 16 dex. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59791569>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISHTI, Seema. **A Mother's worship: Why some Muslims find it difficult to say "Bharat Mata ki jai"**. The Indian Express, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/explained/a-mothers-worship-why-some-muslims-find-it-difficult-to-say-bharat-mata-ki-jai/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ET ONLINE. **Chandrayaan-3: This is how India celebrated historic Moon landing**. The Economic Times, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/science/chandrayaan-3-this-is-how-india-celebrated-historic-moon-landing/flag-andnbspchandrayaan-3-replica/slideshow/103009812.cms>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FROM the “Moon is Indian” to “Modi first, Moon next”: Front pages on Chandrayaan milestone. Disponível em:

<<https://www.newslaundry.com/2023/08/24/from-the-moon-is-indian-to-modi-first-moon-next-front-pages-on-chandrayaan-milestone>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GAGARIN Lives! Russian Life, 12 apr. 2016, Disponível em:

<<https://russianlife.com/the-russia-file/gagarin-lives/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GATHARA, P. Western Media Failures Say More about the West than Gaza. Al Jazeera, 25 oct. 2023. Disponível em:

<<https://www.aljazeera.com/opinions/2023/10/25/western-media-failures-say-more-about-the-west-than-gaza>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HARDY, M. The Russian Town That’s Now a Shrine to Cosmonaut Yuri Gagarin. Wired Magazine, 3 oct. 2018. Disponível em:

<<https://www.wired.com/story/russian-town-yuri-gagarin-photo-gallery/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HEMANTH, C.S. Chandrayaan-3 | India lights up the moon. The Hindu, 23 ago. 2023.

Disponível em:

<https://www.thehindu.com/sci-tech/science/india-is-on-the-moon-chandrayaan-3s-lander-module-successfully-lands-on-moon/article67226726.ece>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KUMAR, K. Maharashtra Assembly suspends AIMIM MLA Waris Pathan for refusing to say “Bharat Mata Ki Jai”. The Economic Times, 17 mar. 2016. Disponível em

<<https://economictimes.indiatimes.com/news/politics-and-nation/maharashtra-assembly-suspends-aimim-mla-waris-pathan-for-refusing-to-say-bharat-mata-ki-jai/articleshow/51433758.cms?from=mdr>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LEITE, Marcelo. Para líder indígena, conquista da Lua contribuiu para queda do céu.

Folha de São Paulo, Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2019/07/para-constituente-indigena-conquista-da-lua-contribuiu-para-queda-do-ceu.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LLORENTE, Martín. La Agencia Latinoamericana y Caribeña del Espacio. Revista oficial de Foreign Affairs Latinoamérica. Disponível em:

<<https://revistafal.com/la-agencia-latinoamericana-y-caribena-del-espacio/>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MCCOY, T; TRAIANO, H. A story of slavery — and space. The Washington Post, 26 mar. 2021, Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2021/brazil-alcantara-launch-center-quilombo/>>.

PEIXOTO, Roberto. Pela 1ª vez, Nasa terá um homem negro e uma mulher como astronautas em missão à Lua. G1, 03 abr. 2023. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/04/03/nasa-anuncia-astronautas-artemis-2.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIGO 23: Autonomous InterGalactic Space Program. E-Flux Announcements , 11 apr. 2012. Disponível em:

<<https://www.e-flux.com/announcements/34310/rigo-23-autonomous-intergalactic-space-program/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SPECIAL prayers offered across Delhi for Chandrayaan-3 success. Times of India, 23 aug. 2023. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/special-prayers-offered-across-delhi-for-chandrayaan-3-success/articleshow/102992067.cms>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCIENCE: The Cruise of the Vostok. Time Magazine, 21 apr. 1961. Disponível em: <<https://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,895299-1,00.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TOI. **Moon Mission.** Line of No Control by Sandeep Adhwaryu [editorial]. 8 ago. 2023 Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/cartoons/line-of-no-control/moon-mission/cartoonshow/102546126.cms>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

_____. **NDA Line of No Control** by Sandeep Adhwaryu [editorial]. 8 set. 2023 Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/cartoons/line-of-no-control/rocket-science/cartoonshow/101764767.cms>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

_____. **Rocket Science.** Line of No Control by Sandeep Adhwaryu [editorial]. 11 jul.. 2023 Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/cartoons/line-of-no-control/rocket-science/cartoonshow/101764767.cms>>. Acesso em: 22 jan. de 2024.

APÊNDICE I. Tabela do status dos Tratados Internacionais sobre o Espaço Exterior em Janeiro de 2023

<i>Legenda: R: ratificado; A: assinado; TE: Tratado do Espaço; AR: Acordo de Resgate; CR: Convenção de Responsabilidade; CRg: Convenção de Registro; TL: Tratado da Lua</i>					
	Tratados				
Estado ou área	TE - 1967	AR - 1968	CR - 1972	CRg - 1975	TL - 1979
Afeganistão	R	-	-	-	-
África do Sul	R	R	R	R	-
Albânia	-	-	-	-	-
Alemanha	R	R	R	R	-
Andorra	-	-	-	-	-
Angola	-	-	-	-	-
Antígua e Barbuda	R	R	R	R	-
Arábia Saudita	R	R	R	R	R
Argélia	R	-	R	R	-
Argentina	R	R	R	R	-
Armênia	R	R	R	R	R
Austrália	R	R	R	R	R
Áustria	R	R	R	R	R
Azerbaijão	R	-	-	-	-
Bahamas	R	R	-	-	-
Bangladesh	R	-	-	-	-
Barbados	R	R	-	-	-
Barein	R	-	R	R	-
Bélgica	R	R	R	R	R
Belize	-	-	-	-	-
Benin	-	-	-	-	-
Bielorrússia	R	R	R	R	-
Bolívia (Estado plurinacional)	A	A	-	-	-
Bósnia e Herzegovina	R	R	R	-	-

Botsuana	S	R	R	-	-
Brasil	R	R	R	R	-
Brunei	-	-	-	-	-
Bulgária	R	R	R	R	-
Burkina Faso	R	-	-	-	-
Burundi	A	-	A	A	-
Butão	-	-	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-	-	-
Camarões	A	R	-	-	-
Camboja	-	-	A	-	-
Canadá	R	R	R	R	-
Catar	R	R	R	R	-
Cazaquistão	R	R	R	R	R
Chade	-	-	-	-	-
Chile	R	R	R	R	R
China	R	R	R	R	-
Chipre	R	R	R	R	-
Colômbia	A	A	R	R	-
Comores	-	-	-	-	-
Congo	-	-	-	-	-
Coreia do Norte	R	R	R	R	-
Coreia do Sul	R	R	R	R	-
Costa do Marfim	-	-	-	-	-
Costa Rica	-	A	A	R	-
Croácia	-	R	R	-	-
Cuba	R	R	R	R	-
Dinamarca	R	R	R	R	-
Djibuti	-	-	-	R	-
Dominica	-	-	-	-	-
Egito	R	R	A	-	-
El Salvador	R	R	R	-	-

Emirados Árabes Unidos	R	R	R	R	-
Equador	R	R	R	-	-
Eritreia	-	-	-	-	-
Eslováquia	R	R	R	R	-
Eslovênia	R	R	R	R	-
Espanha	R	R	R	R	-
Estados Unidos	R	R	R	R	-
Estônia	R	-	-	-	-
Etiópia	S	-	-	-	-
Fiji	R	R	R	-	-
Filipinas	A	A	A	-	R
Finlândia	R	R	R	R	-
França	R	R	R	R	A
Gabão	-	R	R	-	-
Gâmbia	A	R	A	-	-
Gana	A	A	A	-	-
Geórgia	-	R	-	-	-
Granada	-	-	-	-	-
Grécia	R	R	R	R	-
Guatemala	-	-	A	-	A
Guiana	A	R	-	-	-
Guiné	-	-	-	-	-
Guiné Equatorial	R	-	-	-	-
Guiné-Bissau	R	R	-	-	-
Haiti	A	A	A	-	-
Holanda	R	R	R	R	-
Honduras	A	-	A	-	-
Hungria	R	R	R	R	-
Iémen	R	A	-	-	-
Ilhas Marshall	-	-	-	-	-
Ilhas Salomão	-	-	-	-	-

Índia	R	R	R	R	A
Indonésia	R	R	R	R	-
Irã	A	R	R	A	-
Iraque	R	R	R	-	-
Irlanda	R	R	R	-	-
Islândia	R	R	A	-	-
Israel	R	R	R	-	-
Itália	R	R	R	R	-
Jamaica	R	A	-	-	-
Japão	R	R	R	R	-
Jordânia	A	A	A	-	-
Kiribati	-	-	-	-	-
Kuwait	R	R	R	R	R
Lesoto	A	A	-	-	-
Letônia	-	-	-	-	-
Líbano	R	R	R	R	R
Libéria	-	-	-	-	-
Líbia	R	R	R	R	-
Liechtenstein	-	-	R	R	-
Lituânia	R	R	R	R	-
Luxemburgo	R	A	R	R	-
Macedônia do Norte	-	-	-	-	-
Madagáscar	R	R	-	-	-
Malásia	A	A	-	-	-
Malávi	-	-	-	-	-
Maldivas	-	R	-	-	-
Mali	R	-	R	-	-
Malta	R	A	R	-	-
Marrocos	R	R	R	R	R
Maurícia	R	R	-	-	-
Mauritânia	-	-	-	-	-

México	R	R	R	R	R
Mianmar	R	A	-	-	-
Micronésia	-	-	-	-	-
Moçambique	-	-	-	-	-
Mônaco	-	A	-	-	-
Mongólia	R	R	R	R	-
Montenegro	-	R	R	R	-
Namíbia	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-
Nepal	R	R	A	-	-
Nicarágua	R	R	R	R	-
Níger	R	R	R	R	-
Nigéria	R	R	R	R	-
Noruega	R	R	R	R	-
Nova Zelândia	R	R	R	R	-
Omã	R	-	A	R	-
Países Baixos	R	R	R	R	R
Palau	-	-	-	-	-
Palestina	-	-	-	-	-
Panamá	A	-	R	-	-
Papua Nova Guiné	R	R	R	-	-
Paquistão	R	R	R	R	R
Paraguai	R	-	-	R	-
Peru	R	R	R	R	R
Polónia	R	R	R	R	-
Portugal	R	R	R	R	-
Quênia	R	-	R	-	-
Quirguistão	-	-	-	-	-
Quiribati	-	-	-	-	-
Reino Unido	R	R	R	R	-
República Centro-Africana	A	-	A	-	-

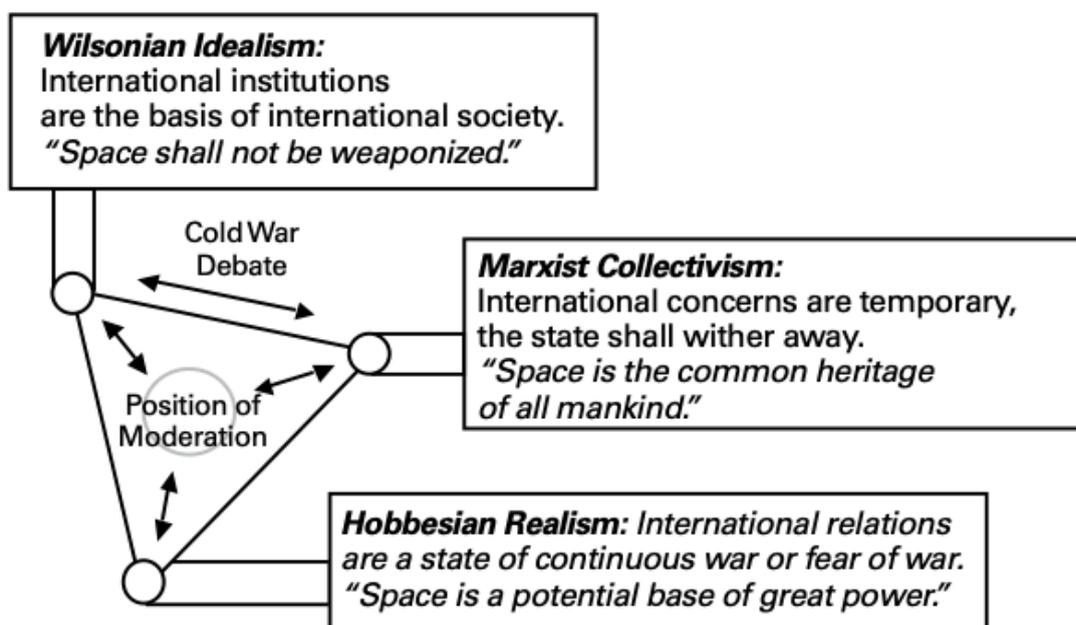
República Checa	R	R	R	R	-
República Democrática do Congo	A	A	A	-	-
República Dominicana	R	A	R	-	-
Romênia	R	R	R	R	A
Ruanda	A	A	A	-	-
Rússia	R	R	R	R	-
Samoa	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-
São Marinho	R	R	-	-	-
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-
São Vicente e Granadinas	R	R	R	R	-
Senegal	-	A	R	-	-
Serra Leoa	R	A	A	-	-
Sérvia	-	R	R	R	-
Seychelles	R	R	R	R	-
Singapura	R	R	R	A	-
Síria	R	R	R	-	-
Somália	A	A	-	-	-
Sri Lanka	R	-	R	-	-
Sudão	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-
Suécia	R	R	R	R	-
Suíça	R	R	R	R	-
Suriname	-	-	-	-	-
Suazilândia (Essuatíni)	-	R	-	-	-
Tadjiquistão	-	-	-	-	-
Tailândia	R	R	-	-	-
Tanzânia	-	-	-	A	-
Timor-Leste	-	-	-	-	-

Togo	R	-	R	-	-
Tonga	R	R	-	-	-
Trinidad e Tobago	A	-	R	-	-
Tunísia	R	R	R	-	-
Turcomenistão	-	-	-	-	-
Turquia	R	R	R	R	R
Tuvalu	-	-	-	-	-
Ucrânia	R	R	R	R	-
Uganda	R	-	-	-	-
Uruguai	R	R	R	R	R
Uzbequistão	-	-	-	-	-
Vanuatu	-	-	-	-	-
Venezuela	R	A	R	R	R
Vietnã	R	A	-	-	-
Zâmbia	R	R	R	-	-
Zimbábue	-	-	-	-	-
R totais	112	99	98	75	18
A totais	23	23	19	3	4

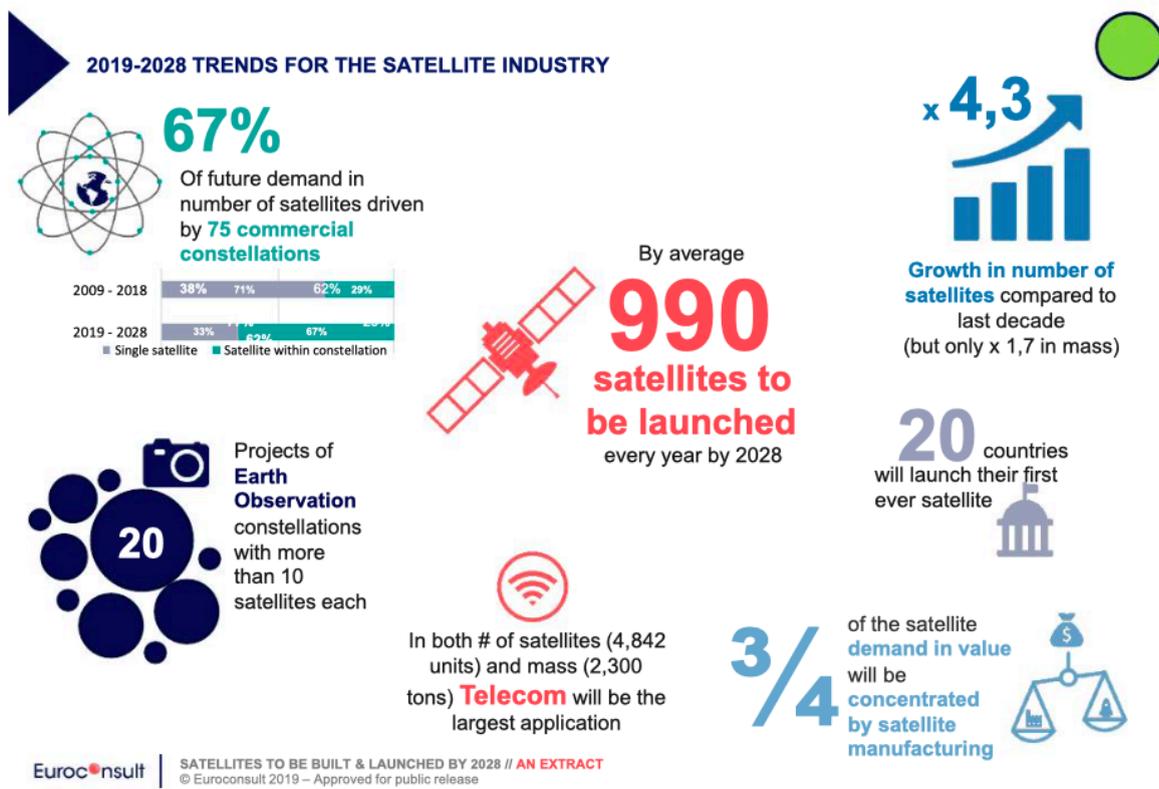
Fonte: elaboração própria a partir da UNOOSA (2023)¹⁶⁶

¹⁶⁶ A/AC.105/C.2/2023/CRP.3

ANEXO I - Triangulação do debate sobre a exploração espacial



ANEXO II - Tendências para a indústria de satélites (2019-2028), publicada em 2019 pelo grupo Euroconsult



ANEXO III - Artigos do Tratado do Espaço que foram comentados neste trabalho

TREATY ON PRINCIPLES GOVERNING THE ACTIVITIES OF STATES IN THE EXPLORATION AND USE OF OUTER SPACE, INCLUDING THE MOON AND OTHER CELESTIAL BODIES

ARTICLE I

The exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, shall be carried out for the benefit and in the interests of all countries, irrespective of their degree of economic or scientific development, and shall be the province of all mankind.

Outer space, including the moon and other celestial bodies, shall be free for exploration and use by all States without discrimination of any kind, on a basis of equality and in accordance with international law, and there shall be free access to all areas of celestial bodies.

There shall be freedom of scientific investigation in outer space, including the moon and other celestial bodies, and States shall facilitate and encourage international co-operation in such investigation.

ARTICLE II

Outer space, including the moon and other celestial bodies, is not subject to national appropriation by claim of sovereignty, by means of use or occupation, or by any other means.

ARTICLE III

States Parties to the Treaty shall carry on activities in the exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, in accordance with international law, including the Charter of the United Nations, in the interest of maintaining international peace and security and promoting international cooperation and understanding.

ARTICLE IV

States Parties to the Treaty undertake not to place in orbit around the earth any objects carrying nuclear weapons or any other kinds of weapons of mass destruction, install such weapons on celestial bodies, or station such weapons in outer space in any other manner.

The moon and other celestial bodies shall be used by all States Parties to the Treaty exclusively for peaceful purposes. The establishment of military bases, installations and fortifications, the testing of any type of weapons and the conduct of military manoeuvres on celestial bodies shall be forbidden. The use of military personnel for scientific research or for

any other peaceful purposes shall not be prohibited. The use of any equipment or facility necessary for peaceful exploration of the moon and other celestial bodies shall also not be prohibited.

ARTICLE V

States Parties to the Treaty shall regard astronauts as envoys of mankind in outer space and shall render to them all possible assistance in the event of accident, distress, or emergency landing on the territory of another State Party or on the high seas. When astronauts make such a landing, they shall be safely and promptly returned to the State of registry of their space vehicle.

In carrying on activities in outer space and on celestial bodies, the astronauts of one State Party shall render all possible assistance to the astronauts of other States Parties.

States Parties to the Treaty shall immediately inform the other States Parties to the Treaty or the Secretary-General of the United Nations of any phenomena they discover in outer space, including the moon and other celestial bodies, which could constitute a danger to the life or health of astronauts.

ARTICLE VI

States Parties to the Treaty shall bear international responsibility for national activities in outer space, including the moon and other celestial bodies, whether such activities are carried on by governmental agencies or by non-governmental entities, and for assuring that national activities are carried out in conformity with the provisions set forth in the present Treaty. The activities of non-governmental entities in outer space, including the moon and other celestial bodies, shall require authorization and continuing supervision by the appropriate State Party to the Treaty. When activities are carried on in outer space, including the moon and other celestial bodies, by an international organization, responsibility for compliance with this Treaty shall be borne both by the international organization and by the States Parties to the Treaty participating in such organization.

ARTICLE VII

Each State Party to the Treaty that launches or procures the launching of an object into outer space, including the moon and other celestial bodies, and each State Party from whose territory or facility an object is launched, is internationally liable for damage to another State

Party to the Treaty or to its natural or juridical persons by such object or its component parts on the Earth, in air or in outer space, including the moon and other celestial bodies.

ARTICLE IX

In the exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, States Parties to the Treaty shall be guided by the principle of cooperation and mutual assistance and shall conduct all their activities in outer space, including the moon and other celestial bodies, with due regard to the corresponding interests of all other States Parties to the Treaty. States Parties to the Treaty shall pursue studies of outer space, including the moon and other celestial bodies, and conduct exploration of them so as to avoid their harmful contamination and also adverse changes in the environment of the Earth resulting from the introduction of extraterrestrial matter and, where necessary, shall adopt appropriate measures for this purpose. If a State Party to the Treaty has reason to believe that an activity or experiment planned by it or its nationals in outer space, including the moon and other celestial bodies, would cause potentially harmful interference with activities of other States Parties in the peaceful exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, it shall undertake appropriate international consultations before proceeding with any such activity or experiment. A State Party to the Treaty which has reason to believe that an activity or experiment planned by another State Party in outer space, including the moon and other celestial bodies, would cause potentially harmful interference with activities in the peaceful exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, may request consultation concerning the activity or experiment.

ARTICLE X

In order to promote international co-operation in the exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, in conformity with the purposes of this Treaty, the States Parties to the Treaty shall consider on a basis of equality any requests by other States Parties to the Treaty to be afforded an opportunity to observe the flight of space objects launched by those States. The nature of such an opportunity for observation and the conditions under which it could be afforded shall be determined by agreement between the States concerned.

ARTICLE XI

In order to promote international co-operation in the peaceful exploration and use of outer space, States Parties to the Treaty conducting activities in outer space, including the moon and other celestial bodies, agree to inform the Secretary-General of the United Nations as well as the public and the international scientific community, to the greatest extent feasible and practicable, of the nature, conduct, locations and results of such activities. On receiving the said information, the Secretary-General of the United Nations should be prepared to disseminate it immediately and effectively.

ARTICLE XII

All stations, installations, equipment and space vehicles on the moon and other celestial bodies shall be open to representatives of other States Parties to the Treaty on a basis of reciprocity. Such representatives shall give reasonable advance notice of a projected visit, in order that appropriate consultations may be held and that maximum precautions may be taken to assure safety and to avoid interference with normal operations in the facility to be visited.

ANEXO IV - Artigos do Tratado da Lua que foram comentados neste trabalho**AGREEMENT GOVERNING THE ACTIVITIES OF STATES ON THE MOON AND
OTHER CELESTIAL BODIES**

ARTICLE 11

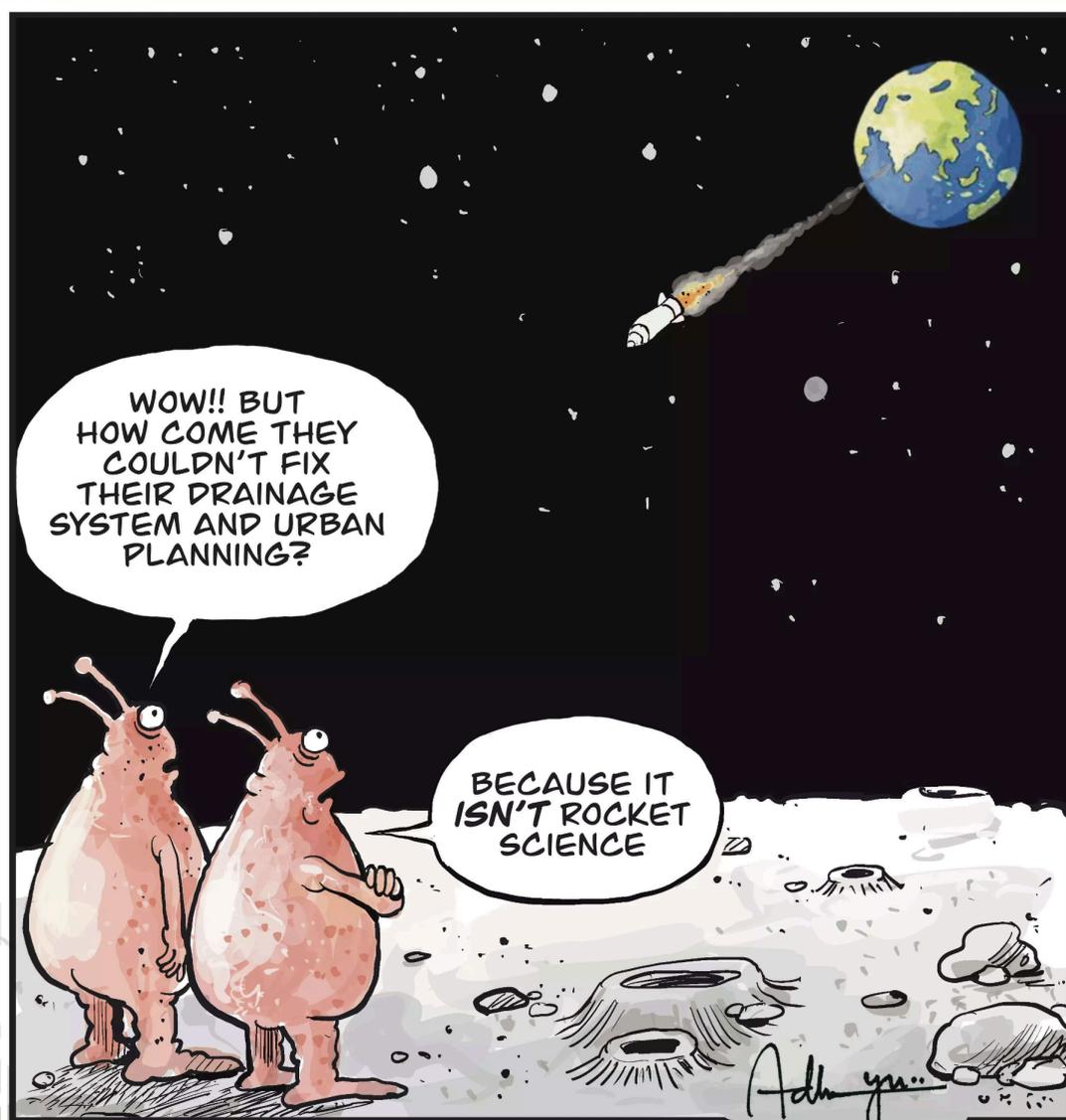
1. The moon and its natural resources are the common heritage of mankind, which finds its expression in the provisions of this Agreement, in particular in paragraph 5 of this article.
2. The moon is not subject to national appropriation by any claim of sovereignty, by means of use or occupation, or by any other means.
3. Neither the surface nor the subsurface of the moon, nor any part thereof or natural resources in place, shall become property of any State, international intergovernmental or non-governmental organization, national organization or non-governmental entity or of any natural person. The placement of personnel, space vehicles, equipment, facilities, stations and installations on or below the surface of the moon, including structures connected with its surface or subsurface, shall not create a right of ownership over the surface or the subsurface of the moon or any areas thereof. The foregoing provisions are without prejudice to the international regime referred to in paragraph 5 of this article.
4. States Parties have the right to exploration and use of the moon without discrimination of any kind, on the basis of equality and in accordance with international law and the terms of this Agreement.
5. States Parties to this Agreement hereby undertake to establish an international regime, including appropriate procedures, to govern the exploitation of the natural resources of the moon as such exploitation is about to become feasible. This provision shall be implemented in accordance with article 18 of this Agreement.
6. In order to facilitate the establishment of the international regime referred to in paragraph 5 of this article, States Parties shall inform the Secretary-General of the United Nations as well as the public and the international scientific community, to the greatest extent feasible and practicable, of any natural resources they may discover on the moon.
7. The main purposes of the international regime to be established shall include:
 - (a) The orderly and safe development of the natural resources of the moon;

- (b) The rational management of those resources;
- (c) The expansion of opportunities in the use of those resources;
- (d) An equitable sharing by all States Parties in the benefits derived from those resources, whereby the interests and needs of the developing countries, as well as the efforts of those countries which have contributed either directly or indirectly to the exploration of the moon, shall be given special consideration.

8. All the activities with respect to the natural resources of the moon shall be carried out in a manner compatible with the purposes specified in paragraph 7 of this article and the provisions of article 6, paragraph 2, of this Agreement.

ANEXO V - Change "Rocket Science" publicada pelo jornal Times of India, em 14 de julho de 2023

TOI LINE OF NO CONTROL **SANDEEP ADHWARYU**



ANEXO VI - Change "Moon Mission" publicada pelo jornal Times of India, em
8 de agosto de 2023



ANEXO VII - Change "Chandrayaan-3" publicada pelo jornal Times of India, em
26 de agosto de 2023

TOI **LINE OF NO CONTROL** **SANDEEP ADHWARYU**



ANEXO VIII - Discurso do presidente dos Estados Unidos da América, John F. Kennedy, para informar o público sobre o seu plano de levar o homem à Lua antes de 1970, na Universidade Rice, em 12 de setembro de 1962

President Pitzer, Mr. Vice President, Governor, Congressman Thomas, Senator Wiley, and Congressman Miller, Mr. Webb, Mr. Bell, scientists, distinguished guests, and ladies and gentlemen:

I appreciate your president having made me an honorary visiting professor, and I will assure you that my first lecture will be very brief.

I am delighted to be here, and I'm particularly delighted to be here on this occasion.

We meet at a college noted for knowledge, in a city noted for progress, in a state noted for strength, and we stand in need of all three, for we meet in an hour of change and challenge, in a decade of hope and fear, in an age of both knowledge and ignorance. The greater our knowledge increases, the greater our ignorance unfolds.

Despite the striking fact that most of the scientists that the world has ever known are alive and working today, despite the fact that this nation's own scientific manpower is doubling every 12 years in a rate of growth more than three times that of our population as a whole, despite that, the vast stretches of the unknown and the unanswered and the unfinished still far outstrip our collective comprehension.

No man can fully grasp how far and how fast we have come, but condense, if you will, the 50,000 years of man's recorded history in a time span of but a half-century. Stated in these terms, we know very little about the first 40 years, except at the end of them advanced man had learned to use the skins of animals to cover them. Then about 10 years ago, under this standard, man emerged from his caves to construct other kinds of shelter. Only five years ago man learned to write and use a cart with wheels. Christianity began less than two years ago. The printing press came this year, and then less than two months ago, during this whole 50-year span of human history, the steam engine provided a new source of power.

Newton explored the meaning of gravity. Last month electric lights and telephones and automobiles and airplanes became available. Only last week did we develop penicillin and television and nuclear power, and now if America's new spacecraft succeeds in reaching Venus, we will have literally reached the stars before midnight tonight.

This is a breathtaking pace, and such a pace cannot help but create new ills as it dispels old, new ignorance, new problems, new dangers. Surely the opening vistas of space promise high costs and hardships, as well as high reward.

So it is not surprising that some would have us stay where we are a little longer to rest, to wait. But this city of Houston, this State of Texas, this country of the United States was not built by those who waited and rested and wished to look behind them. This country was conquered by those who moved forward — and so will space.

William Bradford, speaking in 1630 of the founding of the Plymouth Bay Colony, said that all great and honorable actions are accompanied with great difficulties, and both must be enterprised and overcome with answerable courage.

If this capsule history of our progress teaches us anything, it is that man, in his quest for knowledge and progress, is determined and cannot be deterred. The exploration of space will go ahead, whether we join in it or not, and it is one of the great adventures of all time, and no nation which expects to be the leader of other nations can expect to stay behind in the race for space.

Those who came before us made certain that this country rode the first waves of the industrial revolutions, the first waves of modern invention, and the first wave of nuclear power, and this generation does not intend to founder in the backwash of the coming age of space. We mean to be a part of it — we mean to lead it. For the eyes of the world now look into space, to the moon and to the planets beyond, and we have vowed that we shall not see it governed by a hostile flag of conquest, but by a banner of freedom and peace. We have vowed that we shall not see space filled with weapons of mass destruction, but with instruments of knowledge and understanding.

Yet the vows of this nation can only be fulfilled if we in this nation are first, and, therefore, we intend to be first. In short, our leadership in science and in industry, our hopes for peace and security, our obligations to ourselves as well as others, all require us to make this effort, to solve these mysteries, to solve them for the good of all men, and to become the world's leading space-faring nation.

We set sail on this new sea because there is new knowledge to be gained, and new rights to be won, and they must be won and used for the progress of all people. For space science, like nuclear science and all technology, has no conscience of its own. Whether it will become a force for good or ill depends on man, and only if the United States occupies a position of pre-eminence can we help decide whether this new ocean will be a sea of peace or a new terrifying theater of war. I do not say the we should or will go unprotected against the hostile misuse of space any more than we go unprotected against the hostile use of land or sea, but I do say that space can be explored and mastered without feeding the fires of war, without repeating the mistakes that man has made in extending his writ around this globe of ours.

There is no strife, no prejudice, no national conflict in outer space as yet. Its hazards are hostile to us all. Its conquest deserves the best of all mankind, and its opportunity for peaceful cooperation may never come again. But why, some say, the moon? Why choose this as our goal? And they may well ask why climb the highest mountain? Why, 35 years ago, fly the Atlantic? Why does Rice play Texas?

We choose to go to the moon. We choose to go to the moon in this decade and do the other things, not because they are easy, but because they are hard, because that goal will serve to organize and measure the best of our energies and skills, because that challenge is one that we are willing to accept, one we are unwilling to postpone, and one which we intend to win, and the others, too.

It is for these reasons that I regard the decision last year to shift our efforts in space from low to high gear as among the most important decisions that will be made during my incumbency in the office of the presidency.

In the last 24 hours, we have seen facilities now being created for the greatest and most complex exploration in man's history. We have felt the ground shake and the air shattered by the testing of a Saturn C-1 booster rocket, many times as powerful as the Atlas which launched John Glenn, generating power equivalent to 10,000 automobiles with their accelerators on the floor. We have seen the site where five F-1 rocket engines, each one as powerful as all eight engines of the Saturn combined, will be clustered together to make the advanced Saturn missile, assembled in a new building to be built at Cape Canaveral as tall as a 48-story structure, as wide as a city block, and as long as two lengths of this field.

Within these last 19 months at least 45 satellites have circled the earth. Some 40 of them were "made in the United States of America," and they were far more sophisticated and supplied far more knowledge to the people of the world than those of the Soviet Union.

The Mariner spacecraft now on its way to Venus is the most intricate instrument in the history of space science. The accuracy of that shot is comparable to firing a missile from Cape Canaveral and dropping it in this stadium between the 40-yard lines.

Transit satellites are helping our ships at sea to steer a safer course. Tiros satellites have given us unprecedented warnings of hurricanes and storms, and will do the same for forest fires and icebergs.

We have had our failures, but so have others, even if they do not admit them. And they may be less public.

To be sure, we are behind, and will be behind for some time in manned flight. But we do not intend to stay behind, and in this decade, we shall make up and move ahead.

The growth of our science and education will be enriched by new knowledge of our universe and environment, by new techniques of learning and mapping and observation, by new tools and computers for industry, medicine, the home as well as the school. Technical institutions, such as Rice, will reap the harvest of these gains.

And finally, the space effort itself, while still in its infancy, has already created a great number of new companies, and tens of thousands of new jobs. Space and related industries are generating new demands in investment and skilled personnel, and this city and this state, and this region, will share greatly in this growth. What was once the furthest outpost on the old frontier of the West will be the furthest outpost on the new frontier of science and space. Houston, your city of Houston, with its Manned Spacecraft Center, will become the heart of a large scientific and engineering community. During the next five years the National Aeronautics and Space Administration expects to double the number of scientists and engineers in this area, to increase its outlays for salaries and expenses to \$60 million a year; to invest some \$200 million in plant and laboratory facilities; and to direct or contract for new space efforts over \$1 billion from this center in this city.

To be sure, all of this costs us all a good deal of money. This year's space budget is three times what it was in January 1961, and it is greater than the space budget of the previous eight years combined. That budget now stands at \$5,400,000 a year — a staggering sum, though somewhat less than we pay for cigarettes and cigars every year. Space expenditures will soon rise some more, from 40 cents per person per week to more than 50 cents a week for every man, woman and child in the United States, for we have given this program a high national priority — even though I realize that this is in some measure an act of faith and vision, for we do not now know what benefits await us.

But if I were to say, my fellow citizens, that we shall send to the moon, 240,000 miles away from the control station in Houston, a giant rocket more than 300 feet tall, the length of this football field, made of new metal alloys, some of which have not yet been invented, capable of standing heat and stresses several times more than have ever been experienced, fitted together with a precision better than the finest watch, carrying all the equipment needed for propulsion, guidance, control, communications, food and survival, on an untried mission, to an unknown celestial body, and then return it safely to Earth, re-entering the atmosphere at speeds of over 25,000 miles per hour, causing heat about half that of the temperature of the sun — almost as hot as it is here today — and do all this, and do it right, and do it first before this decade is out — then we must be bold.

I'm the one who is doing all the work, so we just want you to stay cool for a minute.

[laughter]

However, I think we're going to do it, and I think that we must pay what needs to be paid. I don't think we ought to waste any money, but I think we ought to do the job. And this will be done in the decade of the sixties. It may be done while some of you are still here at school at this college and university. It will be done during the term of office of some of the people who sit here on this platform. But it will be done. And it will be done before the end of this decade. I am delighted that this university is playing a part in putting a man on the moon as part of a great national effort of the United States of America.

Many years ago, the great British explorer George Mallory, who was to die on Mount Everest, was asked why did he want to climb it? He said, "Because it is there."

Well, space is there, and we're going to climb it, and the moon and the planets are there, and new hopes for knowledge and peace are there. And, therefore, as we set sail we ask God's blessing on the most hazardous and dangerous and greatest adventure on which man has ever embarked.

Thank you.

ANEXO IX - Trechos do discurso de Nikita S. Khrushchev, na recepção de Yuri Gagarin, em 14 de abril de 1961

APRIL 12, 1961, is a date that has entered the chronicles of world history. On that day man for the first time made a flight into the cosmos. The cosmonaut is our contemporary, a citizen of the Soviet Union—Major Yuri Gagarin. A centuries-old dream has come true. Thousands of cables have been received in Moscow. Congratulations on the success of the greatest feat in history have come from heads of state and simple workers, from outstanding scientists and schoolboys of all the continents.

On April 14 millions of people of many countries listened to the broadcasts from Moscow, and TV spectators of 14 countries of Europe saw Moscow for the first time, saw how the Soviet capital honored the world's first cosmonaut, Major Yuri Gagarin.

On this day in Red Square hundreds of thousands of Muscovites participated in meetings held in honor of the successful cosmic flight. Muscovites and guests from all over the world listened with great attention to the speech of Nikita S. Khrushchev, Chairman of the USSR Council of Ministers, addressed to all the people of the world. The head of the Soviet Government noted with pride and joy that for the first time in history a Soviet citizen, in a Soviet spaceship, “has penetrated outer space, making the first unparalleled trip to the stars.”

“Yuri Alexeyevich Gagarin,” said Nikita S. Khrushchev, “is our pioneer of cosmic travel, the first man to orbit the globe. If the name of Columbus, who crossed the Atlantic and discovered America, lives through the ages, what can be said about our outstanding hero, Comrade Gagarin, who penetrated outer space, circled the entire globe, and returned safely to earth? His name will be immortal in the history of mankind.”

Khrushchev greeted and congratulated the scientists, workers, engineers and technicians who created the Vostok rocket ship as well as the entire Soviet people, who ensured the conditions for the successful manned flight to outer space. “By this flight we have once more demonstrated to all the world what can be accomplished by the genius of free people,” the head of the Soviet Government declared.

Turning to the history of the country, Khrushchev recalled “the haughty strategists,” “the sorry theorists” who had prophesied that the horse-and-buggy Russia would never become a great industrial power. “Where are they now, those sorry prophets?” Khrushchev asked.

“The socialist state,” he went on to say, “made it possible to carry into life, in the course of industrial and collective farm construction, the dreams and plans of many scientists, engineers and technicians who in czarist Russia could not even think of using their brains and hands.”

The Chairman of the Council of Ministers paid tribute to the memory of Kibalchich, Mendeleev, Zhukovsky, Timiryazev, Pavlov and many other great scientists whose names are associated with outstanding exploits of the Soviet people. “We now recall with particular respect Konstantin Eduardovich Tsiolkovsky, the scientist and dreamer, the theoretician of cosmic travel.

“We are proud of the fact,” Khrushchev went on to say, “that the dream of conquering outer space, this indeed most daring of all daring aspirations of man, this fairy tale, has been made a reality by the Soviet people.

“Citizen of the Soviet Union—this has a proud ring to it,” Khrushchev declared. “But it is not because we believe that other peoples and countries are incapable of similar accomplishments that we are proud. We are internationalists. Every Soviet citizen has been brought up in the spirit of socialist patriotism and, at the same time, is ready to share generously his scientific know-how, his technical and cultural knowledge with all those who are prepared to live in peace and friendship with us,” Khrushchev emphasized.

“Socialism has given our country the broadest scope for development. Within the 43 years of Soviet power, the once illiterate Russia—about which some spoke with contempt, regarding it as a barbarous country traversed an immense path. Our country was the first to create a satellite spaceship, the first to break through to outer space. Is this not a most striking demonstration of the genuine freedom of the freest of all the free peoples of the world—the Soviet people!” Khrushchev exclaimed.

“Our conquest of space is a magnificent landmark in the development of mankind,” Khrushchev declared. “It is a new triumph of Lenin’s ideas, a confirmation of the correctness of the Marxist-Leninist teachings.

“The glorious results of all that has been achieved by the peoples of the Soviet Union in conditions created by the October Socialist Revolution have found embodiment and graphic illustration in this victory of human genius. This exploit signifies a new upsurge of our country in its steady onward movement to communism,” Khrushchev emphasized.

He declared that there is no force on earth “that could make us swerve from this road. We shall triumph, and this will be the noblest and the brightest triumph. It does not lead to the rule of one group of men over another, the rule of one country over another country or group of countries, one nation over others, but benefits all the people of the world.”

“At this hour,” Khrushchev said, “we greet the scientists of the world, to whom this space flight is a source of great joy and great satisfaction. Soviet science is developing in close contact with world science. The flight of the spaceship Vostok is, so to speak, the first swallow in outer space. It soared into the sky in the wake of our numerous sputniks and spaceships. It is a logical result of the tremendous amount of scientific and technological work done in our country to conquer outer space.

“We shall go on with this work,” Khrushchev continued. “More and more Soviet people will soar into the cosmos over uncharted routes, explore it, continue to solve the secrets of nature and make them serve man, his welfare, make them serve peace.

“We emphasize—to serve peace!” Khrushchev declared. “The Soviet people do not want rockets, fulfilling with such amazing accuracy the program set by man, to carry lethal payloads.

“We once again address all the governments of the world,” Khrushchev went on. “Science and technology have moved ahead so far and are capable of committing by ill will such destruction that all measures should be taken for disarmament. General and complete disarmament under the strictest international control is a way toward the establishment of lasting peace among nations.”

The head of the Soviet Government announced “that the Presidium of the USSR Supreme Soviet had conferred on Yuri Gagarin the high title of Hero of the Soviet Union.

“In commemoration of the first manned flight into space, a bronze bust of the hero will be erected in Moscow and a commemorative medal will be instituted,” Khrushchev said.

Khrushchev cordially congratulated the parents of the first Soviet astronaut—Anna Timofeyevna and Alexei Ivanovich Gagarin. He expressed his admiration for the bravery of Yuri Gagarin’s wife - Valentina Ivanovna. “She knew that Yuri Alexeyevich was going into outer space and she did not dissuade him, she supported and wholeheartedly encouraged her husband, the father of two babies, to accomplish this glorious deed,” the head of the Soviet

Government said.

“This is a real Soviet woman,” he added.

“The people of the Soviet Union,” Nikita S. Khrushchev said in conclusion, “are celebrating their new victory, a victory of labor, science and intellect. It has been attained by the peoples of our country through persistent and intensive work. The Soviet people have traversed a great path in the struggle for the development of the national economy, for the development of technology and science, and have been remunerated in a worthy manner by being the first to launch a satellite ship with a man on board into outer space. This immortal exploit, this outstanding feat, will live through the ages as mankind’s greatest achievement.”

ANEXO X - Notas transcritas ditadas por Nikita S. Khrushchev, em Pitsunda, na véspera do voo de Yuri Gagarin, em 11 de abril de 1961

Tomorrow, as they say, if everything goes smoothly, then a manned spacecraft will be launched at 9 hours 07 minutes. Its flight around the Earth will take an hour and a half, and it should land. We would like for everything to go smoothly. The day after tomorrow he will be brought to Moscow.

When I was leaving, we exchanged opinions. I, for example, expressed [the opinion] and comrades agreed that we have to somehow think of a celebratory reception at the government level. I just got a phone call from [Dmitriy] Ustinov, about two or three hours ago. [The launch] was planned for the 13th, but apparently they succumbed to superstition and are saying that they are going to launch it tomorrow. I was told that they were thinking of bringing him here [to Pitsunda]. I shot this down. This won't do. It is hard to explain and hard to understand why here. Because we are vacationing here? Therefore I believe that I have to go and I am going to persuade Anastas Ivanovich [Mikoyan], and we will have a reception at Vnukovo airport [outside of Moscow] with as much display as possible – radio, television, a short rally, then a procession to Moscow, to the Kremlin. We should organize a reception in the Kremlin. I didn't talk about it, but I believe that maybe we need to have a rally in Moscow on the Red Square. This is a historical event.

I have an idea that we should prepare an address on behalf of the Central Committee and the government to the people and the party and to the whole progressive mankind.

We have to point out this heroic act was performed by humankind at the time when the development of science allowed a human to enter into space and come back. Therefore we paved the way for the exploration of outer space by humans, of entering space by humans and their safe return.

It is necessary to point out that we are informing our people and our Party about this with great satisfaction, that this is a person from the Soviet Union, our socialist Motherland, that this is a demonstration of Marxist-Leninist teaching, its progressiveness, because the former Tsarist Russia did not even dream of competing with other countries more developed technically and economically. But in a very short time the working class under the leadership of the great Party of Lenin, with Lenin at the head, took the power in their own hands. And what about the people who did not understand the progressiveness of the event which manifested itself in the act of the achievement of the October Revolution and the taking of power by the working class? And what about many honest people who recognized the

progressiveness in the revolutionary movement of the workers, but even so they expressed a certain mistrust saying how is it that the working class is able to take the power and maintain the status quo? None of them talked about the development of science and art, but of preserving it. And now we are demonstrating to the whole world that, having taken power into his hands, the worker who became literate, who gained knowledge, and mastered science, did not only master it in order to preserve it at the same level at which it was before, but he also developed, advanced the science and achieved such heights that our country could beat every country in the world and was the first to break into space and the human came back.

We were the first one to launch an intercontinental ballistic missile, we were the first ones to send a satellite [sic] to the Moon, we were the first one to send a satellite [sic] to Venus (list all of them). And now we have already sent an orbital spacecraft with animals on board and were able to safely return them.^[1] And now as the height of this progressive exploration of space, relying on science and technology, we were able to achieve... (Find the right words).

(Continue here approximately in the same style).

And then address in that manner:

We are addressing progressive humankind, the peoples and the governments of all countries that these are the heights that the humans have currently reached, by their intelligence, and if we concentrate our material and intellectual efforts so that we can apply them in this direction so now we can develop and not just conquer space, we can solve other the mysteries of nature so that we can make them serve humanity. And in order to promote the successful advancement of humanity in conquering science and in meeting the material and intellectual needs of humankind, we have to secure peace in the first place. Therefore once again we are extending our hand to all the countries of the world, all governments of the world irrespective of the social and political structures of these countries, irrespective of the skin color, faith, and other things, we have to make all our knowledge, material and intellectual resources serve humanity, and for that reason we have to ensure peace in the world. And in the first place, in order to ensure this peace, we have to come to the understanding that, in order to ensure peace, we need to stop the arms race and, by relying on reason, to find the strength and courage to achieve an agreement on universal disarmament under the strictest international oversight.

(Repeat what I said in America)

We, the Soviet people, the people who are building socialism and communism, have the honor to be the first to enter space. And we are going to put these achievements and discoveries to service not for military purposes but to serve in the interests and for the well-being of all

people, of all humanity. We believe that these achievements are not only the achievements of our people, but they are the achievements of all humanity.

I believe that this address can be made as soon as we receive the news that the spacecraft has landed and that the man is in good condition. The press release will be earlier, as soon as it has been launched.

Apparently, there will be a rally, and I will have to make a short speech, and therefore the speech will be along the same lines.

We're going to fly the day after tomorrow, not tomorrow. Tomorrow he is going to get himself in order, will prepare himself at the landing site, and the day after tomorrow he is going to arrive at Vnukovo airport, and there will be a welcome reception organized on the airfield.

On Red Square we have to organize a rally, there will be no need for a speech.

(The rally has not been yet envisioned, but this is what I am suggesting now). The rally needs to be organized, we have to assign a certain number of people from each factory, plant, or institution.

Written down by N. Gavrilova

ANEXO XI - Mensagem do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, do Presidium do Soviete Supremo da URSS e do Governo da União Soviética ao Partido Comunista, aos povos da União Soviética e aos governos de todos os países da humanidade progressista, de 12 de abril de 1961

MESSAGE

from the Central Committee of the Communist Party of
the Soviet Union, the Presidium of the Supreme Soviet
of the USSR and the Government of the Soviet Union

A GREAT EVENT has taken place. For the first time in history a man has made a flight into space.

On April 12, 1961, at 9:07 a.m. Moscow time, the sputnik - spaceship Vostok was launched into space with a man on board, and, having flown around the globe, returned safely to the sacred soil of our homeland—the Soviet Union.

The first man to penetrate space was a Soviet man, a citizen of the Union of Soviet Socialist Republics.

This is an unparalleled victory of man over the forces of nature, a tremendous achievement of science and technology, a triumph of human intellect. The beginning of manned space flights has been made.

In this achievement, which will go down in history, is embodied the genius of the Soviet people, the powerful strength of socialism.

The Central Committee of the Communist Party, the Presidium of the Supreme Soviet of the USSR and the Soviet Government take great joy and legitimate pride in the fact that this new era in the development of mankind has been inaugurated by our country—the country of victorious socialism.

In the past backward czarist Russia could not even have dreamed of accomplishing such exploits in the struggle for progress or of competing with the more technically and economically developed countries.

By the will of the working class, by the will of the people, and inspired by the Communist Party under Lenin's leadership, our country has become a mighty socialist power and has reached unprecedented heights in the development of science and technology.

When in October 1917 the working class took power into its own hands, many people, even honest ones, doubted that it would be capable of governing the country and of maintaining even the economic, scientific and technical level reached at that time.

And now our working class, Soviet collective farmers and Soviet intellectuals—the entire Soviet people—are showing the whole world an unprecedented victory of science and technology. Our country has surpassed all the other states in the world and has been first to blaze the trail into space.

The Soviet Union was the first to launch the intercontinental ballistic rocket, the first to send up an artificial earth satellite, the first to send a spaceship to the moon; it created the first artificial satellite of the sun and sent a spaceship flying toward the planet Venus. One after another, Soviet sputnik-spaceships with living creatures on board have made flights into space and returned to the earth.

Our victories in the conquest of outer space are crowned by the triumphant flight around the earth of a Soviet man in a spaceship.

Honor and glory to the working class, the Soviet peasantry, the Soviet intelligentsia, the whole Soviet people!

Honor and glory to Soviet scientists, engineers, and technicians—the creators of the spaceship!

Honor and glory to Comrade Yuri Alexeyevich Gagarin, the first space traveler—the pioneer in space conquest!

We Soviet people who are building communism have had the honor of being the first to penetrate outer space. We regard the victories in space conquest as belonging not only to our people but to all mankind. We are happy to place them at the service of all nations, for the sake of progress, happiness and the well-being of all people. We place our achievements and discoveries not at the service of war but at the service of peace and the security of peoples.

The development of science and technology presents infinite possibilities for mastering the forces of nature and using them for the benefit of man; to bring this about it is necessary, above all, to safeguard peace.

On this memorable day we again turn to the peoples and governments of all countries with an appeal for peace.

Let all people, irrespective of race, nationality, color, creed or social standing, exert every effort to ensure lasting peace in the world. Let us put an end to the arms race! Let us carry out general and complete disarmament under strict international control! This will be a decisive contribution to the sacred cause of peace.

The glorious achievement of our homeland inspires all Soviet people to new heroic deeds in the building of communism!

Forward to new victories in the name of peace, progress and the happiness of mankind!

CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF THE SOVIET UNION
PRESIDIUM OF THE SUPREME SOVIET OF THE USSR
COUNCIL OF MINISTERS OF THE UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS
Moscow, the Kremlin, April 12, 1961

ANEXO XII - Discurso do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, à equipe ISRO sobre o sucesso da missão Chandrayaan-3

Namaskar friends,

Today, I am feeling a new kind of joy amidst you all. Perhaps one feels such joy on very rare occasions. Often such incidents happen in a person's life when one's mind is absolutely filled with joy, and he becomes restless as a result. Something similar happened to me this time, and I was extremely restless. I was in South Africa, and later there was a programme in Greece. So I had to be there but my mind was completely focused on you. But sometimes I feel that I am doing injustice to you all. My restlessness creates a problem for you. You had to be here early in the morning but I just wanted to come and salute you. It must have been inconvenient to you, but I wanted to see you as soon as I landed in India. I wanted to salute you all, salute your hard work, salute your patience, salute your passion, salute your vitality, and salute your spirit. The height to which you have taken the country is not an ordinary success. This is the declaration of India's scientific potential in infinite space.

India is on the Moon. We have our national pride placed on the Moon. We reached the spot where no one had ever reached before. We did what no one had ever done before. This is today's India, fearless India, warrior India. This India thinks in a new way and spreads the beam of light in the world even after getting into the dark zone. In the 21st century, this India will solve the biggest problems of the world. That day of 23rd August is flashing again and again before my eyes, every second. No one can forget that scenario when the touchdown was confirmed and the people jumped with joy here in the ISRO centre and all over the country! Some memories become eternal. That moment has become eternal. That moment is one of the most inspirational moments of this century. Every Indian felt that victory as his own. Every Indian felt as if he had passed a major exam. Even today, people are congratulating and messages are flowing in and all this has been made possible by all of you. The scientists of my country have made this possible. No matter how much I praise you, it will always fall short.

Friends,

I have seen the photo in which our Moon Lander has firmly set its foot on the Moon like Angad. On one hand is the confidence of Vikram while on the other hand is the bravery of Pragyan. Our Pragyan is continuously leaving its footprints on the Moon. The pictures taken

from different cameras which have just been released, and I have had the privilege of seeing, are indeed amazing. For the first time since the beginning of human civilization, for the first time in the history of lakhs of years on the earth, man is looking at the pictures of that place with his own eyes. And India has done the work of showing these pictures to the world! All the scientists like you have done it. Today the whole world is acknowledging the significance of India's scientific spirit, our technology and our scientific temperament. Chandrayaan Maha Abhiyan is a success not only for India but for the entire humanity. The region that our mission will explore will open up new avenues for the missions for all countries. It will not only reveal the secrets of the moon, but will also help in solving the challenges of the earth. I once again congratulate all the scientists, technicians, engineers and all the members associated with Chandrayaan Mahabhiyan for this success of yours.

My family members,

You are well aware that there is a scientific tradition of naming the touchdown point of space missions. India has decided to name the part of the moon on which our Chandrayaan has landed. The point where Chandrayaan-3's moon lander has landed will now be known as 'Shiv Shakti'. Shiva contains the resolution for the welfare of humanity and 'Shakti' gives us the ability to fulfil those resolutions. The 'Shiv Shakti' point of the Moon gives the sense of a connection between Kanyakumari and the Himalayas. Our sages have said – "the commitment with which we fulfil our duties, give momentum to our ideas and science, let that be linked with our commitment to welfare."

That is, the mind with which we perform our duties, give motion to thoughts and science, and which is present within everyone, that mind should be associated with auspicious and beneficial resolutions. To fulfil these auspicious resolutions of the mind, the blessings of Shakti are essential. And this power is our women-power; our mothers and sisters. It has been said here – "Everywhere on the globe, standing on its own place. They think that the sphere is in the sky, where is its upward and where is its destruction?" That is, from creation to destruction, the basis of the entire universe is women-power. You all have seen the major role played by our women scientists, the women power of the country in Chandrayaan-3. The 'Shiv Shakti' point of the moon will witness this scientific and philosophical thinking of India for centuries. This Shivshakti Point will inspire the upcoming generations to use science only for the welfare of humanity. The welfare of humanity is our supreme commitment.

Friends,

Another task of naming has been pending for a long time. Four years ago, when Chandrayaan-2 had reached close to the Moon, it was proposed to name the place that was touched by it. But instead of taking a decision in those circumstances, we took a vow that when Chandrayaan-3 successfully reaches the moon, we will name both the points together. And today I feel that, when every house and every mind is painted in the spirit of tricolour, and there is a tricolour on the moon, then what better name could be given to the spot associated with Chandrayaan 2 than 'Tiranga'? Therefore, the point on the Moon where Chandrayaan 2 left its footprints will now be called 'Tiranga'. This Tiranga point will become the inspiration for every effort of India. This Tiranga point will teach us that no failure is final. If there is a strong will then success is bound to come. Let me repeat. The spot where Chandrayaan 2's footprints are, that spot will be called Tiranga Point from today. And the spot where Chandrayaan 3's moon lander has touched, that spot will be called Shiv-Shakti Point from today.

Friends,

Today India has become the fourth country in the world to touch the surface of the moon. This success becomes even greater when we look at the place from where India had started its journey. There was a time when India did not have the required technology and there was no support either. We used to be among the 'Third World' countries, standing in the 'Third Row'. From there, today India has become the fifth largest economy in the world. Today, from trade to technology, India is among the countries standing in the first row. That is, in this journey from 'Third Row' to 'First Row', institutions like our 'ISRO' have played a major role. Today you have taken 'Make in India' to the moon.

My family members,

Today, with my presence amidst you, I would like to particularly tell the countrymen about your hard work. What I am telling you is not new to you. But the countrymen should also know what you have done, and have accomplished. Chandrayaan's journey from the southern part of India to the south pole of the Moon was not an easy one. To ensure soft landing of the Moon Lander, our scientists even created an artificial moon in ISRO's research facility. Vikram Lander was tested on this artificial moon by landing it on different surfaces. Now our Moon Lander has reached the spot after passing so many exams. So it was bound to be successful.

Friends,

Today, when I see that the young generation of India is full of energy regarding science, space and innovation, it is due to the success of our similar space missions. The success of Mangalyaan, the success of Chandrayaan, the preparation for Gaganyaan has given a new mood to the young generation of the country. Today, the name of Chandrayaan is on the lips of small children of India. Today every child of India can see his future in you, the scientists. That's why your achievement is not just limited to hoisting the tricolor on the moon. But you have achieved another great feat. And that achievement is to awaken the entire generation of India and to give it a new energy you have left a deep impression of your success on an entire generation. From today onwards, when any child will look at the moon at night, he will have the conviction that he has the same courage and spirit within him with which his country has reached the moon. The seeds of aspirations that you have sown in the children of India today, will grow into banyan trees tomorrow and become the foundation of a developed India.

Another decision has been taken so that our young generation continues to get inspired. August 23rd, when India hoisted the tricolor on the Moon, India will now celebrate that day as National Space Day. Now every year the country will celebrate National Space Day in the spirit of science, technology and innovation, so that it will continue to inspire us forever.

My family members,

You also know that the potential of the space sector is much greater than just launching satellites or exploring space. One of the great strengths of the space sector, which I see, is Ease of Living and Ease of Governance. A lot of work has been done in the country in the direction of connecting space applications with every aspect of governance. When you all entrusted me with the responsibility of working as the Prime Minister, I had conducted a workshop with space scientists of the Joint Secretary level officers of the Government of India after assuming the office. And the purpose of that was to explore the ways to make maximum use of the power of the space sector in governance, and in bringing transparency in the governance system. At that time probably Kiran ji used to work with us. As a result, when the country started the Swachh Bharat Abhiyan, started the construction of toilets and the campaign to build crores of houses, space science helped a lot in monitoring all this and for its progress.

Today, the space sector plays a major role in providing education, communication and health services to the remote areas of the country. These days, for the 'Azaadi Ka Amrit Mahotsav', Amrit Sarovars are being built in every district. Tagging and monitoring of the same is being done through space technology only. Without space technology, we cannot even imagine tele-medicine and tele-education. Space science has also helped a lot in the optimum utilization of the country's resources. Every farmer of the country knows that the space sector helps in forecasting the weather, and strengthening the agriculture sector of our country. Today the farmer can check on his mobile the condition of the weather next week. The accurate information that crores of fishermen of the country are getting today from the 'NAVIC' system is also due to your contribution. Today, when there is a flood in the country, a natural calamity, an earthquake, you are the first to find out the seriousness of the situation. When a cyclone hits, our satellites inform us about its entire route, all the timings, and as a result people's lives are saved and property is also saved and if we add up the cost of the property that is saved from the cyclones alone, that is more than the money invested in the space technology. Space technology is also the basis of our PM Gatishakti National Master Plan. And today the world is studying this Gati Shakti platform of India which is so useful in planning and management. This is helping a lot in planning, execution and monitoring of projects. This scope of space application, which is increasing with time, is also increasing opportunities for our youth. And that's why today I want to give a suggestion. And I believe that the retired people from your institution can help a lot in this matter. Now please don't complain that Modi ji came here early in the morning and is leaving after assigning us some task.

Friends,

I would like ISRO to organize a National Hackathon on 'Space Technology in Governance' in collaboration with various Central Government Ministries and State Governments. Maximum number of youngsters should participate in this hackathon. I am confident that this National Hackathon will make our governance more effective and provide modern solutions to the countrymen.

And friends,

Apart from you, I want to give one more task separately to our young generation. And kids don't enjoy working without homework. You all know that India is that country, which had started looking beyond the earth and studying infinite space thousands of years ago. We had

Aryabhatta, Brahmagupta, Varahamihira and Bhaskaracharya of the research tradition centuries ago. When there was confusion about the shape of the earth, Aryabhata wrote in detail about the sphericity of the earth in his great treatise Aryabhatiya. He also wrote about the rotation of the earth on the axis and the calculation of its circumference. Similarly, it has also been said in texts like Surya Siddhanta –

सर्वत्रैव महीगोले, स्वस्थानम् उपरि स्थितम्। मन्यन्ते खे यतो गोलस्, तस्य क्व ऊर्ध्वम् क्व वाधः॥

That is, some people on earth consider their place to be at the top. But, this spherical earth is located in the sky, what could be above and below it? This information was written at that time. I have mentioned only one verse. Countless such compositions have been written by our forefathers. The information about the eclipse caused due to the alignment of the Sun, Moon and Earth is found in many of our texts . Apart from the size of the Earth, calculations of the sizes of other planets, information related to their movements are also found in our ancient texts. We had achieved the ability to make such precise calculations regarding the movement of planets and satellites, and that's why calendars were started hundreds of years ago. That's why I want to give a task related to this to our new generation, school & college students. I want the new generation to come forward to scientifically prove the astronomical formulas in the scriptures of India, to study them afresh. It is important both for our heritage and for science.

Today, there are two responsibilities for the students from schools, colleges, universities, and researchers. The treasure of scientific knowledge that India has, was buried and hidden during the long period of slavery. In this 'Azaadi Ka Amritkaal', we have to explore this treasure, conduct research on it and also tell the world about it. The second responsibility is that our young generation has to give new dimensions to today's modern sciences, modern technology, from the depths of the ocean to the heights of the sky, from the heights of the sky to the depths of space; there is a lot to do for you. You need to explore both the Deep Earth and the Deep Sea. You need to not only develop the Next Generation Computer but also excell in Genetic Engineering. New opportunities are constantly opening up for you in India. In this period of the 21st century, the country which takes the lead in science and technology will be ahead of the rest.

Friends,

Today, great experts are saying that in the next few years, India's space industry will increase from \$8 billion to \$16 billion. Realizing the seriousness of this matter, the government is

continuously carrying out reforms in the space sector. Our youngsters are also gearing up. You will be pleasantly surprised to know that in the last four years the number of startups working in the space sector has increased from 4 to around 150. We can imagine the endless possibilities waiting for India in the endless skies. After a few days, from 1st September, MyGov is about to launch a massive quiz competition on our Chandrayaan mission. Students of our country can start from there as well. I would urge the students across the country to participate in it in large numbers.

My family members,

Your guidance is extremely necessary for the future generation of the country. You are working on several important missions; and it is the coming generation that will take these missions forward. You are a role model for all of them. Your research and your years of hard work have proved that what you decide, you do. The people of the country have faith in you, and earning trust is not a small thing, friends. You have earned this trust with your hard work. The blessings of the people of the country are with you. With the power of these blessings, with this dedication towards the country, India will become a global leader in science and technology. And I can tell you with great confidence that the same spirit of innovation that we have, will make the dream of a developed India come true in 2047. With this belief, I have once again become blessed to have met all of you. The countrymen are full of pride. Dreams are fast turning into resolutions and your hard work is a great motivation to take those resolutions to fruition. I can't congratulate you enough. My heartiest thanks and best wishes to you all from my side and also on behalf of crores of countrymen, as well as the scientific community around the world.

Bharat Mata Ki Jai,

Bharat Mata Ki Jai

Bharat Mata Ki Jai,

Thank you!

DISCLAIMER: This is the approximate translation of PM's speech. Original speech was delivered in Hindi.